

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

OSCAR AGUSTÍN TORRES FIGUEREDO

**Agricultura Familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai:
origem, evolução, situação atual e perspectivas**

Série do PGDR – Tese nº 09

Porto Alegre

2008

OSCAR AGUSTÍN TORRES FIGUEREDO

**Agricultura Familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai:
origem, evolução, situação atual e perspectivas**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Porto Alegre

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

T693a Torres Figueredo, Oscar Agustín
 Agricultura familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai :
 origem, evolução, situação atual e perspectivas / Oscar Agustín Torres
 Figueredo. – Porto Alegre, 2008.
 294 f. : il.

 Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

 Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do
 Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
 Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

 1. Agricultura familiar : San Pedro (Paraguai). 2. Agricultura : História : Paraguai. 3.
 Agricultura familiar : Sistemas de produção. 4. Agricultura familiar : Políticas públicas. I.
 Miguel, Lovois de Andrade. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de
 Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.115.11

OSCAR AGUSTÍN TORRES FIGUEREDO

**Agricultura Familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai:
origem, evolução, situação atual e perspectivas**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre (RS), 20 de maio de 2008.

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (Orientador - Presidente)
Departamento de Ciências Econômicas / PGDR-UFRGS

Prof. Dr. Sylvain Souchaud
Institut de Recherche pour le Développement, França / Núcleo de Estudos de População-UNICAMP (SP)

Prof. Dr. Benedito Silva Neto
Departamento de Estudos Agrários / UNIJUI

Prof. Dr. Ivaldo Geheln
Departamento de Sociologia / PGDR-UFRGS

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Departamento de Ciências Econômicas / PGDR-UFRGS

*A mí querido abuelo Julián,
que me enseñó el valor de trabajar en la agricultura*

*A todos/as los campesinos/as de San Pedro, Paraguay,
Por el sacrificio y dignidad de vuestro trabajo.*

AGRADECIMENTOS

Através deste Doutorado, descobri importantes “novidades” que marcaram um novo rumo profissional e mudaram profundamente meus paradigmas sobre temas agrários. Poderia se resumir na frase de Einstein: “*A mente que se abre para uma nova idéia, jamais retorna ao seu tamanho original*”. Chegar a este ponto só foi possível mediante várias pessoas e instituições. Portanto, desejo expressar meus agradecimentos:

- * A Deus e Nossa Senhora do Rosário, pelas bênçãos obtidas durante este tempo de estudo;
- * Aos diretores da *Facultad de Ciencias Agrarias da Universidad Nacional de Asunción* (FCA-UNA), Paraguai, pela concessão da licença para realizar o curso de Doutorado;
- * À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo;
- * Ao Professor e amigo Lovois de Andrade Miguel, pelo companheirismo, dedicação e constante motivação para o desenvolvimento e conclusão desta tese: “*Che aguijé ndeve tapiate*” (meus agradecimentos por sempre);
- * Aos Professores/as do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS, os/as quais contribuíram na minha formação profissional. Contudo, queria agradecer especialmente aos professores Eduardo Filippi,IVALDO GEHELN e Carlos A. Mielitz, com os quais compartilhei momentos de estudo e discussão durante a elaboração desta tese;
- * A Eliane Sanguiné e funcionários da Secretaria do PGDR pelos momentos compartilhados;
- * A minha família: pai Daniel, mãe Migdonia, meus irmãos Venancia, Delia, Esperanza, Daniel e Isabel; meus sobrinhos César, Lourdes e Carmen e o tio Dario, que desde Capiatá (Paraguai) assim como Gustavo e Bernarda desde *Jeréz de la Frontera* (Espanha) me acompanharam e estimularam durante este doutorado: milhões de gratidão para vocês. Que o tempo de separação possa ser recuperado em triplo, após do meu retorno ao Paraguai;
- * A minha esposa Graciela, pelos momentos bons e ruins que passamos juntos: que as lições de vida que nos deu este tempo de estudo possam nos ajudar a amadurecer, reafirmar o nosso amor e construir uma vida profissional e familiar de constante aperfeiçoamento e compreensão;
- * Aos colegas de Doutorado da Turma 2004, em especial Marcelo, Jorge e Rosane, além dos colegas de Doutorado e Mestrado das Turmas 2004, 2005 e 2006 do PGDR-UFRGS.
- * Aos colegas com os quais compartilhamos vários momentos, entre elas Carmen, José Manuel (México), Gladys e Jorge (Guatemala), Jorge, Félix, Mônica e Luis Fernando

(Colômbia), Adriana (Peru), Álvaro (Espanha), Tanice, Renildes, Mauro Silva e dona Marina (Brasil);

* Aos colegas da FCA-UNA do Paraguai, em especial Carlos, Líder, Claudia, Lourdes Patrícia e Sixto Hugo assim como Fátima Almada do IICA pelo apoio constante durante a realização do Doutorado;

* Aos funcionários e colegas do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG) e do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT) que me auxiliaram durante o trabalho de campo no Paraguai;

* Às famílias de Kororo'i, Naranjito e Barrio San Pedro (Depto. de San Pedro, Paraguai), que gentilmente me acolheram em suas casas e responderam meus questionários durante a pesquisa de campo: *Che aguijé maymavavepe* (muito obrigado a todos/as);

* Agradeço também a todos/as os/as amigos/as que de alguma forma se lembraram e me apoiaram desde Paraguai durante minha permanência por terras gaúchas;

Enfim, a todos/as os/as colegas, amigos/as e familiares que de alguma forma participaram na obtenção deste prezado grau acadêmico: “*Che aguijé tapiaite maymavavepe guará*” (meus agradecimentos por sempre para todos/as vocês).

*“La exploración de los caminos del pasado
no es menos incierta que la exploración del futuro”*

Herbert Simon

RESUMO

O Paraguai é um dos países latino-americanos onde a agricultura desempenha uma importante função social. Ao longo da história do país, os agricultores oriundos das populações indígenas e mestiças, denominados *campesinos*, sofreram a exclusão social em decorrência de um acesso limitado à terra e ao capital. Este processo teve como consequência a incapacidade de capitalização em meios de produção, acarretando o estado atual de estagnação social e produtiva. Cabe mencionar que durante o primeiro quinquênio do século XXI, constata-se a expansão considerável da área cultivada com soja na bacia do rio Paraguai, ocasionando uma série de problemas sociais e ambientais. Concomitantemente, uma grande parte dos agricultores familiares apresenta uma situação de crise social e produtiva. Frente a essa realidade, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar e analisar as origens, a evolução e a situação socioeconômica atual da agricultura familiar de três distritos do leste do II Departamento de San Pedro, locais onde ocorrem, em maior grau, a expansão da sojicultura. A sociedade local atribui à expansão da sojicultura na região como a principal causa da problemática agrária atual das famílias camponesas. Dessa forma, pretende-se relacionar a expansão da soja, as políticas públicas e os problemas que enfrentam as famílias camponesas na atual conjuntura agrária. Para atingir esses objetivos, utilizou-se o enfoque teórico dos Sistemas Agrários, cuja metodologia fundamenta-se na análise de dados secundários, na leitura da paisagem, no resgate da história e na realização de entrevistas através da amostragem dirigida. Os resultados demonstraram que a área cultivada de soja tem aumentado consideravelmente, valendo-se da problemática fundiária ainda não resolvida nessa parte do Paraguai. Igualmente, a pesquisa tem revelado a existência na área de estudo de famílias que realizam uma agricultura de policultivos com ferramentas manuais; famílias que utilizam arado tipo charrua e tração animal, e mesmo, agricultores que implementam sistemas produtivos mais intensivos, com mecanização terceirizada, elevada utilização de insumos químicos e importante relação mercantil. O desempenho agro-econômico do ano agrícola 2005-2006 dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares tem revelado que a maioria das famílias não conseguiu atingir o Nível de Reprodução Social simples, mostrando uma incapacidade de remunerar efetivamente a mão-de-obra familiar e reproduzir o instrumental de produção. Igualmente, verificou-se que a estrutura e funcionalidade das instituições do Estado, encarregadas da questão agrária, não estariam favorecendo a agricultura familiar. As organizações camponesas mostram-se contrários à expansão da soja, denunciam a ineficiência das instituições públicas e a falta de espaços de discussão com os agentes do Estado na busca do desenvolvimento rural. Conclui-se que o cultivo da soja não constitui um problema para a agricultura familiar. As verdadeiras causas da crise que enfrenta as famílias camponesas residem na pouca disponibilidade de terra, baixo instrumental produtivo, pouca inserção mercantil aliadas à carência de apoio efetivo por parte do Estado. Portanto, o poder público deveria implementar ações que favoreçam a agricultura camponesa, tentando que a mesma possa contribuir na segurança alimentar, que possa gerar renda e seja importante na ocupação da mão-de-obra existente no meio rural.

Palavras Chaves: Agricultura Camponesa, Paraguai, San Pedro.

RESUMEN

El Paraguay es uno de los países latinoamericanos en que la agricultura desempeña una importante función social. Durante toda la historia del país, los agricultores oriundos de las poblaciones indígenas y mestizas, denominados “campesinos” sufrieron la exclusión social debido al acceso limitado a la tierra e al capital. Este proceso trajo como consecuencia la incapacidad de capitalización en medios de producción ocasionando el estado actual de estancamiento social y productivo. Cabe mencionar que durante el primer quinquenio del siglo XXI, se observa una importante expansión del área cultivada con soja en la cuenca del río Paraguay, provocando una serie de problemas sociales y ambientales. Paralelamente, una grande parte de los agricultores familiares presenta una situación de crisis social y productiva. Frente a esa realidad, la presente tesis tiene como objetivo caracterizar y analizar los orígenes, la evolución y la situación socioeconómica actual de la agricultura familiar de tres distritos del este del II Departamento de San Pedro, locales donde ocurren, en mayor medida, la expansión de la sojicultura. La sociedad local atribuye a la expansión de la soja en la región como principal causa de la problemática agraria actual de las familias campesinas. Así, se pretende relacionar la expansión de la soja, las políticas públicas y los problemas que enfrentan las familias campesinas en la actual coyuntura agraria. Para alcanzar esos objetivos, se utilizó el enfoque teórico de los Sistemas Agrarios, cuya metodología se basa en el análisis de datos secundarios, en la lectura del paisaje, en el rescate de la historia y en la realización de entrevistas mediante una muestra dirigida. Los resultados demostraron que el área cultivada con soja ha aumentado considerablemente, valiéndose de la problemática de la tenencia de la tierra que todavía sigue sin resolverse en esta parte del Paraguay. Igualmente, la investigación reveló que existen familias que realizan una agricultura de policultivos con herramientas manuales; familias que utilizan arado tipo charrúa tirados por animales y hasta agricultores que implementan sistemas productivos más intensivos, con mecanización tercerizada, elevada utilización de insumos químicos e importante relación mercantil. El desempeño agroeconómico del año agrícola 2005-2006 de los sistemas de producción colocados en práctica por los agricultores familiares ha revelado que la mayoría de las familias no consiguen alcanzar el Nivel de Reproducción Social simple, mostrando una incapacidad de remunerar efectivamente la fuerza de trabajo familiar y reproducir el instrumental de producción. Igualmente se ha verificado que la estructura y funcionalidad de las instituciones del Estado, encargadas de la cuestión agraria, no estarían favoreciendo a la agricultura familiar. Las organizaciones campesinas se muestran contrarios a la expansión de la soja, denuncian la ineficiencia de las instituciones públicas así como la falta de espacios de discusión con los agentes del Estado en la búsqueda del desarrollo rural. Se concluye que el cultivo de la soja no es un problema para la agricultura familiar. Las verdaderas causas de la crisis que enfrentan las familias campesinas radican en la poca disponibilidad de la tierra, bajo instrumental productivo, poca inserción mercantil conjuntamente a la falta de apoyo efectivo por parte del Estado. Por tanto, el poder público debería implantar acciones que favorezcan a la agricultura campesina, buscando que la misma pueda contribuir en la seguridad alimenticia, que pueda generar ingresos económicos y que sea importante en la ocupación de la mano de obra del medio rural.

Palabras Claves: Agricultura Campesina, Paraguay, San Pedro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Região camponesa considerada em crise nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI	21
Figura 02 – Possível configuração do ecossistema explorado pelos guaranis (1000-1550)	25
Figura 03 – Algumas ferramentas utilizadas durante a colonização espanhola e em etapas posteriores	28
Figura 04 – A implantação das grandes propriedades na região oriental do Paraguai, após de 1870	37
Figura 05 – O parcelamento das terras e implantação das grandes propriedades na região ocidental do Paraguai, após de 1870	38
Figura 06 – Colônias de estrangeiros no Paraguai, final século XIX e inícios do século XX	43
Figura 07 – Exploração do meio natural pelos camponeses (1880-1950)	49
Figura 08 – Áreas da colonização interna do Paraguai oriental (1960-1980)	54
Figura 09 – A formação e consolidação do território <i>brasiguayo</i> no Paraguai oriental (anos 1970 a 1990)	59
Figura 10 – Algumas das ferramentas agropecuárias introduzidas durante o governo Stroessner (1954 a 1989)	62
Figura 11 – Mosaico de imagens de satélite da região oriental do Paraguai, safra de soja 2003-2004	75
Figura 12 – O Paraguai oriental, a influência brasileira e a expansão da soja nos últimos anos (2000-2004)	79
Figura 13 – O Sistema Agrário, um sistema aberto e complexo formado por dois subsistemas	93
Figura 14– Os distintos níveis de estudo dentro de um ADSA	112
Figura 15 – Etapas metodológicas do Diagnóstico Agrário	113
Figura 16 – Localização dos distritos em estudo no Departamento de San Pedro, região oriental do Paraguai (ano 2005)	125
Figura 17 – Unidades de Solos, Departamento de San Pedro	127
Figura 18 – Ambiência natural e uso da terra (ano 1991), Departamento de San Pedro	128

Figura 19 – Ecossistema original predominante na região leste do Departamento de San Pedro	129
Figura 20 – Bacia do Rio Jejuí Guazú dentro da rede hidrográfica do Departamento de San Pedro	130
Figura 21 – Estradas principais e secundárias com suas principais conexões (ano 2000), no Departamento de San Pedro	131
Figura 22 – Conseqüências da venda de terras do Estado em San Pedro, décadas de 1880 a 1920	143
Figura 23 – Colonização interna do Departamento de San Pedro (1960 até final da década de 1980)	152
Figura 24 – Formato típico de um assentamento durante a colonização agrária	153
Figura 25 – Ecossistema e principais sistemas produtivos dos camponeses (1960-1989)	163
Figura 26 – Representação dos principais cultivos implementados pelos agricultores familiares desde 1995	176
Figura 27– Cultivo da soja, safra 2005/2006, região oriental do Paraguai	181
Figura 28 – Uso da terra e plantio de soja na região oriental do Paraguai, safra 2006/2007	182
Figura 29 – Plantio de soja (safra 2003/2004) no Departamento de San Pedro	183
Figura 30 – Visão sistêmica como novo paradigma dentro da extensão agrária	244
Gráfico 01 – Crescimento da área plantada (em ha) da soja nos distritos em estudo, leste do Departamento de San Pedro, safras agrícolas de 2001 até 2006	185
Gráfico 02 – Produtividade do trabalho dos estabelecimentos familiares segundo o sistema de produção colocado em prática no leste do Departamento San Pedro	213
Gráfico 03 – Renda Total por Unidade de trabalho e Nível de Reprodução Social (NRS) obtidos pelos estabelecimentos familiares segundo o sistema de produção colocado em prática no leste do Departamento de San Pedro	214
Quadro 01 - As formas de implantação das <i>Encomiendas</i> , <i>Mita</i> e <i>Yanaconago</i>	30
Quadro 02 - Combinações das variáveis essenciais para a definição de um Sistema Agrário	92
Quadro 03 - Síntese da evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários no leste do Departamento de San Pedro	139

Quadro 04 - Algumas características das principais categorias sociais de San Pedro (1870-1960)	147
Quadro 05 – Trajetórias de acumulação e diferenciação das principais categorias sociais presentes na região de San Pedro (1960-1989)	160
Quadro 06 – Algumas características das principais categorias sociais presentes na região de San Pedro (1960-1989)	161
Quadro 07 – As características e diferenciações dentro da categoria social definida como camponeses (1960-1989)	161
Quadro 08 – Trajetórias de acumulação e diferenciação das principais categorias sociais de San Pedro (1989-2000)	173
Quadro 09 – Principais características das famílias <i>mboriahú apí</i> no leste do Departamento de San Pedro	189
Quadro 10 – Principais características das famílias <i>mboriahú</i> no leste do Departamento de San Pedro	192
Quadro 11 – Principais características das famílias <i>mboriahú ryguatá</i> no leste do Departamento de San Pedro	195
Quadro 12 – Principais características das famílias <i>pety ñoty há</i> no leste do Departamento de San Pedro	199
Quadro 13 – Principais características das famílias <i>chocokué pyahú</i> no leste do Departamento de San Pedro	203
Quadro 14 – Métodos de controle de ervas daninhas em um hectare de milho (Assentamento Kororo’i, Departamento de San Pedro)	217
Quadro 15 – Programas e projetos do MAG para a agricultura familiar na área de estudo nos últimos anos	230
Quadro 16 – Apoio do Governo Nacional para o <i>Programa Algodonero del Paraguay</i> destinado para a Agricultura Familiar no período 2003-2007	239

LISTA DE TABELAS

1 -	Propriedades com mais de cem mil ha no Paraguai, final do século XIX até metade do século XX.....	39
2 -	Relação do volume bruto da produção agrícola e alguns insumos (período 1975-1988)	66
3 -	Evolução da área plantada e produção bruta da soja no Paraguai, período 1994-2005	74
4 -	Varição das quantidades e áreas exploradas com a soja segundo tamanho das UPAs, região oriental do Paraguai entre 1991 e 2002	77
5 -	População e taxa de crescimento por anos e períodos de CNPV (anos 1972, 1982, 1992 e 2002), diferenciadas por distritos, Departamento de San Pedro	135
6 -	População total, por área (rural e urbana) e participação relativa por distrito (ano 2002), Departamento de San Pedro	136
7 -	Área (em ha) e Densidade demográfica (Hab./km ²) para o ano 2002, Departamento de San Pedro	137
8 -	Valores absolutos e relativos da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo setores econômicos (ano 2002) no Departamento de San Pedro	138
9 -	Colônias implantadas em San Pedro posterior à Guerra Grande (1870-1954)	145
10 -	Colônias implantadas durante a década de 1960 no Departamento de San Pedro	153
11 -	Colônias implantadas durante a década de 1970 no Departamento de San Pedro	158
12 -	Colônias implantadas durante a década de 1980 no Departamento de San Pedro	166
13 -	Colônias implantadas no Departamento de San Pedro, período 1989-2000 ..	169
14 -	Colônias implantadas no Departamento de San Pedro, período 2000-2005 ..	178
15 -	Área cultivada de soja nos Departamentos da região oriental do Paraguai e graus de participação relativa nas safras 2003/04 até 2006/2007	180

16-	Área (em ha) ocupada pelo plantio da soja nos distritos do Departamento de San Pedro, safras agrícolas de 2001 até 2006	184
17-	Desempenho agroeconômico dos Sistemas de Produção implementados pelos agricultores familiares no leste do Departamento de San Pedro, ano agrícola 2005/2006	207
18-	Importância das UPAs consideradas como da Agricultura Familiar, região oriental do Paraguai	235
19-	Participação da Agricultura Familiar na produção total de alguns produtos agrícolas no período 1991-2001, região oriental do Paraguai	236
20-	Superfície, produção e rendimento do algodão no Paraguai, safra 2000 ao 2005	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANR:	Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado)
ADSA:	Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários.
BCP:	Banco Central de Paraguay
BNF:	Banco Nacional de Fomento
CAH:	Crédito Agrícola de Habilitación
CAPECO:	Cámara Paraguaya de Productores y Exportadores de Cereales y Oleaginosas
CNPV:	Censo Nacional de Población y Viviendas
CONCODER:	Consejo Nacional de Coordinación para el Desarrollo Rural
DEAg:	Dirección de Extensión Agraria (dependência do MAG)
Depto:	Departamento
DGEEC:	Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos
FAO:	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FNC:	Federación Nacional Campesina
GTZ:	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH
IBR:	Instituto de Bienestar Rural
IRA:	Instituto de Reforma Agraria
IICA:	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INDERT:	Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (ex IBR)
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LIPSA:	La Industrial Paraguaya Sociedad Anónima
MAG:	Ministerio de Agricultura y Ganadería
MCNOC:	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas
ONAC:	Organización Nacional Campesina
SP:	Sistema de Produção
TABESA:	Tabacalera del Este Sociedad Anónima
UNA:	Universidad Nacional de Asunción
UPA:	Unidade de Produção Agropecuária

UNIDADES MONETARIAS (ano 2006)

G\$ = Guarani (moeda oficial do Paraguai)

R\$ = Real (moeda oficial da Republica Federativa do Brasil)

US\$ = Dólar dos Estados Unidos de América

VALORES DE CÂMBIO (junho 2006)

1 R\$ = 2.400 G\$

1 US\$ = 6.100 G\$

1 US\$ = 2,20 R\$

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Apresentação	18
1.2	Problemática e objeto de estudo	20
1.3	Objetivos	22
1.4	Hipóteses	23
2	A AGRICULTURA NO PARAGUAI: ORIGEM, FORMAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL	24
2.1	Agricultura desde a época pré-colombiana até o final do período independente (1550-1870)	24
2.2	A re-construção do Paraguai após da <i>Guerra de la Triple Alianza</i> (1870-1954)	36
2.3	Governo de Stroessner: reforma agrária e modernização da agricultura (1954-1989)	50
2.4	A transição democrática e <i>la vague déferlante</i> da soja (1989-2004)	68
3	FUNDAMENTACÃO TEORICA e OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO	82
3.1	As singularidades da agricultura	82
3.2	O enfoque sistêmico e sua utilidade na análise de realidades agrárias	85
3.3	A Teoria dos Sistemas Agrários	90
3.4	A opção pela Agricultura Familiar na Teoria dos Sistemas Agrários	100
3.5	Princípios metodológicos do Diagnóstico Agrário	110
3.6	A operacionalização da pesquisa	113
4.	CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA PARTE LESTE DE SAN PEDRO, PARAGUAI.....	124
4.1	Caracterização ambiental e socioeconômica	124
4.2	Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários	138
4.3	Pós ano 2000: novos arranjos ou transição para um novo Sistema Agrário?	177

5	A CONJUNTURA AGRÁRIA ATUAL DA ÁREA DE ESTUDO E SUAS PERSPECTIVAS	188
5.1	Tipologia dos Sistemas de Produção implementados pelos agricultores familiares	188
5.2	Outros sistemas de produção implementados pelos agricultores do leste de San Pedro	205
5.3	Indicadores de desempenho econômico dos Sistemas de Produção praticados pelos agricultores familiares	206
5.4	Análise das expectativas e desafios da produção familiar	216
5.5	A intervenção institucional no âmbito da problemática de estudo	221
5.6	Algumas considerações sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	235
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
	REFERÊNCIAS	256
	GLOSSÁRIO	270
	APÊNDICE A – Itinerário da entrevista e Questionário aplicado aos agricultores familiares	272
	APÊNDICE B – Itinerário da entrevista aplicada aos Informantes Qualificados	282
	APÊNDICE C – Imagens dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares	283
	ANEXO A – Colônias oficiais implantadas pelo IBR (<i>Instituto de Bienestar Rural</i>), período de 1960 a 1989	289
	ANEXO B – Participação do algodão e da soja na economia paraguaia	290
	ANEXO C – Evolução da área cultivada (ha) de gergelim no Paraguai (por região e departamento), período 2000-2005	292
	ANEXO D – Estrutura produtiva da região oriental do Paraguai segundo tamanho das UPAs e receita agrícola anual durante a safra 2001/2002	293

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O Paraguai é um país que experimentou transformações socioeconômicas importantes e particulares no decorrer de sua história, com significativos impactos no seu meio rural e na sua agricultura. Registram-se dois fatos significativos que permitem compreender a sua realidade socioeconômica atual, caracterizada pela desigualdade na distribuição da riqueza. Afetado por uma guerra internacional em 1864, com uma lenta reconstrução e debilitado, posteriormente, por uma longa ditadura militar entre 1954 e 1989, o país tenta impor-se no contexto internacional desenvolvendo o setor agrícola, em especial, voltado ao mercado externo. Esse processo conduziu à formação de uma sociedade dicotômica, com uma oligarquia de base agrária detentora do poder político e dos meios de produção e um campesinato excluído socialmente. As conseqüências disso são relações agrárias complexas, marcadas por situações de conflito entre os diferentes atores sociais que interagem no mesmo território, por vezes em um estado de efervescência de conotações locais e regionais.

Localizado no centro da América do Sul, com uma área de 406.752 Km², é um dos países que ainda tem grande parte de sua base econômica vinculada a atividades agropecuárias. Embora a agricultura absorva, diretamente, 36% da força de trabalho e contribua com 90% do total das exportações do país, participando com apenas 29% do total do Produto Interno Bruto. Cabe salientar que o Paraguai e a Bolívia, constituem os países com economias menos desenvolvidas da América do Sul, com elevada desigualdade na distribuição das rendas e deficiente nível de cobertura em educação, saúde e serviços básicos de infra-estrutura (CEPAL, 2006).

O Paraguai possui duas regiões naturais diferenciadas pelo rio homônimo: ao oeste se encontra o Chaco, com ambiente árido a semi-árido e abrangendo 60% do território (UNA, 1991). Ao leste encontra-se a Região Oriental, de clima subtropical úmido, chuvas moderadamente distribuídas durante o ano e terras aptas para a agricultura. Politicamente, o país divide-se em 17 Departamentos, tendo como capital Asunción. Segundo o *Censo Nacional de Población y Viviendas –CNPV* de 2002, o país possuía 5.163.198 de habitantes, dos quais 56,7 % moravam no meio urbano e 43,3 % na área rural. Ainda, na região oriental residiam 97,4% do total da população.

Historicamente a dinâmica socioeconômica do Paraguai esteve dependente de Asunción, acarretando uma baixa densidade populacional no restante do território. Na década de 1960, o governo ditatorial do Gral. Alfredo Stroessner, implementou uma política de colonização agrária na região oriental produzindo profundas mudanças sociais e ambientais. A referida colonização foi realizada pelo *Instituto de Bienestar Rural* –IBR, através da implantação de colônias agrícolas no norte e centro da região oriental para as famílias camponesas que moravam no entorno de Asunción. Entretanto, no leste e sudeste do país, optou-se pelo estabelecimento de colônias, em sua maioria formada por imigrantes, principalmente brasileiros. Esses imigrantes participaram, maioritariamente, na produção agrícola mecanizada de grãos (trigo/soja) assim como, atividades de serviços vinculadas com a produção agropecuária.

A partir da década de 1970, o Paraguai começou a destacar-se com a produção e a exportação de produtos primários, principalmente algodão, fumo, soja e carne bovina. O aumento da produção agropecuária decorreu da introdução de inovações tecnológicas como a motomecanização, o uso de insumos químicos e o melhoramento genético (agrícolas e pecuários). O desmatamento de extensas áreas da mata nativa permitiu uma importante expansão da fronteira agrícola. Assim, instaurou-se no país o modelo de desenvolvimento baseado na agroexportação (WEISSKOFF, 1992). Na metade da década de 1980, o país foi afetado por uma importante crise agrária em decorrência da queda dos preços internacionais dos principais produtos agropecuários. Essa situação afetou em maior grau às famílias de agricultores implantadas nas colônias da reforma agrária.

Desde 1989, concomitantemente ao processo de democratização política do Paraguai, agravou-se o desmatamento para a expansão da agricultura empresarial e a instalação de colônias da reforma agrária. No âmbito agrário, apareceram os *Campesinos sin tierras*, que reivindicavam acesso a terra, infra-estrutura nas colônias e melhores preços de seus produtos agropecuários. Ainda, concomitantemente à queda dos preços reais do algodão e outros cultivos de renda, constatou-se que políticas agrárias desestruturadas e a existência de uma agricultura subequipada acentuaram a exploração do meio natural e da mão-de-obra. Essa situação provocou efeitos negativos sobre o meio ambiente e na capacidade de reprodução social dos agricultores familiares.

Na década de 1990 criou-se o Mercado Comum do Sul –MERCOSUL, registrando-se eventos importantes para o setor financeiro e industrial, que afetou profundamente o contexto político e socioeconômico do país. Esses acontecimentos aprofundaram, ainda mais, a diferenciação social e o desenvolvimento desigual e contraditório

que prevalecia no país. Os pecuaristas foram estimulados a expandir suas atividades produtivas face à abertura de mercados internacionais para a carne bovina. Entre 1999 e 2000, em meio à conjuntura favorável, de produção e de exportação da carne bovina, o país foi afetado por um surto da febre aftosa, que acarretou o fechamento de importantes mercados.

Paralelamente, o mercado internacional apresentou um elevado preço para a soja, o qual estimulou o aumento considerável na área de cultivo, tanto no Brasil como no Paraguai. Contudo, a expansão da sojicultura deparou-se com o esgotamento das terras agrícolas na bacia do rio Paraná no Paraguai. Dessa forma, áreas destinadas à pecuária e remanescentes da mata nativa foram vendidas ou arrendadas para agricultores empresariais, em sua maioria de origem brasileira. Esse fenômeno acarretou um vigoroso e rápido processo de expansão do cultivo da soja na bacia do rio Paraguai e cujas conseqüências diretas são as profundas transformações nas paisagens e nas relações sociais dessa parte do país.

1.2 Problemática e objeto do estudo

A agricultura paraguaia vivenciou uma notável expansão da área de cultivo da soja nas últimas décadas. Essa oleaginosa, inicialmente era cultivada nos departamentos da bacia do rio Paraná, divisa com o Brasil. Com incentivos do governo Stroessner (1954-1989), os brasileiros e seus descendentes puderam estabelecer verdadeiros territórios onde prevalecia a agricultura mecanizada e o cultivo da soja. Devido aos altos preços internacionais, a produção de soja tem avançado no primeiro quinquênio de 2000 em áreas onde coexistem no mesmo espaço, grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva, as quais estão entremeadas com colônias de agricultores familiares. Dentre as regiões atingidas por esse processo recente de expansão da soja encontra-se o II Departamento de San Pedro, localizado no noroeste da Região Oriental do Paraguai.

A introdução e a expansão da produção agropecuária no Depto. de San Pedro foi um processo lento e com moderado dinamismo devido, em grande parte, a sua localização em relação à capital Asunción e pela falta de infra-estrutura de comunicação e integração com o restante do Paraguai. Historicamente, foi considerado um lugar de *obrajes y de yerbales* (exploração de madeira e da erva-mate), complementados pela produção bovina extensiva (*estancias*) nas grandes propriedades. A partir da metade do século XX, implantaram-se colônias para famílias camponesas no entorno das grandes propriedades de exploração florestal/pecuária. Com isso, intensificou-se a exploração dos recursos naturais que levou a um novo dinamismo socioeconômico regional.

No início da década de 1990, San Pedro apresentava-se como cenário de grandes problemas sociais e ambientais, em especial os conflitos fundiários entre pecuaristas e sem-terra e o agravamento do desmatamento. A implantação de colônias para famílias camponesas continuou, porém com uma menor intensidade que nas décadas anteriores. No entanto, grande parte das famílias assentadas, pela insuficiência de infra-estrutura e pelos problemas relacionados com a produtividade de suas glebas, foram forçadas a migrar para outras regiões de colonização mais recente, para os centros urbanos do país e, inclusive, para o exterior. A indefinição de políticas públicas para a agricultura familiar acarretou um agravamento dos problemas sociais e ambientais.

Após o surto da febre aftosa ocorrida no final da década de 1990 e frente a expansão da sojicultura, o II Depto. de San Pedro passou a apresentar novas tendências na produção agropecuária. Paralelamente à conjuntura favorável para produção e a expansão da soja, a agricultura camponesa tem agravado sua crise social e produtiva, configurando-se como uma *región campesina en crisis* (VÁZQUEZ, 2006, p. 96 *et. seq.*), conforme FIG. 01.



FIGURA 01 – Região camponesa considerada em crise nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI.

Fonte: adaptado de Vázquez (2006, p. 97).

A região em crise da agricultura familiar abrangia principalmente os distritos¹ da parte leste de San Pedro, locais onde ocorria, significativamente, a expansão da sojicultura. A agricultura empresarial baseada no cultivo da soja, fundamentada em modernas técnicas oriundas da “Revolução Verde” ocasionou, profundas modificações nas relações socioeconômicas e ambientais. Com isso, renovaram-se os conflitos fundiários entre os produtores de soja e os agricultores familiares estabelecidos nas colônias vizinhas.

Esse processo de modernização da agricultura tem como principais atores os descendentes de brasileiros, que outrora se instalaram no leste do Paraguai, assim como agricultores empresariais paraguaios. A reforma agrária parcial e a participação do setor agroexportador na economia nacional são fatores que incidem no processo, produzindo um debate mais amplo e complexo na atualidade. A crise da agricultura familiar de San Pedro, os processos de transformações dos sistemas de produção, a origem das diferentes categorias sociais assim como suas inter-relações indicam a necessidade de um maior conhecimento da realidade agrária local e suas articulações com as diferentes esferas regional, nacional e internacional.

Assim, busca-se na presente tese responder as seguintes questões:

- a) Em que medida, a expansão da sojicultura no leste de San Pedro participa na estagnação produtiva da agricultura familiar?
- b) Quais são os problemas produtivos e sociais que intervêm no agravamento dessa situação de estagnação da agricultura familiar na área de estudo?
- c) Como e em que medida, a implementação de políticas públicas e a intervenção institucional participam no contexto anterior?

Por essa razão, a partir das anteriores questões, o objeto de estudo da presente tese é a agricultura familiar no atual processo de expansão da soja no leste de San Pedro. Parte-se do pressuposto que, para compreender a dinâmica agrária atual, é preciso identificar os fatores que intervêm na crise da agricultura familiar.

1.3 Objetivos

Como objetivo geral, busca-se caracterizar e analisar as origens, a evolução e a situação socioeconômica atual da agricultura familiar de três distritos localizados no leste do II Departamento de San Pedro, Paraguai.

¹ No Paraguai, o termo “Distrito” é equivalente a “Município” utilizado no Brasil.

Igualmente, como objetivos específicos, busca-se compreender os condicionantes internos e externos das diferentes etapas da evolução histórica da agricultura; considerar os aspectos socioeconômicos dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares, seus desafios e potencialidades na atual conjuntura agrária. Igualmente, pretende-se avaliar a intervenção institucional na concepção e execução das políticas públicas para agricultura familiar.

1.4 Hipóteses

A presente tese parte do pressuposto que, a insuficiência das políticas públicas de apoio à agricultura familiar paraguaia, conjuntamente com os sistemas de produção praticados pelas famílias camponesas, asseguram apenas a esses atores sociais, a realização de uma agricultura de subsistência e impedem sua capitalização efetiva. Igualmente, a imposição da questão ambiental, evocada pelos agricultores paraguaios e colocada à sociedade local como principal fator de oposição à sojicultura, esconde a questão da desigualdade e limitação do acesso à terra e aos recursos públicos para a agricultura familiar.

Assim, a presente tese, além dos elementos pré-textuais, está organizada em seis partes, iniciando com a apresentação do problema, o objeto de estudo, os objetivos e hipóteses que conduziram o estudo. Na segunda parte, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre a origem e desenvolvimento da agricultura no Paraguai. Seguidamente, apresenta-se a Teoria dos Sistemas Agrários e suas ferramentas metodológicas. Essa teoria é complementada com um breve debate teórico referente ao campesinato e a agricultura familiar. Na metodologia, realiza-se a descrição e detalhamento dos procedimentos e as técnicas utilizadas para atingir os objetivos.

Na seqüência, quarta parte, descreve-se as características sociais e ambientais da área de estudo. Posteriormente, realiza-se a reconstrução do sistema agrário desde a cultura guarani até os dias atuais. Na quinta parte, analisam-se os indicadores econômicos dos sistemas produtivos implementados pelos agricultores familiares. Além disso, se discute a intervenção institucional dentro da problemática de estudo. Ao final, colocam-se algumas perspectivas de desenvolvimento como uma forma de subsidiar a (re) organização das políticas de apoio à agricultura familiar. Na última parte, expõem-se as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas, o glossário, os anexos e os apêndices.

2 A AGRICULTURA NO PARAGUAI: ORIGEM, FORMAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL

Nesta parte do trabalho realiza-se a descrição das distintas etapas históricas da agricultura no Paraguai, quando se relacionam as formas de exploração do meio, as categorias sociais envolvidas, o acesso aos meios de produção, assim como as instituições que permitiram a reprodução social dos agricultores. Inicia-se com observações a partir da cultura guarani antes da colonização européia, posteriormente discorre-se sobre a etapa colonial, o período independente, a reconstrução do país, o governo de Stroessner, o final do século XX e o início do século XXI. Deste modo, este capítulo pretende demonstrar a complexidade das relações socioeconômicas no espaço agrário e sua relação com o objeto de estudo.

2.1 A agricultura desde a época pré-colombiana até o final do período independente (1550-1870)

2.1.1 Exploração do meio natural pelos indígenas guaranis

Sobre o início da agricultura na América do Sul, mais precisamente no norte dos Andes, Chonchol (1995) e Mazoyer e Roudart (2001) comentam que a domesticação de animais e o cultivo de algumas plantas remontam a pelo menos 6.000 anos. Quanto ao Paraguai, segundo registros históricos, o primeiro grupo humano possivelmente se assentou na zona do Chaco e nas confluências do rio Paraná, na era Paleolítica. A agricultura da parte sul e sudeste da América do Sul possivelmente foi introduzida pelos *Tupis-guaranis* (ano 1000 aproximadamente) em decorrência das migrações sucessivas dos povos da bacia amazônica. Esse grupo foi responsável pela difusão de plantas agrícolas de origem centro-americanas que participaram nos sistemas produtivos e culturais (SUSNIK e CHASE-SARDI, 1982).

As primeiras crônicas comentam que os grupos guaranis *Mbyas*, os *Pa'í tavyterá*, e *Ava chiripa* praticavam uma agricultura ecologicamente orientada e de relativa produtividade, antes da chegada dos espanhóis no século XVI. As populações se localizavam em lugares com mata nativa e próximos a cursos de água, condições que possibilitavam a realização da pesca, da caça e da coleta silvestre, conjuntamente com as atividades agrícolas. Os membros de uma mesma linhagem se reagrupavam nos “*guarás*”, onde se encontravam as aldeias ou *tekohá* com grandes *tavas* (casas comunais) que reuniam muitas famílias,

normalmente conduzidos por um cacique. Esta configuração territorial mantinha autonomias socioespaciais bem estruturadas: o uso pleno da terra, a prática da roça com rotações periódicas, assim como a prática de atividades comuns para os habitantes da aldeia e proibidas para outros grupos, situação que gerava freqüentes hostilidades (SUSNIK, 1982).

Na FIG. 02 se podem observar algumas das características do ecossistema original assim como a organização da agricultura indígena antes da chegada dos europeus.

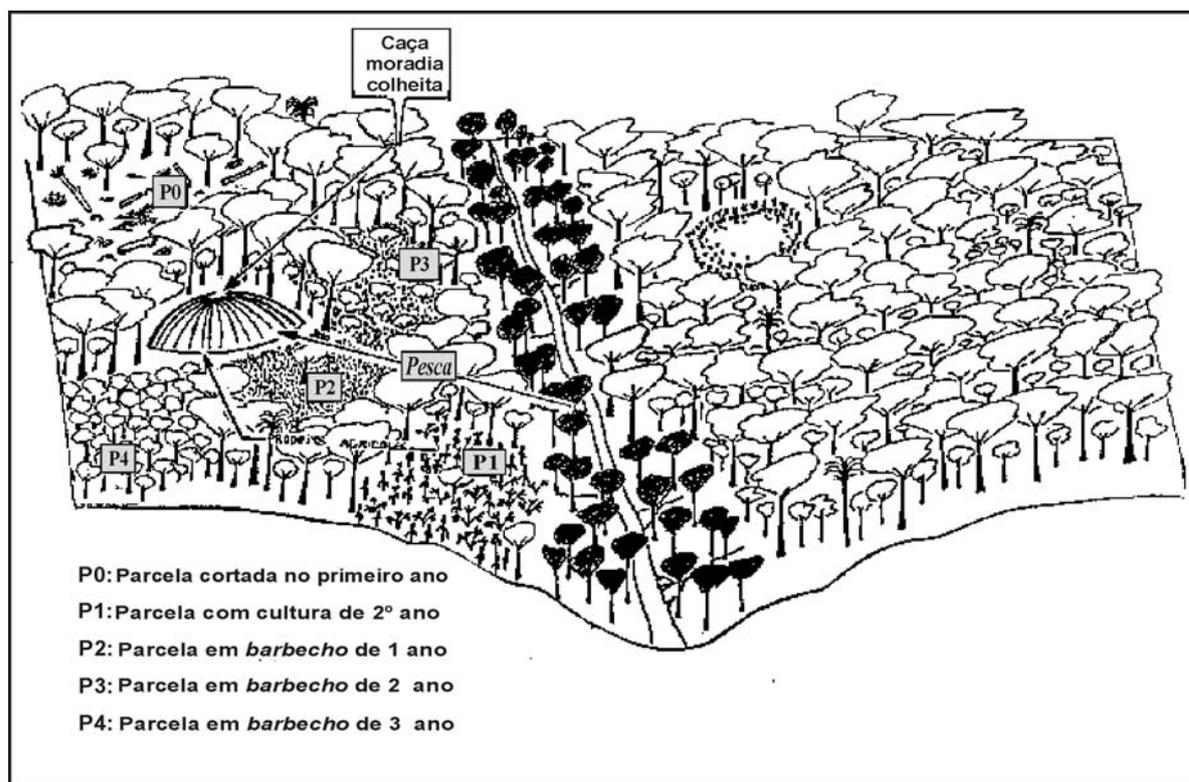


FIGURA 02 – Possível configuração do ecossistema explorado pelos guaranis (1000-1550).
 Fonte: adaptado de Couturier e Pernin (1999).

O sistema agrícola adotado pelos guaranis se baseava na agricultura de derrubada-queimada (*rozado com barbecho*). Escolhiam áreas florestais pouco densas ou as clareiras das florestas, já que o instrumental utilizado nessa época era muito precário. Derrubavam a mata nativa utilizando machados de pedra polida, após queimando os restos florestais; para a sementeira utilizavam um pau pontiagudo (*yvyra hakua*). Depois de poucos anos de cultivo, abandonavam o local para permitir a regeneração (*barbecho* ou *pousio* florestal) e, posteriormente, começar novos cultivos. As extensas áreas remanescentes da mata nativa que não eram utilizadas para a agricultura constituíam lugar de caça e coleta de frutos silvestres (ananás, frutos de palmas, etc.), e de mel e no aproveitamento das plantas medicinais (COUTURIER e PERNIN, 1999).

Azara (1969), viajando pela América meridional descreve a agricultura dos *Carios* (grupo guarani que se assentava na atual Asunción na época colonial). O grupo cultivava umas 13 variedades de milho ou *avati* (*Zea maiz*), umas 24 variedades de mandioca ou *mandio'o* (*Manihot esculenta*) e 21 variedades de batata-doce ou *jety* (*Ipomea batata*). Além disso, produziam umas 7 variedades de amendoim ou *manduvi* (*Arachis ipogea*), 16 variedades de feijão ou *kumandá* (*Phaseolus vulgaris*), combinando com diversas variedades de moranga ou *kurapepê* (*Cucurbita maxima*) e de abóbora ou *andai* (*Cucurbita pepo*). Complementavam sua agricultura com áreas reduzidas de algodão ou *mandyjú* (*Gossypium hirsutum*) e o fumo ou *pety* (*Nicotiana tabacuum*), este último utilizado nas cerimônias religiosas.

Os anteriores cultivos eram associados na mesma parcela, constituindo um policultivo, demonstrando uma diversificação produtiva e alimentar. Os trabalhos agrícolas estavam sujeitos ao calendário da lua (*jasy*), ao tempo de calor (*mbyryai*) e do frio (*ara ro'y*) fatores observados para prevenir problemas que poderiam acontecer durante o ciclo de cultivo. Destaca-se a utilização do *Ka'a* ou erva-mate (*Ilex paraguariensis*), extraída da mata nativa, um símbolo da relação do homem com a natureza e que seria posteriormente causa de vários processos socioeconômicos e de diferenciação social desses territórios.

Certamente as práticas agrícolas dos guaranis estavam distantes daquelas realizadas pelos povos indígenas mais desenvolvidos da época, em decorrência da diferença de ecossistemas e de organização social. Quanto à divisão social do trabalho, a semeadura, o cuidado e a colheita dos cultivos agrícolas ficavam sob responsabilidade da mulher; o homem encarregava-se da derrubada da mata, da caça, da pesca e da colheita silvestre. A transmissão dos conhecimentos agrícolas e florestais, acumulados por séculos deu-se na forma oral e sofreu influência direta da língua guarani (OLIVEIRA, 2004).

Possivelmente, em decorrência do crescimento demográfico e como paliativo à escassez de alimentos, os guaranis tiveram que estreitar o período de pousio, ou talvez tiveram que intensificar as atividades da caça, da pesca e da colheita silvestre. Desse modo, a escassez de meios de subsistência acarretou, periodicamente, um empobrecimento dos recursos naturais. Além disso, possivelmente a redução do tempo de pousio não permitiu restaurar eficientemente a fertilidade natural das terras para continuar com a agricultura. Porém, como não se possuem documentos históricos que possam afirmar as anteriores asseverações, se poderia pressupor também que os indígenas tinham excedentes de terras para desenvolver a colheita, a caça, a pesca e a agricultura itinerante.

A chegada dos espanhóis do atual Paraguai na segunda metade do século XVI determinou uma profunda transformação do sistema agrário guarani. Segundo Vivian (1998), o advento das primeiras expedições européias na América encontrou populações pré-colombianas em situações diferentes; algumas estavam em crise, possivelmente em decorrência dos sistemas de produção adotados e do crescimento da população. As formas de organização social, o modo de distribuição dos excedentes agrícolas, as bases naturais dos territórios onde estavam assentados ou talvez fenômenos meteorológicos (secas, enchentes, etc.) incidiram no desenvolvimento dessas sociedades.

2.1.2 As grandes transformações na agricultura indígena com a colonização européia

Os conquistadores europeus que chegaram na América eram em sua maioria militares ou membros da nobreza real que se lançaram na busca de terras ricas em minérios (*El Dorado*): eram indivíduos e grupos sociais não ligados à agricultura. Em virtude das dificuldades encontradas nessa parte do território sul-americano, os conquistadores voltaram-se às potencialidades de cada região conquistada. Nos territórios ocupados pela etnia tupi-guarani, em decorrência da existência de uma organização agrícola e da inexistência de recursos minerais, os espanhóis promoveram alterações na estrutura social e produtiva. Seus aportes fundamentais foram de ordem instrumental, de práticas agropecuárias, da introdução da ideologia cristã e da economia agrícola pastoril.

Os séculos XVI e XVII foram marcados pela introdução e expansão de elementos próprios da agropecuária européia. Assim mesmo, grande parte desse período se fundamentou na luta e conquista do espaço indígena. Segundo Couturier e Pernin (1999), a base inicial da exploração dos espanhóis no Paraguai assentou-se na pecuária extensiva (criação bovina e eqüina) nos campos naturais. Posteriormente, das florestas nativas extraíam madeiras de algumas espécies para a construção civil. Com o decorrer da colonização, os hispânicos foram atraídos pelo uso da erva-mate, árvore medicinal de ampla difusão entre os guaranis, iniciando desta forma a sua exploração.

A agricultura nessa época, continuou fundamentada na derrubada-queimada, com os cultivos autóctones de subsistência (milho, mandioca, feijão, amendoim), complementada com algumas espécies introduzidas pelos hispânicos, como trigo, arroz, cana-de-açúcar, frutas cítricas, entre outras. Além desses cultivos agrícolas e da pecuária, os europeus também introduziram ferramentas de ferro (machado, enxada, facão, foice), o arado rústico de

madeira, a canga (*yugo*) assim como a carreta puxada por animais, elementos que deram um novo impulso agrário ao território colonial (FIG. 03).

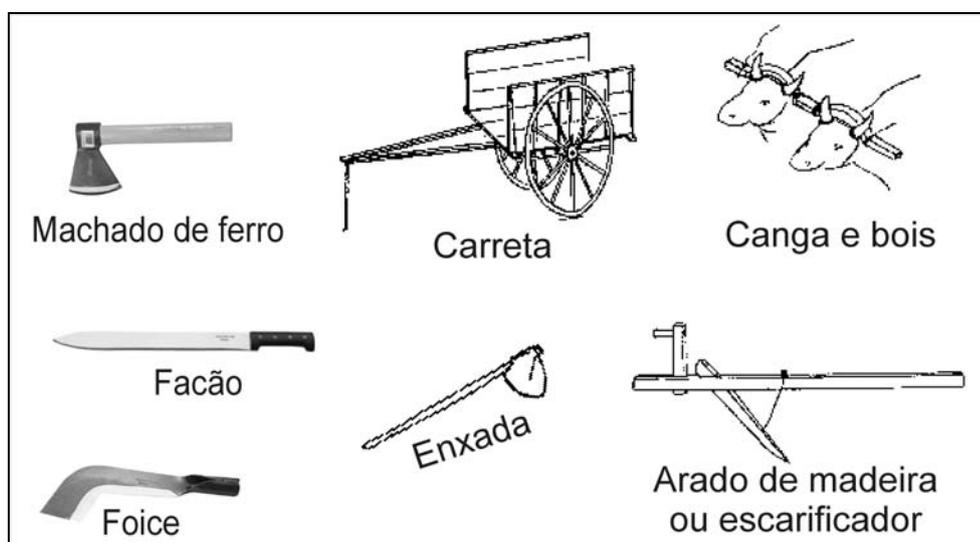


FIGURA 03 – Algumas ferramentas utilizadas durante a colonização espanhola e em etapas posteriores.

Fonte: adaptado de Couturier e Pernin (1999).

A agricultura itinerante dos guaranis, beneficiada pelos cultivos agrícolas, as ferramentas e a criação de animais, continuou sendo praticada. A produção agropecuária era destinada ao consumo humano e animal (cavalos e bois), sendo de pouco interesse a comercialização dos excedentes. Praticavam o escambo de produtos devido à limitada produção agropecuária e do débil povoamento. Com o decorrer da colonização, comerciantes espanhóis introduziram um sistema mercantil com produtos para uso interno e externo à colônia.

Além dos conquistadores espanhóis, coexistiam, no espaço colonial, os *criollos* (filhos de pais espanhóis, mas nascidos na América), os religiosos, os *mestizos* e os indígenas. Do ponto de vista antropológico, o processo de contato interétnicos foi inicialmente agressivo, causando perdas humanas consideráveis. A união de espanhóis com as índias guaranis, reconhecida pelo governador Domingo Martinez de Irala, originou o aparecimento do *mestizo*¹.

Oddone (2002) menciona que a conquista e colonização da América poderia ser assim resumida: o espanhol ‘fundava’, o mestiço ‘povoava’, o indígena ‘trabalhava’ e o

¹ A população paraguaia possui, em sua grande maioria, a cultura *criolla mestiza* ligada mais fortemente nos camponeses e urbanos pobres, onde se enraíza a cultura guarani. Mesmo que os indígenas tenham sido derrotados, sobreviveram sua língua e cultura, fazendo que o Paraguai, até hoje, seja um dos poucos países da América que é bilíngüe, mantendo a língua indígena. Para alguns estudiosos, a miscigenação indígena-hispânica poderia explicar a singularidade de muitos aspectos sociais do paraguaio (BENÍTEZ, 1996; CADOGAN, 1992; SCHVATZMAN, 1990; VERA, 2004)

sacerdote ‘doutrinava’. Durante o período colonial, alguns mestiços puderam ascenderam à classe alta, chegando a disputar alguns direitos, como o acesso à terra com *criollos* e espanhóis. Porém, em muitos casos, os mestiços bastardos eram utilizados, de forma similar aos indígenas, unicamente como força de trabalho.

Quanto à organização do território colonial, a partir de 1556, dentro das *Leyes de las Indias*, as terras da província espanhola foram divididas e organizadas em *Encomiendas*, sob a autoridade do *Encomendero*, que poderia ser pessoa da nobreza, soldado vindo da Espanha, *criollo* e/ou até mestiço, alçados à classe alta. A *Encomienda* era um regime pelo qual a coroa espanhola concedia a certos representantes, públicos ou privados, autoridade sobre parte dos espaços conquistados, isto é, autoridade sobre as terras e suas populações (PASTORE, 1972; SOUCHAUD, 2002).

Desta forma, a distribuição das *Encomiendas* observava a divisão de classes sociais, sendo excluídos do acesso à terra os indígenas e os mestiços bastardos. O *Encomendero* configurou-se como a classe ostentadora do poder político e econômico frente a outras classes sociais da época. No QUADRO 01 apresenta-se uma explicação detalhada da organização das *Encomiendas*, da *mita* e do *yanacomasgo*.

O direito absoluto de propriedade das terras da América (e sua população nativa), que no início teve o conquistador espanhol, foi adquirindo uma maior amplitude pela escassa e deficiente relação coroa-colônia. Várias medidas legais foram definidas a favor dos indígenas para preservá-los e utilizá-los na efetiva colonização. Porém, o ideal dessas normas, manifestadas nos fatos, atitudes e omissões, orientaram em todas as épocas o conceito do direito sobre a propriedade territorial. O correto conhecimento dessa parte da história geral do Paraguai é muito importante para a compreensão dos problemas relacionados à questão fundiária que se estendem até os dias atuais.

QUADRO 01

As formas de implantação das *Encomiendas*, *Mita* e *Yanaconago*

A *Encomienda* foi uma instituição jurídica implantada na América pelo Império espanhol com o intuito de regular as relações dos hispânicos com os indígenas. Consistia na concessão que o Rei fazia a favor de seus súbditos do direito de cobrar tributo aos indígenas. Como estes não podiam pagar em moeda, o tributo era cobrado com a prestação de determinados trabalhos. Em compensação, o *Encomendero* devia fornecer educação, doutrina cristã e proteção ao território onde se localizava a *Encomienda*, seja redução cristã ou antigos povos indígenas. No Paraguai teve duas formas de funcionamento: a *Mita* e o *Yanaconasgo*.

A *Mita* era um sistema de serviço regulamentado que afetava somente (ao menos em teoria) aos índios sem distinção de sexo entre 15 e 50 anos de idade, com prestação de serviços aos *Encomenderos* dentre 3 a 4 meses por ano, ficando liberados dos trabalhos crianças e indivíduos idosos. Este sistema se poderia estender até por “duas vidas”, o que significava que o direito poderia ser transmitido a seu herdeiro, dissolvendo-se na terceira geração. Foi instituído pela Coroa com a finalidade de concretizar o atributo de *Vasallos libres del Rey* que ostentavam os indígenas. Os *mitayos* residiam normalmente nas *tavas* das quais acudiam periodicamente a desempenhar os serviços, geralmente em obras públicas (estradas), produção da erva-mate, exploração florestal e transporte fluvial. A distribuição dos *mitayos* se organizava com os próprios caciques e de acordo às ordenanças da época e deviam servir aos *encomenderos* em seus edifícios, lavouras, criação, caça e pescaria.

O *yanaconasgo* era um sistema de serventia pessoal perpétua em que os índios eram submetidos pelos espanhóis: era considerado um *esclavo con título de encomendado* sendo seu status hereditário. Durante as expedições ao Chaco, os espanhóis obrigavam aos guaranis a participar nas mesmas como aliados e aqueles que se negavam eram escravizados. Destas expedições, os espanhóis traziam numerosos indígenas que se convertiam em *yanaconas*. Após 1555, este tipo de *Encomienda* de fundamentou ainda mais nos grupos guaranis, em especial aqueles considerados ‘socialmente inaptos’ e economicamente dependentes do *encomendero*. O *yanaconasgo* não reconhecia limites de idade ou sexo dos aborígenes, obrigando-os a trabalhos na agricultura, pecuária e atividades domésticas na casa do *encomendero*. Os indígenas eram tirados pela força de suas comunidades, sendo repartidos aleatoriamente entre os feudos hispânicos, formando-se aglomerações de *tapyi* (ranchos) e uma relação de servo-amo, ou seja, de *yara – tembiguai* (SUSNIK, 1982, tradução livre).

A atuação das ordens religiosas Mercedarios, Jesuítas e Franciscanos no período colonial teve uma grande influência na proteção da identidade cultural da população nativa. Esses religiosos foram fundamentais na formação social e cultural dos grupos catequizados. Possivelmente a tradição monoteísta e a divisão social do trabalho de base agrícola foram elementos que consolidaram a cristandade dos indígenas na Província do Paraguai. Ressalta-se, neste contexto, principalmente a atuação dos Jesuítas, que defenderam a dignidade dos indígenas ante o sistema escravocrata das *Encomiendas* (ALVAREZ, 1982). Isto provocou muitos momentos de atritos entre os Jesuítas e as autoridades hispânicas, os quais desembocaram na expulsão dos religiosos da província no século XVII.

Desde o ponto de vista do espaço conquistado, a colonização espanhola concentrou-se nas zonas próximas a Asunción (uma distância inferior a 100 km da capital provincial) ou perto dos principais rios. Houve pouca expansão populacional em outras regiões devido à precariedade de infra-estrutura terrestre, às constantes revoltas indígenas, às

incursões violentas dos bandeirantes à procura de indígenas para trabalharem nos canaviais do atual Brasil e à ameaça latente da expansão lusitana no leste da Província.

Em relação à divisão social do trabalho, na exploração de madeira e erva-mate assim como na criação de gado, empregava-se mão-de-obra eminentemente mestiça ou indígena, entretanto sem pagamento de salários (GELMAN, 1998). Posteriormente, no século XVI, os indígenas diminuíram como mão-de-obra no meio rural devido ao aumento da população mestiça não assimilada pela classe alta, e pela tênue incorporação de escravos negros. A diferenciação social definida pelo acesso e posse da terra explica por que os indígenas foram os grupos sociais mais marginalizados nesse contexto e por que somente foram utilizados como força de trabalho.

Conforme a colonização foi o grau de exploração dos recursos naturais e da população submetida. Deste modo, a extração da erva-mate e madeira das florestas, assim como a criação bovina e eqüina nas pradarias foram formas predominantes de transformação do meio natural. Igualmente, mas em menor proporção, a produção e comercialização do fumo e algodão foram os cultivos agrícolas mais importantes daquela época. Alguns excedentes produtivos eram direcionados ao comércio local ou para a bacia do rio da Prata e, eventualmente à metrópole ibérica. As características de população, localização geográfica, constantes lutas com os indígenas no processo da conquista territorial, ameaça da expansão lusitana e o pouco interesse da coroa espanhola pelas novas terras, foram os fatores que não estimularam a existência de uma agricultura que gerasse excedentes comerciais consideráveis. Limitava-se somente à exploração simples dos recursos naturais, que possivelmente eram abundantes na região.

Enfim, durante todo o período da conquista e colonização espanhola do atual Paraguai conviveram, simultaneamente, duas formas de agricultura: aquela realizada em pequenas parcelas de terras, mediante a agricultura de derrubada-queimada, com policultivos orientados à subsistência e a exploração dos recursos naturais em grandes propriedades como: a extração de erva-mate e madeiras da mata nativa, assim como a pecuária extensiva nos campos naturais, neste caso, orientada à comercialização.

Acontecimentos como a Revolução Francesa, a independência das colônias inglesas da América do Norte na década de 1780, as incessantes lutas entre as metrópoles (França, Inglaterra, Espanha e Portugal) na Europa e nas novas terras de ultramar foram os aspectos geopolíticos mais importantes durante o século XVIII. No plano local, o aumento da população mestiça e crioula com aspirações libertadoras, paralelamente ao desaparecimento das *Encomiendas* em 1803 e a emergência do trabalho assalariado, foram fatores que

definiram a independência do Paraguai, em maio de 1811. Assim, tornou-se um dos primeiros países independentes, adotando a República como forma de governo.

2.1.3 Independência política e alimentar do Paraguai

Nos primeiros anos de independência política, a interferência espanhola por interesses comerciais ou fundiários, assim como as pretensões dos países limítrofes determinaram vários momentos de tensão para as novas autoridades. Em meio a essa instabilidade, assumiu, em 1816, o governo do Paraguai o Doutor Gaspar Rodríguez de Francia², declarando-se *Dictador Perpetuo del Paraguay*. Este governante revogou as *Leyes de las Indias* que regulamentavam a posse da terra, confiscando as propriedades particulares de espanhóis, crioulos e ordens religiosas, transpassando para a administração do Estado.

Durante o governo do Dr. Francia, nas pradarias naturais amplamente estendidas na porção oriental do rio Paraguai, se organizaram as *Estancias de la Patria*, dedicando-se preferencialmente à criação bovina e eqüina. Além disso, o Estado concedia terras em arrendamento, preferentemente a pequenos granjeiros de origem mestiça e até a alguns indígenas para criação animal e agricultura de subsistência. O sistema de produção continuou fundamentado na agricultura de derrubada-queimada, com as ferramentas de trabalho introduzidas pelos espanhóis e na base do trabalho familiar. O comércio permaneceu incipiente e baseado apenas na troca de produtos agrícolas e do artesanato (peças de algodão, de lã e de couro), assim como no trabalho em *mingas* (intercâmbio de tarefas entre os agricultores). Como não havia trabalho assalariado, os agricultores tiveram que optar pela ajuda mútua para realizar as tarefas agrícolas.

A produção agrícola basicamente era para o consumo familiar, tendo como principais cultivos o milho, a mandioca, o feijão, o amendoim, o trigo, a cevada, o arroz e as frutas cítricas. A pecuária fundamentava-se na criação de animais menores (aves, suínos, caprinos) e algumas cabeças de gado bovino. Essa conjuntura determinou um grupo social

² Rodríguez de Francia, descrito pelos historiadores como *el hombre frágil vestido con chaqueta negra*, admirou e emulou os elementos mais radicais da Revolução Francesa. Menciona-se que ele gostava de inspirar-se no líder jacobino Maximiliano de Robespierre (1758-1794), porém suas políticas e ideais talvez se aproximassem mais a François-Noël Babeuf (1760-1797) francês utópico que quis abolir a propriedade privada e *comunalizar* a terra como prelúdio de uma 'República de iguais'. O Dr. Francia também se inspirou em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) na sua obra "Contrato social", ou seja, "*el acuerdo entre los hombres conveniados que fijan las condiciones como miembros en la sociedad*" (JARA, 2004, p. 96). Dentre outras ações de Francia, se destaca a abolição da escravidão indígena e dos latifúndios em plena época que outros países sustentavam a sua base socioeconômica nessas relações. Interessante a visão literária que registrou Augusto Roa Bastos (Prêmio Miguel de Cervantes 1989) sobre este personagem da história paraguaia, conhecido como *Karai guazu*, na sua obra *Yo el Supremo*.

pouco heterogêneo que incluía agricultores de subsistência e criadores de gado, todos eles utilizando a força de trabalho familiar em unidades produtivas de pequena e média extensão. Acredita-se que essa organização estabeleceu as bases históricas do grupo social posteriormente denominado como “*campesinos*”.

Talvez um aspecto contraditório das disposições do Dr. Francia foi o isolamento político e econômico a que submeteu ao Paraguai como uma forma de consolidar o Estado-Nação emergente, e desse modo, alcançar uma relativa independência política, produtiva e alimentar. Para os detratores de Francia, o ditador determinou o engessamento do país no momento em que alguns Estados da região estavam crescendo. Para os defensores dele, o país atingiu uma estabilidade produtiva e social devido ao incentivo à agricultura através do policultivo em pequenas propriedades. Igualmente, o sistema político adotado não permitiu o estabelecimento de uma classe aristocrática no país: apenas uma população de agricultores tradicionais que complementaram suas atividades com o artesanato e criação de pequenos rebanhos de animais (CHAVEZ, 1998).

Essa situação social e produtiva continuou até a metade do século XIX, determinando pouca mobilidade social e débil mercantilismo. A erva-mate, o fumo, assim como a carne e couro bovino, que outrora inseriram moderadamente o país ao mercado regional deixaram de representar a base da economia paraguaia. Em seu lugar, a agricultura de subsistência passou a desempenhar papel fundamental para a segurança e alimentação da população. As relações de trabalho sustentadas no formato das *Encomiendas*, possivelmente tenham desaparecido, acarretando uma relativa homogeneidade social no país.

2.1.4 Emergência do Estado Mercantilista

Após da morte do Dr. Francia em 1840, assumiu o governo Don Carlos Antonio López (1842-1862). O *Excelentísimo*, como era conhecido López, aproveitou a estrutura do Estado deixada por seu antecessor. Impulsionou um moderado progresso via vantagens comparativas da agricultura e as oportunidades advindas da recente industrialização na Europa. As terras continuaram sendo administradas pelo Estado sob condição de arrendamentos; a centralização das atividades produtivas e comerciais com afirmação do Estado, não permitiu a instauração de uma aristocracia vinculada diretamente aos latifúndios privados.

Carlos A. López iniciou a abertura comercial do país investindo na exploração da erva-mate, na pecuária bovina e na intensificação e expansão do cultivo de algodão, este

último produzido basicamente nas pequenas propriedades familiares. Tanto a exploração agropecuária e florestal como as atividades comerciais estavam submetidas ao pagamento de impostos. A partir de 1852, a incorporação de vários técnicos estrangeiros contribuiu para aumentar o cultivo e a industrialização do algodão. Desta forma, progressivamente o Paraguai alcançou vantagens comparativas na produção de algodão.

Existem algumas divergências com relação às conseqüências do monopólio da propriedade e seus meios de produção (gado, ferramentas, cultivos, etc.) por parte do Estado. Pastore (1972) menciona que os dispositivos legais estabelecidos nesse período mercantilista:

[el sistema] dejó a los mestizos descendientes de los “mitayos” e “yanaconas” así como a los indígenas sin la posibilidad de que fuesen propietarios de sus tierras, pasando estos grupos sociales a ser fuentes de abusos e injusticias e condenados [implícitamente] que sean harta mano de obra en las explotaciones de yerba mate y la pecuaria extensiva, que en otras épocas eran los sustentos de la economía colonial y que estaba reactivándose con el gobierno de C.A. López [...] hubo un retroceso muy grande en los derechos de la tenencia de la tierra de los pueblos más antiguos, retornándolos parcialmente a los antiguos sistemas encomenderos de la época colonial (p. 116, sem grifos no original).

Deste modo, mesmo havendo o trabalho assalariado, possivelmente se retornou ao sistema das *Encomiendas* com a utilização de mão-de-obra indígena e mestiça. Porém, existem vazios na literatura sobre as relações de trabalho nesta época histórica do Paraguai.

Dentre os progressos que obteve o Paraguai durante a etapa Mercantilista do Estado estão: a construção da primeira ferrovia na América do Sul (1857), a adoção do sistema de telégrafo, a construção e compra de barcos para navegação regional e de ultramar, a exploração do mineiro de ferro e a instalação das primeiras indústrias manufatureiras. Além disso, se instituiu a educação primária gratuita para a totalidade dos habitantes.

Nesse período, a produção agrícola continuou fundamentada no sistema de cultivo de derrubada–queimada em terras concedidas pelo Estado, com produção voltada para a subsistência, com cultivos autóctones da mesma forma como no período colonial espanhol, utilizando normalmente a mão-de-obra familiar. A policultura agrícola (herança guaraníca e colonial), e tendo o algodão como principal cultivo comercial, contribuíram a precoce industrialização do Paraguai. Complementando a produção local, a exportação de erva-mate, madeiras e produtos da pecuária definiu uma etapa favorável de crescimento socioeconômico. Em decorrência disso, houve uma relativa melhoria no acesso das crianças ao ensino fundamental, recursos para estudos no exterior, incorporação de profissionais estrangeiros e especialização da produção, financiados totalmente pelo Estado. Essa conjuntura social

acarretou um crescimento da população, que se expandiu para os territórios sul e centro da região oriental do Paraguai.

Com a morte de Carlos A. López, assumiu o governo do Paraguai Francisco Solano López (1862-1870). Ele deu seguimento às políticas idealizadas pelo pai, alcançando um progresso relativo ainda com forte viés no poder do Estado. A estrutura agrária permaneceu inalterada: exploração de erva-mate, madeiras, pecuária bovina e agricultura de derrubada-queimada com policultivos nas propriedades do Estado. Cabe destacar que a produção familiar foi um importante elemento para o desenvolvimento econômico do país, configurando um projeto autóctone quase socialista e inédito, mas de moderada potencialidade e desafiador para as indústrias da metrópole a Inglaterra.

O erário público se beneficiou fortemente dos impostos arrecadados com as atividades comerciais. Pastore (1972, p. 178) menciona que:

Los ingresos generales del país, alcanzaron un valor de 397.538 \$ en 1853 y 2.611.343 \$ en 1862. Además, hasta 1870, el Estado detentaba casi la totalidad del territorio del país: todas las tierras del Chaco le pertenecían y de las 16.590 leguas cuadradas da superficie nacional, apenas 261 leguas cuadradas³ eran de dominio privado (menos del 2% del total). De un total estimado (16.590 leguas cuadradas) de propiedad del Estado había 840 leguas cuadradas de yerbal natural, 7.200 leguas cuadradas de campos para pastoreo y 8.550 leguas cuadradas de bosque nativo. Los yerbales producían a cada tres años unas 40.000 arrobas de yerba mate por legua cuadrada siendo vendido a 1 \$ por arroba.

Como consequência da administração monopólica do Estado tinha sobre o país, esse período foi conhecido como “*los años dorados del Paraguay en el siglo XIX*”. Contudo, esse tempo de florescimento social e produtivo do Paraguai foi prejudicado pela *Guerra da Triple Alianza*⁴ ou “Guerra Grande”, de 1864 até 1870. Essa guerra, que inexoravelmente aconteceria como consequência do liberalismo comercial impulsionado na Europa e da indefinição territorial dos países da bacia do rio da Prata, constitui o maior fato na história do Paraguai. Suas consequências determinaram, em grande medida, a pobreza e atraso que se

³ Uma légua quadrada equivale a uma área de 1.875 ha.

⁴ Existem muitas opiniões sobre essa guerra: algumas ressaltam a figura de Solano López como defensor do país enquanto que outras condenam sua atuação pouco diplomática. Obras como Chiavenato (1990) e de Doratioto (2004) oferecem bastantes documentos históricos sobre a “Guerra do Paraguai”, tal como se conhece no Brasil, as quais permitem estimular a discussão sobre o tema. Além disso, o escritor argentino Juan Bautista Alberdi forneceu importantes dados sobre os verdadeiros motivos da Guerra Grande. Contudo, para o imaginário da sociedade paraguaia, fica ainda a lembrança de que nessa guerra a população saiu na defesa de sua soberania, sem distinção, devido à pouca diferenciação social e pelo relativo grau de progresso que o país havia alcançado, enquanto os países aliados utilizaram até escravos como combatentes. As perdas humanas e de terras florestais determinaram que o Paraguai ficasse engessado numa estrutura socioeconômica com acentuada diferenciação social.

evidência até os dias atuais (JARA, 2004; LAÍNO, 1989; PASTORE, 1972; SCHVARTZMAN, 1990).

2.2 A reconstrução do Paraguai após a *Guerra de la Triple Alianza* (1870-1954)

O ano de 1870 delimita o momento mais dramático da história paraguaia: milhares de paraguaios haviam desaparecido nos campos de batalha, a incipiente indústria e a agricultura estavam destruídas, e o país estava totalmente em ruínas. Após dessa guerra, o Paraguai, como nação vencida e arrasada, passou a ser dependente de seus vencedores, em especial do Brasil e da Argentina, que impuseram profundas mudanças nas relações sociais e produtivas do país. Assim, implantou-se uma estrutura oligárquica liberal apoiada nas grandes propriedades, no capital estrangeiro e nas precárias relações de trabalho.

A sociedade paraguaia se recompôs, muito lentamente, pelo trabalho dos poucos sobreviventes da “Guerra Grande”, basicamente mulheres, crianças e anciãos. Diante deste contexto, o novo governo determinou duas medidas de grande repercussão para o país e em especial para o meio rural: a venda de terras antes monopolizadas pelo Estado e a permissão de entrada de imigrantes estrangeiros.

2.2.1 Venda de terras públicas

Após a “Guerra Grande”, mesmo com a base socioeconômica bastante deteriorada, o Paraguai possuía meios ou riquezas para enfrentar a reconstrução sem recorrer a outras disposições. Segundo Laíno (1989) e Amarilla (2004), uma forma de consolidar a dependência econômica do Paraguai após essa guerra, foi pelo endividamento. Em 1872, o Paraguai recebeu da Grã-Bretanha um milhão de libras esterlinas para modernização e investimentos (a primeira dívida externa do país). Desse primeiro empréstimo, descontadas as comissões, apenas 403.000 libras esterlinas chegaram ao país; posteriormente, em 1873, se solicitou um segundo empréstimo, desta vez de dois milhões de libras esterlinas, chegando somente ao país 125.000. Os empréstimos tiveram como aval as terras e bens do Estado, dívida que incidiu fortemente no orçamento do Paraguai até metade do século XX.

Para os governantes da época, a venda massiva de bens que antes pertenciam ao Estado (ferrovia, imóveis e terras públicas) era a forma de atingir *el nuevo eslabón a la modernización* (LAÍNO, 1989). Em 1872, decretou-se a venda de bens públicos como forma de pagamento das dívidas da guerra, sem muitos resultados porque se restringia a alguns bens

e terras de pouca qualidade produtiva. A partir das leis de 1883 e 1885, com a venda considerável de terras do Estado⁵ (*tierras fiscales*) com ervais naturais e pradarias, teve início um processo de exclusão social da população rural, remanescente da guerra. Toda a legislação tinha como intuito *facilitar la explotación de las riquezas según los dictados de la iniciativa privada y de ese modo, alcanzar mayor progreso y civilización* (AMARILLA, 2004, p. 116).

Nos mapas subseqüentes (FIG. 04 e 05) se pode observar a localização das grandes propriedades implantadas na região oriental e no Chaco paraguaio, em terras que antes pertenciam ao Estado, durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

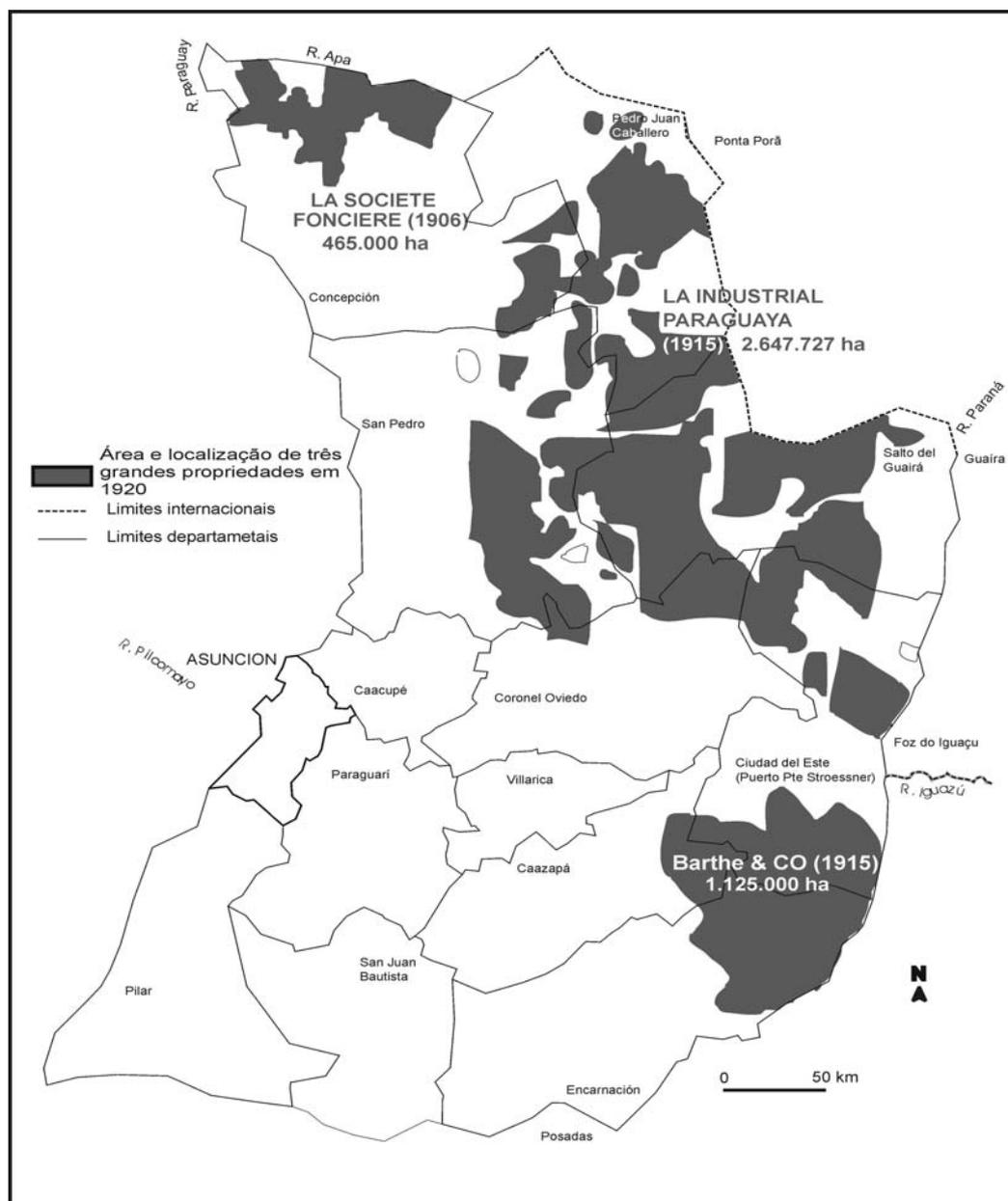


FIGURA 04 – A implantação das grandes propriedades na região oriental do Paraguai, após de 1870.

Fonte: adaptado de Souchaud (2007, p. 74).

⁵ Terras do Estado ou *Tierras fiscales* equivalem ao termo “terras devolutas” utilizado no Brasil.

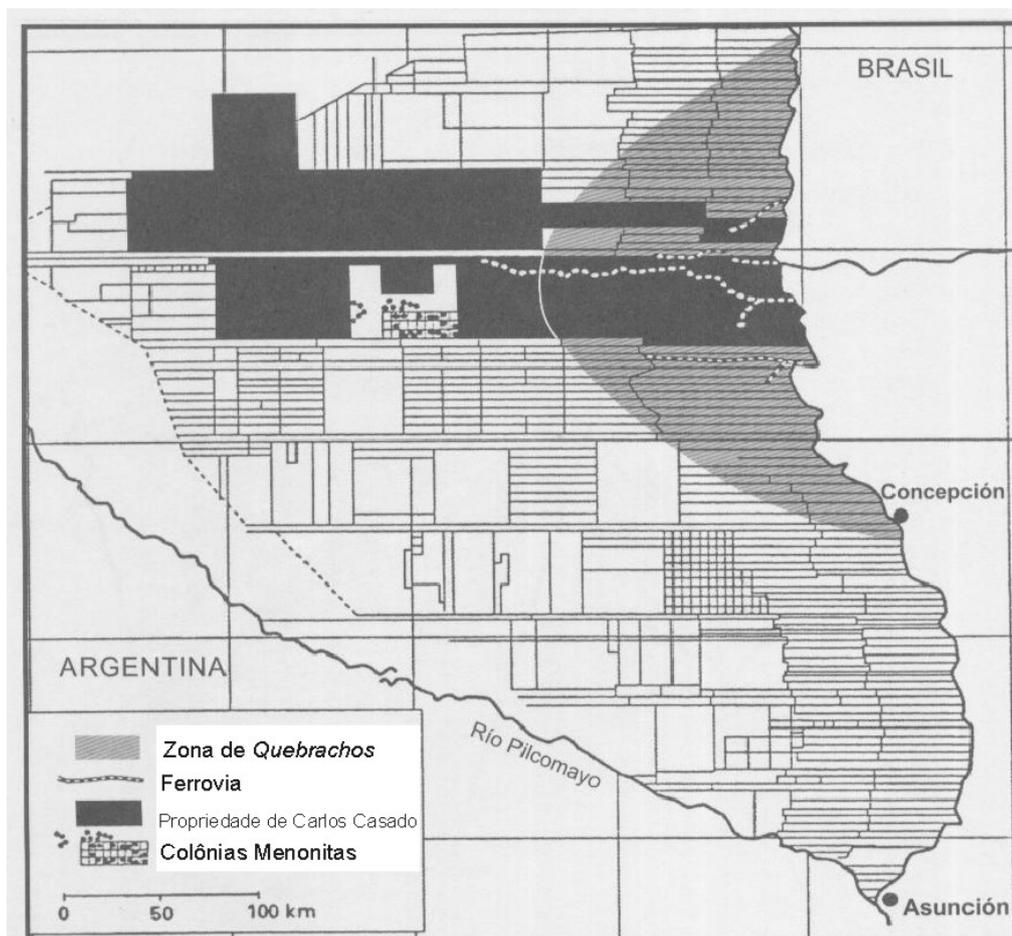


FIGURA 05 – O parcelamento das terras e implantação das grandes propriedades na região ocidental do Paraguai, após de 1870.

Fonte: adaptado de Vázquez (2006, p. 26).

Durante a década de 1870, a venda de terras do Estado ainda era pouco dinâmica permitindo que, em alguns lugares, as antigas comunidades de descendência *mitayo* e *yanacóna* pudessem restabelecer-se. Em 1883 e nos anos subsequentes, o Estado vendeu quase todas suas terras, especialmente aquelas com pradarias e lavouras: comunidades inteiras ficaram isoladas no interior das grandes propriedades. Os grandes proprietários ou *yvy jará* (*terratenientes*) deram oportunidade para que as famílias pagassem pelas terras ocupadas ou ficassem como posseiros ou meeiros; outros proprietários obrigaram as famílias instaladas na sua propriedade a sair, de forma pacífica ou mediante o uso da força. Deste modo, as poucas famílias remanescente da guerra emigraram para o entorno da capital Asunción (PASTORE, 1972).

Na TAB. 01 pode-se observar as propriedades com mais de cem mil hectares nas duas regiões naturais do país, implantadas no final do século XIX e com permanência até meados de 1950.

TABELA 01
Propriedades com mais de cem mil ha no Paraguai, final do século XIX até metade do século XX

Região oriental	
Empresa	Superfície (ha)
La Industrial Paraguaya S.A.	2.647.727
Sucessão de Domingo Barthe	881.442
Argentino Paraguayo de maderas S.A.	496.945
Montes, yerbales y estancias S.A.	425.568
Comercial e inmobiliaria Paraguayo Argentino	419.760
Joaquin de Casal Pereira	288.723
Fassardi y Compañía	153.214
Quevedo y Compañía	144.480
Compañía Industrial de maderas	136.609
Benjamin Fontao	136.029
Montes y Compañía	117.947
Região Ocidental ou Chaco	
Empresa	Superfície (ha)
Carlos Casado y Compañía	2.467.277
Sociedad P.L.A.	1.580.653
Internacional Product Corporation	620.825
Sociedad de tierras y maderas	468.750
The American Quebracho Company	446.250
Campos y quebrachales Puerto Sastre	371.078
Marcelino Escalada	292.198
Roberto Cano	262.500
Pablo Frangenhein	253.321
Paraguay Cattle Farm Ltda.	202.106
Jorge Dickinson	185.625
Quebrachos fusionados	168.750
Banco Inglés de Rio de Janeiro	131.250
Nicolas Mihanovich	116.874

Fonte: Huespe (1994, p. 15); Vázquez (2006, p.24)

A empresa *La Industrial Paraguaya Sociedad Anónima* -LIPSA, era formada por capital argentino e inglês. Iniciou suas atividades em 1879 sob a denominação “Patrício Escobar e Cia”; logo passou a denominar-se “Empresa Alto Paraná” (1883) para, finalmente em 1896, conformar a LIPSA. A referida empresa iniciou adquirindo 855.000 ha (456 léguas quadradas) de ervais, aumentado posteriormente para 2.137.500 ha pela compra de 684 léguas quadradas de campo natural. Posteriormente, comprou mais terras até completar 2.647.727 ha, ou seja, 17% do total das terras da porção oriental de Paraguai. A exploração de suas terras fundamentava-se na extração da erva-mate⁶, madeiras e criação de gado (LAÍNO, 1989)

⁶ Paralelamente à instalação da LIPSA no Paraguai, também instalou-se a Matte Laranjeira no atual Estado de Mato Grosso do Sul (Brasil). Uma importante contribuição para entender e relacionar a conjuntura regional com relação à exploração da erva-mate encontra-se em Bianchini (2000).

Outro *terrateniente*, Carlos Casado del Alisal, empresário testa-de-ferro dos capitalistas ingleses, inicialmente comprou no Chaco aproximadamente três mil léguas quadradas (5.625.000 ha), onde começou a exploração do Quebracho colorado (*Schinopsis balansae*), árvore endêmica dessas latitudes e que servia para a extração do tanino destinado para o curtimento de couros. A instalação dessa indústria florestal respondia diretamente aos estímulos do capitalismo internacional.

As transgressões legais com relação aos limites de terras e condições de trabalho, por vezes amparados pelos governantes e a legislação de cunho liberal que regia nesse período histórico, definiram uma diferenciação social extrema entre os *yvy jara* e os *tembiguai* (posseiros, meeiros). Tanto na região oriental como no Chaco, os trabalhadores da exploração florestal eram submetidos a condições subumanas de trabalho, sem salários e, em muitos casos, a servidão por dívida. Certamente as terras, pela sua localização, os recursos naturais disponíveis e o grau de exploração do trabalho constituíam garantias no circuito da especulação financeira daquela época e de acumulação de riquezas.

A venda das terras públicas durante o período compreendido entre 1883 e 1890 acarretou uma elevada concentração fundiária, resultando que 53,5% do território paraguaio estivessem registrado em poder de 65 pessoas: pradarias e florestas com todas suas riquezas naturais (e humanas) passaram do poder estatal para o domínio privado. Os *yvy jará*, em sua maior parte, eram estrangeiros morando no exterior, militares, políticos e comerciantes paraguaios com fortes vínculos com o governo da época. Assim, configurou-se a *latifundización* e a *extrangerización* do país (MORINIGO, 2005).

Os partidários da venda de terras do Estado com ervais argumentavam que o repasse das mesmas para o setor privado aumentaria a qualidade e produtividade da ervamate, favoreceria os trabalhadores e auxiliaria ao Estado na arrecadação de mais tributos, para destiná-los ao orçamento público. Igualmente, *la población tendrá provecho de la venta de los yerbales ya que la misma podrá purificar las costumbres con la instalación de un hogar decente [...] y llevará consigo la escuela, la iglesia y la agricultura* (PASTORE, 1972, p. 229). Esses princípios nunca foram atingidos: nem populações, escolas, igrejas, tampouco a agricultura, progrediram nos ervais particulares. Em troca, estendeu-se o deserto, reinou o vício, floresceu a exploração do homem e decaiu a indústria ervateira. Em vez de lares definitivos, levantaram-se ranchos, em vez de escolas, cruzeiros, nos ilimitados bosques de ervais do Paraguai, onde o homem especula com a dor e a morte de seu semelhante.

A venda de terras públicas determinou que em 1945, existissem no Paraguai 11 propriedades rurais com mais de 100.000 ha, abrangendo 34% do território nacional. Além

disso, existiam 1.119 proprietários que ostentavam entre 1.875 e 100.000 ha, abrangendo 62% da área territorial. Desta forma, propriedades privadas maiores que 1.500 ha representavam 96% de todo o território do Paraguai (VÁZQUEZ, 2006).

2.2.2 Imigração estrangeira ao país

Outro fato significativo posterior à “Guerra Grande”, como se comentou anteriormente, foi o ingresso facilitado de estrangeiros pela *Ley de Inmigrantes* de 1881. Essa lei estabelecia algumas vantagens, como o traslado sem custo das famílias, do lugar de origem até o Paraguai, hospedagem e alimentação por seis meses, prorrogável por outros seis custeados pelo Estado. Os imigrantes poderiam introduzir ferramentas de trabalho e animais para o trabalho agrícola, e ainda o Estado paraguaio garantia as famílias um lote de 16 quadras quadradas⁷ (27,8784 ha) para trabalhar na agricultura em áreas definidas pelo governo. O intuito era repovoar o país e que essas novas populações se misturassem com os nativos, normalmente estigmatizados como *haraganes* (folgados) e de pouca dedicação ao trabalho. Assim, as autoridades preconizavam que o futuro do país dependia dos estrangeiros, o que significaria civilização e progresso.

Essa imigração coincidiu com diversos fatos geopolíticos importantes que aconteceram na Europa (industrialização, unificação de reinados, etc.), acarretando levas migratórias para a América⁸. Deste modo, ante a necessidade do Paraguai em reconstruir sua estrutura social, estabeleceram-se povoados com integrantes de diversas nacionalidades (italianos, alemães, suíços, franceses, etc.) e em menor medida asiáticos ou de língua inglesa, os quais se estabeleceram em várias partes do país, principalmente no sul e sudeste.

Os imigrantes sofreram uma série de contratempos para se adaptarem aos novos espaços por causa da escassez de infra-estrutura e à carência de alguns meios de produção, motivando, em muitos casos, o retorno a seus países de origem⁹. Muitas vezes, essas

⁷ Medida antiga de superfície, com 17.424 m².

⁸ A migração europeia para a América Latina foi desproporcional: dos onze milhões que migraram, se presume que mais do que 50% deles foram absorvidos pela Argentina, 35% pelo Brasil, uns 5% pelo Uruguai e o restante 9% se repartiram entre os demais países (ZUB, 2002).

⁹ Na verdade o Paraguai nunca foi um atrativo para os imigrantes: eles apenas se motivavam pelas exceções e facilidades, como o transporte gratuito e facilidade de adquirir terras baratas. Também nos empreendimentos migratórios, estava implícito o ‘branqueamento da raça paraguaia’ predominantemente indígena e mestiça. A legislação dessa época estava marcada por uma posição ideológica e racista, favorecendo o ingresso de certas etnias (europeus) e para certas atividades (agricultura). Enquanto outros países da região forneciam condições para que a imigração europeia pudesse *hacer la América* (MACHADO, 1999), no Paraguai, os *terratienientes* na esfera estatal fecharam as possibilidades de desenvolvimento por esta via. Uma visão ampliada sobre esta temática pode-se encontrar em Souchaud (2002) e Zub (2002).

populações se assentavam distantes dos centros populacionais ou não se misturavam com a população do entorno. Com a entrada dos imigrantes, também buscava-se que as novas populações não estivessem contaminadas das ideologias que estavam em auge na Europa, o que certamente poderia afetar a estrutura política do país.

Dados de registros oficiais indicam que, entre 1881 e 1902, ingressaram no Paraguai apenas 8.054 estrangeiros, numa média de 350 imigrantes por ano. Outro dado oficial informa que, entre 1903 e 1937, somente ingressaram 25.780 estrangeiros, em uma média de 758 pessoas por ano (PASTORE, 1972). Contudo, a estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades, principalmente no norte e leste do país, não sofreu alterações significativas. Os incentivos para que a imigração fosse mais dinâmica foi fortemente obstaculizada pelos donos das grandes propriedades, que exploravam os recursos naturais e não tinham, naquele momento, necessidade de mão-de-obra assalariada visto que exploravam as populações mais pobres.

Um dos fracassos da imigração estrangeira no Paraguai e sinal da resistência do latifúndio à colonização, encontram-se na lei de 1885 e na lei de 1903. Nas referidas leis se estabeleceram que, desde o 1º de janeiro de 1886, o Estado não forneceria mais os benefícios acordados na lei de 1881: o traslado correria por conta do interessado, apenas recebendo passagens grátis desde qualquer porto do rio da Prata até Paraguai; a hospedagem e alimentação dos imigrantes se reduziram de seis meses para apenas oito dias. A garantia para a obtenção do lote agrícola, na nova lei, exigia que o estrangeiro tivesse menos de 50 anos, ser agricultor, industrial, artesão ou engenheiro de alguma área. Além disso, se impôs ao imigrante como capital mínimo 50 pesos ouro à vista (se fosse um único adulto) e 35 pesos-ouro se fosse chefe de família. Esses valores significavam uma garantia para adquirir terras, já que não se concediam mais lotes agrícolas de forma gratuita.

Segundo o censo paraguaio de 1886, os indivíduos com mais de 15 anos estavam assim divididos: 86.935 agricultores de ambos sexo; 838 pequenos criadores de gado; 432 trabalhadores florestais e 1.223 trabalhadores nos ervais privados. Essa população rural representava mais de 85% do total de habitantes do país; o restante da população era formada por comerciantes, funcionários públicos e privados, operários nas poucas indústrias de alimentos e pessoal especializados em artes e ofícios. Os estrangeiros concentraram suas atividades no comércio: das 357 casas comerciais de Asunción e seu entorno, apenas 127 eram de paraguaios; no interior do país possivelmente esta relação era muito semelhante. Além disso, na noção de estigmatizar o paraguaio, os estrangeiros também eram preferidos

como empregados no comércio: em 1866, de um total de 768 empregados no comércio, apenas 140 eram paraguaios (PASTORE, 1972).

Dentre os grupos de imigrantes que se estabeleceram definitivamente no Paraguai estão os *Menonitas* (seguidores do reformista holandês Menno Simons) originários da Rússia, do Canadá, do México, de Belize e países germânicos. Ingressando em levas sucessivas desde a década de 1920, esses imigrantes foram atraídos pelas facilidades concedidas pelos governos e implantaram uma agricultura com base no trabalho familiar em pequenas e médias propriedades. A organização produtiva fundamentada na cooperativa, onde comercializaram insumos e produtos, o culto religioso que os mantinha unidos, as isenções de impostos e do serviço militar certamente ajudaram na consolidação e capitalização desses imigrantes. Dessas primeiras levas, os menonitas foram os que se dedicaram preferentemente à agricultura, instalando-se no centro do Chaco e posteriormente nos departamentos de San Pedro e Caaguazú, na região oriental. Na FIG. 06 se podem observar algumas das localidades onde se instalaram os imigrantes no Paraguai, no início do século XX.

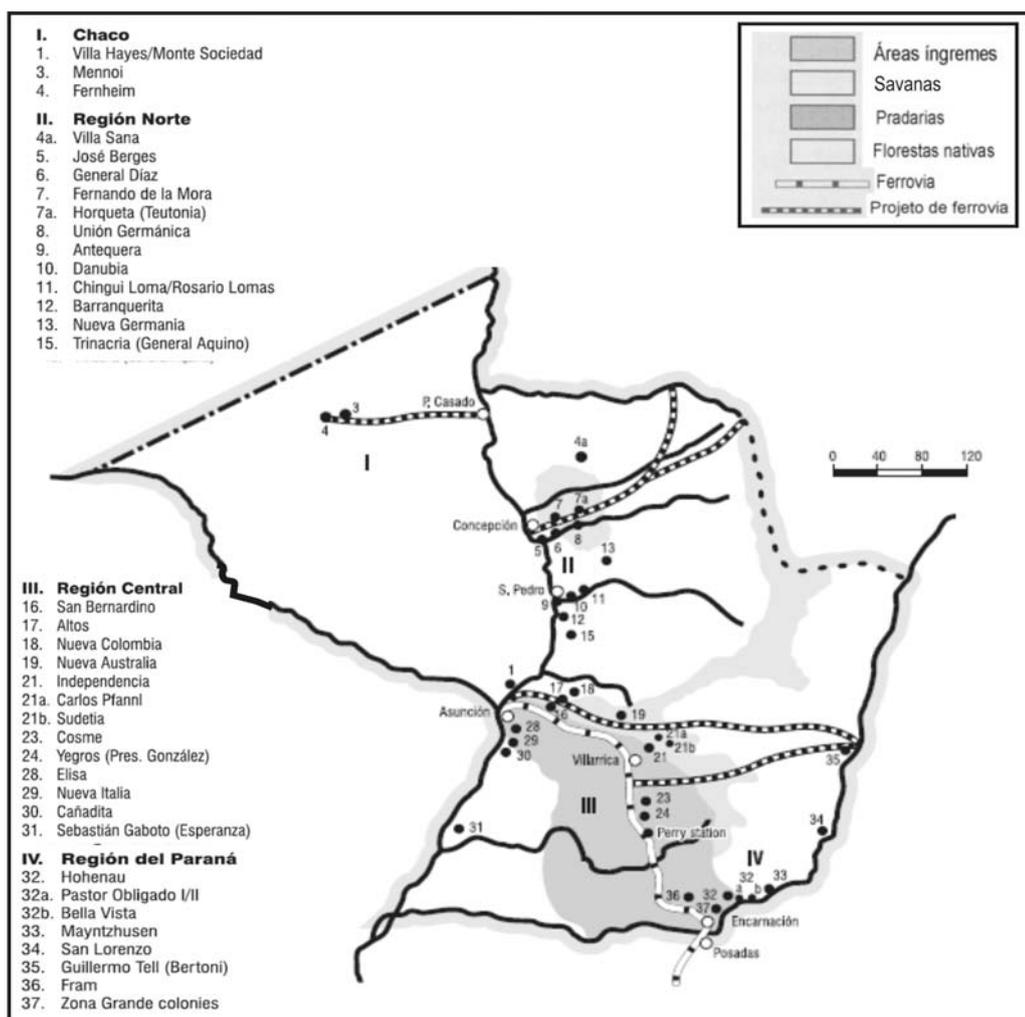


FIGURA 06 – Colônias de estrangeiros no Paraguai, final século XIX e inícios do século XX.
Fonte: adaptado de Vázquez (2006, p. 27).

De acordo com a FIG. 06, a maioria das colônias de origem estrangeira, localizava-se nas cercanias de Asunción e/ou do rio Paraguai. Em 1940, um grupo de descendentes alemães, procedente do Brasil, também foi assentado no sudeste do país, próximo ao rio Paraná, no lugar conhecido atualmente como *Colonias Unidas*. Esse grupo, como a maioria dos imigrantes, enfrentou muitas dificuldades na sua instalação pela deficiente infra-estrutura de transporte e comunicação, assim como o escasso apoio do Estado no processo produtivo. Os imigrantes inicialmente exploravam a erva-mate, extraíam as madeiras e organizaram a agricultura no sistema de cooperativa. Igualmente produziam banha suína direcionada para o mercado da Argentina e do Brasil; poucos produtos eram comercializados no mercado interno do Paraguai.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se insistia com a imigração, uma ampla parte da população paraguaia mais jovem, pauperizada e fundamentalmente sem acesso e posse da terra seguia progressivamente emigrando para os países limítrofes. Eligio Ayala, destacado intelectual da época vaticinava que:

... será una tarea inútil promover la inmigración extranjera a nuestro país, mientras los paraguayos no puedan vivir en él gozando de los beneficios de la libertad, del progreso social y económico, y de nada valdrán la propaganda realizada a alto costo en el exterior y la organización de las colonias de extranjeros en el país, mientras subsistan las causas de la emigración de paraguayos [...]; si los hijos del país no pueden ganarse la vida en propia patria y se ven obligados a emigrar [...], no vendrán extranjeros, y aquellos que llegaren, engañados por la propaganda o expulsados por condiciones de vida negativas en sus patrias de origen, buscaran los medios de trasladarse a los países limítrofes (PASTORE, 1972, p. 267; sem grifos no original).

Conforme à política demográfica daquela época e estigmatizada as condições de trabalho do camponês paraguaio, até finais do século XIX se haviam formado nove colônias de estrangeiros e apenas duas de paraguayos. Com isso, tirava-se dos agricultores paraguayos, uma das condições para seu progresso socioeconômico, consequência talvez da origem indígena e seu potencial como mão-de-obra de baixa remuneração nas atividades florestais e pecuários.

2.2.3 Formação de uma sociedade agrária dicotômica

As leis de venda de terras públicas de 1883 e 1885 promoveram a formação de grandes latifúndios privados, dificultando o restabelecimento das pequenas e médias propriedades, que outrora haviam se consolidado (época do Dr. Francia e os López). Na

reconstrução do país pouco ou nada se pensou nos paraguaios remanescentes e pauperizados após a Guerra Grande. As propriedades menores de uma légua quadrada, que estavam ocupadas pela população camponesa mais necessitada de terras, deveriam pagar à vista pela posse e uso da terra, inicialmente em arrendamento ao Estado e posteriormente aos donos das grandes propriedades. Em muitos lugares, os *terratenientes* anexaram terras ancestralmente ocupadas pelos nativos e mestiços, sem nenhuma intervenção institucional do Estado.

A expulsão provocada pelos *terratenientes* trouxe como conseqüência um constante êxodo dos camponeses aos países limítrofes e/ou aos poucos centros urbanos. Aglomeravam-se nas periferias para formar logo o exército de sem-terra, ou *extranjeros en su propia tierra*. A privatização das terras também colocou os camponeses na busca de trabalhos assalariados na exploração florestal e produção pecuária, tanto na região oriental como no Chaco. Com salários exíguos ou inexistentes, os camponeses mais pobres lentamente retornaram ao sistema opressor e humilhante vivenciado pelos seus antepassados como *mitayos* e *yanaconas*.

Igualmente, aqueles imigrantes que originalmente não contavam com suficiente capital financeiro, sem ocupação definida, ou que ficaram sem o acesso a terras ou elementos de trabalho, iniciaram um processo de pauperização. Logo, juntamente com a população paraguaia deserdada de suas terras, formaram o proletariado rural. Segundo Galeano (1990), os capitalistas estrangeiros buscavam unicamente obter lucro na exploração do trabalho e dos recursos naturais, que posteriormente poderiam ser direcionados a circuitos comerciais não produtivos, os quais alimentavam e enriqueciam o capital internacional.

Tanto na exploração da madeira, da erva-mate e na pecuária bovina das grandes propriedades se utilizavam mão-de-obra mestiça, alguns indígenas e negros remanescentes da guerra. Dessa época subsequente à guerra, existem algumas figuras lembradas até hoje no contexto social e nas expressões literárias: o *'mensú'*, o *'hachero* ou *'obrajero'* todos eles trabalhadores que lidavam com a erva-mate e as madeiras. Havia também o *'jangadero'*, encarregado do transporte fluvial de toras. Esses trabalhadores viviam em condições subumanas e com salários exíguos, representando a barbárie da exploração humana.

Sobre a estrutura social posterior à Guerra Grande, Jara (2002 e 2004) menciona que no Paraguai se consolidou uma aristocracia agrária latifundiária, denominada como *"Burguesia fraudulenta"*. Paralelamente, formou-se um grupo social marginalizado pelo poder político e que não acessava os meios de produção, determinando a matriz histórica da sociedade rural dicotômica existente no país. E para reafirmar a dicotomia social, em 1887 se fundaram dois partidos políticos. Em junho desse ano se fundou o *"Centro Democrático"*, que

logo se denominou “Partido Liberal”, que representava o grupo progressista da classe superior, os intelectuais, os camponeses, os operários urbanos, os industriais e os pecuaristas afetados pela venda de terras do Estado. No mesmo ano, fundou-se o “*Partido Nacional*”, hoje denominado *Asociación Nacional Republicana* (ANR ou Partido colorado). Os seus líderes fundadores representavam o setor governante, a classe alta conservadora beneficiada pela venda das terras do Estado e os núcleos de população *yanacona*.

Desde o final do século XIX até a metade do século XX o Paraguai viveu um estado de elevada instabilidade social. O aumento da população perto da capital, decorrente do crescimento demográfico e do êxodo rural, as indefinições sobre os direitos fundiários, o pouco incentivo do Estado para uma melhor distribuição das riquezas colocaram o país em uma das etapas mais obscuras de sua história. Somente no primeiro quarto do século XX, registrou-se quatro guerras cívicas, sendo que todas elas tinham (em maior ou menor grau) como pano de fundo a questão fundiária. E, para agravar a situação social, houve outra guerra internacional, dessa vez com a Bolívia (1932-1935), envolvendo o Chaco.

Nesse período formou-se e consolidou-se, no cenário social paraguaio, o *caudillo*, possivelmente um equivalente ao *landlord* da sociedade imperial inglesa. Poderia-se dizer que não se formou uma classe de comerciantes que pudesse imprimir uma maior mobilidade socioeconômica, já que os próprios *caudillos* realizavam o comércio local. Tampouco havia possibilidade de formar uma estrutura social fundamentada nos operários urbanos devido à escassa industrialização do país.

Quanto à organização de classe, tanto a grande massa camponesa como os poucos operários das cidades tentavam se organizar para exigir seus direitos. Porém, existiam poucos dirigentes preparados que pudessem representar efetivamente os interesses desses grupos. Além disso, os *terratenientes*, em cumplicidade com os governos autoritários militares pós-guerra do Chaco, não permitiam divergências a seus postulados: ante qualquer tentativa de reivindicação respondiam com fortes repressões às organizações sociais.

Na mesma conjuntura, os grandes proprietários dedicados à pecuária consolidaram uma entidade de classe denominada *Asociación Rural del Paraguay* -ARP. Essa entidade, desde sua origem no início do século XX e no decorrer da história contemporânea paraguaia, tem influenciado fortemente na questão agrária. A defesa da propriedade privada, o desestímulo para a reforma agrária e sua íntima relação com os governos da ANR foram e seguem sendo as principais características dessa organização.

2.2.4 Outros dispositivos legais que afetaram o contexto agrário

Dentre as normas legais que afetaram o contexto agrário da época e de grande repercussão no desenvolvimento social do Paraguai, se pode mencionar a promulgação da primeira Constituição da República em 1870. De clara inspiração liberal, essa carta magna, quanto ao contexto agrário, consagrava fortemente a inviolabilidade da propriedade, deixando claro que, mesmo em caso de utilidade pública, o Estado não poderia confiscar nem impor arrendamentos às propriedades. Diante da necessidade de terras para assentamento, o Estado e/ou grupos sociais interessados deveriam indenizar o proprietário de acordo com o valor patrimonial. Durante a metade do século XX, diante das pressões por terras para assentar tanto populações nacionais como estrangeiras e ante a redução de terras públicas, o Estado teve que recomprar em valores exorbitantes as mesmas propriedades que nas décadas anteriores havia vendido a preços reduzidos.

A mesma carta magna consagrava a democracia, a liberdade e a fraternidade como direito de todo paraguaio. Porém, grande parte da população, principalmente aquela do meio rural, não participava das decisões nacionais, como as eleições nacionais: era proibida de votar a pessoa que não possuísse propriedades, não recebiam educação fundamental por falta de escolas e o estado da saúde pública do país era deplorável.

Outro dispositivo legal que teve efeitos significativos se referia aos trabalhadores das grandes propriedades. Diante das constantes fugas de peões das estâncias ou *mensú* dos ervais, promulgou-se uma lei que favorecia os *terratenedores* e castigava os trabalhadores: aquele operário que não pagasse suas contas ou dívidas para os proprietários poderia ir preso ou ser submetido a trabalhos forçados. Quanto ao trabalhador ou *tembiguai*, não havia nenhum amparo legal que pudesse protegê-lo da barbárie dos *yvy jará*.

Contudo, as disposições legais referentes à reforma agrária e os aspectos relacionados com a propriedade rural foram elaborados na primeira metade do século XX. Alguns deles são: lei de *Colonización y hogar* (1904); de *Homestead* (1918), a lei que define a pequena propriedade agropecuária (1926), lei que cria o *Departamento de tierras y colonias* (1926), lei do *Consejo de Reforma Agraria* (1936), *Estatuto Agrario* (1940) e em 1951 a lei que organiza o *Instituto de Reforma Agraria* -IRA, este último substituindo o *Departamento de Tierras y Colonización*, encarregado até então da política fundiária do Estado. (PAPPALARDO, 1995). Dentro deste mesmo ideário, a Constituição Nacional de 1940 reforça a necessidade de uma ampla reforma agrária como forma de atenuar o grave problema social decorrente da concentração fundiária.

2.2.5 Exploração de caráter familiar e a consolidação do campesinato paraguaio

Durante toda a metade do século XX, grande parte da produção agrícola paraguaia seguia fundamentada na agricultura de derrubada-queimada, com cultivos diversificados em áreas reduzidas e entremeadas com a floresta nativa; havia uma reduzida criação de animais (bovinos, suínos e aves). A agricultura camponesa empregava fundamentalmente a mão-de-obra familiar como força de trabalho, empregando ferramentas manuais, o que possivelmente acarretava uma baixa produtividade do trabalho.

O sistema de produção se caracterizava por cultivos autóctones (milho, mandioca, feijão, amendoim), complementado por cultivos introduzidos como arroz e cítricos destinados à subsistência: não houve muita variação com relação ao período colonial. Para o comércio se cultivavam pequenas áreas de fumo e algodão; algumas famílias extraíam polvilho da mandioca para consumo familiar e/ou comércio. Os poucos comerciantes normalmente eram os mesmos *caudillos*, parentes deles ou descendentes dos imigrantes, que não poucas vezes extorquiam a produção familiar. A forma de obter capital financeiro para as atividades de produção de alguns agricultores era através da penhora de elementos de trabalho (bois, ferramentas, etc.), os quais poderiam ser perdidos no caso da safra ser afetada por acidentes climáticos (secas, excessos de chuvas, etc.) ou pragas.

Da mata nativa extraíam diversas espécies de madeiras e plantas medicinais que utilizavam em seus lares. Perto das casas, normalmente as famílias possuíam um horto com espécies frutíferas (banana, ananás, cítricos e plantas medicinais) e dedicavam-se à criação de animais menores (suínos e aves), visando complementar a dieta familiar e eventualmente realizar escambos ou vender seus excedentes. Em muitos anos, a agricultura camponesa foi atingida pelo ataque de gafanhotos e lagartas. Nesses casos, a procura de trabalhos fora da UPA (*changas*) constituía uma das alternativas de subsistência na exígua dinâmica social e econômica da época.

A criação de animais bovinos, suínos e aves, a extração da essência de *petit grain*, a produção de polvilho e o comércio de plantas medicinais foram algumas das alternativas de renda das famílias camponesas para enfrentar a queda nas colheitas e/ou para comprar elementos não produzidos na UPA (ferramentas e vestimenta). A medicina natural, amplamente utilizada pela população de escassos recursos, estava baseada nos conhecimentos seculares dos guaranis sobre as plantas da flora nativa foi transmitida oralmente de geração a

geração. Isto decorreu em virtude da pouca assistência pública à saúde da população, tanto rural como urbana.

O transporte dos produtos se deu mediante a ajuda de carretas puxadas por bois ou cavalos. Existiam poucas estradas no país e normalmente os cursos hídricos era a forma mais comum de transportar os produtos e a população. Como não havia uma dinâmica comercial importante na sociedade dessa época, as trocas de produtos assim como a *minga*, principalmente entre as famílias camponesas, ainda eram características sociais distintivas e que contribuíram para a reprodução social.

Na FIG. 07 apresenta-se de modo sintético, a produção campesina na maior parte do Paraguai após da “Guerra Grande” (final do século XIX até metade do século XX).

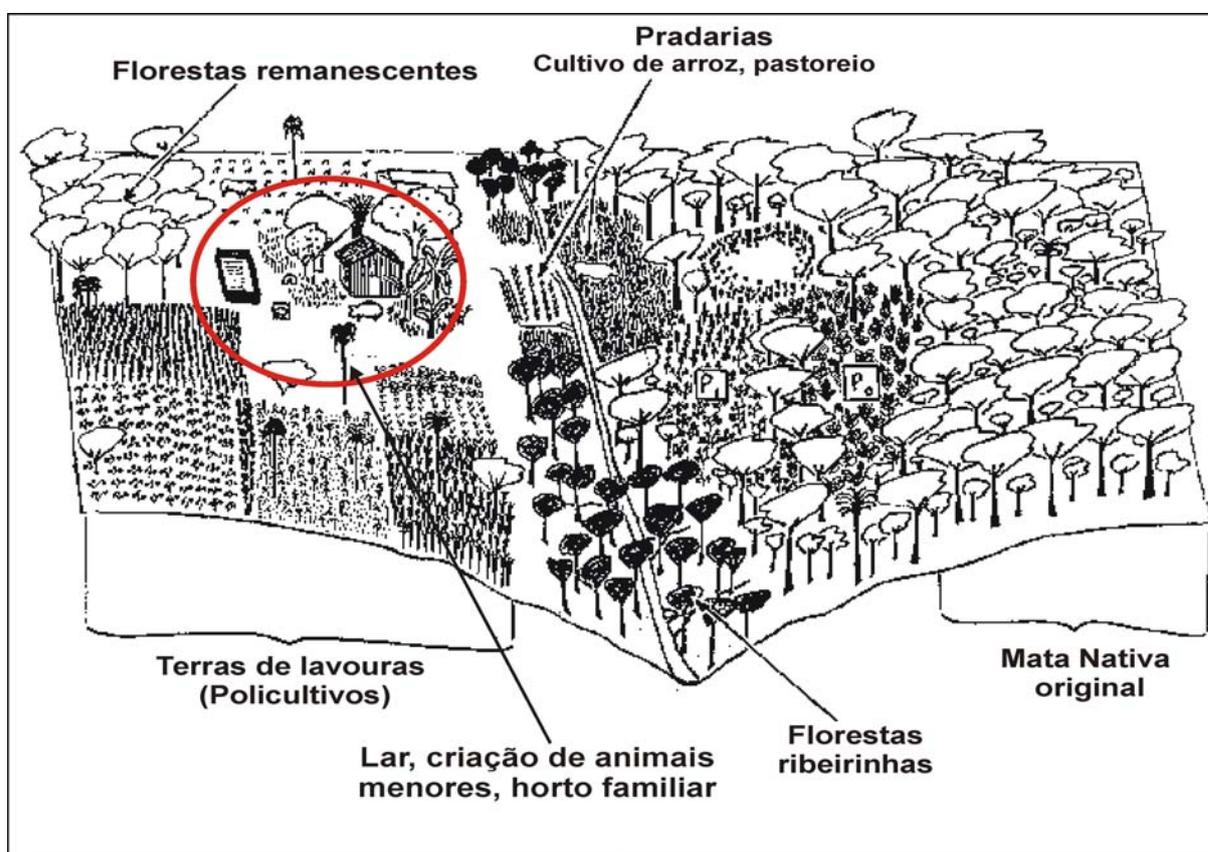


FIGURA 07 – Exploração do meio natural pelos camponeses (1880-1950).

Fonte: adaptado de Couturier e Pernin (1999).

Possivelmente nesse período, através dos processos de forte diferenciação social definida pela questão fundiária, tenha se consolidado a figura do ‘*campesino paraguayo*’ como um ator social excluído da reconstrução do país. Esse agricultor que trabalhava com sua família nas pequenas propriedades como meeiro ou posseiro, nunca conseguiu acumular capital financeiro para garantir seu direito de posse da terra. Seus precários sistemas de cultivos, escassez de meios financeiros do Estado para atender a este segmento social e das

relações comerciais exíguas que havia no país determinaram a sua estagnação social e produtiva.

Em termos territoriais, a prática da agricultura manteve-se circunscrita às cercanias de Asunción ou à zona conhecida como “antiga colonização”, principalmente nos departamentos Central, Paraguari, Cordillera e Guairá e nas poucas colônias de imigrantes. Grande parte do Chaco assim como as porções leste e norte da região oriental do Paraguai se configuravam em territórios vazios de população e sob domínio privado, participando de forma superficial na dinâmica socioeconômica do país.

Enfim, diversos acontecimentos internacionais como as duas guerras mundiais, a grande depressão econômica de 1929/30 bem como a guerra do chaco e as várias guerras civis determinaram, em certa medida, a crescente polaridade social no Paraguai entre os grandes proprietários e as classes sociais menos favorecidas representadas pelo campesinato, os poucos operários da indústria e os imigrantes pauperizados.

A partir do final da II Guerra Mundial e com a reconstrução da Europa passou-se a definir algumas oportunidades comerciais para os países latino-americanos. Porém, o Paraguai demonstrava ainda um alto desequilíbrio socioeconômico e institucional para aproveitar essas oportunidades. Os fatores sociais e econômicos vinculados com a questão agrária desembocaram no golpe militar de 1954 e na ascensão ao governo do General Alfredo Stroessner. A partir daí, o país experimentou uma série de eventos que marcaram profundamente a vida contemporânea dos paraguaios.

2.3 Governo de Stroessner: reforma agrária e modernização da agricultura (1954-1989)

Depois de alguns anos após do final da II Guerra mundial e transcorrida uma violenta guerra civil em 1947, o General Alfredo Strossner iniciou uma etapa de profundas transformações no contexto socioeconômico e ambiental do Paraguai contemporâneo. Apoiado por uma parte da cúpula da ANR, da ARP e uma fração dos militares, Stroessner rapidamente estruturou a continuidade do poder oligárquico, colocando em prática uma forte intervenção do Estado em todos os aspectos sociais e econômicos do país.

O baixo crescimento econômico decorrente da baixa taxa de exportação e de políticas financeiras inadequadas no final da década de 1940 derivou em elevadas taxas de inflação com seus conseqüentes problemas sociais que continuaram na década de 1950. Nesse cenário macroeconômico, Stroessner foi orientado pelo Fundo Monetário Internacional -FMI para controlar a inflação (que estava em média 53% ao ano) mediante uma sobrevalorização

do dólar. Com isso se estimulou a exportação agropecuária e o país conseguiu beneficiar-se das oportunidades comerciais da reconstrução europeia¹⁰, necessitada de produtos agropecuários.

2.3.1 O período de *Paz y progreso* com Stroessner

Jara (2004) comenta que Stroessner instaurou um governo decidido a atingir o crescimento econômico do país, coincidindo com o paradigma regional, estimulado por convicções de cunho nacionalista¹¹. Dessa maneira, estabeleceu-se uma grande *Revolução pacífica* com o lema de *Paz y progreso con Stroessner*, com o apoio dos EUA, dentro da ideologia denominada *Doctrina de la Seguridad Nacional*.

Os objetivos nacionais implantados pelo governo de Stroessner se resumem em:

la paz social, bienestar de la población e integración territorial, basado en el incremento de las exportaciones, la agroindustria y la substitución de importaciones, definiendo al sector agropecuario y forestal como soportes fundamentales del desarrollo basado en el uso de los recursos naturales uso de las aguas, praderas e otros recursos (PARAGUAY, 1985, p. 18).

Cabe destacar que, na mesma conjuntura, apareceu e consolidou-se a “Revolução Verde” decorrente do progresso técnico (biológico, mecânico, químico), com o propósito de aumentar o rendimento físico da agricultura. O Paraguai foi beneficiado pelo melhoramento genético de cereais e do gado bovino, a mecanização agrícola e de insumos químicos, como inseticidas e adubos minerais. A introdução de gramíneas forrageiras exóticas de alto valor nutricional na produção pecuária e o desmatamento auxiliado por tratores e moto-serra acarretaram um incremento proporcional de área e do plantel animal. O aumento da demanda de madeiras, tanto para a indústria nacional como internacional, também incidiu em uma exploração mais acelerada da mata nativa. Esses fatores condicionaram fortemente a capitalização das grandes propriedades e dificultando de alguma forma a expropriação de terras para a reforma agrária.

¹⁰ Além da reconstrução da Europa após do final da II Guerra Mundial, o panorama internacional viu-se dividido entre dois estilos de sociedade: de um lado, o modelo socialista/comunista auspiciado pela URSS e, por outro lado, o modelo capitalista norte-americano baseado na democracia liberal.

¹¹ Stroessner aparece na conjuntura política de governos nacionalistas e ditaduras militares da região de América do Sul. Assim se registraram períodos fecundos durante os governos de Getúlio Vargas e logo Juscelino Kubitschek, no Brasil (denominado de *desenvolvimentismo*), Domingo Perón na Argentina (com apoio de uma ampla base social e com forte industrialização) e Augusto Pinochet no Chile (sucessor de uma tentativa de governo de cunho socialista). O ditador paraguaio consolidou seu mandato baseado em um tripé: a ANR (notadamente de tendência conservadora e agrupando a elite de base agrária), as Forças Armadas e o arranjo institucional do Estado, este último apenas como representação legal dos interesses políticos e econômicos da classe alta (JARA, 2000 e 2004; NAGEL, 1999; SÁNCHEZ, 1997).

Nesse período, as exportações paraguaias continuaram ancoradas na erva-mate, nas madeiras e em produtos da pecuária (carne bovina e couro). A partir da década de 1970 e subseqüentes, a soja em grão, fibras de algodão e o fumo integraram os produtos agropecuários de exportação. Em menor medida, se exportavam óleos vegetais de amendoim e *mbocaja* (*Acrocomia totai*), assim como óleos essenciais de *petit grain* e de menta. Essa situação proporcionou um período florescente de exportações acarretando uma singular expansão da produção agropecuária. Desse modo, o Paraguai afirmou-se relativamente no contexto internacional como produtor e exportador de bens primários.

Em termos econômicos, autores como Fazio (2005), Indart (2001) e Insfrán Pelozo (2000) comentam que o crescimento econômico do Paraguai, entre 1960 e 1980 foi expressivo, alcançando valores de até 8,9% por ano (um dos mais altos da América Latina). As estatísticas do Banco Mundial de 1989 demonstram um crescimento das exportações de alimentos e de outros serviços a uma taxa de 7,9 % por ano. Grande parte desses valores advinha da exportação de produtos com pouca ou nenhuma transformação industrial. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento anual de 5,5% no período 1976 a 1989, quando o PIB agropecuário atingiu valores próximos a 30% (ano 1976), diminuindo substancialmente no final da década de 1980 (WEISSKOFF, 1992).

Além das exportações de produtos primários, os empréstimos internacionais para a construção das hidroelétricas Itaipú (com Brasil) e Yasyretã (com Argentina), assim como ajudas financeiras para instalação e ampliação de infra-estrutura de serviços básicos contribuíram para as elevadas taxas de crescimento econômico do Paraguai. (FERNÁNDEZ e MONGE NARANJO, 2004; ROJAS PAEZ, 2001). Entretanto, esses mesmos aportes internacionais, posteriormente, na década de 1980, constituiriam parte da dívida externa do país.

Cabe salientar que os indicadores macroeconômicos positivos não se refletiram eficientemente na distribuição das riquezas. Assim, constatava-se um empobrecimento de uma parte importante da população, principalmente rural, e uma concentração maior das riquezas, principalmente dos *terrateníentes* e/ou dos grupos que tinham maior vínculo com o governo *stronista*.

Mesmo que entre os objetivos nacionais estivesse embutida a substituição das importações, pouco ou quase nada se estimulou para a industrialização do país. Os altos indicadores macroeconômicos registravam baixo nível de industrialização, possivelmente em decorrência da escassez de atrativos (políticos e de mercado) para investimentos das empresas multinacionais. O contrabando de produtos industrializados, tanto de Argentina como do

Brasil ao interior do país incidiu fortemente nesse contexto e estagnou o débil parque industrial do Paraguai. Também, como o país ainda registrava uma elevada população rural (2/3 da população total), a qual dependia em grande medida da agricultura e da exploração florestal, a industrialização parece que não foi considerada uma prioridade para o governo.

2.3.2 Reforma agrária¹² mediante colonização interna

A *Paz social y bienestar de la población* de Stroessner se baseava na repressão a qualquer tentativa de subversão, na estabilidade do trabalho e em uma moderada expansão da ocupação do território paraguaio. O aumento de população nas cercanias de Asunción, outrora concentradora do êxodo rural, aumentava e pressionava cada vez mais por uma distribuição de terras para a agricultura. Com relação a esse tema e obedecendo às diretivas da *Alianza para el Progreso* dos EUA, implementou-se o programa de *Bienestar Rural* em vez da Reforma Agrária, com o intuito de conter a propagação de idéias comunistas, comumente originadas no meio rural.

Em termos legislativos, no ano de 1963, o governo Stroessner promulgou a lei 852 que criava o *Instituto de Bienestar Rural* – IBR, em vez do IRA, e se promulgou um novo *Estatuto Agrario* (lei 854) em substituição ao de 1940. Posteriormente, a Constituição Nacional de 1967 instituiu o conceito de “Reforma Agrária” (Art. 128), definindo-a como um dos fatores fundamentais para lograr *la incorporación efectiva de la población campesina en el desarrollo social de la nación*. Assim, assentaram-se as bases legais para promover a adoção de sistemas justos de acesso, distribuição e posse da terra. Tanto para Pastore (1972), Sánchez (1997) e Morinigo (2003) comentam que os dispositivos legais referidos desvirtuavam a reforma agrária iniciada em 1940 com o objetivo de manter a estrutura fundiária.

No novo Estatuto Agrário e na Constituição Nacional de 1967 se preservaram dispositivos referentes à garantia da propriedade privada, seus limites e conteúdo de acordo a sua função social. Mantiveram-se as formas de expropriação em caso de utilidade pública e a forma de indenização. O objetivo final desse corpo legislativo era a transformação da

¹² Em termos de Políticas Públicas, segundo Filippi (2005), a “Reforma Agrária” comporta três concepções distintas: (1) a reforma agrária “clássica”, é a distribuição massiva de terras, implantada nos países centrais desde a Revolução Francesa até a II Guerra Mundial; (2) reforma agrária de “colonização”, ou seja, ocupação de terras inexploradas com diversos objetivos como a expansão das atividades agrícolas e/ou ocupação estratégica de porções territoriais “desertas” (exemplo, a Colonização da Amazônia) e (3) a reforma agrária de implantação de “assentamentos rurais”, inicialmente sobre terras devolutas ou desapropriadas. O assentamento rural é o tipo de ocupação do espaço rural para o estabelecimento de atividades rurais de cunho familiar (individual ou coletiva).

estrutura agrária do país (GALEANO 1990; JARA, 2004). Além do IBR, na reforma agrária, participaram empresas privadas de colonização. Anos mais tarde, os resultados da reforma agrária demonstrariam que seus objetivos foram parcialmente atingidos.

Zoomers e Kleinpenning (1990) afirmam que a colonização interna, principalmente com vista a diminuir a pressão social das populações do entorno de Asunción. Esse modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Paraguai, durante o governo Stroessner, não produziu alterações significativas na estrutura fundiária. A colonização interna apresentou dois aspectos relevantes: 1) no centro e norte da região oriental se instalaram colônias agrícolas entremeadas por grandes estabelecimentos pecuários/florestais, e 2) na franja leste e sudeste da região oriental, formaram-se colônias de estrangeiros. Ambas frentes de colonização estavam na iniciativa denominada *Marcha hacia el este*. Na FIG. 08 se apresentam algumas das áreas atingidas pela colonização interna na porção oriental de Paraguai, no período de 1960-1980.

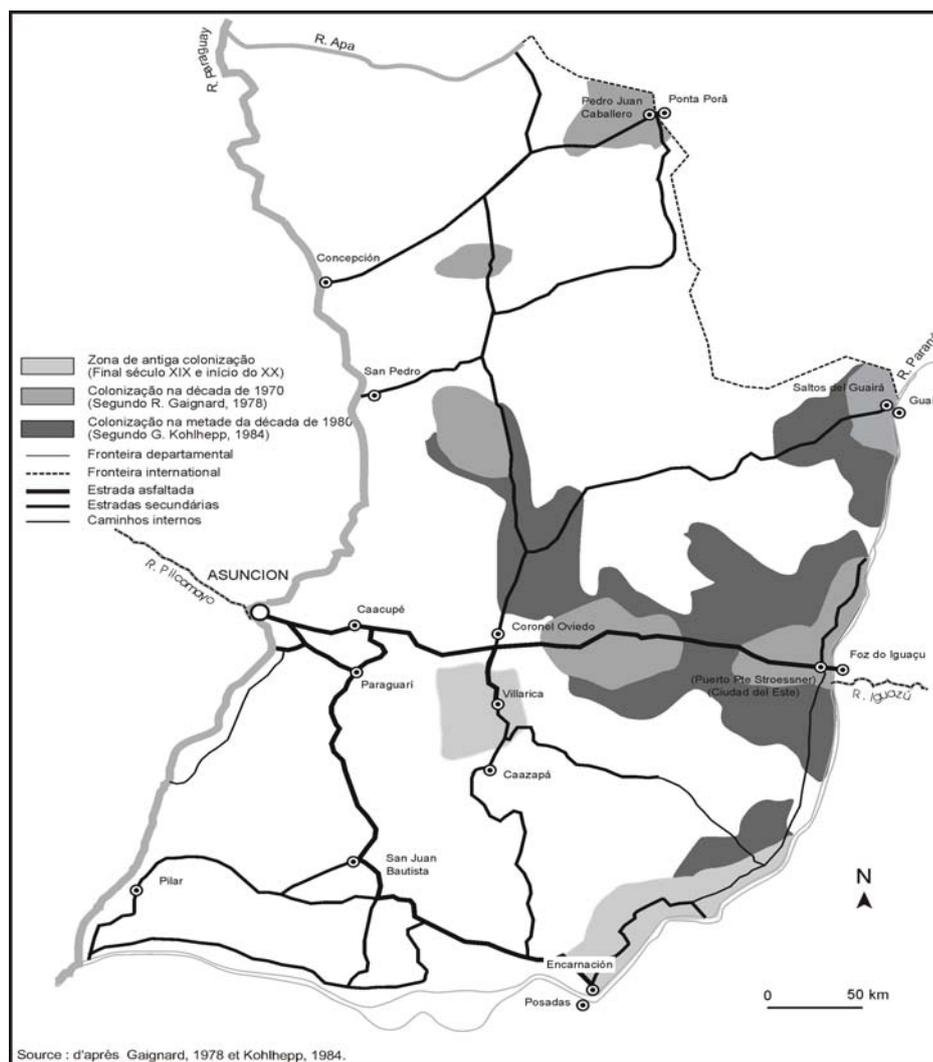


FIGURA 08 – Áreas da colonização interna do Paraguai oriental (1960-1980)
Fonte: adaptado de Souchaud (2002, p. 98).

Após a promulgação dos dispositivos legais anteriormente citados, o Estado através do IBR e das empresas colonizadoras, promoveu a implantação de colônias agrícolas nas áreas (teoricamente) vazias, com destaque nos departamentos de San Pedro, Caaguazú, Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú, principalmente em terras florestais. Nas outras áreas do país, a implantação de colônias foi muito insignificante. A colonização interna teve a contribuição do *Programa Nacional de Caminos Rurales* de 1960, que melhorou a infra-estrutura de transporte e comunicação terrestre.

Durante o período de 1963 a 1988 se implantaram na região oriental 94.080 lotes coloniais, em uma área de 2.012.479 ha, com uma média de 20 ha/lote. Nesse mesmo período, o IBR distribuiu, no Chaco, 6.948.347 ha de terras para 3.590 beneficiários com uma média de 1.880 ha/lote. Além disso, a citada instituição distribuiu lotes não-coloniais (campos comunais, centros urbanos, área para instituições públicas, etc.) em um total de 4.416.340 ha, totalizando 13.377.166 ha de terras distribuídas oficialmente.

Por outro lado, as empresas privadas de colonização distribuíram 21.061 lotes, alcançando uma área de 781.000 ha, com uma média de 37 ha/lote nas regiões leste e sudeste do Paraguai oriental. Comparando os valores da ação oficial com os da privada, desde o início do século XX até final de 1989, o Estado distribuiu 14.475.298 ha, umas 10,5 vezes mais que a colonização privada, que concedeu apenas 1.372.582 ha. Em conjunto, ambas as ações atingiram 39% do território nacional (PAPPALARDO, 1995).

Cabe salientar, que esses dados da colonização agrária empreendida pelo IBR não são totalmente fidedignos em decorrência da inexistência de um cadastro de distribuição das terras. Ainda, a colonização agrária era uma das propagandas mais utilizadas pelo governo Stroessner para disfarçar os problemas sociais do país. No **ANEXO A** apresentam-se a quantidade de colônias oficiais implantadas pelo IBR durante o período de 1960 a 1989.

Quanto à organização do espaço nas colônias nacionais, o Estatuto Agrário (Lei 854 de 1963), no seu Art. 10, estabelecia que os lotes agrícolas não poderiam ter menos de 2 ha. Também, no Art. 45, autorizava a divisão das colônias agrícolas em parcelas não menores a 20 ha, podendo chegar até a 50 ha nas colônias agroflorestais (Art. 47). Eventualmente, nas colônias agrícolas, um beneficiário poderia adquirir até 100 ha de terras (Art. 66). Os minifúndios, segundo o Estatuto, poderiam ter entre 2 a 7 ha, segundo o zoneamento. Além disso, previa-se o reagrupamento de lotes para que as famílias pudessem realizar a agricultura. Convém mencionar que os artigos referentes ao tamanho dos lotes, não foram executados tal como se propunha a legislação.

Ainda, no Estatuto Agrário eram considerados latifúndios apenas aquelas propriedades maiores a 20.000 ha. Com isso, ocultava-se realmente o problema da distribuição fundiária no país, porque a poucos quilômetros de Asunción persistiam propriedades entre 500 e 2.000 ha, com populações inteiras de famílias minifundiárias com menos de 5 ha, morando em condições de posseiros ou meeiros. Enquanto a legislação sancionava o minifúndio, amparava ou conservava os latifúndios em detrimento de uma massa camponesa pauperizada.

Durante o governo Stroessner, uma parte relativa das grandes propriedades privadas foi expropriada e incorporada à reforma agrária. Diante dessa situação, algumas das grandes propriedades instauradas após a Guerra Grande foram divididas e vendidas pelos seus donos a baixos preços para particulares ou antigos parceiros. Não obstante, algumas das áreas que deveriam destinar-se à reforma agrária, em oposição aos dispositivos legais do Estatuto Agrário, foram vendidas ou adjudicadas a particulares dentro do *prebendarismo*¹³, que utilizava o sistema *stronista* para se manter no poder. Os beneficiários foram pecuaristas militares e até políticos adversários ao governo em troca de apoio ao Stroessner (PASTORE, 1972, p. 500 *et seq.*; SÁNCHEZ, 1997, p. 67 *et seq.*).

O governo Stroessner continuou incentivando a entrada de imigrantes no país. Foi assim que entraram japoneses, polacos, ucranianos, um grupo de menonitas, os quais foram assentados em várias partes da região oriental. Esses agricultores paulatinamente incorporaram tecnologias modernas (motomecanização, insumos químicos, sementes melhoradas, cultivos para exportação, etc.). O trabalho organizado em cooperativas, a aptidão dos solos e o culto religioso possivelmente influenciaram na maior produtividade e capitalização de seus sistemas produtivos se comparados com a agricultura camponesa paraguaia. Desta forma, as anteriores colônias de estrangeiros puderam se inserir efetivamente no contexto do capitalismo agrário, com uma agricultura moderna e alto grau de mercantilismo.

¹³ Este conceito é de ampla utilização no Paraguai, principalmente durante a época de Stroessner. O ditador, com o intuito de obter lealdade e fidelidade a sua figura, normalmente concedia benefícios diretos às pessoas para garantir a continuidade do seu poder político. Dentre as *prebendas* que o sistema concedeu estavam propriedades rurais, tanto no Chaco como na região oriental. Não existem dados sobre a quantidade de terras usurpadas pelos militares e políticos durante a ditadura militar de Stroessner, mas estima-se que mais de um milhão de hectares de terras públicas alimentaram o prebendarismo. Assim, tirou-se a possibilidade de uma melhor distribuição fundiária tanto para médios pecuaristas como para os milhares de famílias campesinas sem terra própria.

2.3.3 Modernização da agricultura: formação do território *brasiguayo*

Autores como Nickson (2005), Menegotto (2004) e Souchaud (2005b) mencionam que a *Marcha hacia el este* do governo Strossner, coincidiu com a Conquista do oeste, política posta em prática pelos governos militares do Brasil, a qual tinha como objetivo a ampliação e ocupação da fronteira. À medida que os agricultores paraguaios se expandiam para ocupar os espaços do território oriental do Paraguai, o Brasil experimentava uma série de transformações socioeconômicas. A industrialização e a substituição das importações requeriam uma forte expansão da fronteira agropecuária brasileira (MARTINE e GARCIA, 1987; SILVA, 1998). Dentro dessa dinâmica, o estado de Paraná vivenciou profundas transformações com a expansão do cultivo do café. Com a crise desse cultivo, a agricultura paranaense direcionou-se para a soja atraindo agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e do sudeste do Brasil (BERTRAND, 1985; BRUM, 1988; RÜCKERT, 2003).

A ampliação e consolidação da produção de soja no estado de Paraná resultaram na expulsão de famílias com menor possibilidade de modernizar-se na produção agrícola: alguns migraram para os centros urbanos em formação e uma quantidade limitada e com maiores recursos migraram para o leste do Paraguai. A migração de brasileiros para o leste e sudeste do Paraguai também estava em concordância com as idéias de modernização da agricultura paraguaia, que objetivava o aumento da produção de grãos (trigo/soja). Inicia-se então a incorporação e formação do território *brasiguayo*¹⁴ no espaço produtivo do Paraguai (NETO, 1991; SPRANDEL, 1992 e 2006; SOUCHAUD, 2005b; TORRES FIGUEREDO e FILIPPI, 2007; ZAAR, 2001).

A modernização da agricultura com o ingresso desses imigrantes e a implantação das colônias agrícolas acarretaram profundas transformações nos sistemas produtivos e na paisagem regional: de uma economia eminentemente de base pecuário/florestal passou-se gradualmente a uma economia baseada na agricultura empresarial, orientada à exportação

¹⁴ O termo '*brasiguayo*' genericamente significa os brasileiros que vivem no Paraguai, que pertence a distintas classes sociais e trabalham em vários setores da economia. Foi criado em 1985 por um deputado brasileiro na ocasião da volta ao Brasil do primeiro grupo organizado de brasileiros pobres que viviam da agricultura, vítima de duas expulsões (no Brasil e no Paraguai) e que não tinham cidadania paraguaia nem brasileira. Devido a esta associação aos setores mais marginalizados, muitos brasileiros que vivem no Paraguai não gostam de ser chamados de '*brasiguayo*': preferem se identificarem como brasileiros ou como paraguaios. No discurso dos camponeses do Paraguai, os *brasiguaios* são os brasileiros ricos, investidores de multinacionais que estão invadindo o país (ALBUQUERQUE, 2005). Entre os *brasiguaios* estão, em sua maioria, agricultores oriundos da Região Sul (gaúchos e catarinenses) e de São Paulo, os quais adotam uma orientação produtiva tipo *farmer*, denominados normalmente como "granjeiros". Também se observam neste espaço agrário, mas em menor medida, nordestinos em situação de proletariado.

(SKELL-MEYER, 1998; VANKRUNKELSVEN, 2004). O novo arranjo produtivo da agricultura de grãos permitiu ao Paraguai inserir-se nos circuitos comerciais internacionais.

Apesar dos benefícios macroeconômicos da modernização agrícola no Paraguai, através dos incentivos do Estado e em clara conveniência geopolítica com o Brasil, cabe uma breve apreciação sobre as especificidades envolvidas no processo. As terras do leste e sudeste do Paraguai, região onde teve início a agricultura mecanizada, eram originalmente ocupadas por florestas com elevado potencial madeireiro, sendo o comércio de toras a forma inicial de obtenção de rendas. Posteriormente praticou-se o desmatamento com utilização de machados, motosserras e tratores, que preparavam o terreno para iniciar a produção agrícola. Martins (1997) e Souchaud (2002) mencionam que o sistema de trabalho envolvido neste processo era o *colonato*¹⁵, prática comum no sudeste do Brasil.

Além dos grandes empresários rurais e dos trabalhadores do *colonato*, na parte leste do Paraguai havia agricultores que migraram da região do planalto rio-grandense e do sudeste de Paraná. O processo de modernização da agricultura nessas regiões do Brasil não somente pressionou os pequenos produtores a migrarem como também motivou a venda de suas propriedades para posterior compra de terras no Paraguai, cujos valores de mercado estavam muito abaixo dos valores praticados no mercado brasileiro.¹⁶ As empresas colonizadoras, geralmente de origem brasileira, de acordo com os objetivos do governo Stroessner, ofereciam vantagens para a aquisição de terras.

A alta aptidão agrícola dos solos na parte leste (conhecidas como terras roxas) certamente contribuiu para o processo de capitalização desses agricultores. Além disso, o apoio do governo paraguaio, mediante a distribuição fundiária e o acesso a crédito, permitiu a consolidação da agricultura empresarial ao longo de toda a fronteira leste e sudeste do Paraguai. As relações familiares e comerciais que ainda mantinham com o lado brasileiro também ajudaram a consolidar o território *brasiguai* no Paraguai (SOUCHAUD, 2005b; TORRES FIGUEREDO e FILIPPI, 2005; TORRES FIGUEREDO e MIGUEL, 2005).

Na FIG. 09 se apresenta o território *brasiguai* dentro do processo de colonização interna durante o governo de Stroessner.

¹⁵ Nesse sistema de trabalho semi-escravo participavam trabalhadores que preparavam as terras durante 2 ou 3 anos com cultivos de subsistência ou menta; logo, quando o terreno estivesse pronto para ser mecanizado, migravam a outros lugares, transferidos pelos empresários capitalistas donos das terras para desenvolverem o mesmo processo de trabalho.

¹⁶ Menegotto (2004, p. 16) comenta que a relação mercantil das terras em média era 1/10, isto é, agricultores que tinham parcelas com pouca superfície no Brasil (menos de 10 ha) poderiam comprar áreas de até 200 ha no Paraguai e ainda sobrava dinheiro para investir na compra de insumos e benfeitorias.

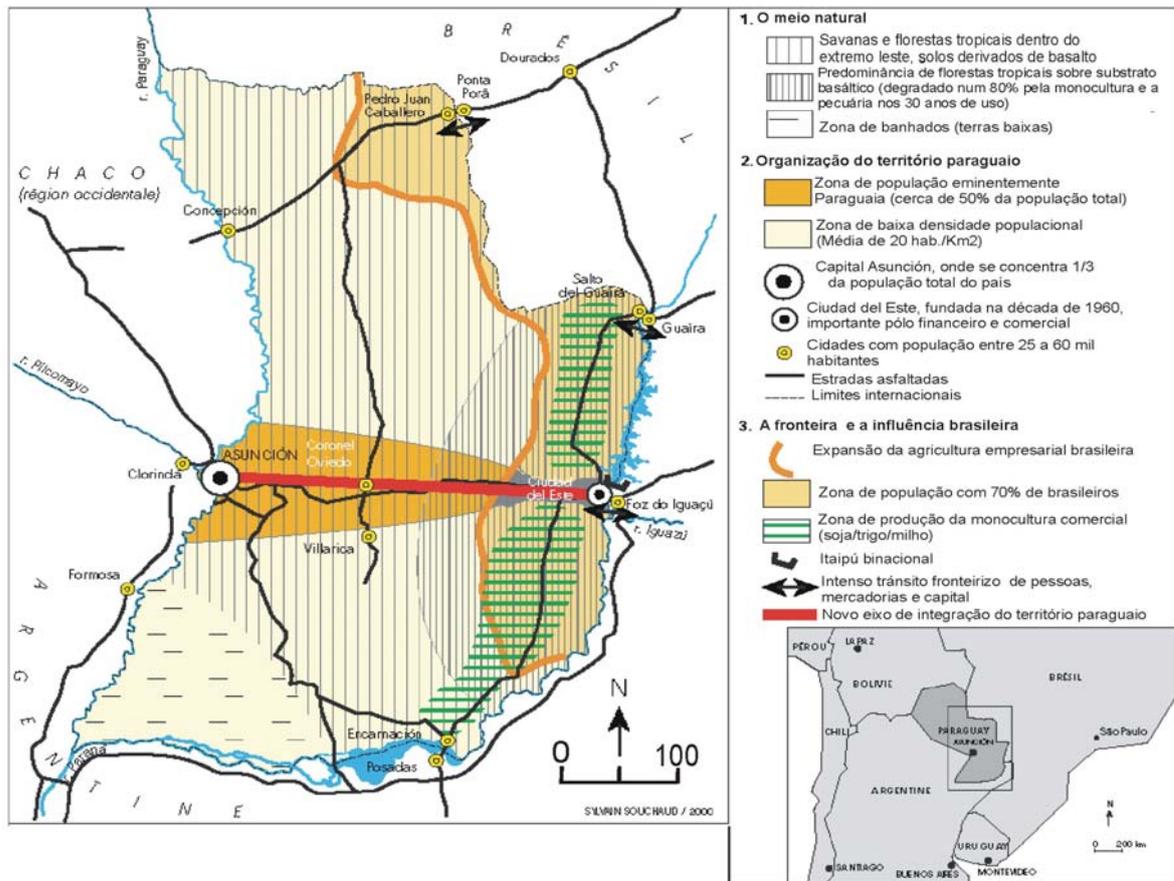


FIGURA 09 – A formação e consolidação do território *brasiguai* no Paraguai oriental (anos 1970 a 1990).

Fonte: adaptado de Souchaud (2001, p. 21)

Desta forma, a presença dos agricultores brasileiros no leste do Paraguai oriental constitui uma nova territorialidade que apresenta diferentes interfaces com a sociedade paraguaia. Esta nova territorialidade *brasiguai* é o resultado dos últimos trinta anos de colonização (desde metade de 1960 até final da década de 1990), que determinou a integração econômica e política do Paraguai, mas, ao mesmo tempo, provoca uma profunda dependência externa¹⁷.

2.3.4 A produção familiar em uma sociedade conservadora

Estudos realizados no Paraguai desde a década de 1960 sobre a reforma agrária e da modernização agrícola dão uma visão mais ampla sobre as transformações do mundo rural. Certamente em algumas regiões essa dinâmica foi muito mais rápida que em outras,

¹⁷ Sobre o tema de brasileiros no Paraguai, os trabalhos de Souchaud (2001, 2002, 2005a,b e 2007) poderiam ser consideradas as referências mais atualizadas. Existem muitos outros trabalhos publicados, tanto de paraguaios como brasileiros, cada um deles com visões distintas sobre o tema. Para um maior aprofundamento sobre o tema, sugere-se consultar algumas das obras citadas nas referências bibliográficas desta tese.

demonstrando a complexidade desse processo. Ao se analisar a produção familiar camponesa, pode-se observar que as estratégias produtivas e de sobrevivência assumem modalidades distintas nos espaços regionais. Portanto, para avançar na compreensão da natureza e nas conexões e desconexões que participaram na conjuntura agrária, segundo Bernstein (2002), Guarinzoli *et al.* (2001), Griffin, Khan e Ickowitz (2002) e Filippi (2005), deve-se observar a concepção, aplicação e o modelo da reforma agrária adotada no país.

Durante o governo Stroessner, o crescimento populacional foi moderado, com a maior parte da população ainda assentada no meio rural (PARAGUAY, 1985; TORRES FIGUEREDO, 2005). Apenas na década de 1970 observou-se um leve aumento da população total do país; o maior aumento da população urbana aconteceu na década de 1990. Algumas explicações sobre esse fenômeno poderiam decorrer da aplicação parcial da reforma agrária. As populações assentadas nas áreas de recente colonização, em decorrência da escassez de apoio à produção, da queda dos preços de produtos, dos acidentes climáticos (secas, excesso de chuvas, etc.) e da instabilidade nos direitos fundiários, foram submetidas direta ou indiretamente ao êxodo rural. A escassa industrialização do país não conseguiu absorver a mão-de-obra excedente do meio rural, fazendo com que uma quantidade significativa de camponeses e habitantes urbanos pauperizados emigrassem ao exterior, principalmente à Argentina.

A construção de hospitais, centros educativos, repartições públicas tinham o intuito de ‘fixar’ as populações às novas áreas de ocupação. Porém, pela localização, por estar subequipadas e com alta carência de recursos humanos e materiais, essas medidas não alcançaram seus objetivos. Em termos de transporte e comunicação, os cursos hídricos foram paulatinamente abandonados para navegação dando lugar ao transporte terrestre motorizado. A abertura de caminhos e o asfaltamento de algumas estradas ajudaram parcialmente a uma maior integração territorial, contribuindo no escoamento da produção agropecuária e florestal assim como para o deslocamento demográfico. O transporte através de jangadas, canoas, barcos e através de carretas puxadas por animais, que outrora eram os principais meios de transporte, diminuíram relativamente, mas sem desaparecer do cenário rural, principalmente nas comunidades camponesas.

Outro determinante do fracasso ou êxito da reforma agrária poderia encontrar-se no fator solo. Enquanto as populações de estrangeiros se assentaram em áreas com solos de alta aptidão agrônômica, no leste e sudeste do país (terras argilosas), as colônias de agricultores paraguaios foram implantadas em áreas com solos podsólicos e planossolos, de baixa e mediana aptidão agrônômica (BARTH, 1995). Deste modo, a aptidão agrícola dos

solos tem sido uma das explicações do processo desigual de capitalização entre os agricultores.

Com relação aos sistemas de cultivos, para inserir os camponeses paraguaios no circuito comercial diante da conjuntura favorável do comércio mundial, o governo incentivou fortemente a produção do algodão e do fumo. Segundo as indicações técnicas da época, os referidos cultivos não exigiam mecanização, poderiam ser cultivados em pequenas glebas e favoreciam a efetiva utilização da mão-de-obra familiar. Desta forma e mediante esses cultivos, se incluía precariamente aos camponeses nos benefícios socioeconômicos. A definição de que os camponeses paraguaios eram ‘melhores’ para esses cultivos constituía uma forma a mais de estigmatizar a esse segmento social e, indiretamente, ajudava a manter a estrutura fundiária sem alterações.

Embora os camponeses não se modernizassem via adoção de equipamentos e máquinas, parte da revolução verde atingiu seus sistemas produtivos. Como normalmente a produção deles apresentava baixos rendimentos e uma abundância relativa da força de trabalho, para que se aumentassem os rendimentos físicos era necessária a incorporação de tecnologias ditas ‘modernas’. Assim, iniciou-se um aumento no uso de agroquímicos no controle de pragas e doenças assim como o uso de material vegetativo de variedades melhoradas (milho, algodão, fumo, hortaliças, frutíferas etc.) com o intuito de aumentar os rendimentos agrícolas.

As instituições de pesquisa desenvolveram variedades de algodão¹⁸ e de fumo adaptadas ao contexto rural paraguaio; porém a maior parte dos resultados da pesquisa agrônômica foi parcialmente adotada pelo agricultor, devido, principalmente à deficiente extensão rural do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* -MAG. Uma quantidade muito reduzida das famílias de agricultores tinha acesso aos serviços de extensão e créditos do setor oficial, sobrando uma margem considerável da população rural sem acesso aos benefícios dos citados serviços.

Uma parte pouco mencionada pelos técnicos encarregados da extensão rural estava relacionada com a utilização de adubos químicos, como forma de manter ou recuperar a fertilidade do solo. Deste modo, a modernização agrícola atingiu parcialmente à produção camponesa, que ainda se fundamentava na ancestral agricultura de derrubada-queimada, com ferramentas manuais e força de trabalho familiar.

¹⁸ O rendimento médio de algodão na década de 1970 era de 920 kg/ha, incrementando-se posteriormente na década de 1980 a valores próximos a 1.200 kg/ha. O setor de produção do algodão no Paraguai era considerado como de ‘transcendental importância socioeconômica’, destacando-se no mercado de Liverpool entre os dez maiores exportadores de fibra de algodão do mundo (PARAGUAY, 1985).

Na FIG. 10 se apresentam algumas das ferramentas introduzidas nesse período nos sistemas produtivos camponeses. Porém, uma parte considerável das famílias ainda utilizava as ferramentas manuais introduzidas na época colonial.

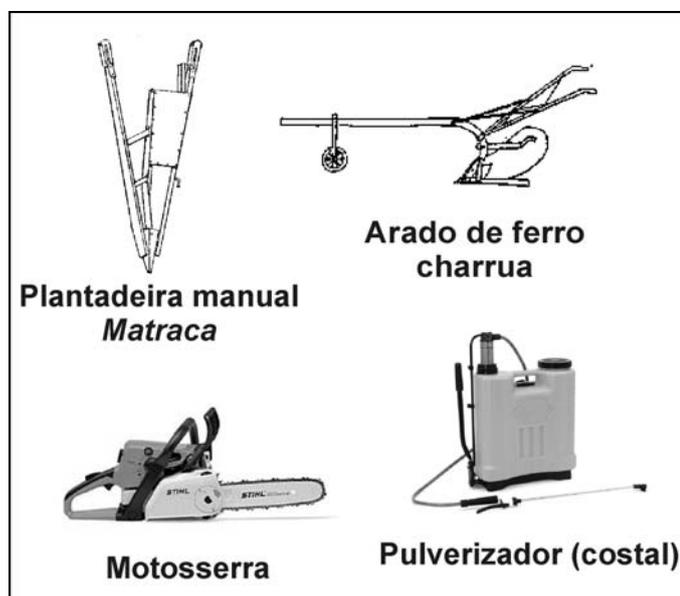


FIGURA 10 – Algumas das ferramentas agropecuárias introduzidas durante o governo Stroessner (1954 a 1989).

Fonte: elaboração própria a partir de Couturier e Pernin (1999).

Durante o governo Stroessner se criaram instituições como o *Banco Nacional de Fomento* - BNF, o *Fondo de Desarrollo Campesino* –FDC e se fortaleceu o *Crédito Agrícola de Habitación* –CAH, instituição que foi criada na década de 1940. Essas instituições deviam conceder créditos para a produção agropecuária, principalmente para as famílias assentadas nas novas colônias. Porém, esses agentes financeiros poucas vezes concederam crédito no tempo e quantidade requerida pelos novos colonos por causa da escassez de meio financeiro, ausência de bens penhoráveis por parte das famílias além de possíveis manejos administrativos inadequados dos fundos públicos.

Algumas famílias de agricultores paraguaios se beneficiaram economicamente da produção de algodão e fumo na década de 1970 e parte da década de 1980. A benevolência relativa da natureza (anos com baixas ocorrências de secas, infestação de pragas, etc.) e variedades melhoradas de algodão e fumo contribuíram moderadamente na capitalização dessas famílias. Algumas delas iniciaram uma acumulação de capital, investindo normalmente na compra (informal) de lotes de terras, gado bovino ou se voltaram ao comércio de insumos e produtos para a agricultura. Outros agricultores se capitalizaram optando pela aliança com alguns caudilhos políticos para conseguir emprego em instituições públicas ou foram

contemplados dentro do *prebendarismo*. Isto causou paulatinamente uma diferenciação social entre os agricultores familiares.

Embora houvesse uma relativa melhoria e capitalização de algumas famílias que se dedicavam à agricultura, Morley e Vos (2001) mencionam que durante esse período se exacerbou a dicotomia social. Enquanto o país registrava um alto crescimento econômico, uma fração considerável de famílias de agricultores tradicionais, por diferentes motivos e circunstâncias, ficou descapitalizada e estagnada socialmente. Para subsistir no meio rural, um ou mais membros da família tinha que realizar atividades fora da UPA, seja na pecuária ou na agricultura; outras famílias optavam pelas migrações sazonais internas ou mesmo para o exterior.

Uma parte importante dos agricultores, principalmente aqueles que se localizaram próximos aos centros urbanos ou de Asunción, deixou de praticar a agricultura e optou por trabalhos informais ou empregos de baixa qualificação profissional na área urbana. Outros passaram a produzir cultivos de subsistência e horticultura, considerando as distâncias em relação a Asunción. Somando-se a essas alternativas de trabalho, havia a produção e venda de polvilho, essência de *petit grain*, plantas medicinais e a venda da força de trabalho como diaristas. O pouco apoio financeiro do governo e as longas cadeias comerciais dentro da agricultura determinaram que as famílias camponesas sempre buscassem opções não-agrícolas como forma de subsistência.

O período florescente da agricultura paraguaia (1960-1980), quando o algodão e o fumo representavam os principais produtos de renda dos camponeses, constatou-se uma moderada mobilidade social e espacial na região oriental de Paraguai. Além de ocupar a mão-de-obra familiar, esses cultivos exigiam a contratação de assalariados, principalmente para a fase de colheita. Esses trabalhadores decorriam das regiões próximas a Asunción (zona da antiga colonização) em decorrência dos vínculos familiares próprios de uma sociedade de base tribal (VERA, 2006). Apesar do caráter sazonal da colheita do algodão, constituía uma atividade econômica importante na reprodução social de muitas famílias.

Os empréstimos internacionais destinados a obras públicas permitiram que uma parte da população (rural e urbana) se inserisse na dinâmica socioeconômica e, dessa forma, conquistasse um relativo estado de bem-estar social. Paralelamente ao crescimento socioeconômico, ufanado pelo governo de Stroessner, outra parte da população não absorvida pelo processo continuava emigrando para os países limítrofes. Estima-se que nas décadas de 1970 e 1980, concomitantemente com a colonização interna, uns 500.000 paraguaios emigraram à Argentina para trabalhar na indústria ou na agricultura.

Mesmo após essas mudanças conjunturais, a sociedade agrária permaneceu pouco alterada: as relações antigas de *yara* e *tembiguai* ainda persistiam. Do ponto de vista da estrutura social do meio rural, globalmente existiam as seguintes categorias sociais:

a) pecuaristas/florestal, com áreas superiores a 5.000 ha, cuja produção (madeiras e gado), basicamente estava destinada à exportação e, em menor medida, ao mercado local;

b) agricultores tradicionais camponeses (*campesinos*) assentados na zona da antiga colonização ou nas novas colônias implantadas pelo governo nesse período, em lotes agrícolas de 5 a 25 ha, tendo como principais cultivos comerciais o algodão e o fumo. Esses agricultores representavam a figura de “pequeno produtor”, em função do tamanho dos lotes e não pela relação capitalista de produção;

c) agricultores estrangeiros, distinguindo-se entre eles os menonitas e aqueles que se assentaram na parte leste e sudeste do país. Esses agricultores fundamentaram a produção agrícola em áreas de 50 a 200 ha e até em estabelecimentos superiores a 500 ha. Realizaram uma verdadeira transformação do meio natural através do desmatamento e instauraram relações capitalistas de produção mediante o cultivo mecanizado de soja, trigo e milho. Dentro desse grupo social também existia uma heterogeneidade determinada pelo acesso à terra e pelos vínculos com empresas multinacionais, desenvolvendo modos de produção diferentes dos camponeses paraguaios;

Concomitantemente, constata-se o aparecimento de novos atores sociais no espaço rural, os quais vão a interagir com as categorias sociais anteriormente descritas. Eles são:

(1) os madeireiros arrendatários, um intermediário entre os proprietários de áreas florestais e os proprietários das indústrias madeireiras, operando no comércio de toras de madeiras. Esses intermediários capitalizavam-se rapidamente, pois compravam madeira bruta a preços baixos e a revendiam às indústrias a um preço elevado. Suas áreas de atuação normalmente eram os grandes latifúndios e as recentes colônias agrícolas implementadas pela reforma agrária;

(2) comerciantes denominados *acopiador* (intermediários ou atravessadores) que comercializavam produtos e insumos, em especial junto aos agricultores instalados nas novas colônias. Forneciam aos agricultores insumos a preços elevados e, em troca, adquiriam produtos agrícolas a baixos preços. Esses *acopiadores* tinham vínculos com as indústrias processadoras de algodão e de fumo assim como com *caudillos* e políticos do governo.

Galeano (1990), Fogel (1998), Jara (2000) e Palau (2003) sublinham que o crescimento das exportações de produtos, como carne bovina e soja, estimularam a expansão dessas atividades nas grandes propriedades. A pouca alteração da estrutura fundiária do país e

o fornecimento de crédito público para a produção, consolidou a capitalização dos grandes proprietários. Com isso, se fortaleceu ainda mais a sociedade conservadora, exacerbando o caráter dicotômico e excluindo dos benefícios econômicos a uma grande parte da população.

Nessa conjuntura socioeconômica e em decorrência da construção de obras de infra-estrutura, surgiram novos atores sociais na sociedade conservadora. Através das licitações de construção e possivelmente através de práticas ilícitas, essa nova elite adquiriu poder econômico e político, passando a disputar o poder do Estado com a oligarquia ruralista. Esses grupos foram denominados *Varones de Itaipú*, uma vez que foi através desse empreendimento formaram e consolidaram a sua capitalização financeira.

Jara (2004, p. 191 *et seq.*) e Paredes (2002), mencionam que o *prebendarismo* existente na adjudicação de obras financiadas pelo Estado e o alto grau de corrupção que as acompanhavam, contribuíram para aumentar o poder econômico do grupo ligado ao governo. Parte dessa riqueza gerada ilicitamente ingressou no setor financeiro especulativo em associação com alguns grupos estrangeiros. Outros participaram, em cumplicidade com as autoridades (principalmente militares), em atividades ilegais, como o contrabando de mercadorias, drogas e armas para os países limítrofes, e uma ínfima proporção se voltou às atividades da produção agropecuária.

Ambientalmente, a expansão da fronteira agropecuária deu-se em terras florestais. A colonização agrária e a expansão da pecuária bovina na região oriental avançaram sobre a mata nativa a uma taxa de desmatamento estimada em 100.000 ha por ano. A partir da década de 1970, por causa do aumento da demanda por produtos de exportação e da manutenção da política de expansão da fronteira agrícola, houve uma acelerada degradação ambiental.

2.3.5 Crise da agricultura familiar e crise agrária

Certamente, durante o governo Stroessner, as famílias camponesas foram relativamente beneficiadas pela distribuição de terras. Porém, devido a problemas sociais e técnicos, as mesmas eram impedidas de consolidar-se no plano produtivo e político. Um desses aspectos advinha da pouca capitalização decorrente de sua agricultura de derrubada–queimada, além de estar subequipada e utilizarem poucos insumos modernos. Conseqüentemente, não eram considerados como prioritários dentro das políticas públicas nacionais.

A baixa produção individual e a carência de organizações que coadjuvassem para uma maior capacidade de negociação, na comercialização dos principais cultivos de renda ou

compra de insumos, colocaram ao camponês em desvantagem em sua relação de intercâmbio comercial. Aliado a este contexto, a queda internacional de preços agrícolas fez com que esses agricultores experimentassem uma pronunciada perda do poder aquisitivo na relação de preços entre o preço de venda de seus cultivos e a compra dos insumos de produção (equipamentos, produtos químicos, etc.). Na TAB. 02 apresenta-se a relação da produção agrícola e os preços médios de alguns insumos, período de 1975 a 1988.

TABELA 02

Relação do volume bruto da produção agrícola e alguns insumos (período 1975-1988).

Conceito	Média por período		
	Período 1975-1979	Período 1980-1984	Período 1985-1988
Tonelada de soja por trator	135,2	220,4	171,2
kg de algodão por enxada	11,6	12,5	23,0
kg de algodão por litro de inseticida <i>Monocrotophos</i>	30,1	32,4	35,8

Fonte: PAPPALARDO (1995, p. 14).

A TAB. 02 demonstra que, para permanecer na produção agrícola, inexoravelmente havia a necessidade de aumento da produtividade física dos cultivos agrícolas e, dessa forma, compensar a depreciação derivada da compra de insumos. Aqui se situam os elementos mais importantes da crise da agricultura de cunho familiar do Paraguai nesse período. A elevação dos custos de produção decorrente do aumento dos preços de insumos importados em estreita relação com preços e rendimentos decrescentes da produção agropecuária.

A diminuição paulatina dos rendimentos físicos dos cultivos decorrente da agricultura de queimada, com período de *barbecho* cada vez mais reduzidos e limitação da área agriculturável, os quais não permitiam a recuperação efetiva da fertilidade do sistema. Também incidiu nesse aspecto, a limitada difusão das inovações técnicas, cujas adaptações poderiam ter melhorado a produção por unidade de área. A excessiva intermediação comercial, com altos custos, influenciou significativamente na obtenção das rendas familiares.

Do ponto de vista fundiário, na década de 1970, o Estado ainda dispunha de um patrimônio aproximado de 350.000 ha na região oriental e 1,3 milhões de ha no Chaco; parte foi utilizada para colonização ou para troca por terras de domínio privado. A partir da década de 1980, o IBR enfrentou uma série de problemas na execução da política fundiária em decorrência do esgotamento de terras do Estado e incremento dos preços das terras de domínio privado. Essa situação provocou uma estagnação e retrocesso da ação colonizadora do governo na distribuição das terras.

Dentro dessa conjuntura, pode-se mencionar uma debilidade aparente do Estado em confiscar terras do domínio privado para a reforma agrária, tal como prescrevia o Estatuto Agrário e a própria Constituição Nacional. As forças do setor privado e do capital internacional, representado por alguns legisladores no Parlamento, não permitiam as expropriações com a rapidez que exigia a demanda. Além disso, o Estado experimentou uma crise econômica sem precedente, decorrente dos problemas conjunturais da época, que afetaram a compra de terras para a reforma agrária.

Comparando as décadas de 1960 e 1970 com a década de 1980, a colonização agrária do IBR distribuiu menos de 40.000 ha para uma população de 2.300 colonos; as empresas privadas outorgaram 21.061 lotes num total de 781.000 ha de terras. Em decorrência disso, os lotes concedidos nas colônias oficiais, baixaram de uma média de 20 ha/família para uma média de 10 ha/família (PAPPALARDO, 1995).

A pouca e deficiente capacidade de capitalização da maioria das famílias camponesas, com relação aos agricultores de origem estrangeira, pode-se resumir assim: os camponeses foram assentados em lotes agrícolas reduzidos sobre terras de baixa aptidão agrônômica e utilizavam poucos insumos modernos. Além disso, inseriram-se debilmente nas cadeias comerciais e industriais assim como um alcance parcial das políticas públicas. Esses fatores, em maior ou menor grau, colocaram em crise à agricultura familiar e contribuíram para a estagnação social de muitas famílias, impossibilitando que se consolidassem como categoria social capitalizada e como força política.

Por outro lado, fatores internos e externos causaram uma paulatina debilidade do poder ditatorial de Stroessner. No âmbito global, a queda do bloco comunista na Europa, a consolidação da Comunidade Econômica Européia -CEE e a emergência do neoliberalismo também tiveram efeitos no Paraguai. No contexto regional, vários países da América do Sul iniciaram processos de abertura democrática em meio a diferentes graus de crise socioeconômica (inflação descontrolada acima de três dígitos, altas taxas de desemprego e uma elevada dívida externa). O processo de desaceleração econômica da Argentina, principalmente a partir da década de 1980, teve efeitos significativos no Paraguai, visto que restringiu a emigração da população mais excluída de paraguaios que buscavam trabalho naquele país.

Internamente, desde 1985, a finalização de Itaipu, a queda das exportações, a exorbitante dívida externa, a inflação e a decadência dos empréstimos das instituições financeiras internacionais acarretaram uma grave recessão econômica ao país. Os conflitos internos dentro do partido governante (ANR) entre as elites rurais reacionárias, militares,

agroexportadores vinculados às multinacionais e os *Varones de Itaipú* culminaram com a queda do governo Stroessner em 1989. Com a implantação da democracia pluripartidária como forma de governo, iniciou-se outra etapa histórica do Paraguai.

2.4 A transição democrática e *la vague déferlante*¹⁹ da soja (1989-2004)

A abertura democrática iniciada em 1989 trouxe esperanças para a sociedade paraguaia. Com os direitos civis restabelecidos, a população camponesa, estigmatizada e mantida sob controle do poder militar e da oligarquia agrária por muito tempo, começou a manifestar-se por diferentes meios. Convém lembrar que, durante a ditadura de Stroessner, a idéia do “*bienestar rural*” nunca foi alcançado devido a problemas de organização institucional na instalação das colônias e do êxodo rural. Dentre as famílias que permaneceram nas colônias, a queda da fertilidade de seus sistemas de produção, conjuntamente com a redução dos preços de seus principais produtos e o aumento dos indivíduos dentro da família com capacidade de trabalho estimularam a busca de novas terras.

2.4.1 Aspectos globais que afetaram à sociedade paraguaia

O Paraguai nos primeiros anos de sua incipiente democracia apresentou vários momentos de instabilidade socioeconômica e política. Durante o período denominado “Transição à democracia” (1989-1998), o país foi afetado por uma série de acontecimentos internacionais que repercutiram no âmbito interno. Dentre esses fatores externos, além da queda dos preços internacionais dos produtos de exportação, o Paraguai, da mesma forma que os países latino-americanos foi atingido pelas diretrizes do *Consenso de Washington* de 1990.

O FMI passou a recomendar a adoção de medidas nos países emergentes como sendo uma fórmula infalível destinada a acelerar o desenvolvimento econômico. No Paraguai, no entanto, poucas dessas recomendações chegaram a se concretizar. No quinquênio de 1990 adotaram-se moderadamente essas recomendações, tais como a liberação dos juros e a taxa de câmbio de mercado, liberação do investimento estrangeiro direto, assim como a desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas. Outras, como a abertura comercial, a privatização das empresas do Estado e os direitos de propriedade formaram parte de debates sociais e encontraram alguns empecilhos para sua aplicação. No que se refere à

¹⁹ Recuperando o título de Théry H. “La vague déferlante du soja”. **Mappemonde**, n. 89/1. Montpellier, 1989 *apud* Souchaud (2002, p. 147).

desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, em 1993 se promulgou o Código Trabalhista em substituição ao de 1985, que adotou o pensamento neoliberal de flexibilização da mão-de-obra.

Quanto às recomendações de abertura comercial e investimento estrangeiro direto, o Paraguai viu-se frente a um dilema para poder inserir-se no contexto da globalização. Mesmo assim, empresas do setor de serviços e entidades financeiras de capital transnacional começaram a competir pelo exíguo mercado paraguaio. Esses grupos comerciais se instalaram mediante aliança com empresários e agroexportadores nacionais. Uma parte dos empresários estrangeiros investiu no setor rural, preponderantemente no comércio de agroquímicos, maquinário e no comércio de grãos. Aqueles agricultores que outrora puderam se capitalizar e que possuíam grandes extensões de terras foram beneficiados por esse processo acarretando uma elevação do valor monetário das propriedades para a produção agrícola.

Outro fator de importância global decorreu da integração regional entre Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai, em 1991, no âmbito do MERCOSUL (GINESTA *et. al.*, 1999). Inicialmente a integração teve muitos partidários, porém, com o decorrer do tempo, a iniciativa foi muito questionada pela sociedade paraguaia. A tentativa de industrializar os produtos agropecuários, a liberalização do setor financeiro, a abertura de novos mercados para os produtos dinamizaram moderadamente alguns setores da economia paraguaia (MASI, PENNER e DIETZE, 2000; PENNER, 2001). Porém, a crise do setor financeiro na metade da década de 1990, decorrente de um problema global, com suas conseqüências em nível local e regional, afetou profundamente a totalidade da economia, exacerbando a estagnação econômica do país (INSFRAN PELOZO, 1998; STRAUB, 1998).

Em 1992 se promulgou uma nova Constituição Nacional, com forte viés neoliberal, dedicando alguns artigos para a questão agrária. Insistiu-se na necessidade de uma reforma agrária mais ampla e que pudesse fundamentar o desenvolvimento rural do país, visto que ainda existia uma alta percentagem da população no meio rural, fortemente vinculada com a produção agropecuária e florestal. Além disso, se previa uma reestruturação institucional do IBR e do MAG como encarregados de realizar a política agropecuária e fundiária do país.

2.4.2 Ênfase na diferenciação produtiva no setor rural paraguaio

Do ponto de vista social, a partir de 1989, percebeu-se a existência de uma grande massa de agricultores subequipados e com pouca ou nenhuma terra, denominados

“*campesinos sin tierra*” os quais foram desconsiderados pelo governo anterior (RIQUELME, 2003). A primeira reivindicação ao novo governo pós-*stronista* foi por terra: houve várias manifestações nos centros urbanos e no interior do país, com fechamento de estradas, invasões de propriedades, principalmente aquelas dedicadas à produção pecuária ou com mata nativa remanescente. Além da terra, as organizações também reivindicavam infra-estrutura (estradas, água, centros educativos e de saúde).

O acesso mais democrático aos direitos de propriedade, como meio de produção e forma de inserção social no país, foi a base de discussão desses atores sociais com os governantes e o setor privado (FOGEL, 1992; NAGEL, 1999; MORINIGO, 2003; PALAU, 2003). Algumas localidades como San Pedro, Caazapá e Caaguazú, foram palcos de disputas acirradas entre sem-terra e as forças da ordem pública (militares e policia) ou mesmo, particulares contratados pelos donos de grandes propriedades ocasionando, muitas prisões, feridos e até mortos.

O avanço da reforma agrária iniciada nas décadas anteriores, mesmo com as liberdades restabelecidas e a nova Constituição Nacional, ainda encontrava obstáculos para sua plena realização. A limitação de capital financeiro para a compra de terras conjuntamente com a inviolabilidade da propriedade privada, reforçada na nova Constituição Nacional, eram os principais empecilhos para as expropriações. Ainda, a limitada disponibilidade de terras do Estado, um modelo econômico fundamentado fortemente na exportação de produtos agrícolas derivada das grandes propriedades, e uma acentuada desorganização institucional do MAG e do IBR, agravaram a crise agrária dos agricultores camponeses.

As reivindicações sociais apresentadas ao novo governo democrático por parte das organizações campesinas acarretaram a formação, em 1991, da *Comisión Nacional Coordinadora de Desarrollo Rural* -CONCODER, com a junção das instituições encarregadas da questão agrária tais como o IBR, o MAG, o BNF, o CAH e o FDC. Como forma de diminuir a tensão social que imperava nas áreas rurais, o governo nacional destinou recursos financeiros do orçamento nacional e créditos internacionais, obtidos mediante empréstimos ou doações, para subvencionar o trabalho interinstitucional (IBR-UE, 1998).

Mas a desorganização e discordâncias sobre as políticas fundiária e agrícola, as presumíveis malversações de fundos concomitantemente à crescente escassez de recursos públicos destinados para financiar a produção familiar, a interferência de políticos demagogos na distribuição de terras e uma forte pressão dos pecuaristas, dos agroexportadores e industriais florestais nos processos de expropriação determinaram o fracasso de muitas iniciativas da CONCODER.

A distribuição de terra para os agricultores familiares ficou estagnada: entre 1989 e 1998, se implantaram 271 colônias agropecuárias em todo Paraguai, num total de 51.881 lotes, em uma área de 1.233.205 ha (PARAGUAY, 2005). A partir de 1995, a média dos lotes agrícolas nas colônias implantadas pela colonização oficial, que normalmente era de 10 ha, diminuiu para uma média de 7 ha. Problemas meteorológicos como secas constantes, aparecimento do bicudo (*Anthonomus grandis*) em 1993, o exacerbado ataque de pragas nas plantações de algodão incidiram ainda mais na queda da sua produtividade, agravando a sua crise produtiva.

A maior parte das colônias camponesas implantadas após o governo Stroessner seguia o mesmo formato anterior, sem respeito às condições naturais, lares distanciados entre si, deficiente infra-estrutura e distanciados dos centros urbanos. Além da distribuição de lotes, o governo não disponibilizou capital financeiro para a subsistência inicial dos colonos. Os mesmos tinham que buscar algum emprego nas estâncias próximas, centros urbanos ou depender de ajudas familiares.

Quanto aos sistemas de produção das novas colônias, os agricultores reproduziram a agricultura de derrubada-queimada com a ajuda de ferramentas manuais. Paulatinamente, incorporaram alguns insumos modernos, como materiais reprodutivos geneticamente melhorados e agroquímicos para o controle de pragas. Não houve muitas alterações: a base de trabalho familiar e as relações *mingas*, migrações temporais para realizar trabalhos agrícolas e não-agrícolas fora da UPA, continuaram existindo entre as famílias. Porém, a compra de alguns insumos e inovações tecnológicas por parte dos camponeses assim como a venda de produtos estava cada vez mais dependente do mercado.

Sobre as propriedades não exploradas racionalmente e passíveis de expropriação, pode-se comentar que os grandes proprietários com áreas significativas de mata nativa, ante o temor da expropriação, iniciaram o desmatamento sistemático de suas terras. Além disso, os agricultores sem-terra normalmente optavam pelo assentamento em terras com mata nativa e não em áreas já exploradas pela atividade agropecuária. Fruto dessa conjuntura, a região oriental do Paraguai registrou uma das mais altas taxas de desmatamento de sua história. Segundo UNA (1994), entre 1989 e 1991 se perderam mais de um milhão de hectares de mata nativa com uma taxa média de desmatamento superior a 250.000 ha por ano. A expansão da pecuária bovina, com o aumento da carga animal e do rebanho, realizava-se através da implantação de forrageiras exóticas em áreas previamente desmatadas, com pouco ou nenhum aproveitamento das toras (BOZZANO e WEIK 1994; BRACK e WEIK, 1994; CHAVEZ, 2004).

Com relação à exportação agropecuária e florestal, a partir de 1989 houve mudanças significativas nos produtos exportados pelo país. Desde 1990, o setor florestal, por causa do elevado desmatamento e o contrabando de toras ao Brasil, entrou em decadência, sendo substituído parcialmente pela exportação de carne bovina e soja. Produtos típicos da agricultura camponesa, como o fumo e o algodão, demonstraram tendências diferenciais. O fumo decresceu na suas exportações, o que acarretou problemas econômicos na cadeia comercial. O algodão, com elevada participação nas exportações paraguaias na década de 1970, continuou sendo um importante produto nacional, mas foi perdendo gradativamente sua participação econômica com relação à soja e à carne bovina. Já no final da década de 1990 e início do ano 2000, o algodão apresentou sérias limitações produtivas decorrente da constante queda de seus preços no mercado internacional. No **ANEXO B** apresenta-se uma comparação da participação do algodão e da soja nas exportações paraguaias desde a metade da década de 1990.

A partir de 1998, através da iniciativa privada, incentivou-se o cultivo do gergelim (*Sesamum indicum*) e de ervas medicinais como *Ka'a he'ẽ* (*Stevia rebaudiana Bertoni*) e *Cedron Paraguay* – erva cidreira (*Lippia citriodora*), como alternativa de renda para os agricultores familiares. A produção do gergelim, que demanda elevada mão-de-obra e nenhum insumo químico durante o ciclo produtivo, foi colocada como alternativa ao cultivo do algodão. A sua produção esteve direcionada exclusivamente para o mercado exterior, sendo os países asiáticos seus principais compradores (Japão, Arábia Saudita). A produção de *Ka'a he'ẽ* e de *Cedron Paraguay* foi muito limitada devido à inexperiência no manejo durante o ciclo produtivo e de pós-colheita desses cultivos. Além disso, as áreas de produção eram reduzidas e condicionadas por representarem apenas “nichos de mercado”.

Os governos nacionais, posteriores a 1998, pressionados pelas associações de agricultores familiares, ainda tentaram influenciar nas tênues relações fundiárias do espaço rural paraguaio. Mas a estrutura oligárquica da elite pecuarista, aliada às sociedades da construção civil, a grupos interessados na especulação financeira e ao comércio ilícito, obstaculizaram muitas iniciativas. Mesmo com a abertura democrática, a crise do campesinato agravou-se por causa da indefinição de políticas públicas, da deficiência de orientação e de adequação técnica dos sistemas produtivos.

Em 1999, momento de alta exportação da carne bovina, um surto de febre aftosa na região oriental determinou o fechamento de importantes mercados. Desta vez, a transformação dos sistemas agrários dar-se-ia mediante a sojicultura. Em toda a região sul-americana uma expansão significativa do cultivo da soja deu origem a diversos processos

socioeconômicos, segundo mencionam Andreatta (2001); Brandão, Rezende e Marques (2005) e Pereira (2005).

2.4.3 Os aspectos sociais e produtivos que envolvem a sojicultura no Paraguai

A soja (*Glycine max*) é uma planta oleaginosa de hábito herbáceo, cuja produção começou a destacar-se em termos de agricultura a partir do século XIX (BERTRAND; LAURENT e LECLERCQ, 1983; BERTRAND e HILLCOAT, 1996). O seu cultivo na porção oriental do Paraguai condicionou em grande parte à distribuição das atividades produtivas e hierarquizou a função dos espaços rurais, principalmente nas fronteiras sudeste e leste. Há três décadas e, em maior medida, nos anos mais recentes (2000 em diante), a produção da soja *est également à la base de la profunde réorganisation géographique que connaît le Paraguay* (SOUCHAUD, 2001, p. 21).

A soja é, sem dúvida, o “motor” da modernização agrícola e do setor agroexportador do Paraguai. O seu cultivo vem-se expandindo desde a década de 1960, em grande parte por obra de imigrantes brasileiros. A partir de 1968, o cultivo da soja se intensificou como cultivo de rotação no *Programa Nacional del Trigo*. Apesar da baixa produção agropecuária do país durante a década de 1980, a soja, por sua vez, passou de uma produção de 1,17 milhão de toneladas, em 1987, para 1,79 milhão de toneladas em 1990 (TORRES FIGUEREDO e MIGUEL, 2005).

Desde o ano 2000, os preços internacionais da soja evoluíram positivamente como conseqüência dos baixos estoques internacionais de cereais e grãos. Os problemas climáticos que afetaram a produção norte-americana e européia assim como a demanda crescente em nível mundial estimularam a produção da soja. A demanda constante de alguns países como a China e a Índia, seja na forma de óleos vegetais, *in natura*, seja no uso como fonte protéica na produção animal, igualmente estimulou o aumento da área de plantio. Como resultado, em 2003, o Paraguai alcançou uma área de 1.550.000 ha de soja e uma produção de 4,5 milhões de toneladas, um recorde que colocou o país como 5º maior produtor da oleaginosa, atrás apenas de EUA, Brasil, Argentina e China e como 4º exportador mundial da oleaginosa (MALDONADO, 2004).

Na TAB. 03 pode-se observar a evolução da área plantada (em ha) e o volume da produção de soja (em toneladas) no Paraguai.

TABELA 03
Evolução da área plantada e produção bruta da soja no Paraguai, período 1994-2005

Anos	Área (ha)	Produção (t)
1994	694.000	1.891.509
1995	735.500	2.307.603
1996	960.000	2.408.428
1997	1.050.000	2.771.000
1998	1.150.000	2.988.201
1999	1.200.000	2.980.058
2000	1.200.000	2.911.423
2001	1.350.000	3.502.179
2002	1.445.000	3.546.674
2003	1.550.000	4.518.015

Fonte: MALDONADO (2004).

De acordo com esta Tabela, o Paraguai experimentou, entre 1994 e 2003, um crescimento de 139% na produção de soja, passando de 1.891.509 toneladas (1994) para 4.518.015 toneladas (2003), o que representa um crescimento médio anual de 10,2%. A área plantada no mesmo período passou de 694.000 ha para 1.550.000 ha, representando um crescimento médio anual de 9,34%. Comparando a evolução da área cultivada com a taxa de crescimento da produção, observa-se que o volume da produção cresceu a uma taxa ligeiramente superior ao crescimento da área cultivada, o que indicaria a incorporação das melhorias tecnológicas, e, portanto, uma melhoria na produtividade do cultivo da soja.

Em termos de distribuição espacial, a produção da soja vem se desenvolvendo em maior medida nos departamentos da fronteira leste do Paraguai, como Itapúa, Alto Paraná e Canindeyú, consideradas “regiões tradicionais da soja”. Estes departamentos, em conjunto, concentram mais de 70% da área plantada, sendo que o restante se distribui nos Deptos. de Caaguazú, Caazapá, San Pedro, Amambay, Concepción, Misiones e Guairá.

Na FIG. 11, mediante um mosaico de imagens de satélite, pode-se observar os locais onde predomina a produção de soja (safra 2003/2004) no Paraguai oriental.

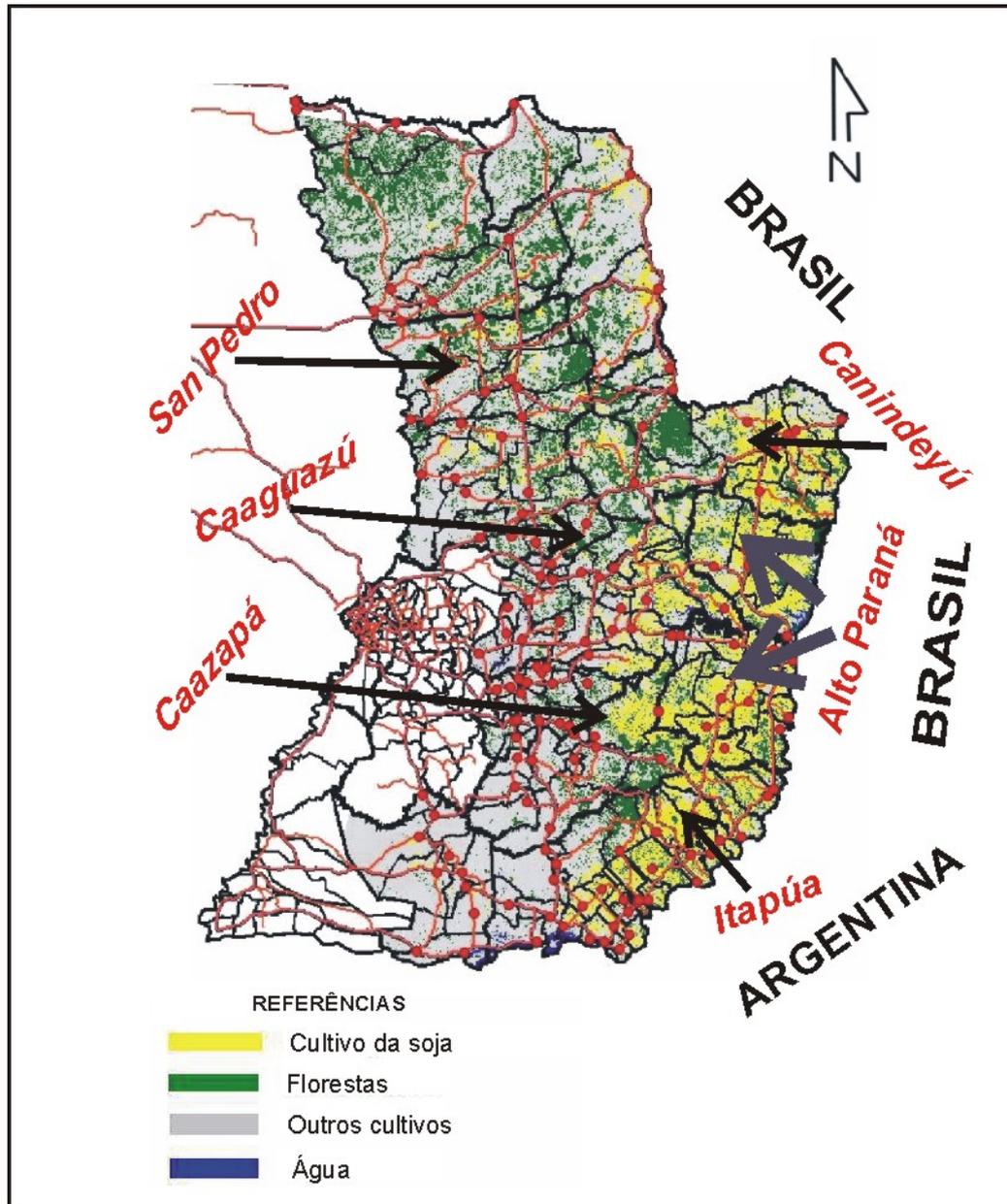


FIGURA 11 – Mosaico de imagens de satélite da região oriental do Paraguai, safra de soja 2003-2004.

Fonte: adaptado de Maldonado (2004).

Nos últimos cinco anos (2000-2004), os departamentos de Caaguazú, San Pedro e Caazapá, em conjunto, participaram de mais de 20% da produção total em nível de país. Concomitantemente, nessas localidades concentra-se a produção da agricultura camponesa, segundo Almada e Barril (2006).

A soja se destina principalmente à exportação. Assim como os demais produtores mundiais dessa oleaginosa, a sua dinâmica de preços está em relação direta com o clima, estoque dos EUA e a demanda que registra Ásia, fatores que influenciam significativamente no preço final do produto. Essas condições repercutem profundamente na economia paraguaia

pela geração de divisas e impostos conexos em razão da estrita relação evolutiva dos preços internacionais, que podem atravessar momentos favoráveis, mas, também incertos. A relação do câmbio dólar – guarani também repercute no preço final do produto. O guarani desvalorizado em relação ao dólar, como se observou no primeiro quinquênio de 2000 estimulou um aumento nos preços pagos em nível local.

Segundo os dados da *Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas* -CAPECO (2004), mais de 70% da produção da soja *in natura* paraguaia são exportadas para a União Européia (46%), Argentina (16,5%) e o Brasil (13,21%). Em forma de óleo e farelo exporta-se para os países da Comunidade Andina e para o Brasil (60 a 90% do total da produção). Da produção total da soja, apenas 20 a 35% ficam para as indústrias do Paraguai e entre 2 e 3% são destinados para sementes.

O complexo da soja em 2004 representou 90% das exportações agrícolas e 36% dos produtos primários, tendo um desempenho no ano de 2003 um valor de 516.959 milhões de US\$ FOB. Com relação a outros produtos agropecuários, a soja, no período mais recente (2002-2004), foi o mais importante produto agrícola, considerando a área ocupada assim como o volume e valor de produção. No ano 2003, ocupou o primeiro lugar em área cultivada (1.474.148 ha), seguida pelo milho com 442.600 ha. Em relação ao volume total, a soja alcançou 4.204.865 toneladas, superada apenas pela mandioca com 4.668.804 toneladas, demonstrando, desta forma, que a referida oleaginosa é um importante cultivo no contexto agrícola do Paraguai (MALDONADO, 2004).

2.4.4 O cultivo da soja e sua possível relação com a crise da Agricultura Familiar do Paraguai

O crescimento geométrico, tanto em termos de área cultivada como do volume produzido (49% da área agrícola útil e 90% do valor das exportações agrícolas), faz com que a importância da soja transcenda o âmbito estritamente produtivo.

Como consequência dos elevados preços alcançados nas últimas safras (2000 em diante), constatou-se um incremento na busca de novas áreas para cultivos da soja. Desse modo, tem-se expandido nas porções centrais e norte da região oriental do Paraguai. Apesar de que essas regiões apresentam restrições ao cultivo da soja, por apresentarem solos arenosos de baixa produtividade, o uso de tecnologias modernas, como o plantio direto e os agroquímicos aliados à demanda internacional asseguraram a rentabilidade e retorno econômico.

Para uma avaliação sobre a produção da soja nos últimos 15 anos, na TAB. 04 se apresentam os resultados comparativos entre o *Censo Agropecuario Nacional* -CAN de 1991 e a Amostragem Agropecuária de 2001-2002 efetuado pelo MAG, conforme tamanho médio das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) dedicadas à sojicultura.

TABELA 04

Variación das quantidades e áreas exploradas com a soja segundo tamanho das UPAs, região oriental do Paraguai entre 1991 e 2002.

Região Oriental (Paraguai)	Amostragem 2001/2		CAN 1991		Variação (%)	
	Quantidade	Área (ha)	Quantidade	Área (ha)	Quantidade	Área (ha)
Tamanho da UPA	27.806	1.282.855	26.717	552.455	4,1	132,2
Menores de 5 ha	1.460	1.745	1.673	2.232	-12,7	-21,8
De 5 a 10 ha	4.050	10.009	4.712	11.529	-14,0	-13,2
De 11 a 20 ha	7.550	36.255	8.239	37.401	-8,4	-3,1
De 21 a 50 ha.	6.105	85.573	7.222	86.495	-15,5	-1,1
De 51 a 100 ha	3.834	193.405	2.424	79.954	58,2	141,9
De 101 a 200 ha	2.811	270.014	1.329	86.709	111,5	211,4
De 201 a 500 ha	1.268	261.408	767	103.819	65,3	151,8
De 501 a 1.000 ha	410	147.965	213	50.588	92,5	192,5
De 1.001 a 5.000 ha	273	195.605	112	50.694	143,8	285,9
De 5.001 a 10.000 ha	30	54.652	21	19.396	42,9	181,8
De 10.001 ou mais ha	15	26.224	5	23.638	200,0	10,9

Fonte: adaptado de PARAGUAY (2003, p.23).

Segundo a TAB. 04, entre 1991 e 2001/02, o cultivo da soja atingiu 4,1% das UPAs, representando um incremento de 132,2% da superfície cultivada. Considerando-se o tamanho das UPAs e a superfície cultivada, pode-se constatar que o cultivo da soja reduziu sua importância entre os agricultores que detinham parcelas com menos de 50 ha (redução de 12 a 15% no número de produtores). Contudo, aumentou sua importância entre os agricultores que cultivavam áreas superiores a 50 ha. Observando por estratos, as UPAs que cultivavam entre 101 a 200 ha de soja, passaram de 1.320 a 2.811, isto é, um aumento de 111,5%. Outro estrato que aumentou substancialmente a área plantada com soja foi das UPAs com áreas cultivadas entre 1.000 a 5.000 ha, com um incremento de 143,8%.

A variação do número de produtores, segundo o tamanho médio da área cultivada, indica que a soja representa um negócio lucrativo para os médios produtores, normalmente mecanizados e organizados em cooperativas (imigrantes ou seus descendentes), demonstrado pelos elevados níveis de produtividade. A grande maioria dos agricultores com menos de 50 ha se caracterizam pela baixa utilização de tecnologias disponíveis (subequipamentos e insumos químicos). Mesmo que este estrato de produtores representam 68,9% das UPAs e concentram 10,4% da área cultivada com soja, a produção da soja, aparentemente, deixa de

ser uma atividade economicamente atrativa para esses agricultores (TORRES FIGUEREDO e FILLIPI, 2005).

A FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS -FAO (1999) *apud* Maldonado (2004, p. 18/9) comenta que, dos 15.982.700 ha disponíveis na região oriental do Paraguai, segundo dados da produção agropecuária de 1996/97, estima-se que 2.247.553 ha são utilizados com cultivos anuais e permanentes; 7.419.958 ha são destinados à produção pecuária (intensiva e extensiva); 1.676.812 ha são de uso florestal (produção, conservação/preservação) e 638.377 ha correspondem a usos não agrícolas (centros urbanos, estradas, espelhos de água etc.). Analisando as potencialidades agropecuárias e florestais e a superfície total de uso atual, o estudo da FAO concluiu que existem 7.171.488 ha com solos com potencialidade agrícola que podem ser incorporados em curto prazo às atividades agrícolas.

Ainda, menciona-se que existem 2.014.334 ha de terras com uso potencial para pecuária, sendo que atualmente se utilizam 7.426.008 ha, subutilizando solos com aptidão agrícola e utilizando indevidamente solos com aptidão florestal para atividades da pecuária. Pode-se concluir que o setor agrícola pode expandir-se, a curto e médio prazo em até 7.171.488 ha, incluídas aquelas terras já utilizadas atualmente e considerando as medidas de conservação de solo. Consta-se que existe grande potencialidade para o aumento da área cultivada com soja, sem, com isso, inviabilizar as demais atividades (CAPECO, 2004).

Como se comentou anteriormente, a soja expandiu-se e intensificou a sua produção (ano 2000 em diante), dentro da bacia do rio Paraguai, em áreas ocupadas pela pecuária tradicional e pela agricultura familiar. Alguns pecuaristas afetados pelo surto de febre aftosa de 1999 colocaram à venda ou disponibilizaram para arrendamento extensas áreas para o cultivo da soja. Rapidamente, produtores de soja, majoritariamente de origem brasileira (filhos dos primeiros imigrantes brasileiros no Paraguai, mas com cidadania paraguaia), adquiriram ou arrendaram essas terras, iniciando a transformação das áreas de pastagem em áreas de cultivo de soja, formando os “enclaves” de produção dessa oleaginosa.

Para alguns autores como Fogel (2005), Vázquez (2006) e Torres Figueredo e Filippi (2007), a recente expansão da sojicultura, dentro da Paraguai oriental é consequência apenas do movimento que experimenta o território rural *brasiguayo* instaurado e consolidado nas décadas anteriores. Com essa nova dinâmica, o território historicamente ocupado pela agricultura campesina, parece sofrer algumas transformações socioeconômicas e ambientais. Na FIG. 12 pode-se observar a expansão recente da sojicultura dentro da região oriental de Paraguai, formando enclaves produtivos.

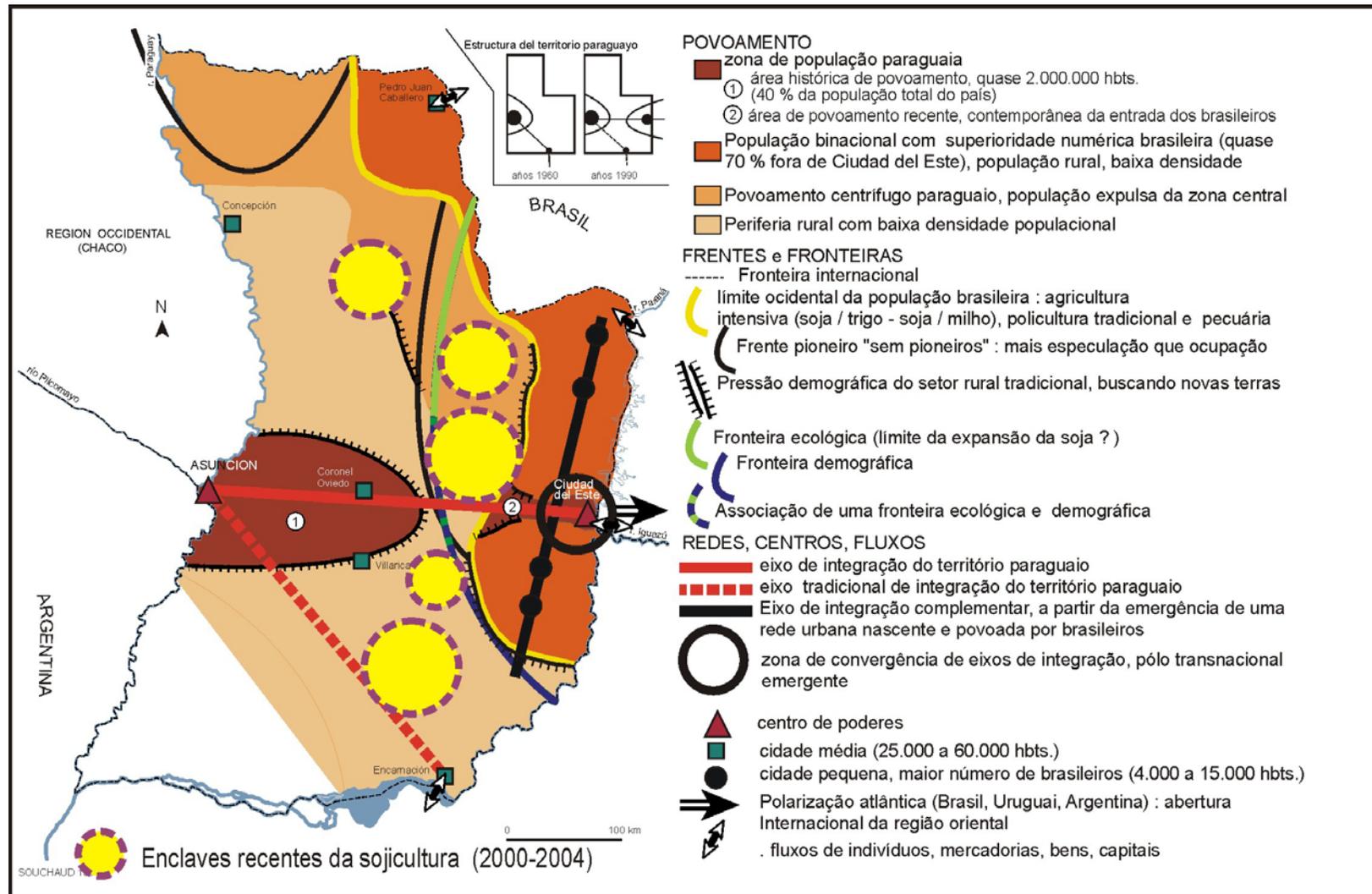


FIGURA 12 – O Paraguai oriental, a influência brasileira e a expansão da soja nos últimos anos (2000-2004).

Fonte: adaptado de Souchaud (2005a).

A agricultura familiar camponesa das zonas atingidas pela expansão da sojicultura, em grande parte, enfrenta um alto grau de desorganização, uma elevada descapitalização, subequipamento e escassa assistência de instituições e políticas públicas. A descapitalização de muitas famílias da região oriental do Paraguai continuou estimulando o êxodo rural aos centros urbanos e a migração aos países limítrofes. Esse problema de longa data parece que acentuou-se com a entrada da soja em seus territórios. Em muitos casos, por causa dessa descapitalização e a insuficiência no financiamento para a produção agropecuária, parece haver incitado muitos agricultores familiares, frente à oferta de dinheiro por parte de alguns produtores de soja, a venderem suas UPAs (escrituradas ou direito de posse) e emigrarem internamente para outras áreas rurais, as cidades e inclusive ao exterior do país.

Desse modo, em muitas partes da região oriental, parece existir uma “dupla expulsão” dos agricultores familiares: a primeira causada pelas debilidades e insuficiências do sistema de produção e a segunda, pela pressão dos produtores de soja. As dificuldades de permanência de muitas famílias nas colônias e assentamentos da reforma agrária também decorrem da inadequada infra-estrutura social. Isso, por sua vez, estaria relacionada à falta de recursos financeiros e humanos das instituições encarregadas da questão agrária.

Um dos principais problemas decorrentes da expansão da sojicultura em áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária e a agricultura camponesa relaciona-se com a utilização de agroquímicos. Diante dessa situação, as organizações camponesas têm registrado reações cada vez mais combativas, tomando como base de luta *“la defensa del territorio tradicional, que está siendo modificado por el avance de la agricultura empresarial, alterando las paisagens y afectando los establecimientos agrícolas de los pequeños productores de su entorno”* (CASTO, 2004, p. 130). Assim, tem ocorrido invasão de propriedades, queima de plantios de soja e fechamento de estradas, determinando enfrentamentos e repressão policial, criando um ambiente hostil e de instabilidade para o desenvolvimento normal das atividades da produção da oleaginosa e da convivência geral do país.

Em nível nacional, constata-se a que a concepção e a execução institucional das políticas públicas, afetadas pelo ambiente político recente²⁰, apresentam bases e fundamentos contrários e hostis ao desenvolvimento da agricultura, principalmente aquela de cunho

²⁰ Não se pode deixar de mencionar que houve acontecimentos políticos importantes que estabeleceram um cenário de instabilidade na vida socioeconômica do país: a tentativa de golpe de Estado do General Lino Oviedo (1995), o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña (1999), a tentativa de privatização de empresas públicas (2002), entre outros, e que certamente monopolizaram o debate público, relegando a um nível secundário a discussão relativa ao desenvolvimento do país ou mesmo a questão agrária.

familiar. As mobilizações das organizações camponesas contra o denominado *sojización del territorio campesino* (FOGEL, 2005) ocupam periodicamente as manchetes de jornais nacionais e internacionais²¹. Em esse contexto, pode-se observar uma moderada atuação do Estado.

Enfim, nos últimos 4 anos (2000-2004), a expansão da sojicultura e a crise da agricultura familiar constituem temas de debate acirrados no contexto agrário do Paraguai. Esta tese associa-se ao debate procurando compreender e interpretar essa ruralidade, tanto nos aspectos da produção, da reprodução social dos agricultores familiares e do contexto institucional do leste de San Pedro (região oriental de Paraguai). Portanto, os capítulos subseqüentes, utilizando o arcabouço teórico-metodológico dos sistemas agrários, discutirão essa complexa realidade agrária.

²¹ Uma certa ‘xenofobia’ também envolve a questão da produção e comercialização da soja por parte de empresários brasileiros. Com relação a este tema, consultar *Espaço brasiguai: novas práticas coloniais* (Disponível em: www.consciencia.br/reportagens/migracoes/mig10htm, acesso em 02- jun. 2004) assim como Sciacioli (2004), Vankrunkelsven (2006) e jornais paraguaios e dos estados de Paraná e Mato Grosso do Sul no Brasil, durante o período 2000-2004.

3 FUNDAMENTACÃO TEÓRICA e OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nesta parte do trabalho apresentam-se as considerações teóricas que sustentaram a caracterização e análise da realidade agrária do leste de San Pedro, região oriental do Paraguai. Na primeira seção, busca-se discutir a complexidade da agricultura como atividade que relaciona o homem ao seu entorno natural e social. Posteriormente trata-se do enfoque sistêmico como arcabouço teórico possível de ser utilizado no estudo das realidades agrárias.

A partir dessas duas vertentes, apresenta-se a teoria dos Sistemas Agrários como fundamento teórico-metodológico de estudo. Essa teoria é apresentada tendo como base a concepção e proposta de Marcel Mazoyer em colaboração com outros pesquisadores do *Institut National Agronomique Paris-Grignon* –INA/PG, França, os quais orientam para uma nova forma de estudar a agricultura.

Seguidamente e como complemento à teoria dos Sistemas Agrários, tendo como objeto analítico à agricultura familiar, apresenta-se algumas definições e conceitos para discutir a questão do campesinato e a agricultura familiar. Na segunda parte deste capítulo apresenta-se como foi operacionalizada a presente tese. Inicia-se com a delimitação do local e unidade de análise, as etapas da coleta dos dados e os indicadores do desempenho agroeconômico. Esses procedimentos permitiram a construção de uma tipologia dos sistemas de produção dos agricultores familiares. Finalmente, descreve-se o método utilizado no estudo das Instituições e as Políticas Públicas do Paraguai relacionadas à agricultura familiar.

3.1 As singularidades da agricultura

Segundo Vivan (1997), a agricultura em seus primórdios constituía-se no ato de observar como a natureza regenera-se após ciclos restritivos. Essas restrições momentâneas podiam decorrer de eventos como falta ou excesso de umidade, de radiação (luz e calor) e de nutrientes. Eventos geoclimáticos, como vendavais, inundações, fogo, erupção vulcânica, movimentos de solo, etc., também podiam contribuir para essas limitações momentâneas. Por outro lado, através da radiação solar, um banco genético de sementes e de espécies conjuntamente com os recursos minerais e biológicos do solo, a vida retomada seu fluxo e readquiria sua complexidade, adaptando-se às novas situações. Provavelmente, a imitação desse processo (ou sucessão natural das espécies) deve ter contribuído para inspirar as primeiras intervenções humanas nos sistemas naturais. Desse modo, populações inteiras, ao longo de séculos, têm baseado seus sistemas produtivos na imitação da dinâmica sucessional

do ecossistema original, com a ajuda e aperfeiçoamento de técnicas de intervenção para, finalmente, formar os *agroecossistemas*. Dessa maneira, com erros e acertos, concorreram para o desenvolvimento tecnológico e de sistemas agrícolas tanto fatores ambientais, culturais e políticos de cada povo, como também o processo de imitação dos ciclos da natureza.

Sabe-se que a agricultura desempenha funções muito importantes dentro da economia nacional, tais como: fornecer alimentos para os distintos grupos sociais (rurais e urbanos) e desse modo garantir a segurança alimentar nacional; prover matérias-primas a setores da economia, em especial à agroindústria ou empresas de transformação; oferecer capital para setores da economia via pagamento de impostos (diretos e indiretos), juros de empréstimos, renda da terra, serviços terceirizados, etc.; gerar empregos no meio rural e nos demais setores da economia, em especial aqueles relativos aos serviços e às indústrias de transformação; ampliar o mercado nacional ao aumentar a demanda dos produtores por bens de consumo, insumos etc.; e proteger o meio ambiente para um desenvolvimento sustentável em longo prazo.

A FAO (1999, p. 6) menciona que “*agriculture is a human productive activity, but it is quite different from others, such as industry or services. It consists in the transformation of the environment in a determined social context*”. Conseqüentemente, é altamente improvável encontrar as mesmas atividades agrícolas dentro das distintas situações ecológicas. As variáveis ambientais têm que ser consideradas como questão chave para compreender as práticas da agricultura. As sociedades humanas, durante milhares de anos, têm transformado, em maior ou menor intensidade, o seu entorno natural: cada ambiente transformado e cultivado tem sua própria capacidade da produção, condicionada a determinados limites ecológicos. Quando se excedem esses limites, a sustentabilidade fica comprometida. Dentre as conseqüências, tem-se o deslocamento de grupos populacionais ou o desenvolvimento de novas práticas de produção.

O desenvolvimento da agricultura deve considerar os fatores humanos (mão-de-obra, conhecimento, etc.) em associação com ferramentas, instrumentos, plantas cultivadas, fertilizantes e animais domesticados. O tipo de organização social, o padrão cultural e a relação econômica entre os diferentes indivíduos acarretam formas e modos diferenciados de explorar os ecossistemas. Contudo, o acesso e uso dos recursos naturais constituem um dos aspectos mais importantes para entender a prática da agricultura de um determinado local.

A produção agropecuária se define como *un proceso de trabajo mediante el cual el hombre explota un o varios ecosistemas, por medio de herramientas y técnicas, con el*

objeto de satisfacer sus necesidades (DAMAIS¹, 1990 *apud* VILLARET, 1994, p. 13). Isso determina que a agricultura não seja uma atividade de homens isolados. Conseqüentemente, para satisfazer suas necessidades, os agricultores têm que se relacionar durante o processo produtivo, seja com outros agricultores ou com aqueles agentes socioeconômicos externos a suas unidades de produção (comerciantes, técnicos, funcionários do governo, etc.). Enfim, o processo de produção agropecuária envolve estreitamente o ser humano, em um ou vários ecossistemas, com técnicas agropecuárias e ferramentas assim como envolve as relações sociais entre os agentes econômicos.

Uma determinada forma de agricultura é produto de sua história, da ação passada e presente das sociedades que nelas se inserem. As relações socioeconômicas e de troca entre e dentro de cada classe social com seu entorno natural sempre se mostram complexas. Os diversos tipos de agricultores se diferenciam, nas suas condições socioeconômicas, pela tomada de decisões e pelas práticas agrícolas. Observa-se uma diversidade no interior de uma mesma categoria social, pois nem todos possuem a mesma forma de acesso à terra, aos recursos naturais, ao crédito rural, aos serviços e às políticas públicas. Os agricultores também se diferenciam quanto ao nível de capitalização, ao seu modo de organização e como se relacionam com os agentes sociais de seu entorno. Dessa forma, pode-se encontrar uma complexidade e diversidade nas próprias UPAs. A evolução de cada tipo de agricultor e de seus sistemas de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos, todos eles em interconexão.

O primeiro fator de complexidade da agricultura advém dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas. O modo de utilização do espaço representa uma forma de adaptação ao ecossistema para explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os percalços. Essas formas de uso evoluem ao longo da história em virtude de fatos que se relacionam entre si: ecológicos (mudanças climáticas, desmatamento, pobreza do solo, etc.), técnicos (surgimento de novas tecnologias ou variedades, introdução de novas culturas) ou econômicos (variação de preços, mudanças nas políticas agrícolas, desenvolvimento ou declínio de agroindústrias, surgimento de oportunidades comerciais, etc.). Nesse sentido, os ecossistemas cultivados são fruto da história, da ação passada e presente e das sociedades agrárias que os ocuparam (INCRA/FAO, 1999).

¹ DAMAIS, G. **Consideraciones teóricas sobre los conceptos de enfoque integrado y desarrollo agrario.** Heredia (Costa Rica): Universidad Nacional, 1990. Proyecto Investigación-Desarrollo.

A complexidade reside também no fato de que essas sociedades são diferenciadas, isto é, são compostas de categorias sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, fazendeiros, empresas capitalistas, assalariados e diaristas, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social e econômico. Isso resulta na existência de distintos tipos de agricultores, que se diferenciam tanto pelas suas condições socioeconômicas, critérios de decisão, sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas.

Ainda que se considere cada cultivo ou criação isoladamente, a atividade agrícola é complexa, pois combina os diferentes recursos disponíveis (terra e outros recursos naturais, insumos, equipamentos e instalações, recursos financeiros e mão-de-obra), com um conjunto de atividades distintas (preparo do solo, plantio, fertilização, controle de pragas, colheita, comercialização, etc.). Nessa combinação, existe um grande número de fatores que determinam as práticas agrícolas, como a qualidade dos solos, o clima, as épocas de liberação de financiamentos, as flutuações de preços, etc. A evolução de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que se relacionam entre si. A continuidade ou o desaparecimento de um determinado tipo de produtor depende da sua capacidade de se adaptar às mudanças.

3.2 O enfoque sistêmico e sua utilidade na análise de realidades agrárias

As noções teóricas sobre sistemas se associam às diversas práticas sistêmicas, que vêm sendo propostas há décadas, especialmente a partir da segunda metade do século XX (PINHEIRO, 2000; SCHMITZ, 2005). Como forma de compreender melhor a proposta teórica denominada ‘enfoque’ ou ‘abordagem’ sistêmico (a), se devem buscar as origens dos seus conceitos. Geralmente os conceitos teóricos ganham definição e importância no corpo de uma teoria e, portanto, é natural procurar conhecer a noção de “Sistemas” com suas noções correlatas, dentro das teorias sistêmicas. Porém, como é um assunto muito extenso para abordar nesta tese, se procurara apenas apresentar algumas considerações gerais.

Para Vasconcellos (2006), existem duas tendências básicas na ciência dos sistemas, que poderiam ser consideradas como vertentes teóricas:

a) Mecanicista, associada à descrição dos sistemas inanimados ou artificiais; normalmente não se encontram puras na natureza e geralmente são criadas pelo ser humano.

Esta associada à teoria da Cibernética² (máquinas ou sistemas artificiais), destacando como proponente o matemático Norbert Wiener;

b) Organicista, que se associaria à descrição dos sistemas biológicos, normalmente presentes na natureza sem intervenção humana. Esta tendência é defendida pelo biólogo alemão Ludwing Von Bertalanffy em sua obra Teoria Geral dos Sistemas -TGS, em que se relaciona o estudo de organismos ou sistemas naturais, biológicos e sociais.

Essas duas vertentes surgiram paralelamente no decorrer da segunda metade do século XX, tendo como objetivos ser teorias que transcendessem as fronteiras disciplinares.

A proposta teórica de Bertalanffy é de fundamental importância já que objetiva apresentar princípios universais aos sistemas em geral, quer sejam de natureza física, biológica, quer sejam sociológicos; desenvolvendo princípios básicos interdisciplinares (BERTALANFFY, 1973). Pela TGS vê-se que Bertalanffy era um cientista preocupado com as questões que atravessam as fronteiras disciplinares ou com os paradigmas da ciência moderna, apontando a necessidade de novas categorias de pensamento científico. Dedicou-se a identificar princípios básicos interdisciplinares como uma busca de alternativa ao paradigma (analítico-reducionista) adotado pelo cartesianismo. Esta nova teoria interdisciplinar (ou novo campo da ciência) seria uma estrutura teórica psicofisicamente neutra, constituída de conceitos e modelos que poderiam ser aplicáveis tanto para fenômenos materiais como para fenômenos não materiais.

O conceito fundamental de investigação científica, aplicável a todos os campos da ciência, seria o de Sistema. Deste modo, o objetivo proposto, dentro dessa teoria, foi a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, independentemente das entidades que os constituem. Portanto, não se fala mais de ‘entidades’ físicas, químicas ou biológicas: passa-se a falar da totalidade que essas entidades constituem, da organização desses sistemas. Desse modo, a TGS se apresenta como uma ciência da totalidade, como uma disciplina lógico-matemática que poderia ser aplicável a todas as ciências.

Distintas definições à noção de sistema têm-se proposto. Para Bertalanffy seria um conjunto de componentes em estado de interação ou ainda um complexo de elementos em interação. Utiliza-se como sinônimo os termos sistemas, totalidade e organização. A existência de interação ou de relações entre os componentes é o aspecto central que identifica a existência do sistema como entidade. Dessa maneira, com a concepção de sistema, limita-se

² A Cibernética surgiu não como preocupação de descrição da natureza inanimada, mas sim como proposta de construção de sistemas que reproduzissem os mecanismos dos chamados *autômatas* simuladores de vida ou máquinas cibernéticas. Por isso, poucas vezes a cibernética é denominada de teoria sistêmica.

a aplicação de procedimentos analíticos, uma vez que os sistemas não são inteligíveis por meio de pesquisas isoladas (VASCONCELLOS, 2006).

Deste modo, o enfoque sistêmico aponta não somente para cada componente, mas também para as interações entre os mesmos nos diferentes níveis. Estas interações são responsáveis pelas características especiais e freqüentemente identificáveis, com as quais cada sistema pode ser classificado e analisado. Certamente, e de acordo a isto, nem todos os componentes apresentam a mesma importância. Quando se percebe que o grau de complexidade aumenta, novos métodos são necessários para encarar e considerar o sistema em sua totalidade e em sua dinâmica interna e externa.

Bertalanffy (1973) afirma que a TGS trata a organização como um sistema de variáveis mutuamente dependentes. Propõe a concepção do mundo como organização, considerando o mundo como uma enorme ordem hierárquica de entidades organizadas, em uma superposição de muitos níveis de sistemas, indo de sistemas físicos e químicos aos biológicos e sociológicos. Trata-se, então, de uma organização hierarquizada ou uma ordem estratificada. Utiliza-se o termo de *holons* para designar esses sistemas que são simultaneamente *todo* e *partes*. Da mesma forma, ao referir-se às relações entre o todo e as partes, normalmente se utiliza o conceito de subsistemas e supra-sistemas. Um sistema é então um subsistema em relação ao nível hierárquico imediato superior ou um supra-sistema em relação ao nível hierárquico inferior.

Para Mazoyer (1992-93)³ *apud* INCRA/FAO (1999, p. 10) a Teoria Sistêmica é:

[...] analisar e explicitar um objeto complexo em termos de sistema é, em primeiro lugar, delimitá-lo, [...], traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo; em particular, distingui-lo dos outros objetos que, sendo da mesma natureza, são, ao mesmo tempo, diferentes o bastante para serem considerados como pertencentes a uma outra espécie do mesmo objeto; é, portanto, em última instância, classificar. [...] analisar e explicitar um objeto em termos de sistema é também estudar a sua dinâmica de evolução através do tempo e as relações que esse sistema mantém com o resto do mundo nos seus diferentes estágios de evolução.

O autor acrescenta que considerar o funcionamento de um objeto como um todo é pensá-lo como uma combinação de funções complementares que asseguram a circulação interna de todos os fluxos (de matéria, de energia, de valor, etc.) e, no caso de um sistema aberto, é imaginá-lo como um conjunto de intercâmbios com o exterior (*ibid*).

Cabe, pois, indagar: por que utilizar o enfoque sistêmico nos estudos agrários?

³ MAZOYER, M. Pour des projets agricoles légitimes et efficace: théorie et méthode d'analyse des systèmes agraires. In: **Land reform, land settlement and cooperatives**. Paris: FAO, 1992-93.

A utilização do enfoque sistêmico para estudar a realidade agrária é uma perspectiva recente. Iniciou-se na metade do século XX, quando alguns cientistas reagiram às crescentes críticas e falhas apresentadas pela ciência moderna. As estratégias de desenvolvimento, baseadas na execução de projetos reducionistas e disciplinares direcionadas para agricultores de escassos recursos físicos e financeiros, normalmente não atingiam os resultados propostos. As universidades e instituições responsáveis pela capacitação de profissionais para o setor agropecuário atuavam por áreas de conhecimento, fazendo com que abordassem as realidades agrárias de forma muito restrita. Essa visão reducionista foi uma das causas de que o desenvolvimento agropecuário seja limitado em decorrência a raciocínios fundamentados em supostos não precisos e divergentes (OZELAME; MACHADO e HEGEDUS, 2002).

Todavia, a abordagem sistêmica tem sido aplicada, dentro da pesquisa e extensão agrária, como resposta às visões puramente disciplinares para os problemas agrícolas. No decorrer dos últimos anos, apresentou-se como novo paradigma no desenvolvimento rural, sofrendo diferentes mudanças, mas constituindo um campo consolidado, embora extremamente heterogêneo (SILVA NETO, 2005).

Durante séculos, a pesquisa, em especial a agrônômica esteve fundamentada no enfoque do tipo analítico. Para Villaret (1994), o enfoque analítico busca desagregar e estudar um objeto de estudo em seus componentes constitutivos mais simples. Presume-se que, ao conhecer independentemente cada parte, se poderá entender, caracterizar e, portanto, resolver um determinado problema. Esse reducionismo analítico pode permitir a caracterização perfeita de um objeto de estudo, porém sua aplicação encontra limitantes quando aumenta o grau de complexidade (número de interações entre os elementos).

Deste modo, o enfoque analítico resulta limitado para temas complexos como a agricultura. Não se pode pensar que o estudo e a descrição isolada dos componentes produtivos que intervêm na agricultura possam entender o seu funcionamento: são as inter-relações entre esses componentes que permitem o seu funcionamento. Embora, conhecer e caracterizar em detalhes o funcionamento fisiológico de uma planta ou a reação do solo à erosão hídrica ou irrigação são elementos indispensáveis, ainda são insuficientes para que um técnico agropecuário possa entender a lógica de produção dos agricultores.

A maior virtude do enfoque sistêmico para o estudo do meio agrário consiste na análise das interações e dos níveis de organização, com uma visão multidisciplinar que ultrapasse a especialização das ciências e o isolamento dos conhecimentos. Devido à complexidade que apresenta normalmente uma UPA, decorrente de numerosos elementos

constitutivos no processo produtivo, precisa-se adotar um enfoque mais operativo que uma simples abordagem analítica.

Lembrando a TGS, um conceito operativo de suma importância dentro da abordagem sistêmica para o estudo de realidades agrárias se refere ao Sistema. Assim, De Rosnay⁴ (1977) *apud* Apollin e Eberhart (1999) define sistema com um conjunto de elementos em interação dinâmica, organizados em função de um objetivo. Assim, o enfoque sistêmico no meio rural busca analisar as características do objeto de estudo, tais como seus elementos constitutivos, as interdependências existentes, a organização para atingir os objetivos e a dinâmica de evolução do conjunto.

O enfoque sistêmico também é utilizado para o estudo de projetos voltados ao desenvolvimento do meio rural. Projetos de desenvolvimento agrícola perseguem geralmente o objetivo de melhorar a situação econômica e social dos agricultores e suas famílias em uma região determinada. É uma intervenção que deve permitir aos diferentes tipos de produtores satisfazer, da melhor maneira, os seus interesses assim como garantir o “interesse geral” da nação. Ou seja, um projeto de desenvolvimento rural tem como objetivo influenciar sobre as condições socioeconômicas dos agricultores, para que os mesmos apliquem sistemas de produção que favoreçam, tanto a própria unidade familiar como as necessidades da sociedade.

Com a crise do paradigma tradicional das ciências agrárias com relação ao desenvolvimento agrícola, desde algumas décadas atrás, a França vem desenvolvendo uma escola de pensamento que busca estabelecer as bases científicas para o desenvolvimento agrícola. Trata-se de elaborar, fundamentado no enfoque sistêmico, um conjunto de conceitos e métodos específicos que têm como objeto de análise os processos de produção agropecuária, suas transformações e adaptações, assim como o conjunto das implicações socioeconômicas destas transformações e adaptações. Esta ciência do “desenvolvimento” permitiria analisar com rigor científico a realidade agrária, elaborar métodos explicativos de seu funcionamento, estabelecer relações explicativas entre os fenômenos e orientar para a ação.

Dentro da abordagem sistêmica encontra-se a proposta teórica de Marcel Mazoyer, que considera o Diagnóstico Agrário como principal ferramenta, e cujo objetivo principal é identificar os distintos elementos (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos, etc.) que condicionam a escolha dos agricultores de uma região e, em consequência, a evolução de seus sistemas de produção. Com isso se podem conhecer os verdadeiros problemas e necessidades que se tem na agricultura em um determinado contexto nacional.

⁴ ROSNAY, J. **El Microscopio: hacia una visión global**. Madrid: Editorial AC, 1977.

Um aspecto muito importante dentro da abordagem sistêmica, quando se analisa um fenômeno real da agricultura, é a representação de um modelo (do fenômeno). Um modelo é *una representación esquemática y simplificada de un fenómeno real, en vista de facilitar su comprensión* (VILAIN 1987⁵ apud VILLARET, 1994, p. 12). Isto não significa reducionismo: ao contrário, o enfoque sistêmico permite uma visão mais idônea de seu funcionamento. Assim, o modelo deve ser considerado como uma representação da realidade, o qual fornecerá os instrumentos de análise que posteriormente orientarão a pesquisa e a ação.

3.3 A Teoria dos Sistemas Agrários

Este referencial teórico tem contribuído no estudo das formas sociais produtivas, especialmente daquelas que, em relação direta com a natureza, produzem grande parte das condições objetivas e subjetivas de sua reprodução social. Este referencial é admitido, com certas adaptações, para analisar situações diversas sobre um mesmo quadro geral, sem eliminar diferenças. Busca-se explicar como um determinado local, variáveis sociais, culturais, ambientais, econômicas, políticas, entre outras, se articulam e são interpretadas pelos agricultores, ocasionando uma evolução e diferenciação na forma como estes interagem com a natureza através de seus sistemas de produção, assim como nas estratégias que adotam para a reprodução social. Também essa abordagem apresenta-se adequada para um esforço multidisciplinar, abrindo espaço para que se estabeleça o diálogo e a incorporação na análise de elementos de outras áreas (CARVALHO, 2001; HILDEBRANDT, 2005; MIGUEL, 1997; MOURA, 2002; NEUMANN, 2003; PASQUOTTO, 2005).

Segundo Silva Neto e Basso (2005), a teoria dos sistemas agrários serve como instrumento de análise da evolução histórica e da diferenciação geográfica da agricultura. Pode ser aplicada com objetivos específicos puramente acadêmicos ou até para a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento. Para compreender o que é um sistema agrário, é necessário distinguir a agricultura tal como se apresenta na realidade: um objeto de observação e de análise, daquilo que o observador pensa deste objeto. Nesta última categoria se inclui o sistema agrário, o qual corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular. Assim, um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda

⁵ VILAIN, M. **La producción vegetal**: les composantes de la production. Paris: Editions Lavoisier, 1987. (Collection Agriculture d'Aujourd'hui, V. 1).

sua complexidade (tarefa quase impossível), mas tornar essa complexidade inteligível segundo os objetivos específicos definidos.

Toda forma de agricultura, em um determinado lugar e em um determinado momento, aparece, antes de todo, como objeto ecológico e econômico complexo, composto de várias categorias de unidades de produção que exploram diferentes tipos de terrenos e diversas espécies de culturas e de animais. Além disso, as formas de agricultura variam de acordo com o lugar, de tal maneira que, de uma região do mundo para outra, se pode observar distintas formas de agricultura. A teoria dos sistemas agrários se concebe como um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade das transformações históricas e da diversidade geográfica das agriculturas do mundo (MAZOYER e ROUDART, 2001).

Já Chonchol (1995) vê a agricultura sob o conceito de “Sistemas Agrícolas”. Segundo esse autor, a agricultura é um sistema *tecnoeconômico* e *social* que serve para produzir alimentos, compondo-se de três componentes:

a) Ambiental ou ecológico: é a base física onde se articula as formas de produção do homem, abrangendo os tipos de solos, vegetação, plantas disponíveis úteis, clima, fauna, relevo, etc.;

b) Tecnológico: agrupa o conjunto dos instrumentos e meios de produção, as técnicas de seleção; métodos de melhoramento da produtividade das plantas e as formas de colheita e armazenagem dos produtos;

c) Social e econômico: são as formas gerais de distribuição e consumo dos produtos obtidos, formas de organização social para a produção, distribuição espacial da população, formas de acesso e controle da terra e os diferentes conceitos sobre racionalidade ou ideologia agrária.

Cada um desses três componentes se relacionam entre si e a hierarquia depende do grau de desenvolvimento alcançado por cada sociedade em um momento histórico. Na origem de todo sistema agrário, a base física vai ter uma maior importância na conformação do sistema. Na medida em que a base física se desenvolve, paulatinamente diminui a sua importância com relação aos outros componentes. A transformação de um ecossistema natural generalizado para um artificial implica uma longa história de desenvolvimento técnico e social. A seguir, se apresentam no QUADRO 02 os princípios da teoria dos sistemas agrários, segundo Marcel Mazoyer.

QUADRO 02

Combinações das variáveis essenciais para a definição de um Sistema Agrário

Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio que é o produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofridas historicamente pelo meio natural. Portanto, um sistema agrário resulta da combinação das seguintes variáveis essenciais:

o meio cultivado – o meio original e as suas transformações históricas;

os instrumentos de produção – as ferramentas, as máquinas, os materiais biológicos (as plantas cultivadas, os animais domésticos, etc.) - e **a força de trabalho social** (física e intelectual) que os utiliza;

o modo de “artificialização” do meio que disso resulta (a reprodução e a exploração do ecossistema cultivado);

a divisão social do trabalho entre a agricultura, o artesanato e a indústria que permite a reprodução dos instrumentos de trabalho e, por conseguinte;

os excedentes agrícolas, que, além das necessidades dos agricultores, permitem satisfazer as necessidades dos outros grupos sociais;

as relações de troca entre os ramos associados, as relações de propriedade e as relações de força que regulam a repartição dos produtos do trabalho, dos bens de produção e dos bens de consumo e as relações de troca entre os sistemas (concorrência);

Enfim, **o conjunto das idéias e das instituições** que permite assumir a reprodução social: produção, relações de produção e de troca, repartição do produto, etc.

É graças a esse conceito que podemos apreender e caracterizar as mudanças de estado de uma agricultura e as mudanças qualitativas das variáveis e de suas relações e desenvolver uma teoria que permite distinguir, ordenar e compreender os grandes momentos da evolução histórica e a diferenciação geográfica dos sistemas agrários (MAZOYER, 1987⁶, *apud* INCRA/FAO, 1999, p. 20)

Para Mazoyer e Roudart (2001) assim como para Silva Neto e Basso (2005), um sistema agrário está dividido em dois subsistemas principais:

(a) **ecossistema cultivado** ou *agroecossistema*: corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Deste modo, corresponde às modificações mais ou menos profundas impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade humana neles instalada obtenha produtos de seu interesse. Um *agroecossistema* é um ecossistema historicamente formado por meio de sua exploração de uma sociedade humana. Os supracitados autores também salientam que existe grande número de ecossistemas naturais, o que determina a formação de ainda maior número de *agroecossistemas*, mas as formas de exploração, e principalmente de renovação dos mesmos, podem ser agrupadas em poucas categorias relativamente homogêneas;

(b) **ecossistema social produtivo**: corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção,

⁶ MAZOYER, M. **Dynamique des systèmes agraires**: rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires. Paris: Ministère de la Recherche et de la Technologie, 1987.

caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados. Portanto, a categoria social dos agricultores é definida pelas suas relações de produção, de propriedade e de troca com os demais agentes, que direta ou indiretamente, atuam na produção agropecuária. A categoria social expressa, entre outros aspectos, o seu acesso aos meios de produção disponíveis e a distribuição dos produtos gerados. Também, uma categoria social dos agricultores é o resultado de um processo de acumulação condicionado pelo acesso à terra, origem da mão-de-obra e do capital. Assim, a análise de uma categoria social é realizada pelo estudo de um certo tipo de trajetória de acumulação, a qual delimita os sistemas de produção passíveis de serem por ela desenvolvidos em um dado ecossistema.

Um modelo simplificado do funcionamento de um sistema agrário, a partir de seus elementos definidores, pode ser visualizado na FIG 13.

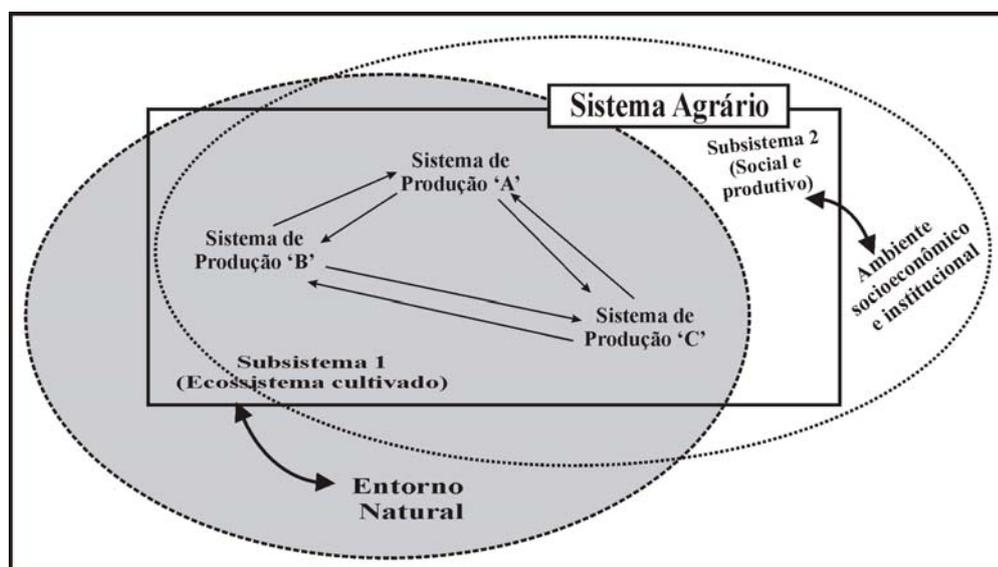


FIGURA 13 – O Sistema Agrário, um sistema aberto e complexo formado por dois subsistemas.

Fonte: adaptado da FAO (1999, p. 10).

Segundo Silva Neto e Basso (2005), a dinâmica de um sistema agrário é definida pela reprodução da fertilidade do agroecossistema e pela acumulação de capital das unidades de produção. Em todo sistema agrário, os agricultores adotam práticas voltadas à exploração da fertilidade⁷. Sobre essa questão, a FAO (1999, p. 2) menciona que:

[...] the management of fertility is therefore of paramount importance in agriculture. Fertility is primarily a product of the ecological environment

⁷ Segundo esses autores, o termo “fertilidade” deve ser entendido como “o potencial de um ecossistema em fornecer produtos de interesse do homem”. Esse potencial inclui as condições químicas, físicas e biológicas do ecossistema e não apenas a riqueza e a disponibilidade de nutrientes do solo. Enfim, trata-se da fertilidade do ecossistema como um todo e não apenas da fertilidade do solo (*ibid*, p. 20).

(soil, climate, natural vegetation, etc.), but effective and often intensive human management of the environment is also necessary if fertility is to be maintained or improved..

Daí que a sustentabilidade ecológica é um dos critérios fundamentais para a análise da dinâmica do desenvolvimento de um sistema agrário. Quanto à reprodução da fertilidade de um sistema agrário, INCRA/FAO (1999, p. 37 *et seq.*) mencionam que é essencial analisar como cada um dos subsistemas (cultivado e social) se combinam e contribuem para a reprodução da fertilidade dos solos e do sistema. Identificar as estratégias adotadas para garantir a reprodução da fertilidade de cada subsistema é fundamental para que se possa avaliá-lo tecnicamente.

Mazoyer e Roudart (2001) comentam que a análise da dinâmica dos sistemas agrários nas diferentes partes do mundo e nas diferentes épocas permite entender o movimento geral de transformação no tempo e na diferenciação no espaço agrário, e exprimi-lo sob a forma de uma teoria da evolução e diferenciação dos citados sistemas agrários. Cada um deles é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, permitindo explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado.

3.3.1 Conceitos operacionais dentro da Teoria dos Sistemas Agrários

Tanto Apollin e Eberhart (1999) como FAO (1999) mencionam que a análise do meio rural, dentro da teoria dos sistemas agrários, requer utilizar distintos níveis operacionais que correspondam aos diferentes níveis de organização da sociedade rural. Os conceitos clássicos que normalmente são utilizados no diagnóstico agrário em suas diferentes escalas ascendentes de complexidade são:

- o sistema de cultivo (em nível da parcela) e o sistema de criação (em nível de rebanho), tendo cada um itinerário técnico determinado (*Cropping or livestock pattern*);
- o sistema de produção em nível de glebas dos agricultores (*Farming systems / Systèmes de production*);
- o sistema agrário (*Agrarian System*), em nível de comunidade ou de uma microregião;

É importante destacar que, dentro da cada sistema de cultivo ou rebanho animal, se realizam diferentes atividades denominadas “itinerários técnicos”, que é o primeiro nível de complexidade de um sistema agrário. Este conceito se encontra principalmente no

pensamento agrônômico francês e não possui equivalência na escola agrônômica de língua inglesa. Um itinerário técnico se define como *la combinación lógica y ordenada de técnicas culturales que permiten controlar el medio y obtener una producción agrícola o animal* (SEBILLOTE, 1987⁸ *apud* VILLARET, 1994, p. 47).

No que se refere ao sistema de cultivo (nível de parcela) e/ou sistema de criação pecuária (nível de rebanho), define-se normalmente como *el conjunto de procedimientos aplicados a una unidad de terreno manejada de manera homogénea, que se caracteriza por la naturaleza de los cultivos, su orden de sucesión y los itinerarios técnicos aplicados* (SEBILLOTE, 1987 *apud* APOLLIN e EBERHART, 1999, p. 48).

Segundo Dufumier (1996), um elemento fundamental para a compreensão do modo de exploração do meio em nível de uma UPA é o conceito de “Sistema de Produção”. Na escala de um estabelecimento agrícola, o sistema de produção pode ser definido como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção da produção vegetal e animal. O sistema de produção também pode ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos:

- os sistemas de cultivo das parcelas ou de grupos de parcelas de terra, tratados de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais;

- os sistemas de criação de grupos de animais (plantéis) ou de fragmentos de grupos de animais;

- os sistemas de processamento dos produtos agrícolas no estabelecimento.

Analisar um sistema de produção na escala dos estabelecimentos agrícolas não se resume somente ao estudo de cada um de seus elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo, em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles. É necessário atender as relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais pelos recursos naturais disponíveis (água, luz, minerais, matérias orgânicas, etc.) assim como as ligações de sinergia ou de complementaridade relativas à utilização dos recursos. Dessa forma, a distribuição e a repartição (no tempo e no espaço) da força de trabalho e dos meios de produção entre os diferentes subsistemas (de cultura e de criação) devem ser observados no decorrer do estudo. É importante destacar a coerência e a

⁸ SEBILLOTTE, M. Itinerarios técnicos y evolución del pensamiento agrônômico. In: **Extraits du procès verbal de la séance de l'Académie d'Agriculture de France**, 14 de junio de 1978. Traducción al castellano en Boletín Sistemas Agrarios No 1 y 2 Proyecto Políticas Agrarias y Estrategias Campesinas (PAEC). Lima, Perú, 1987.

complexidade internas de cada um dos principais sistemas de produção agrícola e evitar simplificações no que se refere à lógica do seu funcionamento.

Ainda Silva Neto e Basso (2005) comentam que os sistemas de produção correspondem à forma como os agricultores organizam as suas atividades no interior das UPAs. A diversidade de situações ecológicas, sociais e a experiência específica acumulada por cada agricultor determinam que jamais duas unidades de produção tenham sistemas de produção perfeitamente iguais. Não entanto, é possível agrupar sistemas de produção de um sistema agrário segundo certos condicionantes e problemas comuns de forma a minimizar a diversidade existente entre os mesmos.

Tendo em vista os conceitos acima expostos, pode-se resumir que os mesmos são contemplados dentro da denominada “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários” (ADSA) ou *Agrarian Systems Diagnosis*. Mediante esta abordagem pretende-se acentuar as interações entre os componentes do sistema agrário nos seus diferentes níveis: desde o geral até o específico, através de uma visão global que respeite a hierarquia dos processos e determinantes.

Outro parâmetro dentro da teoria dos sistemas agrários se refere às categorias de agricultores e às unidades de produção. Sobre as categorias de agricultores o INCRA-FAO (1999) comentam que, geralmente, os agricultores trabalham em condições ambientais e socioeconômicas distintas, mesmo em regiões pequenas. Podem existir diferenças no acesso à terra e aos demais recursos naturais, à informação, aos serviços públicos, aos mercados, ao crédito, aos recursos financeiros disponíveis, aos conhecimentos adquiridos, à disponibilidade de mão-de-obra, etc. Essas diferenças se traduzem em evoluções distintas e em níveis desiguais de capitalização e também em critérios distintos de decisão e de otimização dos recursos disponíveis.

Desta forma, dentro da teoria dos sistemas agrários, convém aprofundar e analisar as relações entre condições ambientais e socioeconômicas e a evolução de cada tipo de produtor com os diferentes sistemas de produção adotados por ele. A análise das paisagens e as entrevistas históricas fornecem elementos preciosos para o estabelecimento da tipologia de agricultores e da tipologia de sistemas de produção. O resultado final será a definição de diversas categorias de agricultores, cada uma delas, com os sistemas de produção dominantes.

Não há uma tipologia de agricultores que seja padrão válido para qualquer situação. A realidade em estudo define quais são os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores. Tampouco existe uma fronteira rígida entre cada tipo de produtor. Na realidade, os produtores estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de produção ou passar

de uma categoria social a outra, caso apresentem uma trajetória de acumulação de capital ou, ao contrário, de descapitalização. Daí que é importante uma exaustiva tipologia para revelar essa dinâmica. Dependendo do sistema de produção adotado e, por conseguinte, da renda obtida, esses produtores podem estar acumulando algum capital ou, ao contrário, se descapitalizando. O conhecimento dessas categorias de produtores é fundamental para a definição do público prioritário dos programas e projetos que serão propostos. A identificação dos fatores que incidem na capitalização ou descapitalização é também essencial para a escolha dos sistemas de produção a serem incentivados pelos projetos de desenvolvimento rural.

Dessa forma, em um sistema agrário, pode-se identificar unidades de produção, as quais podem ser classificadas em “tipos”, segundo as categorias sociais e os sistemas de produção. Para afirmar que um sistema agrário está desenvolvendo-se é necessário que exista acumulação de capital em todos os tipos de unidades de produção para permitir melhorar as condições de vida do conjunto de agricultores. Desta maneira, também se pode definir as condições em que um sistema agrário não se desenvolve ou está em crise. Um sistema agrário encontra-se em crise quando os efeitos da exploração da fertilidade do ecossistema excedem os efeitos das práticas de manutenção da fertilidade do ecossistema, mesmo que isto seja acompanhado de acumulação de capital. Assim, um sistema agrário está em crise quando existe um processo de estagnação da acumulação (ou desacumulação) de capital no conjunto de unidades de produção (APOLLIN e EBERHART, 1999).

Porém, a situação mais comum nos sistemas agrários contemporâneos é acumulação de capital em forma desigual e, muitas vezes, contraditória entre as UPAs, isto é, dentro de um sistema agrário existem algumas unidades de produção que estão em constante capitalização, enquanto que outras unidades se encontram em constante descapitalização. Nesse caso, observa-se um processo de desenvolvimento de alguns agricultores e crise de outros, isto é, um processo de ‘desenvolvimento-e-crise’ (MAZOYER e ROUDART, 2001).

3.3.2 A reprodução e evolução de um Sistema Agrário

Como o sistema agrário e seus demais níveis de análise são dinâmicos, os conceitos anteriormente expostos não devem ser assimilados como os de funcionamento perfeito de uma máquina. Seus diferentes elementos se podem alterar no processo de funcionamento e pelas contradições internas acarretando uma transformação no tempo. Desse

modo, as transformações e mudanças nos distintos subníveis de um sistema agrário provocam perturbações e contradições no funcionamento global do sistema, que podem acarretar uma situação de crise geral.

Para superar essas crises, que sempre acontecem, um sistema tem que ser capaz, em certa medida, de evoluir e adaptar-se através de um processo de desorganização-reorganização. Portanto, esta capacidade de adaptação é fundamentalmente o que determina, em último grau, as possibilidades de que um sistema agrário (ou alguns de seus subníveis), as possibilidades de reproduzir-se mesmo com as perturbações existentes (VILLARET, 1994).

As fontes de desequilíbrio de um sistema agrário normalmente decorrem de mudanças no entorno socioeconômico, a existência de contradições internas no seu funcionamento e o desgaste dos elementos durante o processo de produção agropecuária. Com isto, se comprova que a freqüente incidência destas perturbações ao sistema é capaz, em certa medida, de transformá-lo e determinar sua adaptação frente ao aparecimento desses desequilíbrios: desta forma, o sistema agrário pode conseqüentemente evolucionar.

Do ponto de vista econômico, para que uma UPA possa continuar existindo no longo prazo, é necessário que os ingressos familiares sejam superiores a suas necessidades. Deste modo, é preciso definir os níveis de produtividade do trabalho possíveis com os quais se realiza a reposição idêntica das forças produtivas. No caso de um sistema de produção, a sua finalidade sempre será procurar sua reprodução, isto é, reposição do sistema em seu conjunto para o próximo ciclo de funcionamento.

Segundo Villaret (1994), Apollin e Eberhart (1999) e Lima *et al.* (2005), a reprodução de um sistema de produção pode ser:

- nula, quando o sistema não se reproduz por causa das contradições internas do seu funcionamento ou em decorrência de desequilíbrios externos ao mesmo. Esta 'não-reprodução' se traduz pela degradação qualitativa e quantitativa dos fluxos entre os subsistemas, e entre sistema de produção e seu entorno. Porém, esta situação de crise não significa o desaparecimento imediato do sistema de produção, a UPA ou da família de agricultores;

- reprodução simples, quando o sistema que se repõe é idêntico ao anterior: não existem melhoras significativas no funcionamento geral, isto é, não existem mudanças entre os fluxos de produtos e energia comparando com o início do ciclo de funcionamento;

- reprodução ampliada, quando a reposição se realiza com o melhoramento no funcionamento geral do sistema em decorrência de uma evolução na sua estrutura e/ou das diversas inter-relações entre os subsistemas. Nesse caso, os fluxos de produtos e energia do

sistema apresentam tendências positivas (qualitativa e quantitativamente), comparando com o estado no início do ciclo de funcionamento, ou também, porque os diferentes elementos constitutivos sofrem menos desgastes no decorrer do ciclo produtivo.

Dessa forma, a reprodução de um ou vários sistemas de produção inserida dentro de um sistema agrário presume a reposição para um próximo ciclo de produção de cada um de seus elementos constitutivos. Se o potencial de um desses elementos diminui, todo o seu funcionamento e o potencial global da exploração poderão ser afetados. Contudo, a capacidade de reprodução do sistema fundamenta-se no volume da produção total da UPA, isto é, nos resultados econômicos dos quais depende a reposição da totalidade das forças produtivas do sistema. Para definir a capacidade de reprodução dos sistemas de produção, é necessário comparar os ingressos decorrentes da produção agropecuária mais os ingressos não-agrícolas, isto é, considerar o ingresso total da família.

Em termos operacionais, para saber se um sistema de produção pode reproduzir-se ou não, é preciso definir um conceito muito importante: o “Nível de Reprodução” (NR). Quando o ingresso familiar é igual ao NR, a UPA pode satisfazer as necessidades da família e repor identicamente os meios de produção, considerando a depreciação no cálculo do ingresso. Desse modo tem-se uma reprodução simples do sistema de produção.

Quando o ingresso familiar é superior ao NR, significa que a produtividade do trabalho é suficiente para cobrir as necessidades da família, sobrando um excedente que permite ampliar a capacidade de produção e/ou de produtividade da unidade. Neste caso, tem-se uma reprodução ampliada do sistema de produção, caracterizando-se pela existência de uma possibilidade de acumulação de capital nos meios de produção.

Todavia, quando os ingressos familiares de uma UPA são inferiores ao NR, demonstra que a sua produção total não permite repor cabalmente ao menos um dos meios de produção. Essa “não-reprodução” significa que a capacidade produtiva global diminui e não pode investir nem crescer. Denota também que a UPA, além de não poder repor satisfatoriamente os seus meios de produção, tampouco pode remunerar adequadamente o trabalho familiar, ao preço de mercado (não reproduz a força de trabalho). Diante disso, quando existem oportunidades de trabalho com melhor remuneração fora da UPA, estes agricultores demonstraram uma tendência de vender a sua força de trabalho.

Segundo a amplitude e situação econômica do grupo familiar, a não-reprodução pode representar uma queda no nível de vida do grupo familiar (qualidade da alimentação, saúde, nível de educação das crianças, etc.). Resumindo, a não-reprodução pode ocasionar ou intensificar a venda da força de trabalho para obter os ingressos monetários complementares,

assim como pode impedir a renovação efetiva de ferramentas e equipamentos. A continuidade dessa condição pode acarretar o desaparecimento da UPA dentro do sistema agrário.

Não obstante, esses sacrifícios têm limites e, para que a UPA persista algum tempo, é necessário atingir uma produtividade de trabalho superior ao nível mínimo de sobrevivência. Quando a produtividade de trabalho é inferior a esse nível, é bem provável o desaparecimento do agricultor e da família como produtores agropecuários. Entretanto, uma grande proporção de agricultores pobres, mesmo que a produtividade do trabalho seja baixa, pode continuar nas suas UPAs, principalmente em decorrência da venda da força de trabalho, dentro da mesma localidade ou mediante migrações sazonais, demonstrando estratégias de sobrevivência diversificadas e estáveis.

Contudo, as famílias mais pobres, por motivos sociais ou culturais, podem permanecer no meio rural mediante múltiplas estratégias de sobrevivência. Porém, no longo prazo e mesmo que exista uma capacidade de resistência, o sistema agrário expulsa aqueles agricultores com baixa produtividade.

3.4 A opção pela Agricultura Familiar na Teoria dos Sistemas Agrários

No que se refere às atividades agropecuárias e tentando favorecer a agricultura de cunho familiar como foco dos esforços para o desenvolvimento rural, Binswanger⁹ (1994) *apud* FAO (1999) menciona que, durante muito tempo, tem-se considerado que as unidades de caráter empresarial são mais produtivas se comparadas com as unidades de cunho familiar. A pobreza rural foi freqüentemente explicada pelo atraso da agricultura tradicional que não tinha nenhum potencial para se desenvolver e crescer. Além disso, os mercados internacionais de produtos agropecuários eram apresentados como contrários a essa forma de produção, colocando os países que fundamentaram seu crescimento econômico na produção familiar como inadequados.

Desse modo, a agricultura tradicional era considerada de pouco valor no desenvolvimento econômico ou na redução da pobreza rural. Com isto, houve justificação ideológica para que políticas públicas e programas favorecessem às unidades de produção do tipo empresarial. Atualmente e de forma notória justifica-se que a unidade de produção de pequena ou mediana escala é mais eficiente se comparada com aquelas de maior escala

⁹ Binswanger, H. **Agricultural and Rural Development: Painful Lessons**, revised version presented at the 32nd annual meeting of the Agricultural Economics Association of South Africa, Pretoria, 1994.

produtiva. Isto porque as unidades familiares apresentam menores custos de produção em decorrência do trabalho familiar e da produção intensiva.

Uma vez que as unidades produtivas familiares são mais eficientes, deve-se considerar suas vantagens para o desenvolvimento humano. A oportunidade de promover e ampliar o crescimento agrícola necessariamente deve passar pelo fortalecimento da agricultura de base familiar. Considerando que os agricultores familiares são os produtores mais numerosos no mundo, com alto potencial de eficiência produtiva e inserção social se comparados com a agricultura empresarial, os programas de desenvolvimento rural deveriam focalizá-los e atendê-los prioritariamente.

3.4.1 Agricultura Familiar ou campesinato?

A exploração de caráter camponês tradicional é considerada como uma estrutura de produção incompatível com o capitalismo, visto que esta se baseia em um tipo de relação conflitante com o assalariamento da força de trabalho, símbolo do modo capitalista de produção. As relações de trabalho em uma propriedade familiar não envolvem um salário fixo mensal para cada membro da família. O trabalho em conjunto (familiar) visa a uma única renda, através do produto final ou mercadoria, que estará reproduzindo os valores sociais e suprimindo as necessidades básicas de sobrevivência.

Assim, Lênin acreditava que o caráter familiar das pequenas explorações, com relação ao progresso técnico na agricultura eram incompatíveis. Ao contrário das grandes propriedades com relações capitalistas de produção, não existe especialização na divisão social do trabalho, aquisição progressiva de novas tecnologias e novos meios de produção (certamente se inclui a terra) assim como o crescimento da força de trabalho assalariada.

Tanto na obra “O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1899) de Lênin ou na “Questão agrária” de Kaustky (1899) previa-se que o campesinato estaria predestinado a desaparecer da agricultura com o avanço capitalista (ANJOS, 2003). O primeiro justificou a proletarização no processo de diferenciação social, enquanto Kaustky analisou a pequena produção agrícola em relação à indústria. Em ambos os processos, o campesinato não conseguiria adequar-se aos novos padrões técnicos e, dessa forma, se converteria gradualmente em proletariado. O progresso industrial motivaria a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade. Inicialmente o camponês apenas exerceria uma atividade complementar nos centros industriais e depois, com a ratificação do fim da exploração

familiar devido à incapacidade de acompanhamento do progresso técnico, seria assalariado nas grandes propriedades, concretizando a subordinação da agricultura à indústria¹⁰.

Uma obra referencial organizada por Shanin (1979), entende o campesinato como entidade social, baseada numa comunidade de interesses econômicos, configurada no conflito de classes. O campesinato se compõe de pequenos agricultores que, empregando equipamentos simples e o trabalho familiar, produzem grande parte para seu próprio consumo e para cumprir com as obrigações com os detentores do poder político e econômico. Dois aspectos são importantes nesse contexto: a satisfação das necessidades básicas de consumo familiar que fornece uma relativa independência e a forma de acesso à terra, fatores que determinam a condição do campesinato.

Sobre a racionalidade das atividades produtivas como uma das características internas da exploração agrícola, possivelmente o pensamento de Alexander Vasilevich Chayanov¹¹ (1888-1935) seja a referência mais importante. A partir de sua abordagem e o aporte de vários teóricos que utilizam um paradigma similar, estudou-se a racionalidade da exploração agrícola familiar. Na perspectiva chayanoviana considera-se o camponês sujeito, mais que objeto; esse sujeito é, até certo ponto, inconsciente. Dessa forma, haveria um "modo de produção doméstico", distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modelo partiria do grupo doméstico individual, cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de necessidades, e não a realização do lucro. O núcleo de sua teoria está no princípio subjetivo do equilíbrio entre necessidades de subsistência e a rejeição do trabalho manual além de determinado limite, isto é, de sua desutilidade. Para Chayanov, duas questões eram básicas: a ausência de salários e o fato de que a unidade camponesa é ao mesmo tempo uma unidade de produção e uma unidade de consumo (HAUBERT, 1999; WOORTMANN, 2001).

Na teoria de Chayanov seria descabido imputar valores ao trabalho familiar não pago. Era preciso tomar o grupo doméstico como um todo e considerar o retorno do trabalho

¹⁰ Contudo, pode-se afirmar que o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma ampla discussão a respeito da continuidade ou não do campesinato no interior do modo capitalista de produção. Tanto Lênin como Kaustky anunciaram o fim do campesinato pela transformação em burguês ou em camponês proletário. Marx, mesmo com sua portentosa obra, apesar de ter dado uma boa contribuição no entendimento da agricultura dentro do modo capitalista de produção, não trata da questão do campesinato; para Marx existem apenas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Deste modo, fica claro que, em sua concepção, o campesinato não é considerado uma classe social, por isso não se dedicou a estudá-la.

¹¹ É inegável a originalidade de sua teoria em face tanto dos modelos explicativos de uma ciência econômica "capitalista" quanto dos modelos marxistas - o que é tanto mais importante se se considera o lugar e o tempo em que Chayanov desenvolveu sua perspectiva. Com base numa série de levantamentos estatísticos realizados na Rússia desde 1870, ele formulou sua teoria da especificidade da economia camponesa. Durante o século XX, ou boa parte dele, não só economistas, mas também sociólogos e antropólogos, voltados para o entendimento da produção e da reprodução social camponesa, incorporaram em suas reflexões os princípios elaborados por Chayanov em seu esforço para desvendar a lógica da economia camponesa.

como sendo indivisível, e não fragmentado em salários. Seria necessário, então, construir uma teoria econômica diferente - uma Teoria da Economia Familiar - baseada no já referido equilíbrio consumidores/agricultores; entre a satisfação das necessidades familiares e a *penosidade* ("irksomeness") do trabalho. A família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva, baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores. A medida do trabalho familiar em condições dadas foi chamada por Chayanov de grau de auto-exploração do trabalho. A família não intensifica o trabalho de seus membros para além do referido ponto de equilíbrio em que um possível aumento do produto é suplantado pela *penosidade* do trabalho extra (CHAYANOV, 1966). Em outras palavras, há uma avaliação específica da relação insumo/produto. O ponto de equilíbrio é afetado pelo tamanho da família e pela proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores. A partir daí, tudo depende do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (ABRAMOVAY, 1992; MAYER, 2004).

Os autores supracitados também assinalam que, em Chayanov, percebe-se uma opinião diferente a respeito do fim do campesinato: o camponês não desapareceria, mas sofreria transformações em sua dinâmica interna. Ao longo do século XX, constatou-se que, em alguns países de capitalismo avançado, as explorações agrícolas baseadas no trabalho familiar não desapareceram, e sim se adequaram às novas formas de produção, absorvendo inclusive mudanças tecnológicas difundidas pelo sistema capitalista. Contudo, a relevância da obra de Chayanov foi considerar a produção familiar um modelo que pôde adequar-se ao avanço técnico (re)criando estratégias de sobrevivência, tais como: a intensificação da agricultura em tempo parcial, os sistemas de cooperativismo e coletivização assim como a organização dos trabalhadores familiares frente ao crescimento industrial.

Dentre os estudiosos que também analisaram o campesinato encontra-se Eric Wolf. Ele define os camponeses como "granjeiros que praticam uma agricultura e pecuária nas áreas rurais. Porém, se ocupam mais em satisfazer as necessidades de sua família que obter lucros". O autor distingue os camponeses dos primitivos (que não têm relações de troca) e dos *farmers* norte-americanos que visam ao lucro e com relações produtivas para o mercado. Os camponeses se situariam no patamar entre a sociedade trivial-nômade e a sociedade que se industrializa. A forma de vida camponesa se desprende da sociedade trivial, passando pela formação de uma sociedade de pequenos agricultores, diminuindo gradualmente para converter-se num setor da sociedade industrial (WOLF, 2003).

Na obra "*Les sociétés paysannes*", Henri Mendras dá destaque a aspectos como a ecologia, transformações de paisagens, habitat e a economia camponesa. Segundo esse autor,

a articulação de uma sociedade local (*paysan*) está harmonizada pela ‘*société englobante*’, determinando os limites e condições da autonomia *paysanne*, ou seja:

[...] solamente una incitación externa lleva a producir más que lo que el sistema de producción tradicional aporta, o adjunta al sistema tradicional tal o cual producción suplementaria que reclama el poder englobante. Así, este actúa de una parte impulsando la intensificación del sistema tradicional y, por otra parte, induciendo las técnicas y de productos nuevos (Mendras, 1995¹² apud Souchaud, 2005b, p.26).

Já Lefebvre (1986) comenta aspectos específicos da sociedade rural em que predomina o campesinato. Assinala que a população rural não é homogênea e, portanto, a expressão de “classe camponesa” não tem sentido preciso. Para que exista classe é preciso que se tenha certa homogeneidade funcional, unidade de interesse e ação, consciência e ideologia como índices qualitativos. Assim, os donos de grandes extensões de terras, mesmo que representassem uma porcentagem mínima da população, formam uma classe porque a sua força, homogeneidade, unidade de ação e interesse ultrapassam em muito sua importância numérica.

O termo camponês, na literatura inglesa, poderia ser equivalente a *Peasant* ou a *Pety Commodity Production (PCP)*, como nas publicações de cunho marxista de H. Friedmann, S. Mann e J. Dickinson. Os citados autores mencionam que existem motivos históricos, como a íntima relação entre meio de produção e força de trabalho, que justificam a persistência das formas familiares na agricultura. Assim, comprova-se que ainda não houve uma total subordinação da agricultura ao capitalismo. Desse modo, o campesinato não desaparece, mas experimenta uma transformação e adequação ao modo capitalista de produção (FRIEDMANN, 1978; MANN e DICKINSON, 1987; MARSDEN, 1991).

Em um compêndio sobre teorias do campesinato, com ênfase no contexto rural latino-americano, Rivera (1998) busca explicar as origens das teorias do desenvolvimento sobre a sociedade rural e o campesinato. Segundo as definições mais utilizadas, os camponeses são cultivadores, pecuaristas e trabalhadores florestais em pequena escala, que trabalham preferentemente com a força de trabalho da família, utilizam uma tecnologia simples e se relacionam de forma irregular com o mercado. Os seus lotes agrícolas podem ser de diferentes tamanhos: de menos de um hectare até 50 ou mais, dependendo do contexto onde estão inseridos. Normalmente o nível de vida dos camponeses é precário, com baixos níveis de ingressos, podendo estar em condições de pobreza ou extrema pobreza. A origem do

¹² MENDRAS, H. *Les sociétés paysannes*: éléments pour une théorie de la paysannerie. 2. ed. Paris: Gillimard, 1995.

campesinato pode decorrer de povos de indígenas de uma região ou país, da subdivisão de antigas fazendas, da imigração de origem externa ou das migrações internas.

A discussão sobre a agricultura familiar e o campesinato no Brasil passa por muitos autores clássicos, como Alberto Passos Guimarães (1963), Caio Prado Júnior (1979), Chayanov (1966), José de Souza Martins (1981) e Mendras (1978), entre outros. Recentemente a discussão foi retomada por Abramovay (1992), Lamarche (1998), Schneider (2006) e Wanderley (1999). Com o aumento do número de estudos, surge também uma diversidade de conceitos. Muitos desses trabalhos ora tratam o agricultor familiar e o camponês como iguais, ora como diferentes.

Deve-se salientar que os conceitos de camponês e agricultura familiar são amplos e têm as suas especificidades. Porém, considera-se que o conceito de *Agricultura Familiar* incorpora o conceito de *camponês* a partir de uma classificação proposta pela FAO/INRA (2000) a qual divide os agricultores familiares do Brasil em:

- Consolidados — considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e de créditos. As propriedades geralmente são menores de 100 ha, com concentração próxima a 50 ha;

- Em transição — agricultores menos esclarecidos que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e o crédito. As propriedades são geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 20 ha; e

- Periféricos ou de Subsistência — por inviabilidade econômica, quase não têm acesso ao crédito rural. Esse tipo de agricultor seria o que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. As propriedades são geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Com relação à inserção da produção agrícola familiar nas sociedades industrializadas e como uma forma de observar a diferença entre o campesinato e agricultura familiar, talvez o trabalho de Abramovay (1992) represente uma das importantes contribuições. Nessa obra, o autor trata a questão do campesinato e sua posterior transformação (metamorfose) para agricultura familiar, principalmente no contexto dos países desenvolvidos. De acordo com Abramovay, a produção agrícola de base familiar foi fundamental para a formação e consolidação do capitalismo nesse meio, já que a mesma fornece produtos para a industrialização e consumo de alimentos com custos reduzidos para as cidades. Não é possível compreender o campesinato com base na idéia de comportamento econômico já que, como havia demonstrado a antropologia clássica que estudou as sociedades camponesas, observa-se uma incompleta racionalidade econômica do camponês.

O autor ainda menciona que a organização familiar é uma condição necessária, mas nem de longe suficiente, para a existência da racionalidade abordada pelo Chayanov e a economia neoclássica dos anos 1960. Em outras palavras, é possível e útil uma definição conceitual rigorosa de camponês. Para isso, deve-se examinar com atenção a maneira pela qual se dá a inserção das famílias no quadro da divisão do trabalho. Assim, tanto a venda das safras como a compra de insumos passa por uma integração parcial a mercados incompletos. Por aí se estabelece uma diferença de natureza social entre o campesinato e a produção familiar características dos países desenvolvidos. O autor conclui que:

o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as suas bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social: daí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico, que ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 131).

Em outro trabalho Abramoway (2002) menciona que a modernização da agricultura em países capitalistas baseou-se na agricultura familiar e não na *pequena produção*. As políticas fundiárias desses países tiveram como objetivo central a produção (não somente a redistribuição da terra), para que as propriedades pudessem adaptar-se à estrutura de posse e uso da terra de acordo com as exigências do progresso técnico.

As obras de H. Mendras (1978) e M. Jollivet (1988) também explicam como a agricultura francesa e o camponês tradicional (*Paysans*) se adaptaram às mudanças sociais dentro do contexto mais contemporâneo. A utilização de insumos químicos, a mecanização e as relações de mercado, com clara racionalidade capitalista, foram os elementos que incidiram na evolução da exploração agrícola para um modo de produção onde ainda persiste e continua sendo importante a mão-de-obra familiar. Tudo isso produz alterações nas sociedades rurais, na relação rural-urbano, e acarreta uma nova identidade dos agricultores e sua persistência na sociedade industrial.

Da mesma forma, Rivera (1998) menciona que a progressiva monetarização das condições de vida como a compra de alimentos e de serviços assim como a venda de produtos ou força de trabalho, a relativa utilização de insumos industriais (fertilizantes, agroquímicos, maquinaria, etc.) e uma racionalidade econômica vinculada com o mercado conduziram para a formação da “agricultura familiar”, independente do tamanho da gleba.

Nessa linha de debate conceitual de agricultura familiar e campesinato, Deere e Janvry (1993, p 45) sublinham:

À medida que o desenvolvimento do capitalismo avança na agricultura, os modos feudais e comunitários se desestruturam, liberando os camponeses que passam a se incorporar ao modo capitalista como uma classe sumamente instável de agricultores diretos, sujeitos à diferenciação baseada no acesso aos meios de produção e à subsequente venda ou compra de trabalho assalariado. Com isto, eles capitalizam seu modo de produção chegando a serem cada vez mais especializados como agricultores de bens, enquanto que a maioria deve depender cada vez mais da venda de sua força de trabalho, na medida que perdem o acesso aos meios de produção.

Para autores como Fogel (1992 e 2004); Galeano (1990); Morinigo (2003); Nagel (1999) e Palau (2003), que estudaram a realidade agrária do Paraguai, os *campesinos* são os habitantes das áreas rurais estabelecidos nas colônias implantadas pelo governo. Esses agricultores praticam uma policultura manual, em áreas de 1 até 20 ha, utilizando mão-de-obra familiar e apresentam uma relação incompleta com o mercado. Disso surgem os conceitos de “pequeno produtor” ou “pequeno agricultor” ou “produtor minifundiário” em que se dá destaque em maior medida ao tamanho das propriedades e não às relações com o mercado. A racionalidade socioeconômica, a geração do lucro e a inserção de mercado são aspectos pouco discutidos ou parcialmente contemplados nos trabalhos supracitados.

Mazoyer (2001) enfaticamente denomina *campesinado* aqueles agricultores subequipados e pobres de terceiro mundo que não puderam entrar no processo de modernização ocorrido nas últimas cinco décadas do século XX. Esses agricultores demonstram sérias desvantagens relacionadas à produtividade de seus sistemas de produção, decorrentes de uma herança agrária desigual no acesso aos meios de produção e consequência das desigualdades agrícolas que imperam no mundo globalizado, causando a estagnação abaixo do limiar de reprodução social.

Do ponto de vista normativo, tanto na lei 1.863 de 2002, que estabelece o Estatuto Agrário como na lei 2.419 de 2004, que institui o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* –INDERT, a agricultura familiar constitui um dos alvos desses dispositivos legais. Assim, na lei do INDERT no seu Art. Nº 6 estabelece que a *Agricultura Familiar Campesina* –AFC é aquela:

... en la cual el recurso básico de mano de obra aporta el grupo familiar, siendo su producción básicamente de autoconsumo y parcialmente mercantil, completando los ingresos a partir de otras producciones de carácter artesanal o mismo extra predial (PARAGUAY, 2004, p. 1).

Ao se analisar o texto da lei pode-se observar que a noção de AFC contempla parcialmente ambos os conceitos: parece um “híbrido” elaborado entre o que seria Agricultura familiar e Campesinato, juntando conceitos analíticos bem diferentes. Possivelmente com isso, se estaria dando maior ênfase à questão de *campesino* como algo emblemático, fundamentado amplamente sobre a “produção de subsistência” e deixando de lado possibilidades de modernização, inserção e ampliação da relação mercantil. No aspecto teórico, AFC é muito superficial e pareceria não aplicável sua utilização na concepção e análise de políticas públicas.

Enfim, mediante esta breve discussão teórica, assume-se a impossibilidade de incluir em um único quadro conceitual diferentes formas de agricultura de cunho familiar. Isto decorre da dinâmica determinada pelo acesso aos meios de produção (neste caso terra e capital), grau de relação com o mercado e sistemas de produção particulares.

3.4.2 A Agricultura Familiar como principal unidade de estudo no ADSA

A diversidade e complexidade que demonstram os sistemas de produção dentro de um contexto nacional ou regional conduzem muitas vezes à identificação de padrões e enfoques analíticos simplificados. Encontrar uma unidade de análise conveniente, para facilitar estudos técnicos e certa elasticidade no momento da aplicação das recomendações para uma política de desenvolvimento rural subsequente, é um passo de grande importância na aplicação da teoria dos Sistemas Agrários. A unidade de análise necessariamente deve compartilhar e demonstrar uma compreensão comum de normas sociais, técnicas e econômicas.

Considerando a teoria dos sistemas agrários, a agricultura de cunho familiar, constitui uma importante unidade de análise. Assim, a agricultura familiar constituiria um sistema em nível “micro”, base fundamental na construção de um sistema maior como seria um sistema agrário. A literatura científica ainda é fortemente influenciada pelo pensamento (ocidental) que tenta identificar unidades discretas e de fácil estudo dos aspectos produtivos como é o núcleo familiar, considerado a família como uma categoria universal de análise. Porém, esse micro sistema pode ser analisado no contexto atual como “*farm-household*”, uma noção de maior amplitude que simplesmente *peasant* presente em numerosos trabalhos técnicos ou acadêmicos (FAO, 1999).

O conceito de *farm-household*, além de incorporar a escala produtiva, também inclui variáveis sociais e culturais próprias de cada sociedade. Dentre as variáveis estão a

informação sobre a produção (área agropecuária, colheita, itinerários, modelos e tecnologias utilizadas na produção agropecuária), indicadores da disponibilidade de trabalho, o consumo e o bem-estar social como um todo. Assim, *farm household* ou agricultura familiar é um conceito aberto a muitas interpretações que refletem as mais variadas situações sociais e culturais humanas do mundo.

De acordo com a abordagem sistêmica, não existem famílias ou agricultores que não apresentem vínculos. Cada unidade é ligada por uma série de conexões que se iniciam com as relações e união de famílias em grupos mais amplos, vinculadas mediante parentesco ou relações comerciais muito mais extensas que o entorno comunitário. Em nível local, cada família de agricultores, vive e trabalha em comunidades, acoplando-se em sistemas sociais e políticos mais complexos. As escalas hierárquicas – do agricultor familiar à comunidade e dela até a sociedade como um todo – implica importantes mudanças na análise. O padrão de comportamento atribuído normalmente às unidades ou agricultores individuais aplica-se aos grupos de agricultores ou de comunidades como se fossem características universais. Desse modo, os analistas freqüentemente esquecem da heterogeneidade das comunidades e ainda das unidades produtivas que estão tratando.

Diante dessa situação, a FAO (1999) menciona que, na busca de dados quantificáveis de unidades discretas de análise e dentro da abordagem sistêmica, o modelo de *Farm-Household-System* – FHS, poderia ser útil. Assim, a FHS constitui a principal unidade de análise na teoria sistêmica definindo pelos seus três subsistemas básicos: Habitat, produção e consumo, os quais estão interligados e em interação. Note-se que as anteriores características da FHS já foram descritas na teoria de A. Chayanov e agora estão emergindo como forma de explicar a diversidade da agricultura familiar que se pratica nas diferentes partes do mundo. Não obstante, esses princípios poucas vezes são considerados no momento da aplicação de políticas agrárias, acesso a créditos e assistência técnica para o desenvolvimento rural.

Convém mencionar que os antropólogos têm debatido bastante o tema da identificação do que é uma ‘família’ e, por sua extensão, do que é agricultor familiar. Não existe uma definição padrão: há apenas uma aproximação conceitual que se usada corretamente poderia produzir uma interpretação mais apropriada do que é um agricultor familiar dentro de um determinado contexto cultural. Diante dessa situação, a perspectiva de tratar a agricultura familiar como um sistema poderia ser importante para estudar aspectos familiares e não apenas produtivos, como enfatiza a perspectiva *chaynoviana*.

Tanto os agricultores familiares, a gleba (unidade de produção) e a casa (unidade de reprodução da família) devem ser considerados no conjunto. Observar somente um desses elementos impediria que se compreendesse como trabalha a unidade, onde se localizam seus limites e quais são os direitos sobre os recursos naturais de seu entorno imediato. Deste modo, diversas interpretações de família e de agricultores familiares deverão identificar-se em diferentes contextos sociológicos e históricos.

Sobre o conceito de agricultura familiar como sistema e os níveis superiores dentro da hierarquia sistêmica existem divergências entre os pesquisadores, trabalhadores rurais e a própria população local. Ante essa situação e tendo a agricultura familiar como unidade de análise, a FAO (1999, p.15) menciona que:

Each situation requires careful examination, building up a complete picture of the social and other variables that bind people together, underlie their decisions over production and consumption, and determine the way in which they occupy and use the land and other natural resources around them.

Desta forma, quando o quadro conceitual, acima mencionado, esteja construído adequadamente e os objetivos do estudo sejam definidos claramente, pode-se identificar concretamente o que é uma “agricultura familiar” dentro de um determinado contexto geográfico e cultural.

Enfim, observando os três subsistemas de um FHS dentro de um determinado contexto cultural, consegue-se identificar e agrupar mais efetivamente grupos de indivíduos que juntos formam a agricultura familiar. A base fundamental deste processo deverá ser uma eficaz análise sociológica, produzindo uma clara compreensão de parentesco, relações de poder entre os indivíduos e as variadas formas de unidades de produção e de acesso à terra. Com isso, se definiria melhor os limites sociais da agricultura familiar.

3.5 Princípios metodológicos do Diagnóstico Agrário

Como se havia comentado anteriormente (item 2.3.1), a forma de operacionalização da teoria dos sistemas agrários se fundamenta na Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários -ADSA. Esta ferramenta metodológica é básica na análise da agricultura que se pratica em um determinado tempo e lugar. Muitas vezes os diagnósticos são demasiados descritivos: detalham os cultivos implementados em uma zona como se fossem atividades isoladas, sem considerar as interações que existem entre as múltiplas atividades implementadas pelos agricultores em suas UPAs. Assim, a busca da explicação, e não

somente da descrição dos fenômenos observados, deve ser uma preocupação constante. Para isso, é necessário manter a perspectiva histórica em todas as etapas do método; realizar uma avaliação econômica dos diferentes sistemas de produção, tanto do ponto de vista do produtor quanto do ponto de vista da sociedade.

Mediante o diagnóstico sistêmico se pretende entender o “porquê” dos fenômenos observados, isto é, elaborar modelos explicativos do funcionamento da realidade. Assim pretende-se estabelecer relações explicativas entre os diferentes fenômenos analisados: busca-se estabelecer as relações de ‘causa-efeito’. Desse modo, o ADSA resulta em um diagnóstico dinâmico mais que estático, analisando o processo de evolução histórica (realidade passada) e define as projeções futuras da agricultura que se realiza em um determinado local. Assim, pretende-se entender como se constituem os diferentes sistemas de produção, a diferenciação socioeconômica atual entre os agricultores assim como os processos de acumulação dentro das diferentes categorias sociais (APOLLIN e EBERHART, 1999).

Portanto, o diagnóstico sistêmico deve ser diferenciado, isto é, deve buscar entender e caracterizar a diversidade e a heterogeneidade de situações, permitindo formular propostas diferenciadas para cada tipo de produtor. Os instrumentos para realizar essa análise são o zoneamento de uma microrregião conforme zonas com problemáticas homogêneas e a tipologia de agricultores. Para quantificar fenômenos complexos da realidade agrária, se deverá enfatizar a explicação das inter-relações entre os elementos e fenômenos que se observam na realidade. Trata-se primeiro de identificar as categorias ou fenômenos em estudo, de caracterizá-los, privilegiando a explicação de seu funcionamento e, posteriormente, quantificá-los.

No decorrer de um ADSA é importante formular e construir hipóteses sucessivas, as quais permitam definir as etapas de coleta de dados e, desse modo, limitar a informação necessária para realizar o diagnóstico de acordo aos objetivos do estudo. As hipóteses devem ser construídas desde uma lógica sistêmica, observá-las e corrigi-las permanentemente. Ao verificar uma determinada hipótese em um certo estado de conhecimento, não continuará sendo forçosamente válida quando aqueles conhecimentos sejam melhorados.

O INCRA/FAO (1999) menciona que as realidades agrárias geralmente são marcadas pela diversidade. Portanto, é importante evidenciar os mecanismos dessa diferenciação, sejam eles ecológicos ou sociais. Para isto recorre-se à estratificação da realidade, estabelecendo conjuntos homogêneos e contrastados, definidos de acordo com o desenvolvimento rural. Isso pode ser realizado por intermédio: do zoneamento agroecológico; da tipologia (estudo dos diferentes tipos) de produtores; e da tipologia de sistemas de

produção. Não basta estudar cada uma das partes ou dos fenômenos da realidade agrária que se quer conhecer: é necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que explicam a realidade.

Além disso, trabalha-se com amostragens dirigidas, para estudar a diversidade dos fenômenos mais importantes observados. O tamanho da amostra normalmente é definido pela complexidade e diversidade da realidade em estudo. Não se trabalha, portanto, com amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e a análise aprofundada de toda essa diversidade. Desse modo, constrói-se progressivamente uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade observada.

Um dos princípios metodológicos chave dentro do ADSA consiste em partir do ‘geral’ para o ‘particular’, em etapas sucessivas e em situações com diversos níveis de estudo (FIGURA 14).

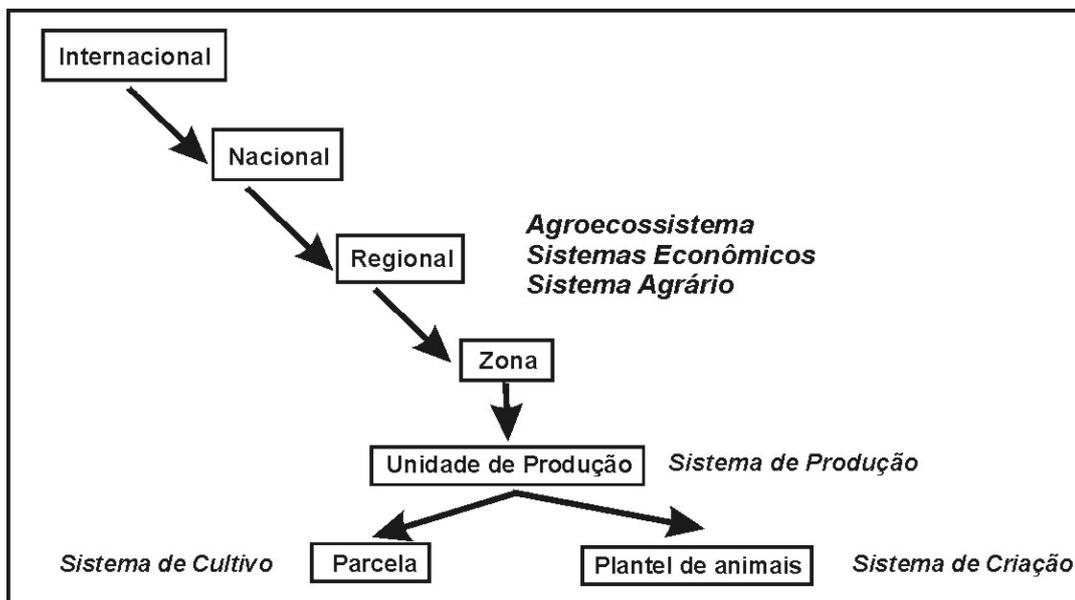


FIGURA 14 – Os distintos níveis de estudo dentro de um ADSA

Fonte: adaptado de Apollin e Eberhart (1999, p. 15).

Para realizar um ADSA é imprescindível estar de posse de informações básicas e pertinentes sobre a situação internacional (global e regional), nacional e regional, antes de analisar de forma minuciosa a zona de estudo e as distintas UPAs. Em cada etapa, os fenômenos devem ser interpretados e confrontados com as análises das etapas anteriores e, ao final, elaboram-se as hipóteses que devem ser verificadas na etapa seguinte. A seleção dos níveis de análise do diagnóstico depende da problemática que se pretende estudar. Para cada um deles, utilizam-se ferramentas diferentes (qualitativas ou quantitativas).

3.6 A operacionalização da pesquisa

A continuação apresentam-se de forma sintética os sucessivos passos metodológicos que se têm percorrido na presente tese (FIG. 15).

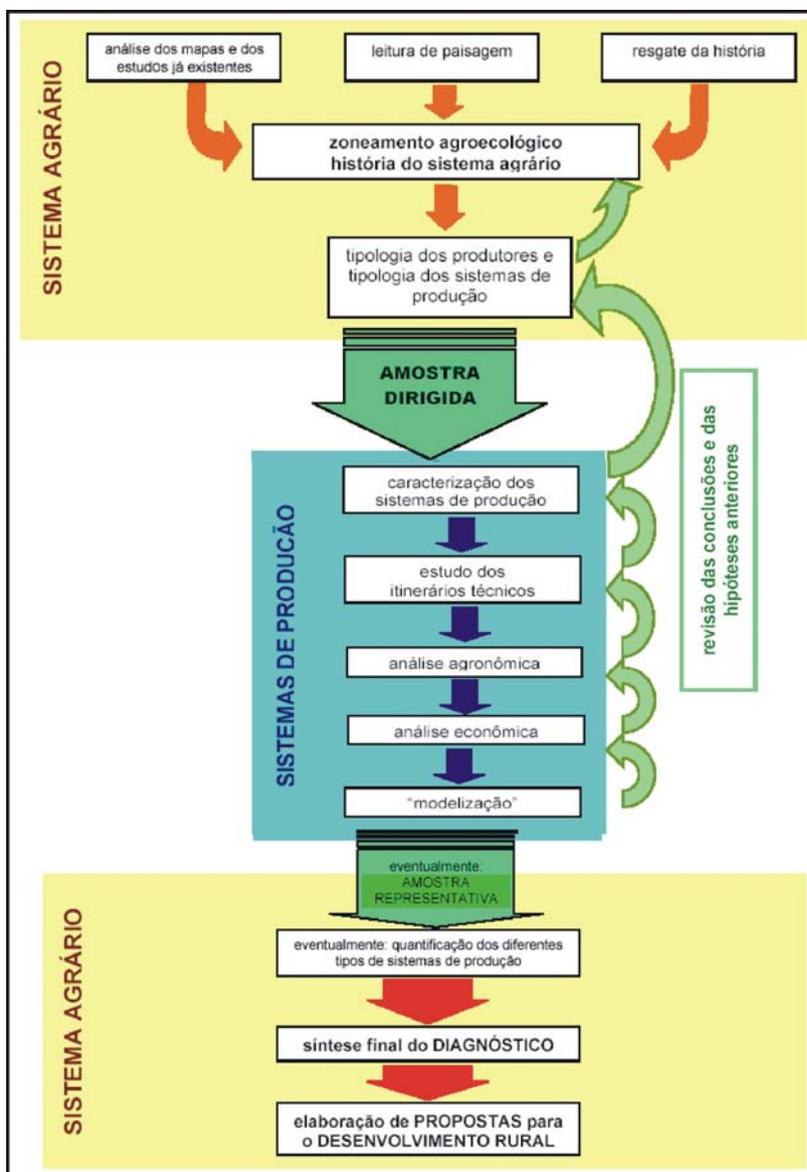


FIGURA 15 – Etapas metodológicas do Diagnóstico Agrário.

Fonte: INCRA/FAO (1999, p. 13).

3.6.1 Delimitação da área e objeto de estudo

Como se havia comentado anteriormente, o recente processo de expansão do cultivo da soja, basicamente, concentra-se nos distritos da parte leste de San Pedro. Dentre essas localidades estão Santa Rosa del Aguaray, General Resquín e Guayaibi. Nos referidos

locais, o cultivo da soja tem acarretado diferentes conflitos sociais, motivo pela qual foram escolhidas como área de estudo.

Em pesquisas baseadas na abordagem sistêmica, a unidade de produção está no centro de toda a reflexão, pois é lá que se dá o processo de artificialização do ecossistema. Constitui a célula básica no processo de produção agrícola, ou seja, é o lugar onde se inter-relacionam elementos biotécnicos e socioeconômicos, sob a direção de um centro de decisão, que é o agricultor e sua família. Neste sentido, na presente tese, considera-se central o conceito de Agricultura Familiar e sua respectiva Unidade de Produção Agropecuária -UPA.

Os critérios adotados para caracterizar os agricultores ou unidades de produção como “familiar” deram-se a partir do conceito do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola –IICA, que considera Agricultura Familiar como:

aquella actividad productiva rural que se ejecuta utilizando principalmente la fuerza de trabajo familiar para explotar un predio; que además contrata en el año, un número no mayor a diez (10) trabajadores asalariados de manera temporal en épocas específicas del proceso productivo y que no explota, bajo condición alguna sea en propiedad, arrendamiento, mediería u otra relación más de 20 ha. de tierra, independientemente del rubro productivo y de la ubicación geográfica en el país (ALMADA e BARRIL, 2006, p. 10).

É importante esclarecer que esta concepção adotada pelo IICA considerou o aspecto legal da Agricultura Familiar no Paraguai, já mencionado na seção 2.4. Nesse conceito não existe nenhuma discussão teórica sobre o destino da produção (mercado, subsistência ou a combinação de ambos) nem delimita os ingressos mínimos ou máximos do total das rendas familiares. Cabe salientar que para a presente tese, observando o contexto agrário de Paraguai e sem entrar a discutir profundamente as categorias analíticas, os termos “camponês” e “agricultor familiar” serão utilizados como equivalentes.

3.6.2 Periodização da história agrária

Para caracterizar de forma mais detalhada a área de estudo e para a identificação dos sistemas de produção dos agricultores familiares foi fundamental delimitar a situação socioeconômica e política do Paraguai. O objetivo desta etapa de pesquisa foi identificar o contexto e as relações de inserção do empírico com a dinâmica do país. Foram analisadas as condições que definiram a conformação dos agroecossistemas existentes, os elementos ecológicos, históricos, técnicos e sociais assim como as principais instituições que, em conjunto, determinaram a sua evolução até a atualidade. As fontes de informações derivaram

de estudos realizados anteriormente, como censos, dados climáticos, mapas temáticos, imagens de satélite etc. Além disso, se realizaram visitas sistemáticas às áreas de interesse, conversas informais com os dirigentes de organizações camponesas e com agricultores da vizinhança.

Na divisão por períodos da história agrária utilizaram-se dados e materiais bibliográficos de fontes secundárias, disponíveis nas instituições públicas e privadas, além de entrevistar pessoas que acompanharam o processo evolutivo da agricultura local. Com isso, se procurou entender o processo de evolução histórica das relações sociais, os modos de exploração do entorno natural, assim como os distintos sistemas de produção. Esse conjunto de informações explica como se diferenciaram os distintos tipos de agricultores e estimularam a elaboração de hipóteses sucessivas e quadros de síntese por períodos.

Para complementar os dados secundários se realizaram viagens sistemáticas com o objetivo de conhecer com maiores detalhes os distintos ecossistemas e as formas de artificialização do meio natural. Conforme o INCRA/FAO (1999), a combinação dos documentos existentes com a leitura e interpretação criteriosa das diversas formas de exploração e manejo do meio ambiente, sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas, aportam dados importantes à pesquisa. Desse modo, a primeira etapa da pesquisa de campo forneceu uma primeira aproximação sobre a heterogeneidade do meio rural e facilitou a amostragem para outros estudos de casos dos sistemas de produção.

3.6.3 Pesquisa de campo

Deve-se destacar de antemão que essa etapa caracterizou-se por alguns obstáculos próprios de uma pesquisa, os quais afetaram em certo grau na obtenção dos dados. Eles foram: falta de um meio de transporte próprio (camioneta, moto, etc.), para o deslocamento pela região; o período de chuvas de outono e a sobrecarga de trabalho de muitas famílias durante a colheita de gergelim e algodão. Deve-se mencionar que houve, eventualmente, certa desconfiança por parte das famílias com relação ao pesquisador. Assim, em algumas localidades, alguns líderes da comunidade controlaram o deslocamento do pesquisador e até algumas entrevistas com os agricultores. Tudo isto colocaram algumas limitações para a presente tese.

Uma característica intrínseca nos trabalhos baseados nos conceitos da abordagem sistêmica é a utilização da amostragem dirigida e não-estratificada (INCRA/FAO, 1999). Esse procedimento permite captar a diversidade existente na região de pesquisa, seja a dos

produtores, seja dos sistemas de produção. Foram selecionados estabelecimentos rurais que explicitassem a diversidade e permitissem englobar produtores ou sistemas de produção que fossem pouco representativos do ponto de vista estatístico. Neste contexto, a população estudada consistiu o conjunto de agricultores familiares assentados normalmente em pequenas propriedades (entre 5 a 20 ha), em colônias agrícolas decorrentes da reforma agrária. Outro critério de escolha foi que as comunidades estivessem próximas a propriedades produtoras de soja, que tivessem apresentado algum tipo de conflito social (invasão de terras, fechamento de estradas, confronto com policiais ou sojicultores, etc.) nos anos 2004 e/ou 2005.

3.6.3.1 Primeira etapa da pesquisa de campo

A primeira coleta de dados com os agricultores familiares aconteceu entre março e maio de 2006. Nesse período foram entrevistadas trinta e seis famílias buscando identificar as relações sociais de produção. Consistiu na identificação das diferentes subcategorias de agricultores familiares para tratar de entender as lógicas de manejo de suas respectivas UPAs.

As entrevistas com os chefes de família reuniram questões referentes aos sistemas de cultivo e criação, ao envolvimento da família no processo produtivo e questões básicas sobre a unidade de produção. Abordaram-se principalmente às questões que englobassem possíveis efeitos agronômicos e sociais decorrentes da expansão da sojicultura na região, bem como as questões referentes às tendências observadas no interior das UPAs e seus respectivos sistemas de produção durante os últimos anos (2000-2004). Desta forma, os agricultores puderam expressar-se amplamente sobre suas práticas de produção agropecuária e a expansão da sojicultura na região e sua relação ou não com a crise da agricultura da região.

No **APÊNDICE A** se apresentam o roteiro das entrevistas e o questionário semi-estruturado utilizado na pesquisa de campo. Além disso, o procedimento esteve acompanhado de entrevistas com informante-chave, observações *in loco* e elaboração de quadros sintéticos e esquemas de funcionamento. Nesta etapa se elaborou uma pré-tipologia de agricultores tendo por base o critério de homogeneidade na suas práticas agronômicas.

3.6.3.2 Segunda etapa da pesquisa de campo

A partir do passo anterior, realizou-se a caracterização dos agricultores familiares conforme os sistemas de produção. Deste modo, o esboço elaborado permitiu escolher as famílias representativas dos diferentes sistemas de produção identificados e, dessa forma,

realizar um estudo mais pormenorizado. Buscou-se uma amostra de tamanho não necessariamente representativo desde o ponto de vista estatístico, ou seja, se elegeram famílias representativas de cada tipo ou grupo anteriormente identificado. A caracterização dos sistemas de produção praticados pelos agricultores familiares permitiu entender quais são as condições sociais e produtivas desses agricultores (DUFUMIER, 1995). Tal procedimento ajuda nas projeções das dinâmicas de evolução dos sistemas de produção.

De um universo de 36 famílias entrevistadas na primeira etapa e, através da pré-tipologia elaborada, foram selecionadas de 2 a 4 famílias dentro dos cinco tipos familiares de produção, totalizando 15 entrevistas. Nessa segunda etapa de pesquisa de campo, aplicou-se a anterior entrevista semi-estruturada, porém, prescrevendo-se sobre aspectos agro-econômicos globais da UPA para o ano agrícola 2005/2006.

Em todos os casos, as entrevistas foram realizadas no interior do lote agrícola, aproveitando a oportunidade de observar as formas de manejo produtivo das UPAs e as características do agroecossistema. Em alguns casos recorreu-se a conversações informais sobre diferentes temas e sem observar uma ordem preestabelecida, principalmente quando os chefes de família se recusavam a responder a perguntas escritas. Em outras situações, completaram-se as informações mediante cruzamento de dados colhidos, visita a outras famílias do lugar e inferências decorrentes da experiência profissional do pesquisador. O levantamento desses dados compreendeu os meses de julho, agosto e setembro de 2006.

3.6.4 O estudo das Instituições e as Políticas Públicas

Como forma de atingir parte dos objetivos da pesquisa e decidiu-se estudar parcialmente duas instituições do Estado paraguaio e duas organizações que agrupam agricultores familiares. Esses interlocutores foram denominados “informantes qualificados” e são do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* -MAG, do INDERT, da *Federación Nacional Campesina* -FNC e da *Organización Nacional Campesina* -ONAC. O MAG é a instituição encarregada de organizar e aplicar a política agrícola, enquanto que o INDERT desenvolve a política fundiária. Entanto, a FNC e a ONAC são as organizações sindicais dos agricultores familiares consideradas como as mais representativas em nível de país e têm amplo reconhecimento e atuação em San Pedro.

Do MAG se entrevistou um profissional técnico da *Dirección General de Planificación* –DGT, dependência do MAG encarregada do gerenciamento das políticas públicas. Com esse informante, além da entrevista, se obtiveram documentos atualizados que

respaldam as gestões do MAG em relação à ação do Estado para a agricultura familiar campesina. No INDERT realizou-se a entrevista com o chefe departamental da citada unidade pública, com mais de dez anos de experiência na instituição e conhecedor da realidade agrária de San Pedro. Da FNC e da ONAC foram entrevistados um representante de cada organização, cada um deles com reconhecida trajetória sindical. Assim, nesta etapa de trabalho, totalizaram-se quatro entrevistas com informantes qualificados.

O roteiro de perguntas para cada um deles envolveu temas que abrangem desde questões gerais (em nível país) até assuntos próprios da área de estudo. As entrevistas tinham a finalidade de captar de cada um desses interlocutores, o que eles pensam sobre a realidade agrária do país, principalmente as problemáticas (social e ambiental) decorrentes da expansão da sojicultura e a crise da agricultura familiar no Depto. de San Pedro. O roteiro das entrevistas com informantes qualificados apresenta-se no **APÊNDICE B**.

3.6.5 Caracterização agro-econômica dos sistemas de produção

Esta etapa da pesquisa teve como objetivo entender a coerência agroeconômica do sistema de produção de cada tipo de agricultor familiar. Também acarretou uma avaliação dos resultados técnicos e econômicos dos diferentes sistemas de cultivo, de criação e atividades não-agrícolas. Ao mesmo tempo, identificou-se as limitações e potencialidades dos diferentes agricultores. Desta forma, se teve o resultado econômico no seu conjunto para cada UPAs estudada.

Tendo por base Dufumier (1996), selecionaram-se os seguintes indicadores de desempenho agroeconômico:

a) **SUPERFÍCIE TOTAL (ST)**: área total da unidade de produção agrícola, contendo as parcelas produtivas, de preservação e as inaproveitáveis;

b) **SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL (SAU)**: área física da unidade de produção agrícola explorada dentro do sistema de produção, onde normalmente a $SAU \leq ST$.

c) **UNIDADE DE TRABALHO HOMEM (UTH)**: este indicador se refere ao uso da mão-de-obra, estimando-se que uma UTH equivale a 300 dias de trabalho por ano, num regime de oito horas por dia. A UTH representa o somatório da mão-de-obra familiar e da contratada. A UTH considerada no estudo estabeleceu uma diferenciação de idades entre as pessoas ativas na unidade de produção agrícola, tendo como critério a disponibilidade da força de trabalho de acordo com a idade dos indivíduos:

- de 10 até 13 anos, o valor correspondente representava 50% da UTH;

- de 14 até 17 anos, o valor correspondente representava 65% da UTH;
- de 18 até 59 anos, o valor correspondente representava 100% da UTH;
- acima de 60 anos, o valor correspondente representava 75% da UTH.

d) **UNIDADE DE TRABALHO HOMEM FAMILIAR (UTHf)**: compreende a mão-de-obra familiar empregada no estabelecimento rural;

e) **UNIDADE DE TRABALHO HOMEM CONTRATADO (UTHc)**: compreende a mão-de-obra contratada que é utilizada no estabelecimento rural;

f) **PRODUTO BRUTO (PB)**: representa o valor da produção gerada, durante o ano, exclusivamente pela unidade de produção. Compõe o PB somente o valor dos produtos finais, tais como: produção vendida; produção consumida pela família; produção estocada; produção destinada a serviços de terceiros; variação do rebanho animal; a remuneração prestada para terceiros pela mão-de-obra familiar. É importante ressaltar que a produção obtida na unidade agrícola e destinada ao consumo dos animais e das culturas não compõe o PB, como, por exemplo, o milho produzido no estabelecimento rural e destinado à criação de aves, suínos e animais de tração, e as sementes próprias armazenadas de uma safra para outra. Estes produtos são, de um lado, receita de uma atividade e, de outro, insumos de uma segunda exploração do estabelecimento rural. Portanto, a contabilização como receita e como consumo intermediário se anulam, sendo desnecessário considerar a produção própria consumida pelas culturas ou criação do ponto de vista do produto bruto.

O cálculo do PB é o seguinte:

$$PB = \sum (Q_i * P_i) + \sum (Q_j * P_j)$$

Onde:

Q_i = quantidade de produto vendido

P_i = preço do produto vendido

Q_j = quantidade de produto consumido pela família

P_j = preço do produto consumido pela família

g) **CONSUMO INTERMEDIÁRIO (CI)**: representa o valor dos insumos e serviços destinados ao processo de produção, adquiridos de outros agentes econômicos (sementes, fertilizantes, corretivos, alimentação animal, energia). Estes elementos são considerados intermediários porque, através do trabalho e dos demais meios de produção, vão ser transformados integralmente, durante o ciclo produtivo, em produtos mais elaborados e de maior valor agregado. Além destes insumos, o agricultor pode contratar serviços de terceiros, como, por exemplo, aluguel de máquinas e equipamentos, cujos custos também são transformados no processo produtivo e considerados como consumo intermediário;

h) **DEPRECIACÃO (D)**: ou consumo de capital fixo corresponde à fração de valor dos meios de produção adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, instalações) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. São bens que se desgastam e, por isso, perdem progressivamente o valor nos diferentes processos de produção dos quais participam, ou por obsolescência. Devido a essas características, uma fração do valor destes bens é descontada, a cada ano, do valor dos produtos, durante a vida útil dos mesmos. Para este estudo, a D foi calculada como Depreciação linear simplificada através da fórmula:

$$D = Va - Vr / Vu$$

D: depreciação anual;

Va: valor atual do bem

Vu: vida útil (anos de uso que restam), neste caso considera-se o valor residual (Vr) do bem como sendo nulo.

i) **VALOR AGREGADO (VA)**: No processo produtivo, quando o produtor acrescenta trabalho aos insumos e ao capital fixo que possui, ele está gerando nova riqueza, ou agregando valor a uma mercadoria. Este indicador considera a riqueza gerada por unidade de produção durante o ano no estabelecimento rural. Neste contexto, o valor agregado (VA) de um sistema de produção corresponde à diferença entre o valor produzido e o valor consumido para produzir uma dada mercadoria. O VA é obtido a partir da seguinte equação matemática:

$$VA = PB - CI - D$$

Onde:

PB: Produto bruto;

CI: Consumo intermediário;

D: Depreciação

j) **RENDA AGRÍCOLA (RA)**: representa a parte do Valor Agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar seu patrimônio. O que não for utilizado para a sobrevivência da família poderá ser reinvestido na unidade de produção (o pagamento de empréstimos, a compra de terras, a ampliação das instalações, a compra de novos equipamentos). A renda agrícola (RA) é a medida de resultado econômico que avalia o ganho obtido pela unidade de produção durante o ano. Ela se constitui no principal critério de avaliação da capacidade de reprodução da unidade de produção ao longo do tempo. A RA é calculada da seguinte forma:

$$RA = VA - DVA$$

Integram a **DVA** a mão-de-obra contratada (Tc), os impostos e taxas (I), os juros (J), arrendamentos e valor de parcerias pago ao dono da terra (Rt) e subsídios recebidos e transferidos aos agricultores.

A RA corresponde, portanto, à parte da riqueza gerada pela unidade de produção que cabe ao produtor, após a Distribuição do Valor Agregado (DVA). O VA gerado é repartido entre vários agentes que intervêm no processo de produção, seja porque possuem uma parte do capital investido, seja porque assumem parte dos riscos; ou porque trabalharam diretamente. O Estado e as organizações recuperam uma parte do VA para financiar a infraestrutura e serviços colocados à disposição dos agricultores.

k) **RENDA NÃO-AGRÍCOLA (RNA)**: recursos financeiros obtidos pelos produtores através de fontes de receitas não-agrícolas decorrentes de salários de outras profissões exteriores ao estabelecimento (diarista, empregos fixos etc.), aposentadorias e outros benefícios como subsídios, artesanato, prestação de serviços, arrendamentos etc.

l) **RENDA TOTAL DO PRODUTOR (RT)**: corresponde ao somatório das Rendas Agrícolas (RA) e Não-Agrícolas (RNA) do produtor. A renda total determina o montante de recursos financeiros disponível na unidade de produção rural.

Além dos indicadores clássicos acima descritos, para alcançar os objetivos propostos, outros indicadores agroeconômicos foram utilizados na pesquisa.

- **SAU/UTHF**: Superfície agrícola útil disponível em função da unidade de trabalho familiar (ha/UTHF). Este indicador corresponde à intensidade do emprego da mão-de-obra familiar na unidade de produção rural, quanto maior for o seu valor, menor será a intensidade do trabalho nesta unidade de produção;

- **VA/SAU**: Valor agregado produzido em função da unidade de área (G\$/ha): Este indicador quantifica a capacidade que o sistema de produção possui de gerar valor novo por hectare, ou seja, mede a produtividade da terra;

- **VA/UTHF**: Valor agregado produzido em função da unidade de trabalho familiar (G\$/UTHF): Quantifica a capacidade que o estabelecimento possui de gerar valor novo por unidade de trabalho, isto é, mede a produtividade do trabalho familiar obtida na unidade de produção rural, isto é, produtividade do trabalho familiar;

- **RA/SAU**: Renda agrícola em função da superfície de área útil (G\$/ha): Este indicador mede a rentabilidade (ou remuneração) do fator terra;

- **RA/UTHF**: Renda agrícola em função da unidade de trabalho familiar (G\$/UTHF): Quantifica a rentabilidade (ou remuneração) do trabalho familiar obtida na UPA;

- **RT/SAU:** Renda total em função da unidade de área (G\$/ha): Quantifica a rentabilidade da terra (ou a remuneração) obtida na unidade de produção rural ou fora dela;
- **RT/UTHF:** Renda Total em função da unidade de trabalho familiar: Quantifica a rentabilidade (ou a remuneração) do trabalho familiar obtida na UPA ou fora dela.
- **RA/RT:** Participação da renda agrícola em relação à renda total (%): Quantifica o percentual de participação da renda agrícola na composição da renda total da unidade da produção;
- **RNA/RT:** Participação da renda não-agrícola em relação à renda total (%): Mede o percentual de participação das rendas não-agrícolas na composição da renda total da unidade da produção;
- **NRS** ou Nível de Reprodução Social: Constitui-se no indicador básico para a análise da capacidade de reprodução dos estabelecimentos agropecuários. Este indicador quantifica a renda mínima necessária para que a família possa continuar dedicando-se à agricultura e morando no meio rural.

Segundo Apollin e Eberhart (1999), existem vários métodos para definir o NRS. O mais fácil e rápido é escolher o nível mínimo da remuneração do trabalho ao qual tem acesso os agricultores da zona, isto é, o custo de oportunidade da força de trabalho. Para a presente tese optou-se pelo salário de um peão de fazenda da região, equivalente de G\$ 600.000 (42,2 % do salário mínimo legal, vigente no Paraguai em abril de 2006 e que era de G\$ 1.219.795), representando assim G\$ 7.200.000/ano.

3.6.6 Processamento e análise dos dados coletados

Na caracterização e tipologia dos agricultores familiares, não foi utilizado um padrão único e preestabelecido para a totalidade das situações. A realidade pesquisada determinou e condicionou os critérios mais adequados para agrupar os agricultores. Com isso, não houve uma fronteira rígida para dividir os tipos de agricultores. Normalmente os agricultores estão em constante evolução que podem mudar seu sistema de produção ou passar de uma categoria social a outra, dependendo do contexto.

Para a tipologia dos sistemas de produção foi preciso considerar aspectos agrônômicos e econômicos, sem deixar de consideração os aspectos sociais. A elaboração de uma tipologia de agricultores derivou do conhecimento da agricultura e buscou constituir-se como base para a elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento rural que contemplem essa diversidade.

A partir da segunda fase do trabalho de campo procedeu-se a compilação dos dados a fim de encontrar-se uma coerência agrotécnica do sistema de produção de cada família entrevistada. Essa coerência agrotécnica deu-se a partir do estudo da combinação dos meios produtivos (terra, capital, mão-de-obra) e das interdependências entre os sistemas de cultivo, de criação de atividades não-agrícolas. A tipologia elaborada sobre os sistemas de produção dentro da agricultura familiar contemplou:

- 1) a capacidade de acumulação (capitalização, estagnação ou descapitalização);
- 2) a prática de sistemas produtivos mais ou menos intensivos ou extensivos no uso de capital e mão-de-obra;
- 3) a combinação de diferentes sistemas de cultivos, de criação animal e atividades não-agrícolas.

Os dados quantitativos coletados na pesquisa de campo foram sistematizados em uma Planilha programada no aplicativo “Microsoft Excel 2000”. Primeiramente analisou-se a UPA dentro de cada tipo familiar e de sistemas de produção; posteriormente, foram agrupadas conforme os principais sistemas de produção para realizar, posteriormente, a análise agroeconômica. Procurou-se levantar dados da UPA com relação ao ano agrícola compreendido entre setembro de 2005 até agosto de 2006, sendo que os cálculos para as questões quantitativas se apoiaram nos preços, receitas, custos médios de produção e valor de salários desse período. Os valores informados pelos agricultores comparavam-se com os preços do mercado fornecido pelo MAG, de modo a evitar e/ou amenizar possíveis distorções na tabulação. No entanto, a análise, principalmente a dessa fase, precisa ser relativizada em função do espaço temporal e ainda em função de que os agricultores entrevistados não têm contabilidade de custos e de receitas da unidade de produção.

Em seguida elaborou-se a modelagem agroeconômica dos diferentes sistemas de produção cujo objetivo foi explicar o funcionamento interno ou coerência agrotécnica de cada sistema de produção. Assim, organizou-se um modelado geral dos sistemas de produção com relação ao NRS definido na presente pesquisa, considerando os dados econômicos e técnicos que caracterizam o sistema de produção. Além disso, esses modelos permitiram analisar as dinâmicas ou possíveis trajetórias de evolução ou involução de cada tipo, considerando os processos de acumulação ou desacumulação. Esse resultado permitiu identificar as potencialidades e limitações para cada tipo de agricultor estudado. Desta forma, mediante a abordagem da teoria dos Sistemas Agrários e com suas ferramentas metodológicas, nas seções subseqüentes apresentam-se os resultados obtidos na presente tese.

4 CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA PARTE LESTE DE SAN PEDRO, PARAGUAI

Neste capítulo se apresentam as principais características da área de estudo bem como o zoneamento agroecológico. Em seguida é apresentada a evolução histórica da agricultura divididas de forma seqüencial até os dias atuais.

4.1 Caracterização dos aspectos ambientais e socioeconômicos

4.1.1 Localização da área de estudo

O II Departamento de San Pedro está localizado no noroeste da região oriental de Paraguai, constituindo o maior departamento da região oriental com uma superfície de 20.002 km² (12,5% da região oriental e 4,9% do país). Administrativamente possui 19 distritos: *San Pedro de Ycuamandyyú* (capital departamental), *Tacuati*, *Lima*, *Nueva Germania*, *General Elizardo Aquino*, *General Isidoro Resquín*, *Puerto Antequera*, *Chorê*, *San Pablo*, *Guayaibi*, *San Estanislao*, *Villa del Rosario del Kuarepoti*, *Itacurubi del Rosario*, *Unión*, *25 de diciembre*, *Yataity del Norte* e *Capi'ibary*. Duas localidades foram elevadas à categoria de distrito em 2002 e 2004, *Santa Rosa del Aguaray* e *Patricio Escobar* (PARAGUAY, 2005).

Os três distritos em estudo, Santa Rosa del Aguaray, General Isidoro Resquín e Guayaibi estão situados na parte leste do Depto. de San Pedro. Em cada um desses distritos foram escolhidas localidades representativas conforme os objetivos do trabalho. Desse modo, em Santa Rosa del Aguaray estudou-se o assentamento *Kororo'i* implantado em 1994; em General Resquín trabalhou-se na colônia *Naranjito*, implantada em 1978 e, em Guayaibi, coletou-se dados em *Barrio San Pedro*, colônia implantada igualmente em 1978.

Na FIG 16 pode-se observar a distribuição espacial dos citados distritos no II Depto. de San Pedro, região oriental de Paraguai, assim como a relação com a estrada Nº 3, General Elizardo Aquino, e o rio Paraguai, principais vias de acesso à região.

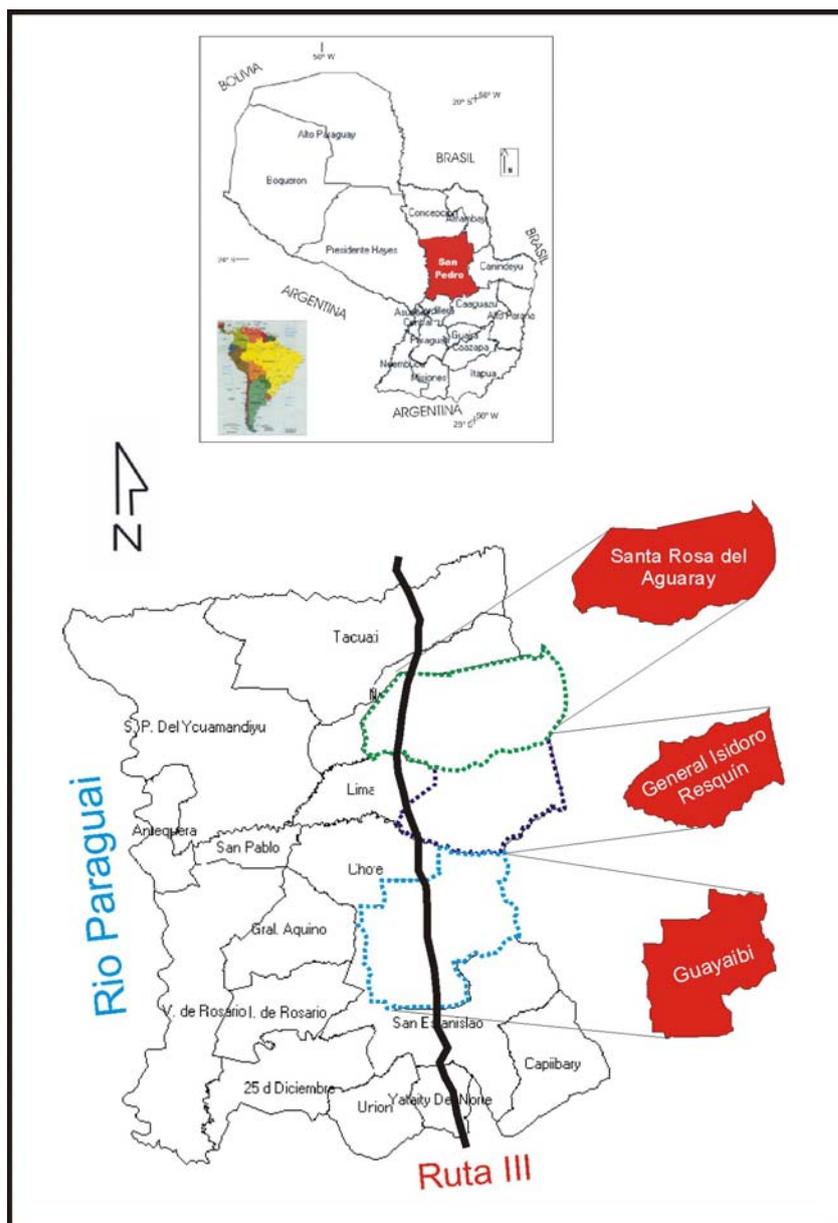


FIGURA 16 – Localização dos distritos em estudo no Departamento de San Pedro, região oriental do Paraguai (ano 2005).

Fonte: elaboração própria a partir de PARAGUAY (2005).

4.1.2 Ambiência e análise da paisagem agrária

Para melhor compreensão das características ambientais dos distritos em estudo, é importante analisar o clima dominante, os ecossistemas presentes e as transformações antrópicas que experimentou o meio natural.

Os distritos em estudo estão localizados totalmente no interior da bacia hidrográfica do rio Paraguai, situando-se ao sul da linha do trópico de Capricórnio entre as coordenadas 23° 00' e 25° 00' latitude sul e 55° 50' e 57° 30' longitude oeste, com uma

altitude entre 220 a 320 metros em relação ao nível do mar. O clima predominante, na classificação de Köppen, é de tipo *Cfa* (subtropical úmido), com precipitação média anual de 1.350 mm, distribuídas regularmente durante o ano e uma temperatura média anual de 23 °C. No inverno, as temperaturas mínimas podem atingir valores entre 0 a 5° C, com formação de geadas (UNA, 1994).

Na região registram-se secas esporádicas, tanto nos meses de inverno como no verão, com elevadas temperaturas (acima de 38°C) em alguns dias do ano. Não existe uma estação de chuvas bem delimitada, ocorrendo em todos os meses uma precipitação de no mínimo 70 mm. Normalmente o primeiro período de chuvas concentra-se nos meses de abril e maio, com precipitações de menor intensidade, mas com maior frequência e duração, acompanhadas de queda nas temperaturas. O segundo período de chuvas estende-se de setembro a dezembro e veio acompanhada de altas temperaturas (TORRES FIGUEREDO, 2002).

Na área de estudo, não há afloramento de rochas, por isso pode-se dizer que os solos se formaram a partir de material transportado (solos sedimentares). Segundo o Sistema de classificação da *Soil Taxonomy*, em San Pedro predominam solos das Ordens Ultisols, Alfisols e, em menor medida, Entisols e Inceptisols (FIG. 17). Os Ultisols são reconhecidos normalmente pelo horizonte argílico, de pouca espessura e baixa saturação de bases. Os Alfisols podem localizar-se tanto em terrenos semiplano, conhecido como *penillanura* (pradarias e próximos aos cursos de água), e nas terras altas. Os Entisols e Inceptisols são solos minerais derivados tanto de materiais aluviais como residuais, de textura moderada grossa a fina. Os anteriores tipos de solos apresentam fertilidade natural de mediana a alta, decorrente da acumulação de matéria orgânica nos horizontes superiores derivados das florestas nativas, o que possibilita o desenvolvimento de atividades agropecuárias (LÓPEZ GOROSTIAGA *et al.*, 1995).

A topografia da região de estudo caracteriza-se por ondulações e depressões; o relevo geralmente vai de ondulado a suavemente ondulado, com declividades que variam de 2 a 15%, podendo, ocasionalmente apresentar relevos superiores a 30%. O ph dos solos pode variar de 5 até 6,4; um conteúdo de matéria orgânica que vai desde 0,59 até 1,36 (ibíd).

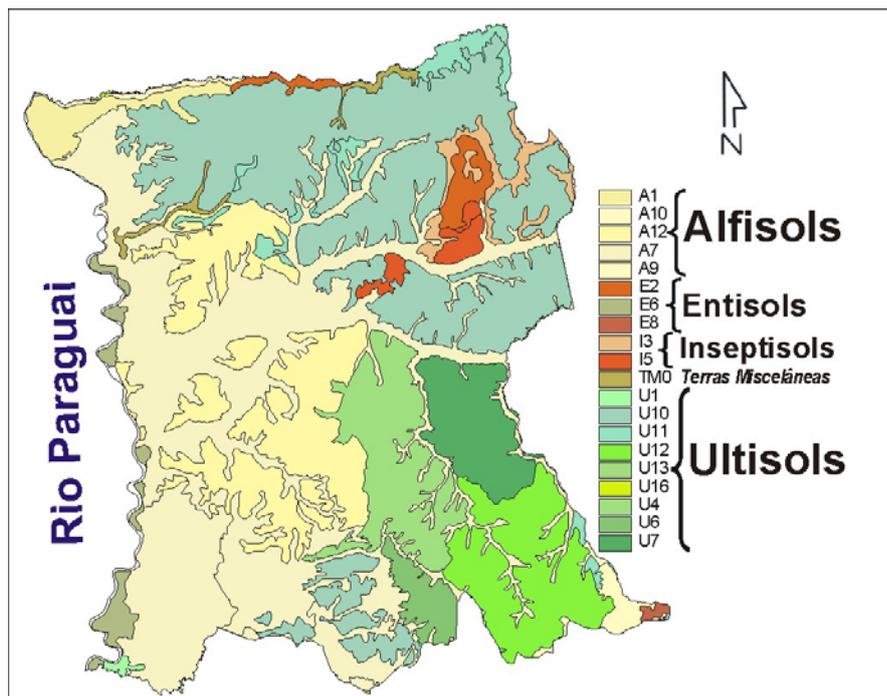


FIGURA 17 – Unidades de Solos, Departamento de San Pedro.

Fonte: adaptado de López Gorostiaga *et al.* (1995).

Geralmente os solos localizados nas terras altas (Ultisols e alguns Alfisols) são de horizonte superficial arenoso, com baixa fertilidade natural e retenção da umidade, tendo horizontes inferiores que aumentam seu teor de argila e nutrientes decorrentes da lixiviação. Localmente são denominados pelos agricultores como *yvy pytá*, caracterizados pela profundidade, de textura arenosa que confere elevada permeabilidade e drenagem, podendo ser manejados durante todo o ano e com distintos níveis de equipamentos.

Os solos próximos a cursos hídricos (alguns tipos de Alfisols) são pouco profundos, horizonte superficial de textura desde areno-argiloso até silte-argiloso. Os altos teores de silte e argila, que é proporcional à profundidade, aumentam a retenção de umidade e dificulta o manejo com instrumental simples para a produção agrícola. São denominados localmente como *yvy pe* ou *yvy ñu*, de baixa fertilidade, imprópria para as atividades agrícolas e aproveitáveis apenas para o pastoreio do gado.

Os anteriores tipos de solos, conjuntamente com os fatores climáticos, determinam as diferentes formações da flora natural. A área de estudo se localiza no interior da ecorregião denominada *Selva central* (UNA, 1995). Essa categoria de classificação de ecossistemas foi recentemente incluída dentro da grande formação natural denominada *Bosque Atlântico Alto Paraná –BAAP*, formando parte de um ecossistema maior que é a Mata Atlântica Interior. Este bioma caracteriza-se por apresentar uma floresta estacional semidecidual, intercalada normalmente por grandes pradarias naturais, com elevada

biodiversidade florística (arbóreas, arbustivas, herbáceas com variedades de lianas, plantas epífitas e parasitas) e de fauna, com grande variedade de vertebrados e invertebrados (GUYRA PARAGUAY, 2005).

Quanto ao uso da terra, em San Pedro existem duas categorias preponderantes, que guardam relação com o rio Paraguai: a) as pradarias, geralmente ocupam as áreas contíguas ao rio e aos cursos hídricos, abrangendo aproximadamente 45% do departamento ao passo que, (b) a mata nativa localiza-se normalmente nas terras altas (UNA, 1994). Em conjunto, determinam os diferentes tipos de ecossistemas e as possibilidades de ocupação antrópica. Na FIG. 18 observa-se a ambiência natural e relação com o uso da terra (em 1991) do Depto. de San Pedro.

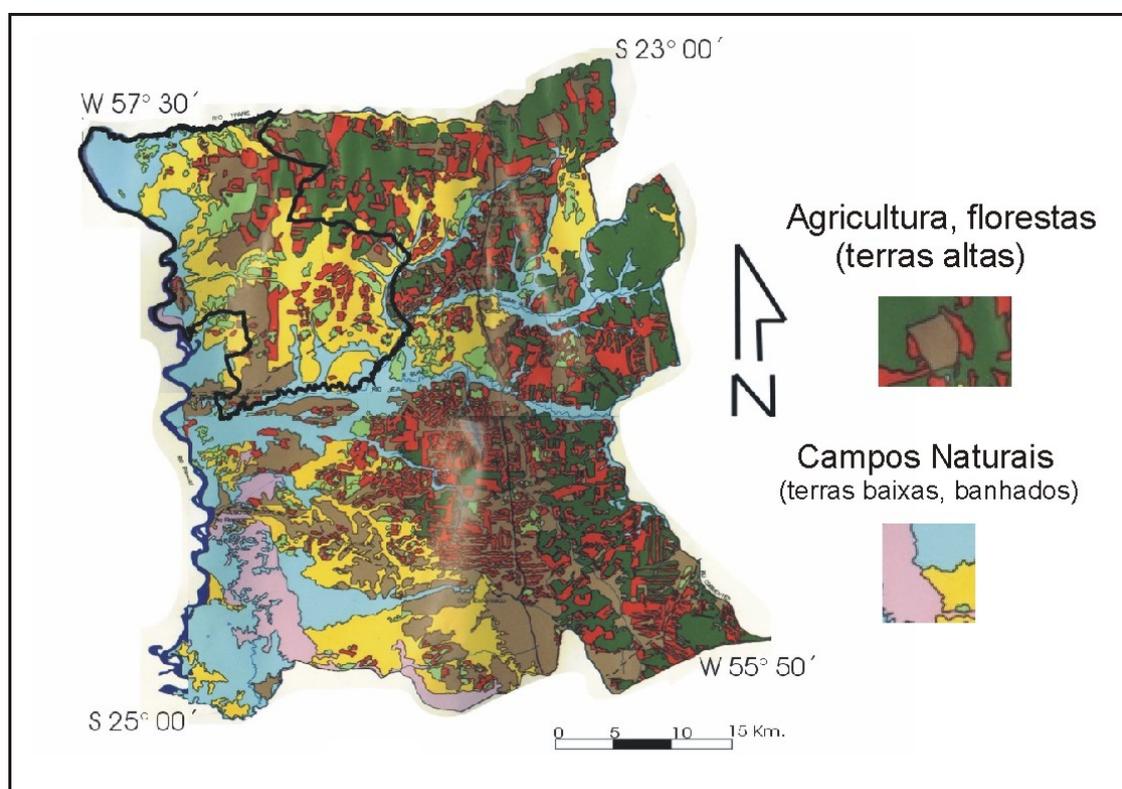


FIGURA 18 – Ambiência natural e uso da terra (ano 1991), Departamento de San Pedro. Fonte: elaboração própria a partir de UNA (1995) e Torres Figueredo (2002).

Conforme a FIG. 18, a formação natural predominante às margens do rio Paraguai (oeste de San Pedro) e nos principais cursos hídricos são as pradarias. No entanto, ao leste localizam-se as terras altas originalmente ocupadas pela mata nativa, observando-se algumas áreas de pradarias entremeadas, porém com abrangência pouco significativa. Nas últimas décadas, as terras altas registraram as maiores transformações no uso da terra para as atividades agropecuárias e a urbanização. Na seqüência, a FIG. 19 mostra, com alguns detalhes, os ecossistemas predominantes na região.

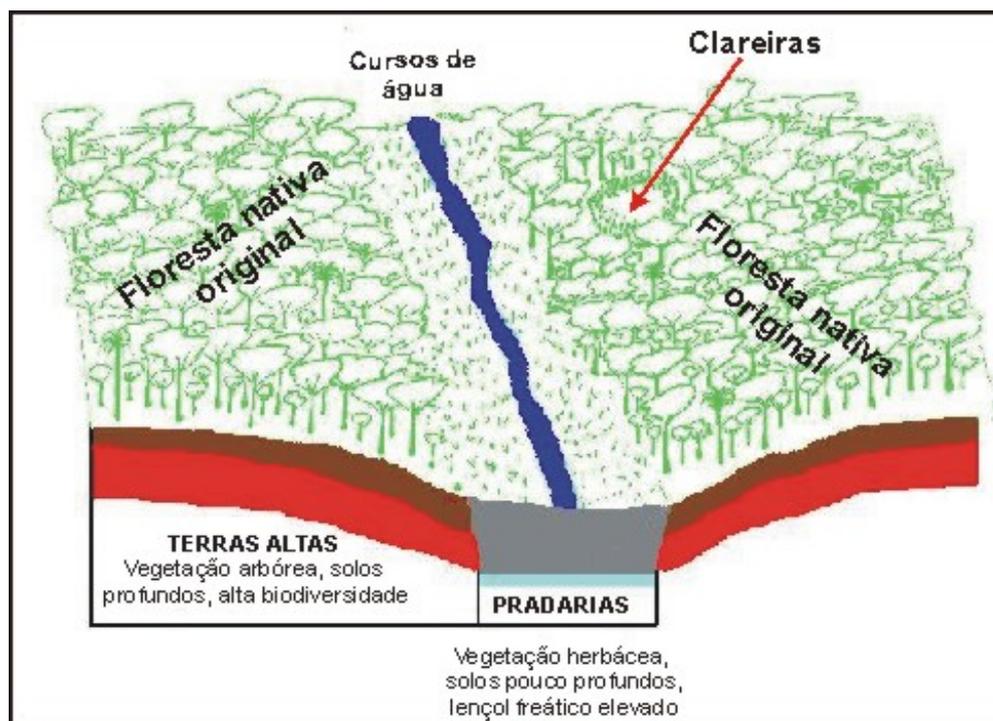


FIGURA 19 – Ecossistema original predominante na região leste do Departamento de San Pedro.

Fonte: elaboração própria a partir de Couturier e Pernin (1999).

Nas terras altas, onde se localiza a mata nativa, existem muitas espécies de árvores com elevado potencial para a indústria madeireira. Historicamente, isso tem determinado que San Pedro seja uma região florestal por excelência. Destacam-se o *ygary* ou cedro (*Cedrela fissilis*), o *tajy hû* ou ipê roxo (*Tabebuia heptaphylla*), *yvyrá ñeti* ou guatambu (*Balfourodendron riedelianum*), *yvyrá pytã* ou canafistula (*Peltophorum dubium*), o *yvyrarõ* (*Pterogyne nitens*), o *yvyrá pajé*, *incienco* ou *cabriúva* (*Myrocarpus frondosus*), *urunde'y* (*Astronium fraxinifolium*), espécies de *curupa'y* ou *angicos* (*Parapiptadenia* spp. e *Anadenanthera* spp.), o *kambá nambi*, *timbo* ou *timbaúba* (*Enterolobium contortisiliquum*), diversas espécies de lauráceas do gênero *Ocotea* e *Nectandra*. Assim mesmo, intercalam-se nas florestas distintas espécies de bambuzais (*tacuaras*) dos gêneros *Guadua*, *Chasquea* e *Merostachys* assim como palmeiras tipo *pindó* ou *jerivá* (*Syagrus romanzoffiana*). Esses elementos florísticos, em grande medida, definem as características do bioclima local e regional, a alimentação da fauna silvestre e as possibilidades de exploração florestal e posterior assentamento humano (UNA, 1995).

Com relação aos recursos hídricos, existem vários cursos e espelhos de água de importância. Os principais rios são o Jejuí Guazu e Aguaray Guazu, que avançam em direção leste-oeste, com um percurso total de 263 km, desembocando no rio Paraguai. Esses rios

apresentam grande caudal e uma extensa rede hídrica interna (arroyos, várias lagunas e banhados) como pode-se observar na FIG. 20. Tanto o rio Jejuí Guazu como Aguaray Guazu, outrora desempenharam um papel importante como meio de comunicação e de transporte da região. A partir de 1960, com a abertura e ampliação de estradas rurais, os rios perderam grande parte de sua funcionalidade; porém, ainda hoje, são utilizados pelas populações ribeirinhas.

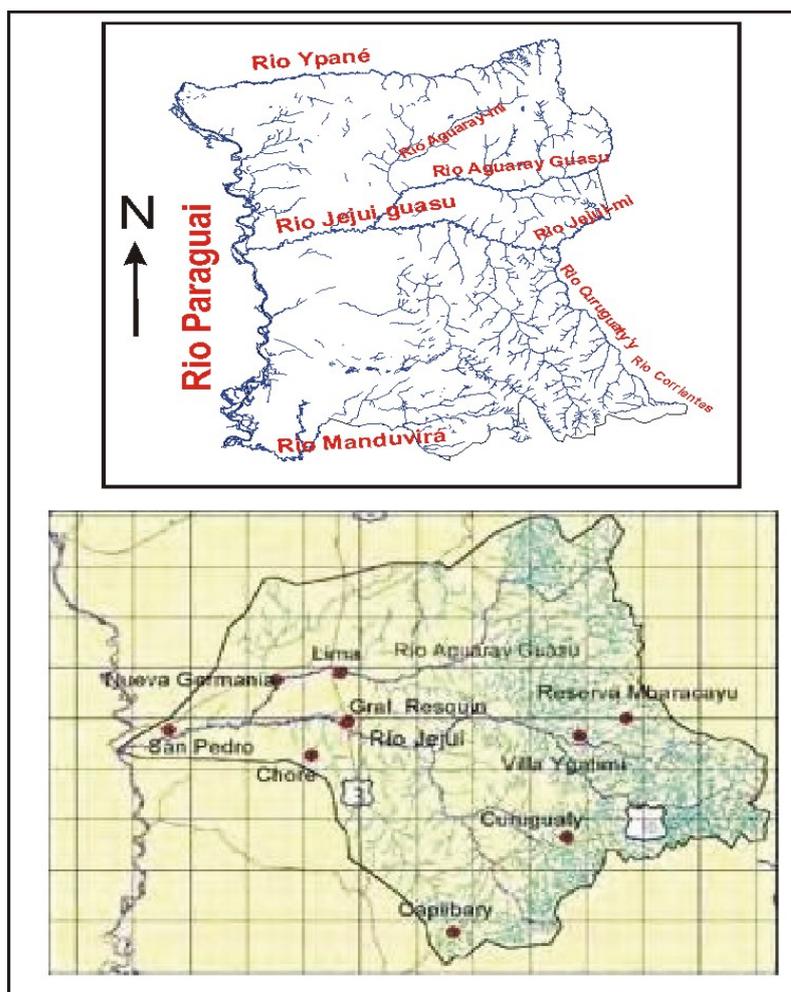


FIGURA 20 – Bacia do Rio Jejuí Guazú dentro da rede hidrográfica do Departamento de San Pedro.

Fonte: elaboração própria a partir de FORO AGUA (S/D), Disponível em <http://www.foroagua.org.py/jejuí.html>

A bacia do rio Jejuí Guazu tem suas nascentes na parte leste dos departamentos de San Pedro e Canindeyú; as partes altas e médias da bacia estão integralmente acima do aquífero Guarani. Seus principais afluentes são os rios Jejuí mi, Aguaray guazu, Aguaray mi, Capi'ibary, Corrientes e Curuguaty'y, irrigando os municípios de Chorê, Nueva Germania, Lima, General Resquín, Guayaibi, Santa Rosa del Aguaray e norte de Capi'ibary. A bacia do Jejuí abrange também a parte norte de Canindeyú, totalizando uma área de 22.520 km² e abastecendo de água a uma população estimada superior a 300.000 habitantes. Por isso, a

bacia do Jejuí Guazu é considerada como das mais importantes do Paraguai.

Os três distritos em estudo apresentam a mesma dinâmica socioeconômica que caracterizou o século XIX: primeiro a exploração florestal, logo a pecuária extensiva e, em menor medida, as atividades agrícolas. Historicamente, toda a porção leste de San Pedro, era reconhecida pelas extensas florestas de mata nativa, que possibilitou a instalação de grandes *obrajes* para exploração madeireira e engenhos de erva-mate.

As principais redes viárias de San Pedro são: a *Ruta N° 3*, General Elizardo Aquino, única estrada asfaltada e a *Ruta N° 11* Juana de Jara. Dessas rodovias, derivam as estradas secundárias, muitas das quais apresentam serias limitações para o tráfego em dias de chuvas. Na FIG. 21 pode-se observar a malha viária de San Pedro com suas principais conexões.

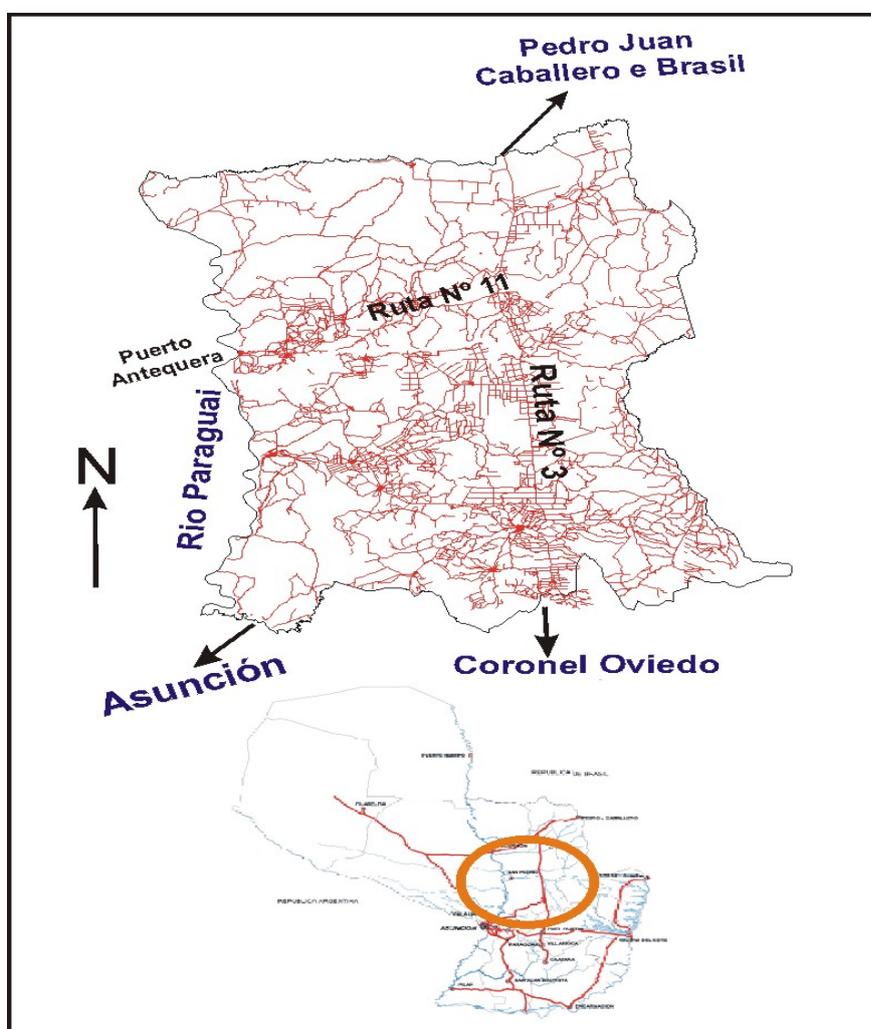


FIGURA 21 – Estradas principais e secundárias com suas principais conexões (ano 2000), no Departamento de San Pedro.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do *Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones* (MOPC) do Paraguai.

No Depto. de San Pedro, a *Ruta N° 3* é a principal via de transporte terrestre para

o escoamento da produção agropecuária e florestal e de tráfego de pessoas. Esta rodovia liga San Pedro a Pedro Juan Caballero e ao Brasil (Mato Grosso do Sul); ao sul e sudeste une-se com Coronel Oviedo (centro da região oriental) e a Asunción. Por sua vez, a *Ruta N° 11* liga o leste com a capital San Pedro de Ycuamandyyú e com Puerto Antequera e carece de asfaltado.

Na Figura anterior também se observa uma rede de estradas secundárias abrangendo quase toda a região, concentrando-se no oeste, centro e centro-sul de San Pedro. Essas estradas surgiram, principalmente, em decorrência da implantação das colônias da reforma agrária. Na parte leste e norte há um déficit estradas, possivelmente resultado da pouca implantação de colônias agrícolas.

Quanto à economia regional, as atividades alternam-se em ordem de importância entre a produção agrícola, a pecuária bovina e florestal. Com o cultivo de soja, a partir de 2001, parece colocar novas perspectivas socioeconômicas aos distritos, principalmente naquelas UPAs com maior extensão de terras. Embora, essa transformação produtiva apresenta-se como um dos fatores dentro da problemática social e ambiental do referido departamento.

Com relação à agricultura familiar, com presença significativa em termos populacionais nos três distritos, deve mencionar-se que ocupa espaços definidos. Seus principais cultivos são: a mandioca, o feijão, variedades de milho, o amendoim, entre outros, destinados, preferencialmente, à subsistência, reprodução biológica e, ocasionalmente ou em determinadas épocas do ano, para comercialização de seus excedentes. As alternativas de rendas familiares podem decorrer de variadas atividades agrícolas e não-agrícolas. Historicamente, as rendas agrícolas decorreram da produção de algodão e do fumo. Desde o final da década de 1990, e frente à crise crescente que vinha atravessando a produção do algodão, o gergelim passou a constituir o cultivo de renda quase exclusivo da maioria das UPAs camponesas.

Essas famílias também complementam suas rendas com atividades não-agrícolas, realizadas na própria UPA via produção de polvilho e alguns produtos artesanais (chapéus de palha, cestos, vassouras rústicas, *chipa*), de erva-mate semiprocessada (*mborovire*), essência de *petit grain*, etc. Em muitos lugares, para complementar a renda familiar, um ou mais integrante da família recorre a trabalho assalariado como diarista na própria comunidade, em estâncias próximas ou a trabalhos temporários nos centros urbanos.

Nos últimos anos, devido a problemas socioeconômicos, muitas famílias camponesas se envolveram em atividades ilícitas, como o abigeato de gado bovino e furto de toras de árvores nobres das estâncias próximas. Igualmente o cultivo e comercialização da

maconha constitui um fato comum e freqüentemente destacado na mídia nacional e regional.

4.1.3 Formação histórica e demografia dos distritos

Com relação aos aspectos históricos desses distritos, de forma geral, pode-se mencionar que esta zona do Paraguai sempre dedicou-se à exploração da erva-mate e de madeiras nobres. Durante a colonização espanhola e até a metade do século XX, os registros históricos revelam que o leste de San Pedro não teve muita participação no contexto produtivo e populacional do país.

Santa Rosa del Aguaray é um dos distritos de emancipação mais recente (2004). Anteriormente pertencia a Nueva Germania e apenas representava um “*cruce*” (cruzamento) das estradas N° 11 e N° 3. Cabe mencionar que Nueva Germania foi fundada em 1887 logo após a Guerra Grande. Durante esse período e até a metade do século XX, a principal atividade era a exploração da mata nativa (erva-mate e madeira), complementada debilmente com a produção pecuária bovina e a agricultura de subsistência. A partir de 1960, Nueva Germania ao igual que toda a região de San Pedro experimentou uma série de transformações no meio natural e nas relações sociais. O distrito continuou explorando a mata nativa e implantaram-se poucas colônias, apenas destacando-se as colônias menonitas de Rio verde.

Desde a abertura democrática do país em 1989, a atual Santa Rosa del Aguaray, da mesma forma que outras localidades do II Depto. de San Pedro, foi palco de vários conflitos fundiários (entre *campesinos* sem-terra e donos de grandes propriedades), que resultaram na implantação de uma quantidade significativa de assentamentos. A partir de 2000, com a instalação dos silos receptores de grãos, junto com algumas serrarias e a produção decorrente dos assentamentos do entorno houve um relativo desenvolvimento populacional do *cruce* Santa Rosa. Isto facilitou a sua emancipação de Nueva Germania, formando-se o distrito de Santa Rosa del Aguaray, no ano 2002.

General Isidoro Resquín, (ou simplesmente Resquín) anteriormente denominava-se *Susana*, devido ao nome do principal arroio que cruzava o lugar. Outrora constitui-se como lugar de descanso (*paraje*) de pessoas e cargas, tanto daquelas que transitavam por via terrestre como aqueles que utilizavam o rio Jejuí guazu. Da mesma forma que Santa Rosa, durante décadas, a exploração florestal era única atividade produtiva, complementada por uma insignificante produção pecuária bovina. O núcleo central de Susana, que apenas era uma vila, pertencia anteriormente ao distrito de Lima e elevou-se à categoria de distrito em 1981. Após 1989, Resquín foi um dos lugares que apresentou o maior número de invasões de terras, o que

obrigou ao IBR implantar vários assentamentos sem, contudo, alterar a concentração fundiária.

O distrito de Guayaibi, anteriormente pertencia a San Estanislao e também é de recente emancipação (1991). San Estanislao ou *Santaní*, como comumente se conhece no Paraguai, foi fundada como *Reducción Jesuíta* em 1749, em honra a San Estanislao de Kostka. Junto com San Pedro de Ycuamandyyú e Villa del Rosario são os três povoados mais antigos do departamento. Durante o período colonial até metade do século XX, essas localidades eram conhecidas como importantes pólos comerciais de erva-mate, de exploração florestal e, em menor medida, pela produção pecuária (VENIALGO, 2005).

Durante o governo Stroessner, devido a sua extensão territorial, sua relativa proximidade à capital Asunción e pela ocorrência significativa de terras do Estado, *Santaní* foi alvo por parte do IBR da implantação de vários assentamentos para famílias camponesas. Dessas colônias agrícolas, posteriormente formaram-se as atuais localidades de Chorê (1981), Capi'ibary e Guayaibi (1991), mais recentemente (2004) o distrito de General Patricio Escobar (ex *Yryvy kua*).

Guayaibi destaca-se na produção de frutas, como banana e abacaxi, direcionadas tanto para o mercado local como para o exterior. Desde o final da década de 1990, a instalação de silos para recepção de grãos assim como algumas serrarias dinamizaram de forma relativa a economia de Guayaibi. Possivelmente por causa da sua distância relativa da área metropolitana de Asunción, o maior mercado consumidor do país, os agricultores foram estimulados a diversificar a produção agropecuária. Contudo, o distrito apresenta uma grande dicotomia na posse da terra, observando-se poucas colônias de agricultores familiares entremeados entre as grandes propriedades de produção bovina.

Observando os aspectos da dinâmica populacional, pode-se mencionar que os distritos em estudo apresentam variações decorrentes principalmente da migração interna que se registrou nas últimas quatro décadas. Tal como se havia comentado anteriormente, San Pedro foi uma das frentes de ocupação territorial através da colonização interna. Na TAB. 05 pode-se observar o comportamento demográfico nos últimos 30 anos do II Depto de San Pedro, conforme o *Censo Nacional de Población y Viviendas -CNPV* executado pela *Dirección General de Encuestas, Estadísticas y Censos -DGEEC*. Deve-se esclarecer que, nos dados do CNPV de 2002, não está incluído o município de General Patricio Escobar (ex-Yryvú kua), que se emancipou dos municípios de San Estanislao e Capi'ibary em meados de 2004.

TABELA 05

População e taxa de crescimento por anos e períodos de CNPV (anos 1972, 1982, 1992 e 2002), diferenciadas por distritos, Departamento de San Pedro.

Distritos	CNPV				Taxa de crescimento (%)		
	1972	1982	1992	2002	1972-1982	1982-1992	1992-2002
San Pedro de Y.	26.293	26.399	28.924	29.097	0,0	0,9	0,1
San Estanislao	42.395	45.294	59.118	49.249	0,7	2,7	-1,8
Gral. Aquino	18.805	19.777	21.595	21.607	0,5	0,9	0,0
Unión	13.705	5.800	6.050	5.406	-8,2	0,4	-1,1
Itacurubi del Rosario	11.009	11.137	12.025	11.083	0,1	0,8	-0,8
Villa del Rosario	10.819	10.503	11.419	11.623	-0,3	0,8	0,2
Lima	5.997	6.627	7.717	10.390	1,0	1,5	3,0
Nueva Germania	4.554	10.008	17.148	4.202	8,2	5,5	-13,1
Antequera	2.252	3.010	3.220	3.426	2,9	0,7	0,6
Tacuati	2.189	2.857	5.563	11.301	2,7	6,9	7,3
Chorê	-	22.773	36.466	36.019	-	4,8	-0,1
Yatayty del norte	-	9.997	12.838	12.480	-	2,5	-0,3
25 de diciembre	-	8.857	8.608	9.147	-	-0,3	0,6
Gral. Isidoro Resquín	-	4.293	18.537	22.350	-	15,8	1,9
San Pablo	-	3.668	4.429	3.645	-	1,9	-1,9
Guayaibi	-	-	26.679	31.359	-	-	1,6
Capi'ibary	-	-	-	25.841	-	-	-
Santa Rosa del A.	-	-	-	20.473	-	-	-
TOTAL Depto.	138.018	191.002	280.336	318.698	3,3	3,9	1,3

Fonte: GTZ-DGEEC (2005).

Como pode-se observar, o Departamento de San Pedro apresentou um alto crescimento populacional nas três últimas décadas do século XX, com queda no último período 1992-2002. As taxas de crescimento foram elevadas nos períodos compreendidos entre 1972-82 e 1982-92, mas com maior destaque na década compreendida entre 1982-1992, para diminuir substancialmente no período subsequente. A possível explicação, no primeiro momento, estaria na intensa colonização posta em prática a partir da década de 1970, com migração interna para a região. A queda do crescimento populacional na última década possivelmente resultaria de um processo de migração interna, desta vez no sentido inverso aos anos anteriores: da região para outros territórios do país, em duas frentes (rural-urbana e rural-rural) assim como para o exterior.

Com relação aos distritos em estudo, apenas General Resquín aparece nas estatísticas da DGEEC do CNPV de 1982; os outros distritos aparecem recém nos censos posteriores. O General Resquín apresentou no período 1982-1992, uma das taxas mais elevadas de crescimento populacional (15,8%) do departamento, para posteriormente diminuir a 1,9%. O Guayaibi registrou um crescimento populacional de apenas 1,6% no período 1992-2002. Por outro lado, Santa Rosa del Aguaray, como distrito recém emancipado, não registrou

ainda taxas de crescimento populacional. Para uma análise demográfica mais recente, na TAB. 06 apresenta-se os resultados do último CNPV de 2002 para o Depto. de San Pedro, por distritos e área de residência da população.

TABELA 06

População total, por área (rural e urbana) e participação relativa por distritos (ano 2002),
Departamento de San Pedro

Distritos	POPULAÇÃO TOTAL	Total população rural	Porcentagem de população rural	Total população urbana	Porcentagem de população urbana
Antequera	3.426	834	24,34	2.592	75,66
San Pablo	3.645	3.025	82,99	620	17,01
Nueva Germânia	4.202	3.046	72,49	1.156	27,51
Unión	5.406	3.825	70,75	1.581	29,25
25 de Diciembre	9.147	8.466	92,55	681	7,45
Lima	10.390	8.238	79,29	2.152	20,71
Itacurubi del Rosário	11.083	7.312	65,97	3.771	34,03
Tacuati	11.301	9.313	82,41	1.988	17,59
Villa del Rosário	11.623	6.506	55,98	5.117	44,02
Yataity del Norte	12.480	11.153	89,37	1.327	10,63
Santa Rosa del Aguaray	20.473	19.061	93,10	1.412	6,90
General Aquino	21.607	18.793	86,98	2.814	13,02
General Resquín	22.350	20.414	91,34	1.936	8,66
Capi'ibary	25.841	22.458	86,91	3.383	13,09
San Pedro del Ycuamandyú	29.097	21.170	72,76	7.927	27,24
Guayaibi	31.359	22.458	71,62	8.901	28,38
Chore	36.019	33.832	93,93	2.187	6,07
San Estanislao	49.249	36.047	73,19	13.202	26,81
TOTAL	318.698	255.951	80,31	62.747	19,69

Fonte: elaboração própria a partir de PARAGUAY (2005).

Em 2002, 80,31% da população San Pedro residia na área rural, valor mais alto em nível país. Quase todos os seus distritos apresentaram alta proporção de habitantes morando no meio rural; apenas o distrito de Antequera registrou população maior a 50% morando no meio urbano. As outras localidades registraram entre 55 e 93% de sua população residindo no meio rural, o que definiria alguns aspectos socioeconômicos particulares ao Departamento.

Observando os três distritos, percebe-se uma alta proporção de população ainda residindo no meio rural. Santa Rosa del Aguaray registrou um total de 20.473 habitantes (6,4% do total departamental), dos quais 93,10% estava no meio rural. General Resquín registrou 22.350 habitantes (7,0% do total departamental) sendo que 91,34% dos habitantes moravam na área rural. Já, Guayaibi apresentou 31.359 habitantes (9,80% do total departamental), dos quais 71,62% residiam na área rural, sendo o distrito com maior

proporção da população morando na área urbana dos três distritos supracitados.

Como se havia comentado anteriormente, San Pedro é a maior unidade administrativa ou departamento dentro da região oriental. Em decorrência disto, e pela quantidade reduzida de distritos, cada um deles apresenta grande extensão territorial. Na TAB. 07 é apresentada uma relação entre área dos distritos e a densidade demográfica.

TABELA 07
Área (em ha) e Densidade demográfica (Hab./km²) para o ano 2002, Departamento de San Pedro.

Distritos	Área total (ha)	Densidade populacional (Hab./km²)
Yataity del norte	31.600	39,3
San Pablo	32.000	11,3
Antequera	48.000	7,1
Unión	58.700	9,1
Nueva Germania	65.700	6,3
Lima	65.800	15,7
Itacurubi del Rosario	76.900	14,4
General Aquino	81.600	26,4
Capi'ibary	82.600	31,2
Chorê	96.500	37,3
25 de Diciembre	99.500	9,1
General Resquín	107.500	20,7
Guayaibi	146.000	21,4
Santa Rosa del Aguaray	157.200	13,0
San Estanislao	170.000	28,9
Villa del Rosario	197.500	5,8
Tacuati	228.300	4,9
San Pedro del Ycuamandyú	317.600	9,1
TOTAL Depto.	2.063.000	Média Departamental = 15,9

Fonte: elaboração própria a partir de PARAGUAY (2005).

Comparando as populações dos distritos de San Pedro, percebe-se uma irregularidade na densidade demográfica que poderia explicar-se pela estrutura fundiária, acesso a infra-estrutura, pelo setor de transporte e pelas instituições de ensino entre outros fatores. Os distritos em estudo são os de maior área: em conjunto abrangem 19,9% da área territorial de San Pedro. Santa Rosa del Aguaray se destaca como o maior distrito, seguido de Guayaibi e por último, General Resquín.

Com relação à densidade demográfica, os distritos de General Resquín e Guayaibi registraram mais de 20 hab./km², no entanto, Santa Rosa apresentou apenas 13 hab./km², possivelmente pela vasta extensão territorial e pela recente emancipação. Relacionando com a média departamental (15,9 hab./km²), os distritos de General Resquín e Guayaibi estão acima desse valor, em contraste com Santa Rosa del Aguaray que está abaixo dessa média.

Comparando com a média da densidade demográfica em nível nacional (12,7 hab./Km² de território), os valores do Depto. de San Pedro estão muito acima dessa média, em decorrência do processo histórico desigual de distribuição populacional no território nacional.

Seguidamente, na TAB. 08 apresenta-se os valores absolutos e relativos correspondentes à População Econômica Ativa (PEA) segundo os setores econômicos de atuação no ano 2002.

TABELA 08

Valores absolutos e relativos da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo setores econômicos (ano 2002) no Departamento de San Pedro.

Setores econômicos	Valores absolutos	Valores relativos
Primário (Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca)	64.771	66,35
Secundário (Mineração, indústrias, construção)	8.601	8,81
Terciário (Serviços gerais, setor financeiro, comércio, transporte)	24.254	24,84
Total	97.626	100,00

Fonte: GTZ-DGEEC (2005).

A base socioeconômica da região ainda está fortemente vinculada ao setor primário (produção agropecuária e exploração florestal), atingido 2/3 da PEA. Já a ocupação no setor secundário é muito baixa devido à escassez de indústrias. As poucas indústrias basicamente são de processamento madeireiro, de laticínios e de erva-mate. Também existe agroindústria familiar e de caráter artesanal para extrair *petit grain*, porém não é significativa. Como a maior parte dos produtos agropecuários da região é comercializada *in natura* ou minimamente processado, não existem unidades industriais de grande envergadura. A ocupação no setor terciário basicamente concentra-se no comércio (formal e informal), serviços gerais (pessoais e comunitários) e no transporte. Possivelmente a deficiente urbanização, a carência de indústrias e as atividades agropecuárias pouco exigentes em mão-de-obra como a pecuária, a exploração madeireira e, recentemente, a sojicultura não estaria estimulando uma maior ocupação da população nos outros setores econômicos.

4.2 Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários

A dinâmica da agricultura e suas perspectivas podem ser compreendidas através do estudo da evolução histórica dos sistemas produtivos e dos seus atores sociais. Para tanto, esta parte da tese resgata a evolução histórica nas formas de exploração dos ecossistemas, nas relações sociais e nas técnicas adotadas pelos agricultores. Busca-se identificar quais fatores

contribuíram para a acumulação de capital, origem das categorias sociais e diferenciação entre os agricultores, relacionando-os com os fatos políticos, ecológicos, técnicos e socioeconômicos, localizando-os no tempo e no espaço.

No QUADRO 03 apresenta-se uma síntese da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da parte leste do II Depto. de San Pedro, Paraguai, desde seu início até a atualidade.

QUADRO 03

Síntese da evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários no leste do Departamento de San Pedro

Dimensão temporal	Sistema Agrário	Características importantes
Até o século XVII	Guarani	Agricultura de queimadas; sociedade tribal.
Séculos XVII até XIX	Colonial	Exploração florestal, pecuária extensiva, agricultura de <i>chacareros</i> ; pouca ocupação espacial.
Século XIX até metade do século XX	Pós- Guerra Grande	Predomínio de latifúndios: exploração da erva-mate e madeiras; pecuária extensiva, pouca dinâmica de ocupação espacial, diferenciação social acentuada (campesinato).
Década de 1960 até 1989	Durante o governo Stroessner	Reforma agrária; intensificação da pecuária e exploração de madeiras; modernização da agricultura; modelo agroexportador; dinâmica espacial e social relativa; queda dos preços dos produtos da agricultura familiar e crise agrária.
Década de 1990 até 2000	De Transição Democrática	Cont. do modelo agroexportador: intensificação da pecuária e sojicultura; manifestação de problemas sociais e ambientais; poucas e desorganizadas políticas públicas para a agricultura familiar.
Após do 2000	Em transição para um novo Sistema Agrário?	Febre aftosa; mudança no uso da terra; expansão da sojicultura; políticas públicas escassas e desorganizadas; intensificação da crise na AF.

Fonte: Organizado pelo autor a partir da bibliografia consultada.

4.2.1 Sistema agrário guarani (1000-1550)

A história da formação e colonização da região oriental do Paraguai se confunde com a própria história do país. A ocupação das terras que hoje conforma o território paraguaio oriental, de acordo com os dados históricos, ocorreu, hegemonicamente, pelos índios guaranis, durante os primeiros séculos do primeiro milênio da era cristã (cerca de 1.100).

Grande parte dos conhecimentos da agricultura pré-colombiana decorre dos estudos sobre os Carios guaranis que se assentavam nas cercanias da atual Asunción. Deve-se esclarecer que não existem dados históricos suficientes que possam precisar as características da agricultura guarani na região do atual Depto. de San Pedro. No entanto, presume-se que

mantinham a mesma prática dos Cariós guaranis: agricultura de derrubada–queimada, com ferramentas manuais simples, produzindo cultivos autóctones dentro das clareiras de mata nativa, divisão de trabalho, com uma organização territorial e de convivência social definida pelos *guarás*.

Segundo Venialgo (2005), na região atual de San Pedro existiam os *tobatines*, *guarambares*, *itatines* e *tarumas* ocupando os territórios compreendidos entre os rios Tobatiry, Jejuí guazu, Ypané e Apa, no norte da atual região oriental. O mesmo autor acredita que alguns restos de cerâmica nas proximidades do atual San Estanislao sejam dessa época. Na atual San Pedro coexistiam com os guaranis, indígenas nômades que subsistiam da caça e da pesca. Os principais grupos nômades eram os *mbayá-guaikurus* e os *guayakis*, que realizavam incursões nos povoados guaranis para furtar seus produtos agrícolas. Ainda, presume-se que esses indígenas eram canibais.

Possivelmente o encurtamento do ciclo de produção, o empobrecimento da caça e pesca, queda dos rendimentos dos cultivos e a deficiente restauração da fertilidade do sistema tenham sido alguns dos fatores que determinaram a crise desse sistema agrário. Contudo, pela inexistência de dados históricos suficientes não se pode confirmar essas afirmações. A chegada dos europeus, com um paradigma diferente das populações guaranis, modificou significativamente o modo de vida e as relações de convivência das comunidades indígenas, e conseqüentemente, transformou o sistema agrário.

4.2.2 Sistema Agrário Colonial (1550-1870)

Os espanhóis, desde sua chegada em terras guaranis, na metade do século XVI e durante todo o decorrer dos séculos XVII até XVIII, concentraram-se na capital provincial Asunción e no seu entorno. Tendo essa localidade como centro da expansão colonizadora, iniciou-se um ciclo de grandes fundações que durou o resto do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, levando os imprecisos limites do Paraguai colonial até o estuário do rio da Prata, perto das selvas do Mato Grosso, a costa atlântica brasileira e as proximidades andinas (ODDONE, 2002; VÁZQUEZ, 2006).

Certamente a coroa espanhola poucas vezes preocupou-se em realizar uma verdadeira colonização no norte e leste da província do Paraguai: apenas nas margens dos rios Paraguai e seus afluentes se estabeleceram algumas estâncias de criação de gado bovino e eqüino. O restante do atual San Pedro, principalmente a porção leste, estava coberto por florestas habitadas por tribos guaranis e não guaranis em constante mobilidade espacial.

Nesse processo de conquista e de colonização hispânica, os franciscanos foram os primeiros religiosos que se internaram nas selvas de San Pedro procurando cristianizar os indígenas. No século XVII se formou entre as confluências dos rios Jejui e Aguaray a *Paróquia de San Francisco Javier de Lima*, que séculos mais tarde formaria os distritos de Lima e General Isidoro Resquín (VENIALGO, 2005). Este povoado não se desenvolveu, possivelmente, pela falta de vocação agrícola dos religiosos para atrair os indígenas, assim como pelas constantes lutas territoriais entre aborígenes e espanhóis. Desse modo, permaneceu como uma localidade periférica durante grande parte da colonização espanhola.

Em 1750 os jesuítas fundaram a *Reducción de San Estanislao de Kostka*, localizada entre os rios Jejui, Mbutu'y, Corrientes até a margem esquerda do rio Paraguai. Como consequência de sua localização, muito distante das comunidades teocráticas fundadas no sudeste da Província do Paraguai, permaneceu um povoado com pouca estabilidade. A expulsão dos citados religiosos da América, em 1768, e o assédio de indígenas não guaranis ao local foram fatores que incidiram na consolidação desse núcleo humano.

Durante todo o período da colonização espanhola, a região do atual Depto. de San Pedro configurou-se como *centro obrajero y yerbatero*. Do mesmo modo que a maior parte da América meridional, a exploração madeireira, da erva-mate e a pecuária extensiva, com a implantação das *estancias* representaram os modos de relação antrópica com o meio natural; a agricultura significava apenas um complemento às citadas atividades. O estabelecimento de algumas *Villas de españoles*, próximas ao rio Paraguai, como a *Villa de San Pedro Apóstol de Ycuamandyú* em 1786 (hoje capital do Departamento) e *Villa de Nuestra Señora de la Santa Maria del Rosario del Kuarepoti*, em 1787, teve por objetivo garantir o processo de conquista e de colonização espanhola, ao mesmo tempo, segurar o avanço lusitano.

Areces (1997) comenta que toda a região norte do Paraguai colonial, que inclui a atual San Pedro, estava ocupada por estâncias de criação em forma extensiva de bovinos e de eqüinos; secundariamente se observava uma agricultura de *chacareros*. Este *chacarero* (agricultor) trabalhava em pequenas áreas, utilizava unicamente mão-de-obra familiar. Além dos cultivos agrícolas, possuía algumas cabeças de gado (bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, aves). As estâncias e chácaras, reciprocamente, necessitavam-se e complementavam-se na produção e defesa do território provincial: o *chacarero* fornecia produtos agrícolas necessários para a subsistência das estâncias e dos *obrajes*. Normalmente os *chacareros* eram mestiços ou indígenas catequizados, que trabalhavam em situações de *mitayos* ou de *yanaconas* (ver Quadro 01), podendo haver mobilidade na sua composição social e na ocupação do espaço. Anos mais tarde seriam denominados *campesinos*.

O *chacareo* agrícola continuou praticando a agricultura de derrubada-queimada dos guaranis, apenas diferenciando-se no uso do instrumental produtivo (ferramentas de ferro) e na introdução de cultivos exóticos (arroz, cana-de-açúcar, cítricos, etc.) e de animais, como porcos, aves, bovinos e eqüinos. A troca entre produtos agrícolas ou pecuários parece ter sido a forma mais comum de relações entre os *chacareros*. As atividades de *minga* (troca de tarefas entre os agricultores) possivelmente possibilitaram a reprodução do sistema social e produtivo. A ausência de moeda e um sistema de trabalho parecido com o do sistema feudal também poderiam explicar a escassa dinâmica social.

Possivelmente o aspecto mais importante que freou a expansão territorial paraguaia na parte norte, que inclui o atual Depto. San Pedro, foi a sua localização geográfica, muito distante da capital Asunción, agravada pela deficitária comunicação terrestre. Durante o período colonial e início da República, San Pedro comunicava-se e comercializava seus exíguos produtos agropecuários e florestais por via fluvial, tarefa que poderia demorar dias ou semanas.

Fatos como a instauração da propriedade privada (fim das *Encomiendas*), introdução da moeda como elemento de troca comercial e a vinda de alguns escravos africanos, pouco ou nada tiveram efeito em San Pedro. A independência do país em 1811, a etapa considerada como independência política e alimentar durante o governo do Dr. Francia, o crescimento populacional e econômico com os governos de C.A. López e Solano López pouco ou nada influenciaram sobre a dinâmica do sistema agrário de San Pedro. Possivelmente porque esses governos optaram pela expansão territorial para o sul e sudeste do país e descuidaram a porção norte e nordeste do país.

A nacionalização de terras decretada pelo Dr. Gaspar Rodriguez de Francia e por seus sucessores poderia ser mencionada como um fato significativo e que talvez tenha afetado essa parte do país. Porém, existem vazios na literatura histórica que possam avaliar tais afirmações. A verdadeira mudança no sistema agrário colonial do Paraguai e de San Pedro deu-se após a guerra da *Triple Alianza* ou a Guerra Grande (1864-1870), que definiu novos arranjos territoriais e de relações sociais.

4.2.3 Sistema Agrário pós-Guerra Grande (1870-1954)

A Guerra Grande provocou uma crise e, com ela, profundas mudanças na vida social e produtiva do Paraguai. A partir dessa hecatombe, a reconstrução do país orientou-se nos paradigmas predominantes nos países da bacia do rio da Prata, que por sua vez,

inspiraram-se nas idéias que predominavam na Europa¹. Duas medidas de grande repercussão fortemente nos sistemas agrários foram: 1) a venda de terras, antes monopólio do Estado, e 2) a entrada no país de imigrantes estrangeiros. Pastore (1972, p. 181), comenta que com isso *se predeterminó el destino de los pobladores [...] que integrarían la legión de los habitantes sin tierras, en un país de latifundistas extranjeros que cubrirían todo el territorio de la República*. Na FIG. 22 pode-se observar o efeito da implantação das grandes propriedades após da Guerra Grande (década de 1880 e subseqüentes) em San Pedro.

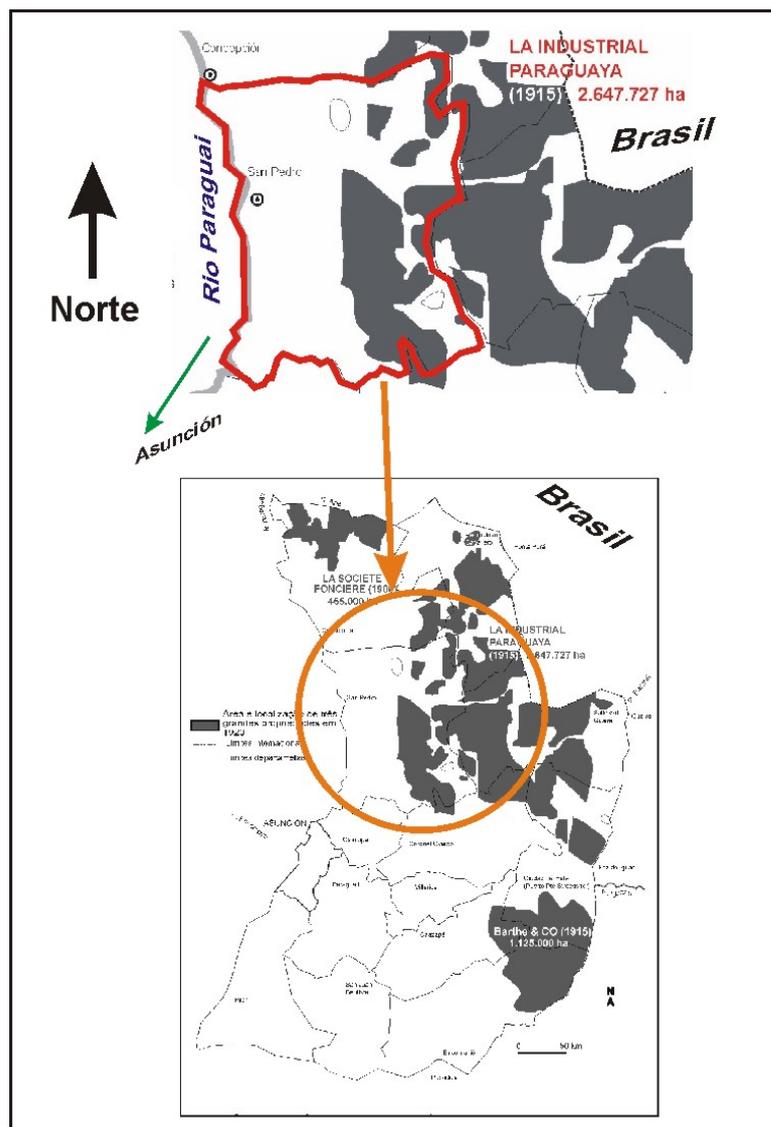


FIGURA 22 – Conseqüências da venda de terras do Estado em San Pedro, décadas de 1880 a 1920.

Fonte: adaptado de Souchaud (2002, p. 58).

¹“... que la que fuera tierra clásica de la tiranía (Francia-López), del monopolio y la restricción, lo sea de la expansión [...] que la esfera de acción del individuo sea tan ensanchada como restringida la del poder que el pueblo delegue” (AMARILLA, 2004, p. 117), dizia o manifesto do primeiro governo provisório posterior à Guerra Grande. Desta forma determinava claramente os princípios do liberalismo econômico emergente naquela conjuntura social e política.

De acordo com a FIG. 22 pode-se observar que toda a porção leste do atual II Depto. de San Pedro foi adquirida pela empresa LIPSA. Não se têm dados sobre a área ocupada pela empresa em San Pedro porque não existiam limites determinados entre as propriedades, apenas alguns pontos convencionais, que poucas vezes eram respeitados. O antigo povoado de San Francisco de Assis ficou integralmente no interior da LIPSA e uma porção considerável da antiga redução jesuítica de San Estanislao também foi incorporada pela empresa. As distintas populações indígenas foram diretamente afetadas pela instauração do citado latifúndio. No entanto, a porção mais ocidental de San Pedro foi ocupada por pecuaristas paraguaios e serviu para o assentamento de algumas populações de imigrantes.

A LIPSA dedicou-se preferencialmente à exploração florestal de madeiras e da erva mate. Em algumas áreas de pradarias também havia criação de gado bovino, mas em menor medida se comparada com a exploração florestal. A totalidade de sua produção florestal era destinada à exportação (Argentina, Brasil e Europa) participando limitadamente no mercado nacional. Nas primeiras décadas do século XX, a LIPSA monopolizou totalmente a extração e elaboração industrial da erva-mate no Paraguai.

A referida empresa, da mesma forma que a maioria das empresas de capital estrangeiro e os pecuaristas paraguaios desse período, disponibilizava de uma relativa abundância de mão-de-obra para a exploração dos recursos naturais. As relações de trabalho normalmente eram muito precárias: não havia um salário definido, os operários viviam em péssimas condições humanas de moradia e alimentação, moravam agrupados em ranchos rústicos no meio do mato ou próximos às estâncias (LAÍNO, 1989; MORINIGO, 2005).

Dentro da *Ley de Inmigrantes*, em 1887, uma das primeiras colônias de estrangeiros estabelecidas no Paraguai foi Nueva Germania², com quase 22.500 ha de terras, entre os rios Aguaray e Jejui guazu, a leste de Villa de San Pedro. (DIETZE, 2007). Segundo Pastore (1972), em 1903, Nueva Germania registrava 92 imigrantes alemães, 40 camponeses e 30 operários paraguaios. Existem poucos dados históricos dessa época sobre o desenvolvimento do lugar. Contudo, se poderia inferir que os sistemas produtivos praticados pelos imigrantes seriam semelhantes ou iguais aos dos camponeses paraguaios.

² No final do século XIX, um grupo de 14 famílias de alemães liderados por Bernhard Förster e sua esposa Elisabeth Nietzsche-Foerster, se instalaram no extremo nordeste de San Pedro. O lugar era inicialmente coberto por extensas florestas e pradarias, onde se propuseram estabelecer uma colônia utópica racial (*Aryan nation*) com o nome de *Nueva Germania*. O governo daquela época lhes entregou terras para se estabelecer e desenvolver atividades, preferentemente agropecuárias. Porém, a empresa fracassou por diferentes motivos. Como estes estrangeiros, em sua maioria não eram agricultores, apenas era o 'resto do proletariado alemão' produto da unificação dos reinos e da industrialização que esse país experimentava nesse momento, não resultou em um povoamento estável (ZUB, 2002).

O oeste de San Estanislao também foi ocupado por imigrantes, em sua maioria de origem italiana, os quais se dispersaram posteriormente a outros lugares do país. Também chegaram cidadãos libaneses, portugueses, alemães, espanhóis e alguns brasileiros que permaneceram após a Guerra. Essas novas populações, dependendo de seu capital inicial, se dedicaram ao comércio, a pecuária bovina em mediana extensão (50 a 100 ha); poucas famílias dedicaram-se à agricultura (VENIALGO, 2005).

Inicialmente, para as atividades agropecuárias, o governo nacional concedia as terras em arrendamento; posteriormente essas terras foram vendidas. Além dos imigrantes, os políticos (*caudillos*), os militares e os comerciantes paraguaios, oriundos do entorno de Asunción, obtiveram terras do Estado, com áreas variáveis, de 100 ha (nas terras altas) até, inclusive maiores de 1.000 ha nas pradarias. Esses pecuaristas paraguaios (*estancieros*) e alguns imigrantes do oeste de San Pedro exploravam, além da pecuária bovina, a erva-mate e as madeiras.

Outra iniciativa de povoar essa parte de Paraguai com estrangeiros foi a entrada de Menonitas procedentes de Canadá e México que se instalaram no oeste do Depto. de San Pedro. Em 1937 fundou-se a colônia Friesland, com população oriunda das primeiras colônias assentadas no Chaco em 1926. Posteriormente, em 1947, se formou a colônia Volendan (PAPPALARDO, 1995). Antes de 1960, o Depto. de San Pedro registrou um escasso movimento de colonização agrícola, principalmente pela escassez de infra-estrutura e pela monopolização das terras por parte da empresa LIPSA. A TAB. 09 registra as colônias implantadas entre 1870 e 1960 em San Pedro.

TABELA 09
Colônias implantadas em San Pedro posterior à Guerra Grande (1870-1954)

Colônia	Nº de lotes agrícolas	Superfície (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de implantação³
Puerto Antequera	1337	27475	20,55	1921
Nueva Germânia	161	22153	137,60	1928
25 de Diciembre	1042	13735	13,18	1928
General E. Aquino	1414	27523	19,46	1939
Mayor Feliciano Hermosa	1177	12329	10,47	1941
Subtotal	5131	103215	20,12	

Fonte: PARAGUAY (2006a).

³ Geralmente corresponde ao ano que a colônia foi reconhecida oficialmente e não precisamente o ano de ocupação/assentamento.

Segundo essa Tabela, Puerto Antequera foi colonizado oficialmente em 1914; Nueva Germania em 1887, já General Aquino se remonta a 1898. Nas proximidades de Villa de San Pedro, em 1914, também implantou-se a colônia Rosario Loma com agricultores de origem irlandesa. Não se possuem dados sobre a quantidade de lotes concedidos nem a superfície abrangida com a implantação das citadas colônias. Pelos cálculos estimados, a média de lotes por colônia poderia variar dentre 10 até mais de 100 ha, dependendo da área natural (pradaria, lotes maiores e, em terras altas, lotes menores).

A venda das terras do Estado acarretou mudanças na organização do território paraguaio. Para resguardar alguns povoados mais estáveis (*pueblos* e *villa*), o governo estabeleceu que a zona urbana deveria abranger um raio de mil metros distribuídos entre o átrio da igreja e para os quatro pontos cardinais. Essa área seria administrada pela prefeitura ou *municipalidad* com o seguinte traçado: ao centro se construiriam os edifícios das instituições públicas, dos centros educativos e do comércio, no entorno de uma praça principal e a igreja; o restante da área urbana se dividiria em lotes que poderiam ser concedidos gratuitamente. Normalmente a área mais próxima à igreja estava ocupada por comerciantes e famílias de maiores recursos econômicos; a periferia era destinada às famílias pobres.

A exploração da erva-mate e da madeira como as principais atividades na parte leste e nordeste do Paraguai oriental estabeleceram uma complexa estrutura lucrativa particular. Segundo Venialgo (2005), o trabalho mais rentável no final do século XX até metade do século XX era a exploração da erva-mate e a madeira. As citadas atividades requeriam muita mão-de-obra, que era fornecida pelos posseiros e as famílias urbanas mais pobres. A pecuária foi favorecida pelos extensos campos naturais com abundante gramíneas, pouca utilização de mão-de-obra e nenhuma carga tributária. Inicialmente o governo (1870-1880) cobrava pelo arrendamento das pradarias dedicadas à pecuária. Posteriormente, devido a múltiplos problemas na cobrança, pela imposição política dos “*caudillos*” eliminou-se o tributo. A indefinição de limites entre as propriedades também haveria de contribuir para a concentração de terras por parte dos *estancieros*.

A agricultura era considerada uma atividade secundária em todo o território do atual San Pedro. Assim, cultivos como milho, feijão, mandioca, amendoim, entre outros, destinavam-se à subsistência familiar, para trocas e raramente ao comércio local. Somente o fumo e o algodão, produzidos em quantidades reduzidas por meeiros ou posseiros das grandes propriedades e nas colônias de imigrantes eram comercializadas. A produção florestal e agropecuária era transportada por via fluvial e, em menor medida, por charretes puxadas por

bois. Algumas características das principais categorias sociais da região de San Pedro, após de 1870, são apresentadas no QUADRO 04.

QUADRO 04

Algumas características das principais categorias sociais de San Pedro (1870-1960)

Categorias sociais	Ecosistema explorado	Estrutura fundiária (ha)	Mão-de-obra	Ferramentas	Produção/ocupação
Parceiros da LIPSA	Terras altas e pradarias	Sem dados	Contratada (<i>Mensú, obrajero</i>)	Manual	Erva-mate, madeira, pecuária bovina
Pecuaristas paraguaios	Terras altas e pradarias	> 100	Familiar e contratada (<i>peón</i>)	Manual	Comércio, pecuária bovina
Imigrantes estrangeiros	Terras altas e pradarias	20 até 1.000	Familiar e contratada	Manual	Comércio local, pecuária bovina, erva-mate, madeira
Camponeses paraguaios	Terras altas	>10	Familiar (posseiros, meeiros)	Manual	Policultura, fumo e algodão
Operários rurais	Periferias da cidade	<1	Familiar	Manual	Policultura, changas, <i>conchavos</i>

Fonte: elaboração própria a partir de dados de campo e bibliografia referencial.

Conforme esse QUADRO, as categorias sociais presentes em San Pedro, durante o período de 1870 até 1960, eram as seguintes:

a) empresários e parceiros da grande propriedade (LIPSA) explorando a erva-mate e madeira para exportação. Esses empresários eram descendentes de *criollos* hispânicos, alguns imigrantes, e paraguaios, que serviam de ligação entre os interesses imediatos do capitalismo internacional, em nível local, e das instituições do governo. Não se têm dados específicos da área de terra que a empresa possuía a leste de San Pedro. Na exploração dos recursos naturais utilizavam poucas ferramentas e poucos equipamentos: apenas machado, facão e serras. Além da exploração florestal, a LIPSA representou a barbárie em termos de exploração humana: os *mensú*, os *obrajeros* e os *jangaderos* eram submetidos a trabalhos subhumanos pela empresa.

b) pecuaristas paraguaios, normalmente eram políticos (*caudillos*), militares e comerciantes originários da área próxima a Asunción; tampouco se têm dados precisos quanto ao tamanho das áreas ocupadas, mas se presume que eram maiores que 100 ha. Nos campos naturais criavam gado bovino sem raça definida, enquanto que da mata nativa extraíam

madeira e, em menor medida, erva-mate. Utilizavam mão-de-obra familiar e também contratavam *peones*; comercializando seus produtos no mercado nacional e internacional;

c) imigrantes, instalados pelo governo em terras fiscais, tanto em terras altas como pradarias. Dedicaram-se ao comércio, produção pecuária e, em menor medida, à exploração florestal e agricultura, utilizando mão-de-obra familiar (eventualmente diaristas), e ferramentas manuais. Entre os imigrantes, destacaram-se os menonitas pela sua organização social e produtiva. Alguns imigrantes não menonitas associaram-se aos *caudillos*, dedicando-se no comércio local e espoliando os camponeses no comércio dos insumos e dos produtos. A partir disso, algumas famílias de imigrantes começaram a capitalizar-se e adquirir mais terras e dedicar-se à pecuária. No entanto, alguns imigrantes, por não conseguirem capitalizar-se, passaram à condição de camponês e/ou operário rural;

d) camponeses (*campesinos*); derivados dos antigos *mitayos* e *yanaconas* praticando o *chacarero* da época colonial. Realizavam uma agricultura de derrubada-queimada como meeiros ou posseiros das grandes propriedades. Não se têm dados de área que poderiam trabalhar, mas se presume que eram áreas reduzidas. Os camponeses misturavam práticas e cultivos agrícolas dos guaranis com sistemas produtivos da colonização espanhola; eventualmente podiam criar algumas cabeças de animais, aves, e suínos.

e) operários rurais⁴ oriundos das famílias pauperizadas que moravam nas periferias urbanas. Entre eles havia diferenças conforme o meio natural onde trabalhavam. Deste modo, o *peón de estancia*, normalmente mestiço ou indígena, trabalhava na pecuária, sobrevivendo com salários exíguos ou como agregados. Na mata nativa trabalhavam o *obrajero*, o *mensú* e o *jangadero*, todos eles de origem mestiça ou mesmo indígena, os quais se caracterizavam pela familiaridade com os montes naturais e alta produtividade de trabalho, seja na derrubada de toras com machado de ferro, na colheita da erva mate ou no transporte fluvial de produtos. Alguns operários realizavam uma agricultura de subsistência, porém sua renda familiar basicamente decorria dos salários nas grandes propriedades.

Mesmo existindo um relativo comércio agropecuário, as oportunidades de capitalização, principalmente dos camponeses e operários rurais, eram muito reduzidas. A marginalização social desses grupos deu-se basicamente pela impossibilidade de acesso e posse da terra e pela débil inserção mercantil de seus produtos. Com condições de trabalho

⁴ Na obra literária de Augusto Roa Bastos “*El trueno entre las hojas*” pode-se encontrar diversas situações da vida dos trabalhadores rurais daquela época no Paraguai. A descrição do ambiente de trabalho, o sofrimento, a exclusão social e as relações de poder aos quais eram submetidos estes trabalhadores, conjuntamente com uma grande massa de camponeses deserdados, também se encontram em músicas, poesias, teatro e outras expressões artísticas que formam parte do acervo cultural paraguaio e que forjaram a identidade social dos camponeses e pobres urbanos.

subhumanas e com a privatização do espaço de produção, dificilmente os camponeses, operários rurais e alguns imigrantes pauperizados conseguiriam atingir uma capitalização efetiva que lhes permitisse logo uma diferenciação social.

A LIPSA influenciou profundamente o contexto social e produtivo da região oriental de Paraguai. A partir dessa empresa, pode-se melhorar o entendimento das relações sociais e produtivas. Normalmente a citada empresa realizava parcerias com algumas famílias da classe alta e que moravam próximas a suas propriedades. Essa parceria consistia no fornecimento de um determinado capital financeiro e área de floresta nativa em forma de arrendamento com o objetivo de explorar a erva-mate. Os parceiros comprometiam-se a entregar de forma semiprocessada a erva-mate, que posteriormente era industrializada fora de San Pedro para, finalmente, ser vendida ao exterior.

Venialgo (2005) menciona que nos territórios da LIPSA existiam:

- O *habilitado*, era uma pessoa da alta classe social, que se encarregava de um determinado erval, denominado *mina*, para explorá-la. Era o intermediário entre os operários e a empresa, a qual fornecia dinheiro para contratar os *mineros*. Normalmente eram pessoas ricas do entorno, parentes dos *caudillos* e alguns descendentes de imigrantes;

- O *minero*, normalmente chamado de “*mensú*” ou trabalhador mensalista, era encarregado de coletar a erva-mate dentro da mata nativa. Recebia o seu salário de forma adiantada (em dinheiro e em produtos); ao final da colheita se realizavam os ajustes das contas. Transportavam grandes fardos da erva-mate (ou *raidados*), com até 150 kg. sobre o ombro para a elaboração do *mboroviré*. Esses *raidados* eram pesados e, a partir disso, se realizava o desconto salarial do *mensú*. A incapacidade de pagar totalmente as contas à empresa acarretava a acumulação de dívidas fazendo com que muitos *mineros* nunca pudessem desligar-se da empresa. E aqueles que ousavam sair sem pagar eram perseguidos, mortos quando não devorados por animais selvagens;

- O *capataz*, encarregado de distribuir os *mineros* dentro do mato e controlar os trabalhos de colheita. Designava a cada *minero* uma quantidade de erval a ser colhida no dia (não se menciona a área estimada de trabalho dos *mineros*);

- O *apontador*, encarregado de anotar o peso do *raido* em um caderno;

- Os *capangas*, espécie de polícia da empresa, percorriam a cavalo o mato dia e noite, fortemente armados, para controlar os ervais e perseguir os que furtavam a erva-mate ou ainda *mineros* desertores.

Dessa forma, desses atores sociais derivaram posteriormente uma grande parte das categorias sociais que ocuparam subseqüentemente a área rural de San Pedro.

O processo de elaboração da erva-mate (*tarea*) consistia no corte com facão ou foice dos ramos da árvore dentro da mata nativa, logo se empilhavam e se transportavam sobre as costas, até certos pontos para a produção do “*mboroviré*”. Após isso, seguia-se o transporte da produção por via fluvial ou em carretas puxadas por bois pelo interior das extensas florestas em direção aos moinhos da empresa para sua moagem definitiva e posterior comercialização. Normalmente os moinhos da LIPSA não se localizavam dentro de San Pedro, pela qual a erva-mate poderia demorar dias e semanas para chegar ao consumidor.

A exploração madeireira das espécies nobres, principalmente o cedro, *petereby* ou *tajy*, normalmente realizava-se em um *obraje* dentro da floresta nativa e perto de um curso de água. Nesses lugares se formavam ranchos rústicos onde os operários florestais ou *obrajeros* descansavam e reuniam-se para as refeições. A partir daí, inseriam-se no interior da floresta, primeiramente marcando as árvores a serem cortadas; em seguida iniciavam o corte com machados de ferro. Essa tarefa realizava-se em grupos de 5 a 10 *obrajeros* divididos em uma área indefinida. Posterior à derrubada, as toras eram condicionadas para que uma carreta puxada por bois (*alzaprima*) pudesse despejá-los nos principais cursos de água. Em alguns pontos dos rios se agrupavam as toras em *jangadas* de 10 a 20 toras cada uma, que logo eram transportadas com ajuda da correnteza para os centros de processamento, localizados no entorno de Asunción.

Mesmo que tenha havido alguns dispositivos legais com relação à posse da terra e relações de trabalho no decorrer da metade do século XX, quase todas elas não tiveram efeitos nos territórios da LIPSA, uma vez que a empresa violava constantemente a legislação com o consentimento das autoridades da época. Acontecimentos nacionais, como as guerras civis e uma guerra internacional com a Bolívia pelo Chaco, não tiveram efeitos significativos em San Pedro. Não houve alterações significativas na ocupação do espaço até a metade do século XX, observando-se apenas exploração florestal de madeira e erva-mate nas florestas nativas e a produção pecuária bovina extensiva nos campos naturais. Para essas atividades, utilizava-se a mão-de-obra contratada, mas em condições de escravidão e com instrumental precário.

A indefinição de limites precisos da LIPSA e o declínio relativo da produção e comércio da erva-mate incidiram na perda relativa do poder político e econômico dos capitalistas internacionais. O aumento na procura por terras por parte de alguns pecuaristas, a pressão social por terras das populações camponesas do entorno de Asunción e novos arranjos políticos pós Guerra do Chaco (1932-1935) no país, no continente e no mundo produziram paulatinamente mudanças socioeconômicas. A guerra civil de 1947, a emergência do

militarismo⁵ e as oportunidades comerciais após a II Guerra Mundial determinaram profundas mudanças na sociedade paraguaia.

Nesse contexto, o General Alfredo Stroessner, através de um golpe militar, assumiu o governo do Paraguai acarretando as mais importantes transformações contemporâneas no contexto agrário. Especificamente em San Pedro, os resultados das ações de seu governo explicam alguns dos processos sociais e produtivos mais recentes.

4.2.4 Sistema Agrário durante o governo Stroessner (1954-1989)

Dois eventos internacionais que afetaram ao Paraguai na metade do século XX foram o final da II Guerra Mundial e a expansão do comunismo. No plano da América Latina, o socialismo em Cuba e a situação da Argentina e do Brasil também afetaram o contexto social e produtivo do país. A instabilidade política decorrente da elevada desigualdade social vinculada à concentração fundiária, o crescimento populacional e a ameaça da inserção do comunismo estimulou o Paraguai a entrar na *Alianza para el progreso* auspiciada pelos EUA.

O entorno de Asunción, conhecido como “área de antiga colonização”, que compreende os departamentos de Central, Cordillera, Paraguari e Guairá não conseguia resolver os problemas fundiários. Em virtude disso, o sistema agrário de San Pedro sofreu importantes transformações nos ecossistemas naturais e categorias sociais. Para dar início ao plano de colonização agrária foram promulgadas o novo estatuto agrário e se criou o IBR, ambos no ano 1963. Já em 1967, foi promulgada a uma nova Constituição Nacional. Esses dispositivos tinham como objetivo organizar a reforma agrária para que as famílias rurais, localizadas na zona da antiga colonização, ocupassem o território nacional.

4.2.4.1 Colonização interna em San Pedro

Em San Pedro, a colonização interna empreendida pelo IBR com base ao Estatuto Agrário, durante as décadas de 1960 e subseqüentes, teve como foco principal áreas com florestas nativas (FIGURA 23).

⁵ Aqui se utiliza este conceito não somente no sentido weberiano, como um fenômeno em que o Estado utiliza legitimamente a violência para garantir a ordem interna e defender a soberania nacional. O militarismo é a tendência dos aparatos coercitivos do Estado (Forças Armadas, Polícia, paramilitares etc.) em assumir um controle sobre a vida e o comportamento dos cidadãos, seja por meios militares (armas, guerra etc.) ou valores militares (autoridade, disciplina, combatividade, xenofobia), para assim dominar todos os aspectos da vida cotidiana a expensas das instituições cívicas (JARA, 2004, p. 174, sem grifos no original).

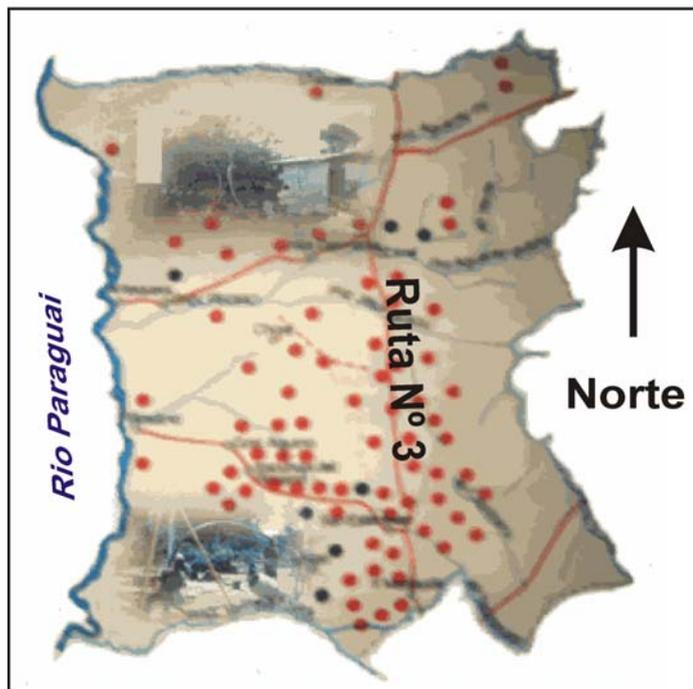


FIGURA 23 – Colonização interna do Departamento de San Pedro (1960 até final da década de 1980).

Fonte: elaboração própria a partir de PARAGUAY (2006a).

Conforme essa Figura, a implantação das colônias esteve relacionada com a abertura da estrada nacional denominada *Ruta Nº 3 General Elizardo Aquino*, que une o extremo norte e nordeste com os territórios leste, centro-sul e sudoeste da região oriental do Paraguai. A zona central e setentrional de San Pedro foram os lugares onde se implantou a maior quantidade de colônias; o extremo nordeste e leste, outrora ocupados por extensas florestas, não sofreram alterações significativas na estrutura fundiária, talvez pela resistência da LIPSA e seus parceiros à desapropriação de suas terras florestais. Nas áreas próximas ao rio Paraguai, tampouco se implantou uma quantidade significativa de colônias, possivelmente por causa da baixa aptidão agrícola dos solos.

Na TAB. 10 se apresentam as principais colônias agrícolas que se instalaram na década de 1960, no Departamento de San Pedro.

TABELA 10
Colônias implantadas durante a década de 1960 no Departamento de San Pedro.

Colônia	Nº de lotes	Superfície (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de implantação
San Pablo (Kokuere)	400	6.495	16,24	1961
Defensores del Chaco	1.784	33.000	18,50	1963
Navidad	580	6.445	11,11	1963
Puerto Yyvapovo	62	2.000	32,26	1964
Vacajhú	103	2.030	19,71	1966
Novireta Kue	146	1.897	12,99	1966
25 de Agosto	552	7.549	13,68	1968
Dr. Hermenegildo Olmedo	100	2.000	20,00	1968/69
Santa Rosa de Lima ⁶	80	1.600	20,00	1969
Subtotal	3.807	63.016	16,55	

Fonte: PARAGUAY (2006a).

Durante a década de 1960, uma área de 63.016 ha foi alocada para a colonização agrária. Em San Estanislao implantou-se a maior quantidade de colônias agrícolas, dentre elas, Defensores del Chaco, Vacajhú e Novireta kue, abrangendo uma área superior a 36.000 ha. O tamanho de lotes era derivando da simples divisão de famílias beneficiárias pelo tamanho da área; contudo a média que corresponderia a uma família situava-se a 16,55 ha.

A colonização empreendida pelo IBR apresentava uma formatação muito parecida em todas as regiões. Na FIG. 24 pode-se observar o formato comum de uma colônia agrícola durante o governo Stroessner, processo que continuou nas décadas subseqüentes.

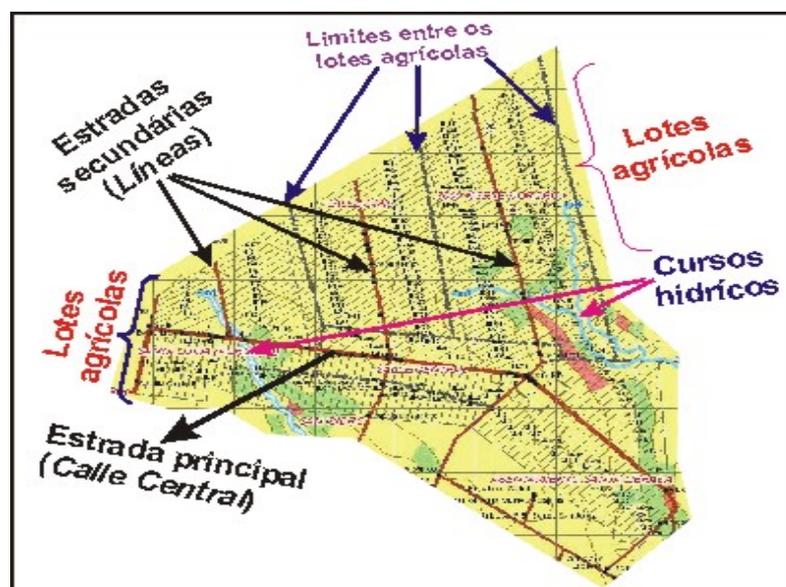


FIGURA 24 – Formato típico de um assentamento durante a colonização agrária.
Fonte: elaboração própria a partir de Sánchez (1997).

⁶ A colônia Santa Rosa de Lima era parte da antiga LIPSA. Foi invadida em 1969 por camponeses organizados de Susana (hoje General Resquín). O governo indenizou a empresa e implantou a colônia de Santa Rosa de Lima, que posteriormente (2004) formou o distrito de Santa Rosa del Aguaray (Sr. Paciano Vianconi, comunicação pessoal, 2006, General I. Resquín, San Pedro).

Normalmente as colônias apresentavam um traçado parecido com a *espina de pescado*. A partir de um caminho principal (*Calle central*), a colônia dividia-se em parcelas maiores, entre 100 a 200 ha, separados entre si por caminhos secundários (*líneas*). Esta configuração não respeitava a geomorfologia nem os cursos hídricos. Em muitos casos, as estradas encontravam-se paralelas à declividade do terreno, causando a destruição dos mesmos e o assoreamento dos cursos hídricos. Cada lote maior era subdividido em lotes de 20 a 25 ha, onde se instalaria uma família campesina. Tanto na configuração como na seleção dos beneficiários dos lotes, a participação dos agricultores era nula, sendo uma tarefa exclusiva dos técnicos do IBR, apoiada por militares e *caudillos* da região.

As colônias normalmente estavam localizadas em lugares de difícil acesso, afastadas dos poucos centros urbanos, sem infra-estrutura de serviços (água, escola, posto de saúde) e estradas precárias para o transporte de pessoas e de produtos. Os solos eram de baixa aptidão agrônômica: a elevada fertilidade aparente era unicamente mantida pelo ecossistema florestal, com a reciclagem de nutrientes. A instalação dos lares familiares deveria estar afastada entre si para evitar o convívio muito próximo dos colonos e, desse modo, impedir “*cualquier movimiento subversivo contra el régimen*” (SÁNCHEZ, 1997, p. 58).

No início da colonização interna, San Pedro se defrontou com a escassez de infra-estrutura de estradas, situação que mostrou-se pouco atrativa para o deslocamento das famílias camponesas da antiga zona de colonização. Paralelamente à colonização de camponeses paraguaios, na década de 1960, se implantaram as colônias menonitas Rio verde e Manitová ao leste de Nueva Germania. Essas famílias eram oriundas de México, Canadá e do Chaco paraguaio. Os menonitas receberam lotes de 20 a 30 ha; organizaram-se em cooperativas que centralizava o comércio dos insumos e dos produtos. Esses agricultores também praticavam a agricultura de derrubada-queimada, com cultivos de subsistência e criação bovina para produzir laticínios. Os menonitas mantinham fortes vínculos com as colônias implantadas nas décadas anteriores no oeste de San Pedro e no Chaco.

4.2.4.2 Transformações dos sistemas produtivos

A expansão e generalização da “Revolução verde”, com difusão de novas tecnologias derivadas da motomecanização, dos agroquímicos e do material genético (vegetal e animal), foi o aspecto marcante no contexto agrário internacional. No sistema produtivo camponês foi introduzido o arado charrua de ferro puxado por bois para o preparo de solo e

controle de ervas daninhas. As grandes propriedades introduziram tratores com seus implementos para as atividades agropecuárias. Igualmente, a motosserra, o pulverizador costal, a semeadora manual, entre outros avanços beneficiou os sistemas produtivos de San Pedro. Porém, poucas UPAs puderam adotar as novas tecnologias devido ao elevado custo de investimento e as poucas fontes de financiamento do setor público.

A introdução de variedades agrícolas e de raças melhoradas de gado bovino estimulou a expansão da fronteira agropecuária. A produção bovina de corte foi favorecida com a introdução de raças zebuínas melhoradas (*Nelore*, *Brahma*) assim como raças derivadas do cruzamento entre os zebuínos com raças européias (*Angus*, *Hereford*). Para aumentar a produtividade e a carga animal por área iniciou-se o desmatamento sistemático de grandes extensões de terras para o cultivo de pastagens exóticas, como o pasto colonial (*Panicum maximum*), *Brachiaria brizantha* e *Brachiaria decumbens*.

A implantação de uma pastagem exótica em terras florestais seguia o seguinte itinerário: se extraíam as toras de madeira comercial da mata nativa; logo se realizava o corte das árvores remanescentes, seja com machado de ferro ou motosserra para, posteriormente, queimar a biomassa. Após da queima, e sobre os restos vegetais (cinzas, tocos e galhos não queimados), semeavam-se as forrageiras. Do ponto de vista florestal, o aproveitamento das árvores era mínimo, circunscrevendo-se a uma quantidade inferior a dez espécies florestais de uso industrial. O desmatamento ocorria em extensões variáveis, desde poucos hectares até áreas superiores a 100 ha, estendendo-se por mais de uma semana, e inclusive meses. Para esses trabalhos, normalmente, se contratavam operários das populações camponesas do entorno das estâncias que trabalhavam como diaristas.

Porém, o desmatamento não era realizado apenas para expandir a pecuária bovina. Nas colônias agrícolas, as famílias camponesas continuavam praticando a agricultura de derrubada-queimada. Assim, os agricultores cortavam a vegetação florestal com machados de ferro e, algumas vezes, com motosserra. Essas tarefas exigiam uma alta quantidade de força de trabalho executada pelos membros da família e através de *mingas* e/ou diaristas. A preparação do terreno realizava-se antes da primavera, prévio ao cultivo da maioria dos produtos agrícolas para subsistência ou para apuração de renda. No caso do algodão e do fumo, o corte e a queima da mata nativa eram necessárias para compensar a exigência de nutrientes requerida por esses cultivos.

Nas colônias menonitas, na década de 1970, começou-se a incentivar a produção de grãos (trigo, soja, milho) e a pecuária bovina para a produção de laticínios. Esses agricultores também recorreram ao desmatamento para aumentar sua área de produção.

Através da produção de grãos e laticínios, puderam inserir-se no processo de modernização da agricultura. A transformação paulatina de seus sistemas produtivos, com a incorporação da motomecanização, do melhoramento genético de grãos e do rebanho bovino, e tendo como base socioeconômica à cooperativa, ajudaram ao aumento de seus níveis de capitalização.

Paralelamente às transformações produtivas dos diferentes tipos de agricultores e ecossistemas, houve um aumento no uso de agroquímicos (defensivos agrícolas e adubos químicos). A utilização de pesticidas e de adubos químicos foi estimulada na produção agrícola de San Pedro. No entanto, os agricultores camponeses somente utilizavam os pesticidas: não foi incentivado o uso de adubos químicos como forma de manter/recuperar a fertilidade dos solos, talvez pelo custo desse insumo ou pela fertilidade aparente dos solos.

Quanto à produção florestal, a partir de 1960, aumentou a pressão sobre a madeira, que ainda era transportada via fluvial para os centros de processamento e consumo. Nessa conjuntura, a Argentina aumentou a sua demanda por madeiras da floresta nativa, uma vez que o país experimentava um intenso crescimento econômico (PIERRI, 2004). Essa demanda aumentou a exploração de algumas madeiras nobres, principalmente o ipê preto e o cedro. Assim, instalaram-se serrarias com equipamentos rústicos nos locais próximos à área de colonização e/ou implantação de pastagens exóticas. Os centros de consumo madeireiro em nível local era a área metropolitana de Asunción e Coronel Oviedo (centro-sul do país).

Pode-se afirmar que as transformações produtivas mais importantes em San Pedro, a partir da década de 1960, se referem a uma crescente colonização agrária, a introdução de máquinas simples (arado de ferro, pulverizador costal, semeadora manual) e mais complexas (tratores e motoserras). Também, se observou a introdução de espécies melhoradas geneticamente, tanto de cultivos agrícolas como de raças bovinas, o uso mais generalizado de agroquímicos, principalmente defensivos agrícolas.

4.2.4.3 A continuação da colonização agrária e suas conotações

A partir da década de 1970, a colonização agrária interna foi mais intensiva no Depto. de San Pedro. Destaca-se o deslocamento de centenas de famílias oriundas do entorno de Asunción e do próprio departamento para áreas de recente colonização. Nessas novas colônias agrícolas, as famílias continuaram praticando uma agricultura de derrubada-queimada, com cultivos de subsistência (milho, mandioca, feijão miúdo, amendoim, etc.), cultivando algodão e fumo como produtos de renda, com ajuda de ferramentas manuais e mão-de-obra familiar.

Não entanto, além da agricultura de subsistência, algumas práticas agrícolas estavam vinculadas com a origem familiar e regional. Os agricultores oriundos de Cordillera cultivavam banana e abacaxi, plantas medicinais e extraíam essência de *petit grain* como alternativa de renda familiar. Já os agricultores originários de Paraguari e Guairá introduziram em San Pedro a cana-de-açúcar e criação bovina em pequenos plantéis. Por sua vez, as famílias originárias das proximidades de Asunción continuaram reproduzindo a agricultura de subsistência complementada com a criação de aves, suínos e a produção de polvilho.

Para as famílias oriundas do departamento de San Pedro, possivelmente pelo apego às atividades florestais e de pecuária, a agricultura parecia ser uma alternativa secundária na geração da renda familiar. Uma parte considerável dessas famílias geralmente optava pelo trabalho nos *obrajes*, na exploração da erva-mate ou ainda em realizar *conchavos* nas estâncias próximas às colônias.

A abertura de estradas secundárias que interligavam as colônias com a *Ruta N° 3* e o melhoramento do transporte terrestre possibilitaram uma maior mobilidade espacial. Os altos preços do algodão e fumo, tanto no mercado nacional como internacional, estimularam o deslocamento das famílias para esse novo território, por causa da queda da fertilidade do sistema de produção e minifundização nas regiões de origem (GARCIA, 1981).

Na TAB. 11 se apresentam as principais colônias agrícolas que se instalaram na década de 1970 no Departamento de San Pedro.

TABELA 11
Colônias implantadas durante a década de 1970 no Departamento de San Pedro

Colônia	Nº de lotes	Superfície (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de implantação
San Francisco	90	1.600	17,78	1970
Almeida Kue	102	2.220	21,76	1970
Apepu	73	1.907	26,12	1970
Costa Puku e Itapeby	156	2.457	15,75	1970
Santa Tereza	157	2.250	14,33	1970
Añaretangua	100	1.050	10,50	1971
Tapirakuai Loma	78	850	10,90	1971
Ex Matiauda	162	4.537	28,01	1974/1976
Luz Bella	228	5.912	25,93	1974
Ana Díaz	137	34.000	248,18	1974
Ex Parini	124	2.982	24,05	1974
Yvype	190	3.889	20,47	1975
Capi'itindy	109	9.554	87,65	1975
Victor N. Vasconellos	143	2.800	19,58	1976
Potrero Naranjo	56	1.000	17,86	1977
N.R. Mbery	193	2.310	11,97	1978
Ycua Mandyyú	405	4.700	11,60	1978
Jhugua Rey	117	1.725	14,74	1978
Oga Porã	260	12.330	47,42	1978
Naranjito	485	12.000	24,74	1978
Laguna San José	215	10.000	46,51	1978
Santo Domingo Capi'ibary	101	1.500	14,85	1978
Aguaray mi	419	1.280	3,05	1979
Subtotal	4.100	122.853	29,96	

Fonte: PARAGUAY (2006a)

Segundo essa Tabela, na década de 1970, se implantaram 23 colônias agrícolas em San Pedro, com uma média de lotes de 29,96 ha/colônia, um pouco superior à média da década anterior. Esse aumento na média dos lotes decorreu da implantação de colônias em áreas de pradarias, concedendo lotes superiores a 50 ha por família. Contudo, nas colônias implantadas nas terras florestais, os lotes variavam entre 20 a 25 ha por família. Mesmo com este aumento relativo no tamanho dos lotes, as colônias seguiam apresentando os mesmos problemas anteriormente mencionados. Essa maior colonização não alterou significativamente a estrutura fundiária: de um total de 2.000.200 ha de área territorial do Depto. de San Pedro. Durante essa década, apenas 122.853 ha foram alocados para a colonização agrária, representando 6,14% de todo o departamento.

No mesmo período, algumas áreas exploradas anteriormente pela LIPSA paulatinamente foram adquiridas por empresas de capital estrangeiro, antigos parceiros e pecuaristas e agricultores mais capitalizados. No atual município de General Resquín, uma empresa de capital alemão e paraguaio, denominada *Ku'ape*, adquiriu da LIPSA

aproximadamente 100.000 ha para a exploração de madeira e, posteriormente, produção de gado. O aumento das estâncias de criação bovina nas terras outrora exploradas pela LIPSA deu-se paralelamente à implantação das colônias para camponeses. A organização espacial da colonização não tinha um planejamento com fins produtivos e, implicitamente, buscava beneficiar à grande propriedade.

Dentro das novas colônias camponesas, o algodão era o principal cultivo comercial. Além do financiamento do Estado, através do *Crédito Agrícola de Habitación* – CAH, de alguns intermediários, a sua produção significava renda segura. A cultura do têxtil foi responsável pela dinamização da socioeconomia familiar não apenas de San Pedro, mas inclusive das famílias que viviam no entorno de Asunción. Como a colheita do algodão era manual, os colonos precisavam recorrer a suas localidades de origem para contratar alguns trabalhadores temporais denominados *cosecheros*.

Além de buscar os *cosecheros*, muitas famílias camponesas migravam temporariamente às zonas de origem, na busca de insumos, ferramentas ou capital financeiro para os trabalhos agrícolas. A venda da força de trabalho, na forma de *conchavos*, nas estâncias da região, ou como diaristas, na própria colônia, também constituíam formas de obtenção da renda familiar. Dessa forma, cada família instaladas nas novas colônias buscava as formas de reprodução social, seja mediante a agricultura ou através das rendas não-agrícolas. Como forma de garantir a subsistência e, desse modo a reprodução social, os agricultores continuavam praticando o escambo e as *mingas*.

4.2.4.4 As categorias sociais e suas trajetórias

A trajetória das diferentes categorias sociais presentes no âmbito agrário de San Pedro, considerando as categorias sociais presentes no período anterior ao governo Stroessner, podem ser observadas no QUADRO 05.

QUADRO 05

Trajetórias de acumulação e diferenciação das principais categorias sociais presentes na região de San Pedro (1960-1989)

Categorias sociais (1870-1960)	Novas categorias sociais (1960-1989) e ocupação
A Parceiros da LIPSA e Pecuaristas paraguaios	A1: Grandes proprietários, pecuária bovina A2: Grandes proprietários, exploração florestal
B Imigrantes	B1: Descendentes de Imigrantes, comerciantes urbanos B2: Descendentes de Imigrantes, agricultores / comércio B3: Imigrantes menonitas, agricultores
C Camponeses / Operários	C3: capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>) C2: capitalizados e estáveis (<i>mborihú ryguatá</i>) C1: descapitalizados (<i>mborihú</i>) C0: em decadência (<i>mborihú api</i>) D1: Comerciantes florestais (<i>arrendatários</i>)

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa de campo e bibliografia referencial

Conforme esse Quadro, a maior parte das terras que anteriormente pertencia à LIPSA foi adquirida pelos ex-parceiros, pecuaristas paraguaios ou empresas de capital estrangeira para exploração bovina (A1) ou florestal (A2). Dentre os descendentes de imigrantes, houve famílias que se dedicaram ao comércio local nos centros urbanos (B1), outros continuaram na agricultura (B2) paralelamente ao comércio. No caso dos menonitas (B3), continuaram na agricultura e na pecuária leiteira, modernizando paulatinamente seus sistemas produtivos. Dentro da categoria dos camponeses (C) havia uma heterogeneidade com relação às demais categorias sociais. Também apareceram os comerciantes florestais ou *arrendatários* (D1) como novos atores sociais no âmbito agrário.

No QUADRO 06 se descrevem algumas das características das principais categorias sociais. A partir deste primeiro esboço, se detalham no QUADRO 07 as diferenciações sociais e produtivas dentro da categoria social definida como camponeses (C).

QUADRO 06

Algumas características das principais categorias sociais presentes na região de San Pedro (1960-1989)

Categorias sociais	Estrutura fundiária (ha)	Mão-de-obra	Ferramentas e equipamentos	Produção
Grandes proprietários, pecuaristas (A1)	> a 5.000	Contratada (<i>peón</i>)	Manual, motosserra	Pecuária bovina (raças melhoradas)
Grandes proprietários, exploração florestal (A2)	mais de 1.000	Contratada (<i>obrajeros</i>)	Manual, motosserra, <i>alzaprima</i>	Madeiras nobres
Comerciante urbano (B1)	< a 5	Familiar	Manual, caminhão	Venda de insumos e compra de fumo e algodão
Agricultor / Comerciante (B2)	10 a 25	Familiar	Manual, carretas, bois	<i>Acopiador</i> de fumo e algodão
Menonitas (B3)	10 a 25	Familiar	Manual, carreta, animais bovinos, trator e equipamentos, caminhão	Policultura agrícola; trigo, milho, soja, produção de laticínios, madeiras
Camponeses (C)	10 a 25	Familiar, <i>mingas</i>	Manual e algumas ferramentas modernas, carreta, animais bovinos	Policultura; algodão, fumo, <i>petit grain</i> , carvão vegetal, frutas
Comerciantes florestais <i>Arrendatários</i> (D1)	-	Contratada (<i>changas</i> , <i>obrajeros</i>)	Manual, motosserra, caminhão	Madeiras, carvão

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa de campo e bibliografia referencial.

QUADRO 07

As características e diferenciações dentro da categoria social definida como camponeses (1960-1989)

CAMPONESES	Estrutura fundiária (ha)	Mão-de-obra	Ferramentas e equipamentos	Produção/atividade
C0: Camponês operário, em decadência	< a 10	Familiar, <i>mingas</i>	Manual	Policultura agrícola; venda de força de trabalho
C1: descapitalizados (<i>mboriahú</i>)	10 a 20	Familiar, <i>mingas</i>	Manual	Policultura agrícola; venda de força de trabalho
C2: capitalizados e estáveis (<i>mboriahú ryguatá</i>)	10 a 25	Familiar, <i>mingas</i>	Manual, carreta, animais bovinos	Policultura agrícola; algodão, fumo, <i>petit grain</i> , carvão vegetal
C3: capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>);	10 a 25	Familiar, <i>mingas</i> ; eventualmente contratada (<i>changas</i>)	Manual, motosserra, pulverizador, carreta, bovinos	Policultura agrícola; algodão, fumo, madeiras, carvão, polvilho, banana, abacaxi

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa de campo e bibliografia referencial.

Entre os camponeses existiam os “*mboriahú ryguatá*” (C2), moderadamente capitalizados pela posse de animais e ferramentas, com rendas exclusivamente agrícolas e com poucas ou nenhuma rendas derivada da venda da força de trabalho. Estas famílias beneficiaram-se razoavelmente dos insumos modernos (algumas ferramentas, genética vegetal, defensivos agrícolas). A partir do alto preço do algodão e fumo, bem como das relações políticas com alguns *caudillos* ou industriais, algumas famílias iniciaram um processo de acumulação e de ascensão social (C3), que lhes permitiu adquirir mais gado bovino e dedicar-se ao comércio como *acopiadores*.

Por outro lado, tanto nas novas como nas antigas colônias, por diferentes motivos muitas famílias apresentavam dificuldades para continuar na agricultura. A produção agrícola não permitia uma renda suficiente que garantisse as necessidades básicas, pela qual, se recorria com maior insistência à venda da força de trabalho, como diaristas nas grandes propriedades ou na própria colônia. Desse processo originaram-se as famílias descapitalizadas ou *mboriahú* (C1) e alguns *mboriahú api*, (C0) que eram famílias extremamente descapitalizadas.

Do ponto de vista mercantil, um outro ator que aparece no âmbito agrário é o *arrendatário* florestal (D1), um elo entre os donos de florestas e as indústrias processadoras de madeira. A localização e a extensão da floresta contribuíram na capitalização desse grupo via comércio (formal e informal) das madeiras. Os arrendatários normalmente eram da própria região (descendentes de imigrantes, ex-funcionários da LIPSA) e ainda de fora de San Pedro.

Ainda, nas colônias agrícolas, esporadicamente se apresentavam alguns comerciantes ou atravessadores, oriundos da área metropolitana de Asunción. Esses atravessadores compravam milho, amendoim, frutas, carvão e polvilho para logo revendê-los na capital do país. Em todos os casos, esses atravessadores extorquiam às famílias, principalmente na época anterior à colheita de algodão, ou quando a safra agrícola era afetada por algum acidente climático.

4.2.4.5 As características da produção camponesa

Dentro de San Pedro, pelas características naturais e socioeconômicas houve uma relativa transformação nos sistemas produtivos locais. Seguidamente, apresentam-se na FIG. 25 as principais características da agricultura familiar praticada em terras altas.

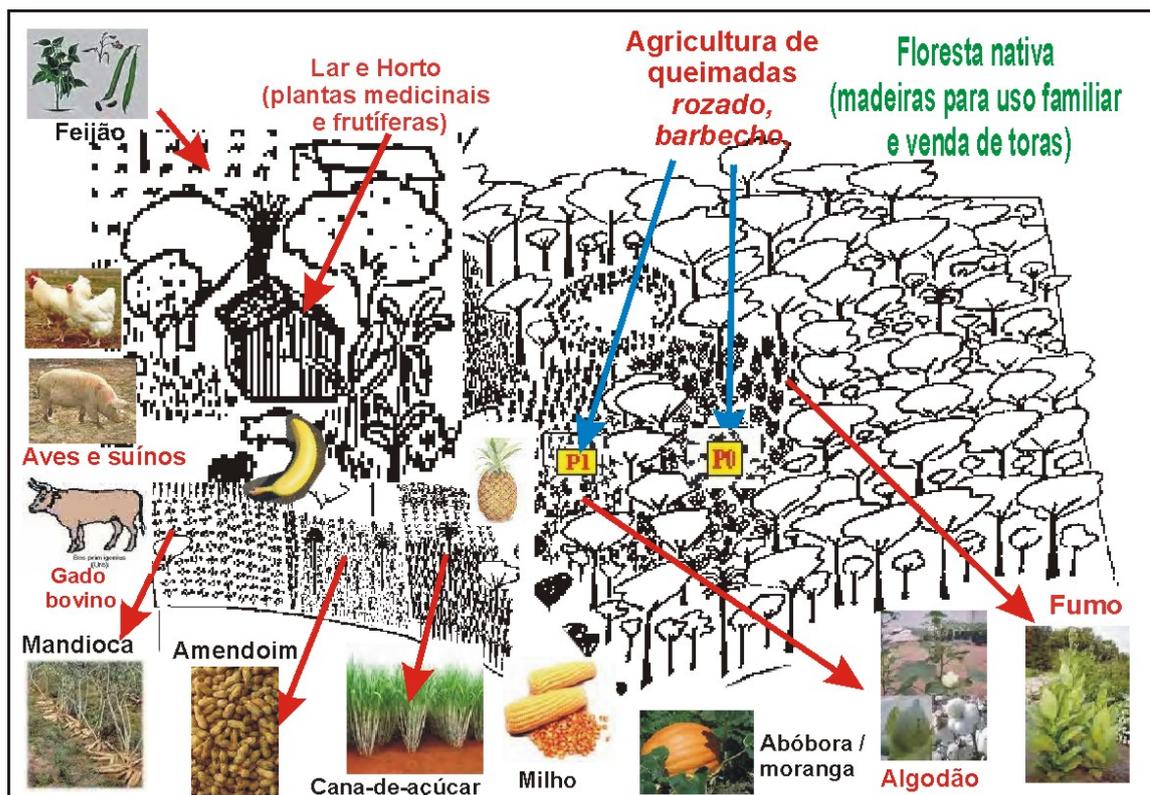


FIGURA 25 – Ecossistema e principais sistemas produtivos dos camponeses (1960-1989).
Fonte: elaboração própria a partir de Couturier e Pernin (1999).

Poderia se afirmar que o sistema produtivo representativo dos camponeses era aquele praticado pelos *mboriahú ryguatá* (C2). Essas famílias cultivavam para o autoconsumo mandioca, milho, amendoim feijão e abóbora, mediante combinação de cultivos ou em parcelas únicas. Os principais cultivos de renda eram o algodão e o fumo de galpão; eventualmente comercializavam toras de madeiras, polvilho, essência de *petit grain*, frutas, milho e feijão. A força de trabalho baseava-se na mão-de-obra familiar ou nas *mingas*, empregando ferramentas manuais, como machado, facão e enxada.

Poucas famílias puderam adquirir motosserras, arados de ferro e pulverizadores costal devido a seu elevado custo inicial. Em volta de seus lares possuíam plantas medicinais e frutíferas utilizadas na medicina empírica e na alimentação familiar. Da mata nativa extraíam toras de espécies nobres para venda, para uso nas construções rurais da UPA, para lenha e/ou produção de carvão vegetal. Cabe destacar que o comércio de produtos florestais (lenha, carvão) era a forma de obtenção de renda para garantir a sobrevivência inicial nos assentamentos.

Esses agricultores também criavam algumas cabeças de animais bovinos, seja para ajudar nas tarefas agrícolas (preparação do solo, transporte) ou produção de leite e derivados; as aves e suínos complementavam a alimentação familiar. O gado bovino, além de ser um dos

principais elementos de trabalho, era considerado a poupança viva da família. Nas colônias que registravam pradarias, havia espaços denominados *campos comunales*, onde era permitido o pastoreio do gado e de suínos. Porém, em muitos casos, esses espaços foram usurpados por *caudillos* e seus parentes ou ainda comerciantes dos centros urbanos que exploravam quase em forma privada esses espaços.

A preparação das áreas para agricultura, através da derrubada-queimada, seguia o seguinte processo: corte e aproveitamento de algumas toras de madeiras para a construção e/ou venda para os intermediários, via machado de ferro ou motosserra dependendo do capital dos agricultores. Após algumas semanas da derrubada, queimava-se a vegetação e, posteriormente, sobre a biomassa incinerada, plantavam-se os primeiros cultivos. Desmatava-se a cada ano segundo a necessidade produtiva da UPA: algumas famílias cortavam 1 a 3 ha de mata a cada dois ou três anos. Não obstante, havia famílias que desmatavam totalmente seus 10 ou 20 ha em menos de 5 anos, procurando, dessa forma, obter áreas com maior fertilidade para o cultivo do algodão e do fumo. Para cada ano de cultivo, deixava-se a área em *barbecho* de dois a cinco anos com o objetivo de recuperar a fertilidade do solo.

Em algumas áreas, após do pousio, o terreno poderia ser preparado via arado de ferro. Esse instrumento agrícola também era indicado para o controle das ervas daninhas e do matagal advindas dos primeiros anos após a derrubada da mata. Porém, devido às características do solo arenoso e das precipitações estivais, a preparação do solo com o arado de ferro representou o principal fator da erosão hídrica e, conseqüentemente, a queda na fertilidade dos solos. Dificuldades conexas como diminuição da matéria orgânica e a perda da capacidade de retenção da umidade foram os problemas mais graves nos anos subseqüentes. Essa problemática, junto com a carência de escrituração dos lotes, infra-estrutura deficiente e, ainda, a oferta de novas áreas de colonização incidiram para que muitas famílias abandonassem a colônia.

Os procedimentos técnicos dos cultivos eram realizados com ferramentas manuais, como facão, foice e enxada; algumas famílias começaram a utilizar o *karancho*, uma adaptação do arado de ferro, para controle das ervas daninhas. Os animais de tiro como bois ou cavalos e ferramentas com arado charrua ou *karancho* acarretavam um menor esforço e uso do tempo por parte dos agricultores. O controle de pragas e doenças, principalmente nas culturas de algodão e fumo, obrigou os agricultores a adotarem defensivos agrícolas, alguns deles de elevada toxicidade (p.e. *Monocrotophos* e organo-clorados), responsáveis por vários casos de intoxicação.

Os novos equipamentos, como motosserra, arado de ferro e o pulverizador costal, normalmente eram emprestados entre os colonos ou adquiridos paulatinamente pelas famílias mais capitalizadas. Uma grande parte da renovação dos equipamentos e ferramentas dependia dos preços do algodão e do fumo. Para o leste de San Pedro, San Estanislao era o maior centro mercantil, tanto de produtos como de insumos; em menor medida os agricultores comercializavam com outras localidades. A partir da década de 1980, além das carretas puxadas por bois, os caminhões de carga e alguns ônibus dinamizaram as relações comerciais no interior de San Pedro. Mesmo com toda essa revolução nos transportes terrestres, ainda a população continuou utilizando os rios como meio de comunicação e transporte.

Colônias implementadas nas proximidades da estrada Nº 3 ou de San Estanislao permitiu a especialização produtiva de algumas famílias, principalmente na produção de banana, abacaxi, melão, melancia e hortaliças, como moranga e abóbora.. Certamente, a fertilidade natural dos solos nos novos assentamentos e a dinâmica comercial decorrente da proximidade com relação a Asunción contribuiu para o sucesso relativo na especialização produtiva.

Quanto aos camponeses *mboriahú* (C1) e *mboriahú apî* (C0), que praticavam sistemas produtivos semelhantes com os *mboriahú ryguatá* (C2) não registraram uma capitalização significativa. Segundo os agricultores *mboriahú*, a incapacidade de capitalização radicava na carência de animais bovinos e uma dedicação maior para os trabalhos realizados fora da UPA. Essa situação determinou que muitas famílias continuassem como operários rurais e por último, migrassem para outras colônias ou centros urbanos. Não obstante e mesmo com as vicissitudes apresentadas no decorrer da colonização, algumas famílias puderam capitalizar-se relativamente devido aos altos preços do algodão e adquiriram gado, carretas e ferramentas de trabalho.

Subprodutos agropecuários, como o polvilho de mandioca, a essência de *petit grain*, o melado e, menor medida, queijo e ovos, constituíam alguns dos produtos alternativos de renda das famílias camponeses. Para a produção do polvilho, depois de colhida e limpa a mandioca, a mesma era triturada em um moinho movido pela força humana. O produto ainda úmido era colocado em grandes recipientes para secagem no sol, e posterior armazenamento. O polvilho poderia utilizar-se na alimentação familiar ou destinado à comercialização.

A essência de *petit grain* era produzida principalmente por agricultores oriundos de Cordillera, Paraguari e Guairá. Para a extração da essência, plantava-se laranja azeda (*Citrus auriantum*) como cercas vivas nos limites da UPA ou em parcelas associadas com os cultivos de subsistência. Após 2 anos, os ramos eram cortados e levados até um alambique.

Nesse local, eram colocados em grandes recipientes para receber o vapor de água produzido por uma caldeira. Assim, através do processo de destilação, se obtinha como produto final o *petit grain*. Sua produção se realizava em períodos de entressafras de algodão e do fumo a cada 2 anos.

Segundo Elias (2004), durante grande parte da década de 1970, o *petit grain* foi um produto muito importante na economia camponesa, atrás somente do algodão e do fumo. A partir da metade de 1980, devido à queda de seus preços internacionais, a produção foi praticamente abandonada. Subprodutos de origem animal, como o queijo, não eram muito comuns entre os camponeses, unicamente se circunscrevia às UPAs que criavam gado bovino. Quantidades limitadas de leite, ovos e banha de porco eram comercializadas dentro da colônia ou nos centros urbanos. A troca de subprodutos pecuários por outros produtos agrícolas permitia uma moderada segurança alimentar das famílias camponesas.

4.2.4.6 O início da crise agrária

Pode-se afirmar que a crise da agricultura familiar de San Pedro iniciou-se na década de 1980, conseqüência da estagnação da colonização interna e da queda nos preços dos principais produtos comerciais. Com relação à colonização agrária, na TAB. 12 apresentam-se as colônias agrícolas implantadas nessa década no Departamento de San Pedro.

TABELA 12
Colônias implantadas durante a década de 1980 no Depto. de San Pedro.

Colônia	Nº de lotes	Superfície (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de implantação
Madrinas de Guerra	50	2.618	52,36	1980
1º de Mayo	45	969	21,53	1981
Santa Bárbara	116	1.984	17,10	1985
Oñondivepá	91	1.109	12,19	1986
Py'a guapy	350	4.500	12,86	1985
Aguaray mi	419	1.280	3,05	1986
Yoiby	75	1.000	13,33	1986
Capi'ibary	654	6.552	10,02	1986
Subtotal	1.800	20.012	11,12	

Fonte: PARAGUAY (2006a).

Conforme essa Tabela, houve uma redução significativa na implantação de colônias agrícolas no Depto. de San Pedro, marcando o início de uma queda na ação colonizadora do Estado. O tamanho médio dos lotes começou a diminuir paulatinamente a

valores próximos a 10 ha, devido a uma constante demanda por parte das famílias camponesas, a diminuição de terras do Estado e a impossibilidade do governo em comprar terras do patrimônio privado. No final da década de 1980, a procura por terras aumentou, decorrente da 2ª e 3ª geração de camponeses outrora instalados na colonização agrária. Mesmo com essa demanda, o IBR implantou oito colônias agrícolas e ainda não implantou nenhuma colônia entre 1987 e 1989 (PARAGUAY, 2006a).

Alguns aspectos que influenciaram nessa conjuntura e que afetaram a agricultura de San Pedro e do Paraguai em diferentes graus foram a queda dos preços internacionais dos produtos agropecuários de exportação, o declínio dos empréstimos internacionais para investimentos públicos e a instabilidade dos preços do petróleo. Esses fatores causaram uma crise socioeconômica, com a redução significativa dos gastos públicos. Quanto à colonização, a falta de pagamento pelas terras concedidas às famílias camponesas, a relativa valorização das grandes propriedades e o manejo presumivelmente incorreto do orçamento financeiro destinado à reforma agrária incidiram para o retrocesso à ação colonizadora do Estado.

Além dos problemas anteriormente citados, os grandes proprietários colocaram muitos obstáculos legais ao processo de expropriação das terras. A expansão da pecuária bovina acima de áreas florestais e a conseqüente valorização no mercado de terras estimularam a especulação fundiária. O *prebendarismo* do governo *stronista* provocou uma alienação nos dirigentes políticos opositores ao regime, desestimulando a reivindicação dos direitos sociais da população mais pobre do país. A pouca discussão da problemática agrária no meio intelectual, devido ao receio em abordar temas que o governo considerava subversivo e comunista, também contribuiu para exacerbar esse problema.

Desde a metade da década de 1980, o sistema agrário apresentou os primeiros sinais de crise no sistema produtivo. Outros fatores como o final das obras de Itaipu e Yasyretã, o crescimento da população, a alta dívida externa paralelamente às circunstâncias sociopolíticas regionais incidiram para a queda do governo Stroessner em 1989.

4.2.5 Sistema Agrário da Transição Democrática (1989-2000)

A partir de 1989, com a instauração do processo democrático, o Paraguai passou por transformações socioeconômicas que afetaram o contexto agrário. No plano internacional, a queda do socialismo/comunismo, a abertura e ampliação de novos mercados, assim como a supremacia do sistema financeiro acima do capital industrial, foram elementos-chave dentro da conjuntura do neoliberalismo e da globalização. No plano interno, o país recuperou suas

liberdades públicas reprimidas durante a ditadura e encarou um novo contexto social, com matizes por vezes ambíguos para a população rural. Os problemas sociais e ambientais com seus fortes contrastes foram os aspectos ressaltantes na conjuntura socioeconômica e política do Paraguai de 1989 até o ano 2000.

No Depto de San Pedro, as organizações formadas por agricultores familiares, em sua maioria fragilizados economicamente nos últimos anos do governo Stroessner, iniciaram uma série de manifestações reivindicando, principalmente, terras e capital para continuar na agricultura. A formação dos “*campesinos sin tierra*”, com suas constantes mobilizações, acarretou vários enfrentamentos com as forças policiais e militares.

Os problemas orçamentários do IBR para a aquisição terras para a implementação de colônias e o fornecimento de infra-estrutura básica (estradas, água, centros educativos e de saúde) acentuaram-se ainda mais nesse período. Contudo, a pressão das organizações camponesas propiciou a formação de colônias agrícolas, mas continuava assentando as famílias em terras de baixa aptidão agrícola, distante dos centros urbanos e com infra-estrutura precária ou ainda insuficiente.

Na TAB. 13 apresentam-se as colônias agrícolas implantadas pelo IBR, dentro da reforma agrária, durante a década de 1990 até o ano 2000 no II Depto. de San Pedro.

TABELA 13
Colônias implantadas no Departamento de San Pedro, período 1989-2000.

Colônia	Nº de lotes	Superfície (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de Implantação
Estrellita	102	1.057	10,36	1990
Arroyo Moroti	153	1.118	7,31	1990/1994
San José del Norte	511	8.000	15,66	1991
Yvu Porã	580	828	1,43	1991/1994
6 de Enero	257	3.018	11,74	1991
San Miguel del Norte	179	1.315	7,35	1993/94
Santa Librada	88	600	6,82	1994
Corpus Christi	161	1.895	11,77	1994
N.R. Puerto Santa Rosa	48	300	6,25	1994
Tava Guarani	475	7.475	15,74	1994
Aguerito	237	3.000	12,66	1994
Kororo'i	780	4.794	6,15	1994
San Isidro del Norte	383	4.811	12,56	1994
Ara Pyahu	769	9.774	12,71	1994
Cañon Colorado	183	1.459	7,97	1994
San José Obrero	92	1.243	13,51	1994
San José del Norte (área urbana)	288	48	0,17	1994
San Vicente (I)	920	7.714	8,38	1994
Kiray	265	4.659	17,58	1995
San Ramón	46	600	13,04	1995
San Ramón (manz. Republicana)	31	257	8,29	1996
Santa Bárbara (ampliação)	1.011	7.973	7,89	1995
San José Obrero (ampliação)	230	2.211	9,61	1995
Capi'atindy	303	1.000	3,30	1995
Los Lapachos	126	1.138	9,03	1995
Tacuati Poty	418	2.078	4,97	1995
Toro Pirú	132	3.426	25,95	1995
Primavera	430	6.751	15,70	1995
San Pedro Poty	734	3.179	4,33	1995
Antequera (Ampliação)	10	110	11,00	1995
Villa de Mercedes	164	1.250	7,62	1995
San Bernardo	107	800	7,48	1995
Santo Domingo Capi'ibary (ampliação)	95	694	7,31	1995/1997
San Vicente (II)	369	1.068	2,89	1996
San Vicente (III)	920	3.250	3,53	1997
Fondo Ruguá	92	1.350	14,67	1997
Ara Vera	218	2.011	9,22	1997
San Luis	41	500	12,20	1997
8 de Diciembre	84	939	11,18	1997
Tava Pyahu	34	150	4,41	1997
Py'a guapy (ampliação)	15	102	6,80	1998
Primavera (plantas urbanas)	194	35	0,18	1998
Ara Pyahú (ampliação)	326	44	0,13	1999
Subtotal	12.601	104.024	8,26	

Fonte: PARAGUAY (2006a)

De acordo com a TAB. 13, foram afetados 104.024 ha, para a formação de mais de 40 colônias dentro do Depto. de San Pedro. Pela quantidade de lotes agrícolas concedidos (12.601), pode-se afirmar que foram assentadas mais de dez mil famílias de agricultores oriundos de várias partes de San Pedro e de outras localidades do país. Desde 1989, a média dos lotes agrícolas, que outrora mediam entre 10 e 25 ha, sofreram uma drástica redução, passando a medir de 7 a 10 ha. Em muitas colônias, com o intuito de formar áreas urbanas, se concederam lotes menores a 0,5 ha por família.

Quase todas as colônias formaram-se após numerosas e violentas manifestações por parte das organizações camponesas ou de longas discussões com representantes do governo e proprietários, com mediação da Igreja Católica. Mesmo com esforço de colonização, a procura por terras por parte das famílias camponesas parecia que estava além da possibilidade e capacidade orçamentária do IBR para a gestão da reforma agrária.

A implantação de colônias agrícolas não alterou significativamente a estrutura fundiária, permanecendo praticamente inalterada e polarizada: por um lado, propriedades com mais de 2.000 ha e, por outro, pequenas propriedades com áreas variando entre 7 e 10 ha. Esse dualismo entre grandes propriedades de produção pecuária e colônias de agricultores familiares manteve o Depto de San Pedro como uma das regiões do Paraguai com maior desigualdade na posse da terra.

Algumas colônias do norte e do nordeste de San Pedro, tanto as novas quanto as antigas, foram beneficiadas por programas de cooperação internacional. A *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* -GTZ, através do Projeto “San Pedro Norte” (1989-1994), impulsionou projetos de desenvolvimento local para os agricultores familiares. Em algumas localidades de General Resquín e Santa Rosa del Aguaray, executou-se o projeto “ALA 90-24” (1993-1998)⁷, empreendimento conjunto da União Européia em parceria com o IBR e o MAG. Os investimentos em infra-estrutura (centros educativos, de saúde e estradas) foram realizados conjuntamente com as instituições nacionais encarregadas da área, mas com pouca ou nenhuma participação das comunidades rurais beneficiárias.

Infelizmente, muitas dessas iniciativas com participação internacional foram de alcance limitado devido à elevada demanda de assistência técnica e aos baixos aportes financeiros dos governos nacionais. Além disso, *caudillos* (locais e nacionais), intermediários

⁷ O projeto ALA 90-24 afetou umas 4.000 famílias paraguaias em uma área de 40.000 ha, principalmente nos Departamentos de San Pedro, Caaguazú e Caazapá. Teve um custo de aproximadamente 15 milhões de dólares, dos quais 90% foram fornecidos pela União Européia (SOUCHAUD, 2007).

comerciais e os próprios técnicos do MAG e do IBR desqualificavam e até obstaculizaram os citados projetos.

A continuidade do modelo agroexportador por parte das autoridades nacionais estimulou a expansão da bovinocultura de corte dentro do Depto. de San Pedro. A abertura e ampliação de novos mercados, como o MERCOSUL, em 1991, beneficiaram unicamente certos setores produtivos, como o de carne bovina e o da soja. Em decorrência disso, realizaram-se contratos para o fornecimento desses produtos a mercados exigentes como o da União Européia. Enquanto as grandes propriedades, com a pecuária bovina ampliaram seus mercados, os agricultores familiares defrontavam-se com problemas de concorrência entre produtos agropecuários importados (legal e ilegalmente) do Brasil e da Argentina.

Além disso, em nível de UPA, a incapacidade de recuperar a fertilidade do sistema produtivo por causa do estreitamento do período de pousio florestal, em lotes de tamanho reduzido, condicionou fortemente a produção agrícola dos agricultores familiares. Esses fatores obrigaram várias famílias, em especial as mais pobres, a emigrar para os centros urbanos do país ou, ainda, para o exterior.

Frente à constante queda dos preços do algodão e do fumo (principais cultivos de renda dos agricultores familiares) o governo nacional, através do MAG, estimulou a busca de alternativas produtivas. Do ponto de vista social, o cultivo do algodão ocupava aproximadamente 150 mil famílias, portanto, era necessário encontrar mecanismos de inserção produtiva para esse importante segmento social do meio rural. A partir de 1995, nas localidades onde a produção de algodão e do fumo encontrava-se em crise, foram incentivadas a horticultura, a fruticultura e a criação de aves e suínos como alternativas de produção, tanto para consumo familiar como para renda.

No Bairro San Pedro de Guayaibi, os produtores de frutas organizaram-se e aumentaram sua produção objetivando os novos mercados derivados da integração comercial. Dessa forma, exportaram-se quantidades significativas de banana, abacaxi, melancia e abóbora para Buenos Aires, sem passar pelas longas cadeias de intermediários. Não obstante, as limitações dessas famílias estavam na incapacidade de intensificar a produção devido à escassez de financiamento para adquirir defensivos agrícolas e adubos químicos. Além disso, o tamanho reduzido de suas UPAs tampouco permitia aumentar a área plantada. Nesse caso, deviam recorrer ao desmatamento como forma de atenuar o problema da fertilidade dos solos e manter a área cultivada e a criação animal de subsistência.

A diversificação da produção agropecuária camponesa, empreendida pelo MAG, também buscava mudanças nos sistemas produtivos dos agricultores familiares. Dessa forma,

e em parceria com algumas empresas privadas, fomentou-se em San Pedro a produção de *Ka'a he'ê* e erva-cidreira ou *cedrón Paraguay*, como alternativa de renda das famílias assentadas nas novas e nas antigas colônias agrícolas. A empresa de capital japonês *Shirosawa Company* introduziu variedades de gergelim como cultivo de renda alternativo ao algodão. Algumas empresas fumageiras também introduziram variedades melhoradas de fumo de estufa para substituir o fumo de galpão.

As relações de trabalho no interior da agricultura camponesa continuaram fundamentadas na mão-de-obra familiar, as *mingas* e, eventualmente, na contratação de alguns diaristas. O itinerário técnico do gergelim, da erva-cidreira e do *ka'a he'ê* não utilizava insumos químicos, e a maior parte das tarefas era realizada com ferramentas simples, como facão, enxada e foice. No entanto, a produção de fumo de estufa, além da alta demanda em mão-de-obra, precisava de elevadas quantidades de insumos químicos no seu itinerário técnico, superando, inclusive, o cultivo de algodão na utilização de agroquímicos.

Além dessa conjuntura social e produtiva, San Pedro também foi afetada pelas crises financeiras de 1994 e 1997 que atingiram o Paraguai. Isso determinou a escassez de financiamento público, principalmente para a produção e investimento na agricultura familiar. Essa situação provocou que algumas famílias mais capitalizadas ou *acopiadores* financiassem, através de empréstimos penhoráveis, as atividades da produção.

Diante da redução significativa das rendas agrícolas, muitos agricultores aumentaram a área de cultivo, tanto de autoconsumo quanto de renda. As famílias passaram a vender animais e até ferramentas de trabalho, como arados e carretas. Intensificou-se a exploração das poucas áreas de florestas remanescentes com o objetivo de produzir carvão vegetal. Quanto à fertilidade do solo, o aumento da derrubada-queimada e o estreitamento do período de pousio para implantar cultivos exigentes em nutrientes mostraram-se uma prática constante entre as famílias camponesas.

A trajetória das categorias sociais do leste de San Pedro (década de 1990 e início dos anos 2000) observa-se no QUADRO 08.

QUADRO 08

Trajetórias de acumulação e diferenciação das principais categorias sociais de San Pedro (1989-2000)

Categorias sociais (1960-1989)	Categorias sociais (1989-2000) e ocupação
Grandes proprietários	
A1: grandes proprietários, pecuária bovina	A1': Grandes proprietários, pecuária bovina
A2: grandes proprietários, exploração florestal	A2': Grandes proprietários, exploração florestal
Imigrantes	
B1: descendentes de Imigrantes, comerciantes urbanos	D1: comerciantes florestais (arrendatários) B1': comerciantes urbanos E1: pecuaristas (médios)
B2: descendentes de Imigrantes, agricultores / comércio	B1': comerciantes urbanos; C3: capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>)
B3: imigrantes Menonitas, agricultores	B3': Imigrantes Menonitas, agricultores
Camponeses	
C3: capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>)	E1: pecuaristas (médios) C3': capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>) B1: comerciantes urbanos
C2: capitalizados e estáveis (<i>mboriahú ryguatá</i>)	C3': capitalizado e em ascensão social (<i>acopiador</i>) C2': capitalizados e estáveis (<i>mboriahú ryguatá</i>) C1:descapitalizados (<i>mboriahú</i>)
C1:descapitalizados (<i>mboriahú</i>)	C2: capitalizados e estáveis (<i>mboriahú ryguatá</i>) C1':descapitalizados (<i>mboriahú</i>) C0: em decadência (<i>mboriahú api</i>)
C0: em decadência (<i>mboriahú api</i>)	C1:descapitalizados (<i>mboriahú</i>)
Comerciantes	
D1: comerciantes florestais (arrendatários)	D1': Comerciantes florestais (arrendatários)

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Quadro, os grandes proprietários continuaram conservando grandes áreas de terras com bovinocultura (A1') e, em menor medida, de exploração florestal (A2'). Dentre os descendentes de imigrantes, que anteriormente eram comerciantes urbanos (B1), alguns deles continuaram dedicando-se ao comércio local (venda de insumos produtivos e de consumo familiar) e à compra de alguns produtos agropecuários (B1'); outros se voltaram ao comércio florestal (D1), e houve famílias que entraram na produção bovina em propriedades médias de até 100 ha (E1). Os menonitas (B3), devido a suas características de

organização social e produtiva, continuaram também sem muita diferenciação social (B3'), embora mais integrados à produção mecanizada de grãos (milho, soja).

Na categoria dos camponeses (C), em decorrência dos múltiplos problemas conjunturais e transformações em seus sistemas produtivos, apresentou uma acentuada heterogeneidade social. Aquelas famílias com menor capacidade de produção devido à falta de ferramentas e equipamentos (C1) continuaram nessa situação (C1'): algumas delas passaram, paulatinamente, a entrar em decadência (C0 ou *mboriahú api*), ou seja, não conseguiam atingir um nível de renda que permitissem a subsistência e permanência na agricultura. Presume-se que uma parte considerável das famílias em decadência transformou-se em operários rurais, sobrevivendo com rendas não-agrícolas. No entanto, poucas famílias conseguiram reproduzir-se socialmente e formar parte das famílias C1 (*mboriahú*).

Um aspecto importante a destacar refere-se às famílias que outrora se capitalizaram (C2 ou *mboriahú ryguatá*): algumas continuaram nessa situação (C2'), outras aumentaram sua capitalização (C3) e transformaram-se em *acopiadores* (C3'). Contudo, uma parte importante dessas famílias C2 apresentou uma deterioração nas suas condições sociais e produtivas passando lentamente a pertencer ao grupo de famílias descapitalizadas (C1). Algumas famílias do tipo C3 passaram a dedicar-se à pecuária bovina em médias propriedades (E1); outros se trasladaram aos centros urbanos para dedicar-se ao comércio local (B1).

Algumas intervenções do Estado, para tentar diminuir a concentração fundiária no leste de San Pedro ocasionaram problemas ambientais. As grandes propriedades, ante o temor à invasão por parte dos sem-terra e posterior expropriação, intensificaram a exploração florestal da mata nativa. Posteriormente, desmatava-se e plantava-se pastagem exótica com o intuito de aumentar a carga animal, processo que ocasionou elevadas perdas da biodiversidade e de biomassa da mata nativa. A mão-de-obra era contratada, mediante *changas* empregava machados, motosserras e até tratores. A abertura do mercado internacional para a carne paraguaia, no processo de integração, aumentou e intensificou a acumulação de capital entre os grandes proprietários do tipo A1', concomitantemente ao aumento das taxas de desmatamento.

Os comerciantes urbanos (B1) inseridos na cadeia comercial da agricultura familiar forneciam basicamente créditos e insumos para a produção de algodão e, em menor escala, para o cultivo do gergelim. A acumulação de capital, e posterior diferenciação dessa categoria social, ocorreu a partir dos empréstimos aos agricultores familiares e na compra de produtos agrícolas a preços reduzidos. Para a obtenção dos empréstimos, os camponeses

penhoraram seus direitos de posse (*derecheras*) ou a escrituração de seus lotes agrícolas, o gado bovino e ferramentas como a carreta, o arado ou pulverizador costal. Esses mesmos bens de produção também poderiam ser penhorados nas agências financeiras públicas, porém demandavam o deslocamento dos agricultores para a capital departamental ou, ainda, para Asunción para realizar tramitações burocráticas, o que desnecessário se recorressem aos intermediários.

O processo de diferenciação social e produtiva entre os camponeses deu-se tanto em colônias antigas quanto nos novos assentamentos. Nas colônias existia uma grande maioria de famílias em processo de estagnação, e somente poucas famílias demonstravam capacidade de capitalização. Isso acarretava heterogeneidade social e produtiva que, poucas vezes, era considerada pelas instituições públicas encarregadas da questão agrária.

Em alguns casos, a vinculação mercantil e a afinidade política entre os *caudillos* de algumas famílias campesinas mais capitalizadas (C3) foi o início para a formação dos pecuaristas médios, estabelecidos em terras destinadas à reforma agrária. Os agricultores do tipo C2 (*mboriahú ryguatá*) e comerciantes urbanos, ante a possibilidade de adquirir lotes das famílias mais pobres e amparados pela extrema informalidade nas transações de compra-venda de terras, transformaram-se em pecuaristas médios (de 30 até 100 ha). Nesses lotes, plantavam forrageiras exóticas para o gado bovino sem raça definida objetivando comercializar a carne bovina apenas no mercado local.

Muitas famílias, que por diferentes motivos atingiram uma relativa estabilidade socioeconômica explorando a agricultura e criação bovina, não puderam expandir o rebanho animal pela limitação física das UPAs. Cabe destacar, também, que a produção do gergelim na zona de San Pedro, a partir de 1998, possibilitou que algumas famílias do tipo C0 (*mboriahú api*) e C1 (*mboriahú*) pudessem ter inserção mercantil. No início, poucas famílias cultivavam gergelim, por se tratar de um novo cultivo e pelo desconhecimento de seu itinerário técnico. Contudo, como apresentava um custo de produção muito mais baixo e preço final mais elevado, comparado com o algodão, seu cultivo foi expandido aos poucos na região, nos anos subsequentes.

Na FIG. 26 apresentam-se as características do meio natural e os principais cultivos implementados pelos agricultores familiares na área de estudo.

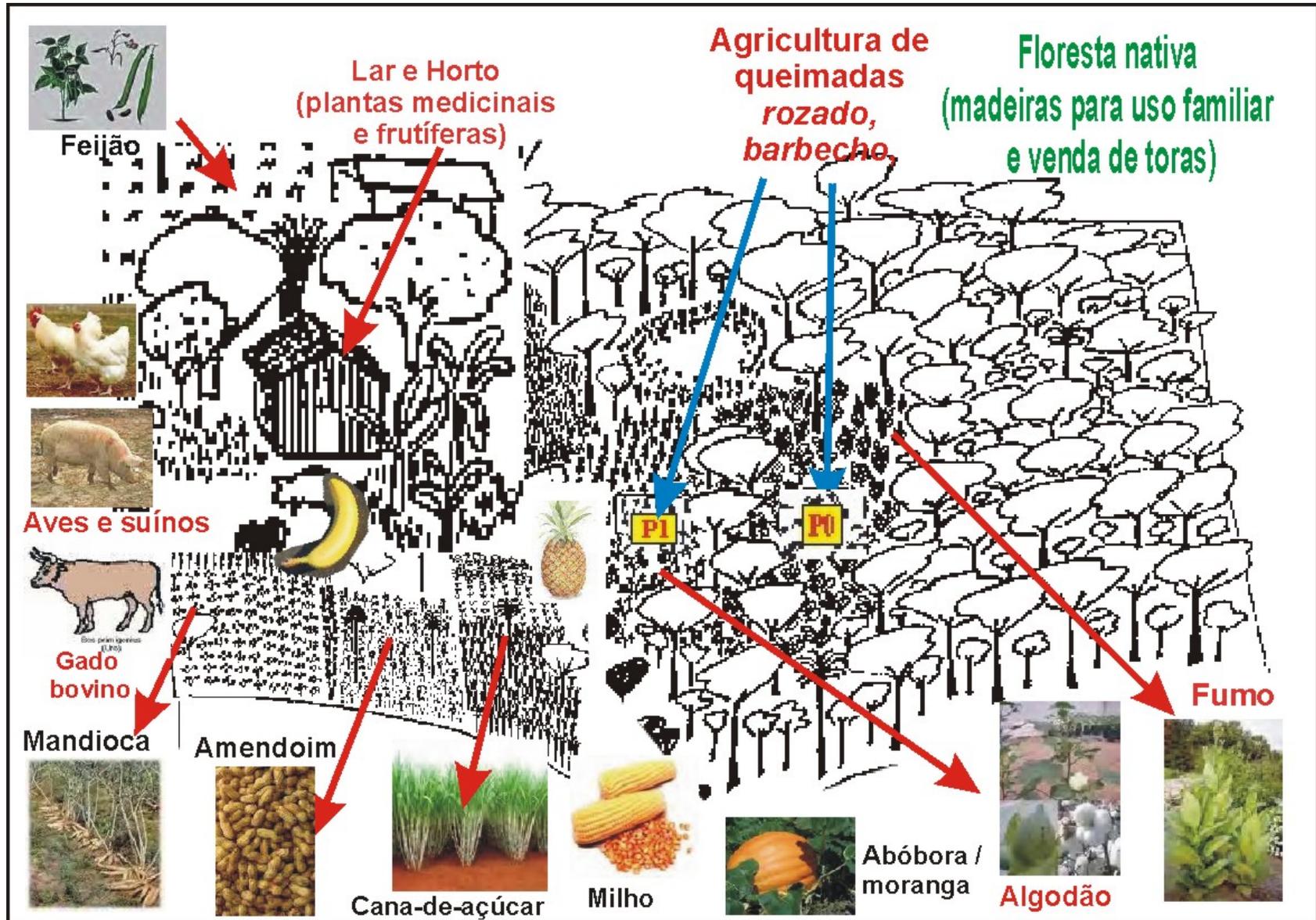


FIGURA 26 – Representação dos principais cultivos implementados pelos agricultores familiares desde 1995.
Fonte: elaboração própria a partir de Couturier e Pernin (1999).

Considerando a Figura anterior, pode-se afirmar que a agricultura de derrubada-queimada continuou sendo praticada pelos agricultores familiares, empregando ferramentas manuais e mão-de-obra familiar. O desmatamento também provocou uma diminuição gradativa dos ingressos familiares por causa da queda na venda de carvão e toras de madeiras. Os cultivos de subsistência continuaram baseados na mandioca, milho, feijão, amendoim, moranga e abóbora. A cana-de-açúcar, o milho e a mandioca eram cultivos destinados tanto à alimentação familiar como criação animal. A banana, o gergelim, o fumo de estufa, a erva-cidreira e o ka'a he'ê constituíram, em alguns casos, as principais fontes de renda. O algodão não foi substituído totalmente nas UPAs camponesas, uma vez que o produto era facilmente financiado e comercializado.

Desde a metade da década de 1990, a estagnação produtiva e dos preços do algodão repercutiu na totalidade das famílias camponesas. Frente a essa situação, as famílias desenvolveram diferentes estratégias: priorizaram os cultivos de subsistência assim como a continuação e intensificação da venda de força de trabalho familiar. Em decorrência da escassez de oportunidades econômicas, muitos agricultores chegaram a realizar práticas ilícitas, como o cultivo de maconha e abigeato.

Em termos fundiários, permaneceu latente o conflito entre os *Campesinos sin tierras* e os grandes proprietários, gerando um clima de constante instabilidade. Observou-se um desenvolvimento desigual e contraditório em toda a área de estudo. No início do ano 2000, novas configurações sociais e produtivas atingiram San Pedro: a entrada e implantação da sojicultura em áreas ocupadas pela pecuária bovina colocou a região como uma das áreas mais conflitantes do país.

4.3 Pós ano 2000: novos arranjos ou transição para um novo Sistema Agrário?

Durante décadas, San Pedro foi considerada como “território florestal”. Porém, no início do século XXI, sua paisagem tem-se revelado um mosaico de grandes extensões com pastagens cultivadas, entremeadas com colônias de agricultores camponeses, pradarias e florestas remanescentes. O cenário regional permaneceu contraditório e desigual: enquanto o setor da produção pecuária consolidava-se e capitalizava-se, a agricultura familiar mergulhava em uma crise sem precedentes. O intenso crescimento da produção pecuária e a crise da agricultura familiar intensificaram a relação dicotômica exacerbada entre *la tierra del buey gordo* e palco de luta dos *campesinos sin tierras*.

A questão fundiária seguia sem se resolver e agravou-se devido ao aumento da demanda por terras por parte das famílias camponesas. A colonização em San Pedro, durante o primeiro quinquênio de 2000, foi muito limitada devido às restrições orçamentárias do IBR. No TAB. 14 apresentam-se as poucas colônias agrícolas implantadas pelo IBR durante o período 2000-2005.

TABELA 14
Colônias implantadas no Departamento de San Pedro, período 2000-2005.

Colônia	Nº de lotes	Área afetada (ha)	Média dos lotes (ha)	Ano de implantação
Crescencio González	341	4.910	14,40	2001
N.R. Torin Kué	89	95	1,07	2001
Cañada Santa Rosa	41	543	13,24	2001
San José del Norte (ampliação)	17	200	11,76	2002
Yvy Poty Porã	216	1.483	6,87	2002
Luz Bella (ampliação)	145	1.478	10,19	2002/2003
Primavera Real	296	3.004	10,15	2002/2003
Carumbey	166	3.030	18,25	2003
Teta pyahu	68	401	5,90	2003
La Victoria	125	1.000	8,00	2003
La Germanina	304	1.850	6,09	2003
N.R. Santa Librada	21	80	3,81	2003
Antequera (ampliação)	37	25	0,68	2003
San José Obrero (planta urbana)	300	41	0,14	2003
Tierra Prometida	125	984	7,87	2005
Norte Pyahu	84	802	9,55	2005
Subtotal	2.375	19.926	8,39	

Fonte: PARAGUAY (2006a)

A Tabela demonstra que, durante o primeiro quinquênio do ano 2000, apenas 19.926 ha de terras, com 2.375 lotes foram alocados para a implantação de colônias agrícolas, com tamanho médio de 8,39 ha. Na ampliação das colônias ou na implantação de “plantas urbanas” normalmente os lotes familiares eram menos de 1 ha, com o intuito de formar áreas urbanizadas no interior das colônias. No entanto, nesse período, atingiu-se uma das menores taxas de colonização agrária nas últimas três décadas para o Depto. de San Pedro.

Desde 1960 até 2005, haviam sido implantadas em San Pedro 167 colônias oficiais, com a concessão de 37.690 lotes agrícolas, em uma área de 551.260 ha (PARAGUAY, 2006a). Os valores anteriores da colonização oficial representam 27,57% da superfície territorial de San Pedro de 2.000.200 ha, comprovando uma exacerbada concentração fundiária. Desta forma, a problemática fundiária irresoluta é uma das principais causas da estagnação socioeconômica em que se encontra a agricultura familiar. A partir

dessa realidade podem-se estudar outras dimensões sociais e produtivas que afetam as famílias camponesas.

A exportação de carne bovina para os países da União Européia, que se iniciou na metade da década de 1990, decorreu em grande parte da vantagem comparativa desse setor com relação aos outros produtos tradicionais de exportação, como o algodão e a soja. Essa exportação tinha efeitos ambíguos: por um lado, beneficiava ao país com o ingresso de divisas e, por outro, aumentava a concentração de capital entre os pecuaristas. Porém, no final da década de 1990, um surto da febre aftosa no Paraguai determinou o fechamento das exportações. Esse acontecimento influenciou para que uma grande parte dos estabelecimentos pecuários optasse por mudanças na organização dos seus sistemas produtivos.

No mesmo momento em que o setor da pecuária paraguaia e do MERCOSUL enfrentava a mencionada crise, o cultivo da soja apresentava-se como uma atividade lucrativa *vis-à-vis* da sua demanda internacional. Devido à conjuntura favorável dos preços internacionais, expandiu-se e intensificou a produção da oleaginosa, principalmente no norte e leste de San Pedro soja⁸. Com a queda das exportações da carne paraguaia, os pecuaristas afetados colocaram à venda ou arrendaram parte ou a totalidade de suas UPAs para o cultivo da soja. Rapidamente, sojicultores, em sua maioria de origem brasileira (descendentes da primeira geração de imigrantes outrora instalados no leste do Paraguai), adquiriram ou arrendaram essas terras, iniciando a transformação de pastagens para agricultura de grãos, mediante sistemas de produção calcados na revolução verde.

Conforme CAPECO, o Depto. de San Pedro tem demonstrado um importante crescimento em área cultivada no primeiro quinquênio do 2000. Na TAB. 15 apresentam-se as áreas cultivadas com soja na região oriental do Paraguai para as safras de 2003 até 2007. Os valores correspondentes à safra 2004/2005 não foram fornecidos pela CAPECO devido a problemas na contabilização das áreas cultivadas, por isso a não exposição dos mesmos.

⁸ A soja é um cultivo extensivo realizado nas colônias Menonitas de Voledam (Itacurubi del Rosário) e Rio Verde (Tacuati e Nueva Germania) desde a década de 1970. É utilizada como farelo para ração e seus excedentes são comercializados no mercado local.

TABELA 15
 Área cultivada de soja nos Departamentos da região oriental do Paraguai e graus de participação relativa nas safras 2003/04 até 2006/2007.

Departamentos	Safrá 2003/04		Safrá 2005/06		Safrá 2006/07	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Alto Paraná	642.257,7	38,18	722.602,20	32,44	732.973	30
Itapúa	486.086,6	25,11	465.013,50	20,88	559.528	23
Canindeyú	339.591,2	17,54	439.012,88	19,71	442.763	18
Caaguazú	188.331,5	9,73	252.252,50	11,32	253.747	10
Caazapá	107.669,2	5,56	108.843,81	4,89	126.758	5
San Pedro	73.689,8	3,81	118.331,50	5,31	156.120	6
Amambay	63.053,0	3,26	87.432,94	3,93	110.279	5
Concepción	15.035,0	0,78	9.791,25	0,44	18.383	<1
Misiones	12.712,8	0,66	15.060,40	0,68	19.599	<1
Guairá	7.200,9	0,37	9.143,63	0,41	9.646	<1
Central	-	-				
Cordillera	-	-				
Paraguari	-	-				
Ñeembucú	-	-				
TOTAL	1.935.627,70	100	2.227.484,91	100	2.429.794	100

Fonte: CAPECO (2004 e 2007) e INBIO (2007).

Segundo a TAB. 15, San Pedro ocupou na safra 2003/2004 a sexta posição como produtor de soja, porém com uma participação relativa menor a 4%. Nas safras seguintes, a área plantada aumentou consideravelmente, atingindo uma área de 118.331,50 ha (safra 2005/2006), e mais de 156.000 ha, na última safra agrícola 2006/2007. Mesmo com esse aumento, a participação relativa do Depto. de San Pedro ainda não supera os 10% do total da soja plantada. Cabe destacar que San Pedro, conjuntamente com Caaguazú, Caazapá e Guairá, constituem os novos “territórios da soja”.

O alto rendimento da soja na safra 2002/03, com média produtiva de 2.915 kg/ha, e os altos preços internacionais estimularam o aumento da sua área de plantação na safra seguinte em toda a região oriental. De uma área com 1.550.500 ha de soja plantada em 2002, com um volume total de 4.518.015 toneladas, o Paraguai passou a cultivar 1.963.600 ha de soja no ano 2003, demonstrando um crescimento superior a 25% com relação à safra anterior. Mesmo com esse crescimento em área plantada, comparando os rendimentos médios da safra 2002/2003 com a safra 2003/2004, não resultou em maior volume de produção. Dos 1.963.600 ha plantados apenas se obtiveram 3.911.415 toneladas de produção, com um rendimento médio de 2.020 kg/ha (CAPECO, 2004).

Dentre os fatores que determinaram a queda produtiva na safra 2003/2004 estão: a introdução de sementes de variedades transgênicas não adaptadas às condições edafoclimáticas do Paraguai e a forte estiagem nos meses de verão. Como consequência, muitos

agricultores, principalmente aqueles que plantam em escala reduzida (menos de 50 ha), deixaram de cultivar a soja nas safras seguintes. Contudo, a permanência dos elevados preços no mercado internacional e o forte estímulo por parte das empresas privadas vinculadas com sua cadeia produtiva favoreceram o aumento da área plantada.

Mesmo com esse aumento significativo na área cultivada com soja, San Pedro continua participando de forma moderada na produção nacional. Nas FIG. 27 e 28 podem-se observar os espaços rurais abrangidos pela sojicultura nas safras 2005/2006 e 2006/2007 na região oriental do Paraguai. As figuras derivam da análise da cobertura de plantio realizado anualmente pela CAPECO mediante sensoriamento remoto.

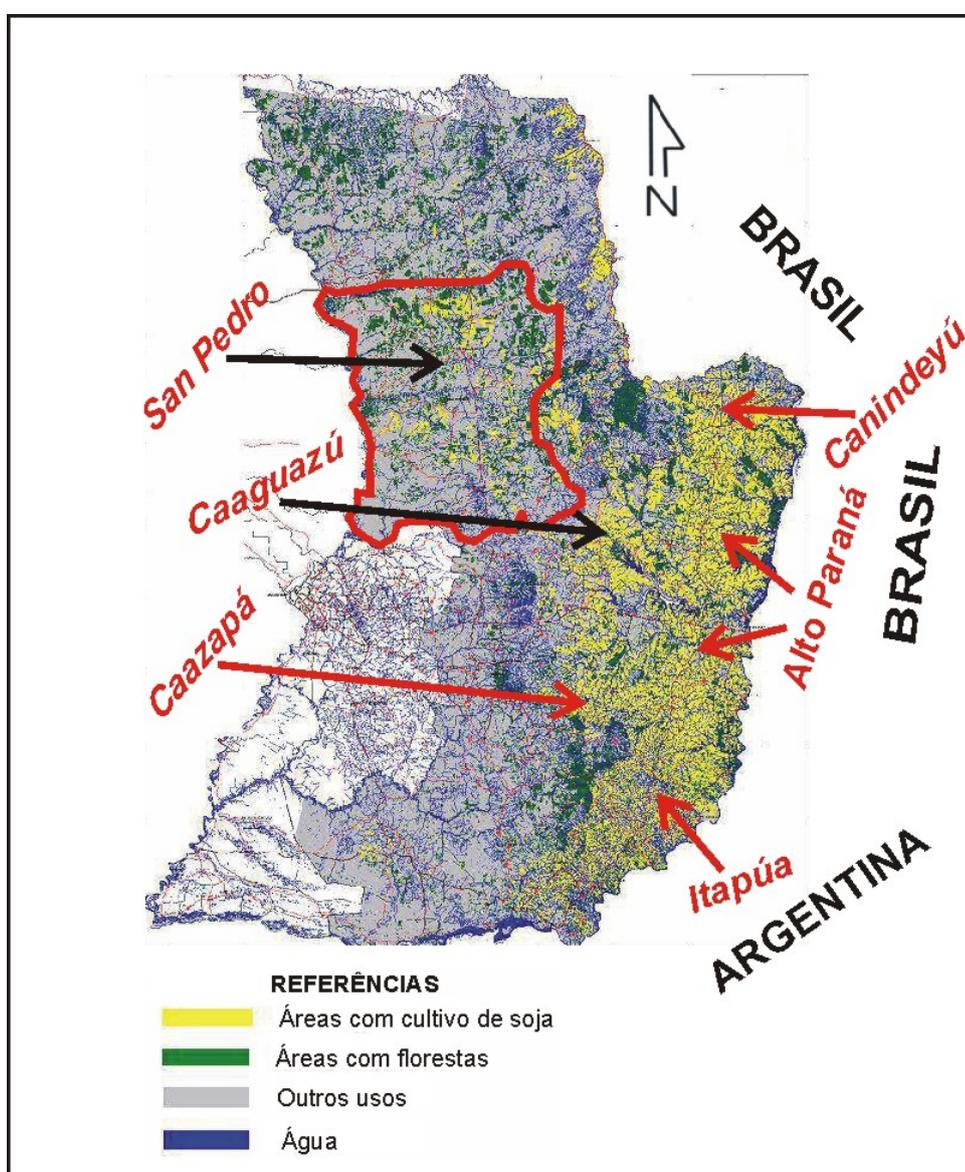


FIGURA 27 – Cultivo da soja, safra 2005/2006, região oriental do Paraguai.
Fonte: elaboração própria a partir de CAPECO (2007).

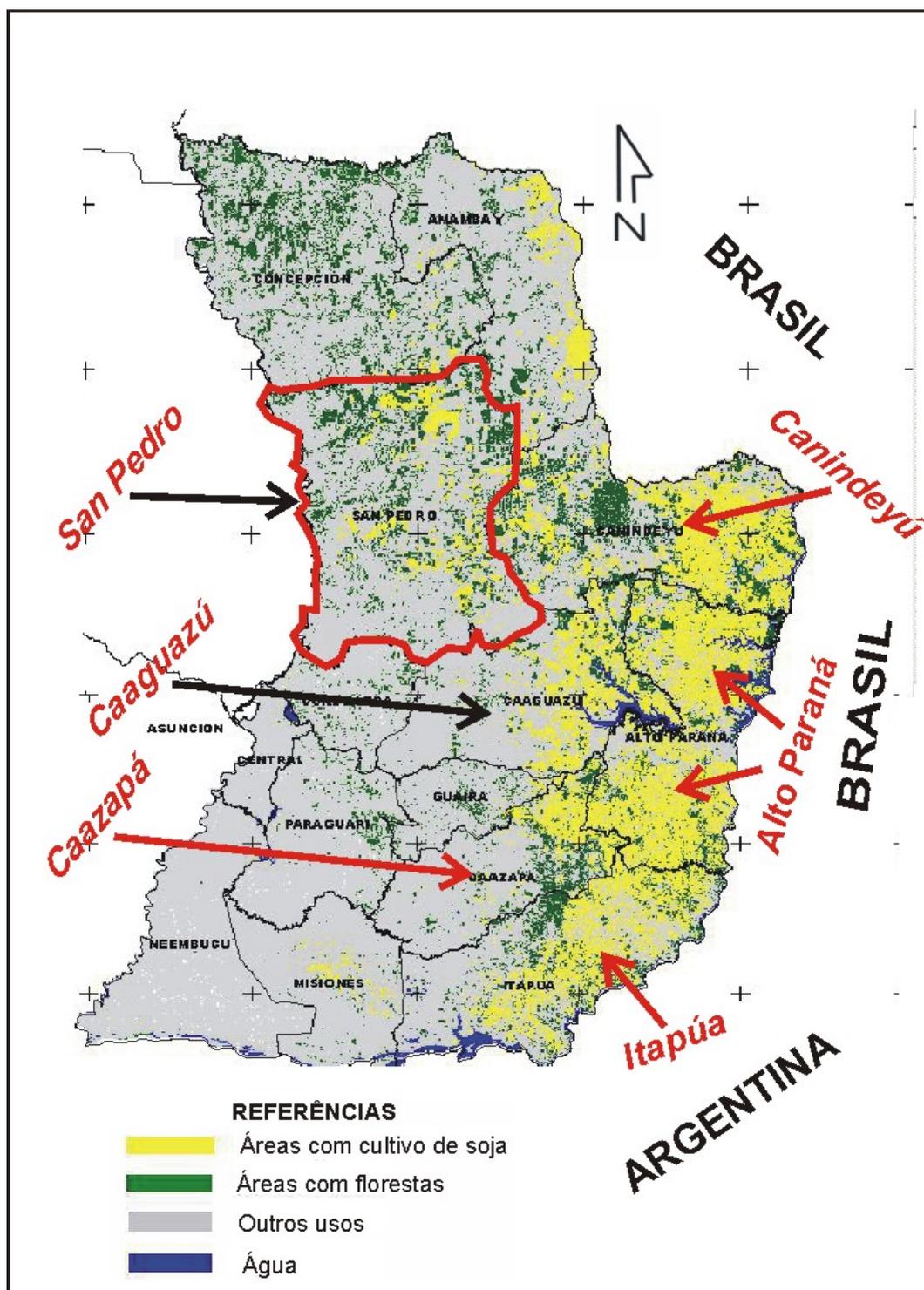


FIGURA 28 – Uso da terra e plantio de soja na região oriental do Paraguai, safra 2006/2007. Fonte: elaboração própria a partir de INBIO (2007).

Relacionando o contexto anterior, dentro do Depto. de San Pedro, a área cultivada de soja aumentou significativamente em alguns distritos. Na FIG. 29 pode-se observar a participação da sojicultura nos distritos em estudo, na safra 2003-2004.

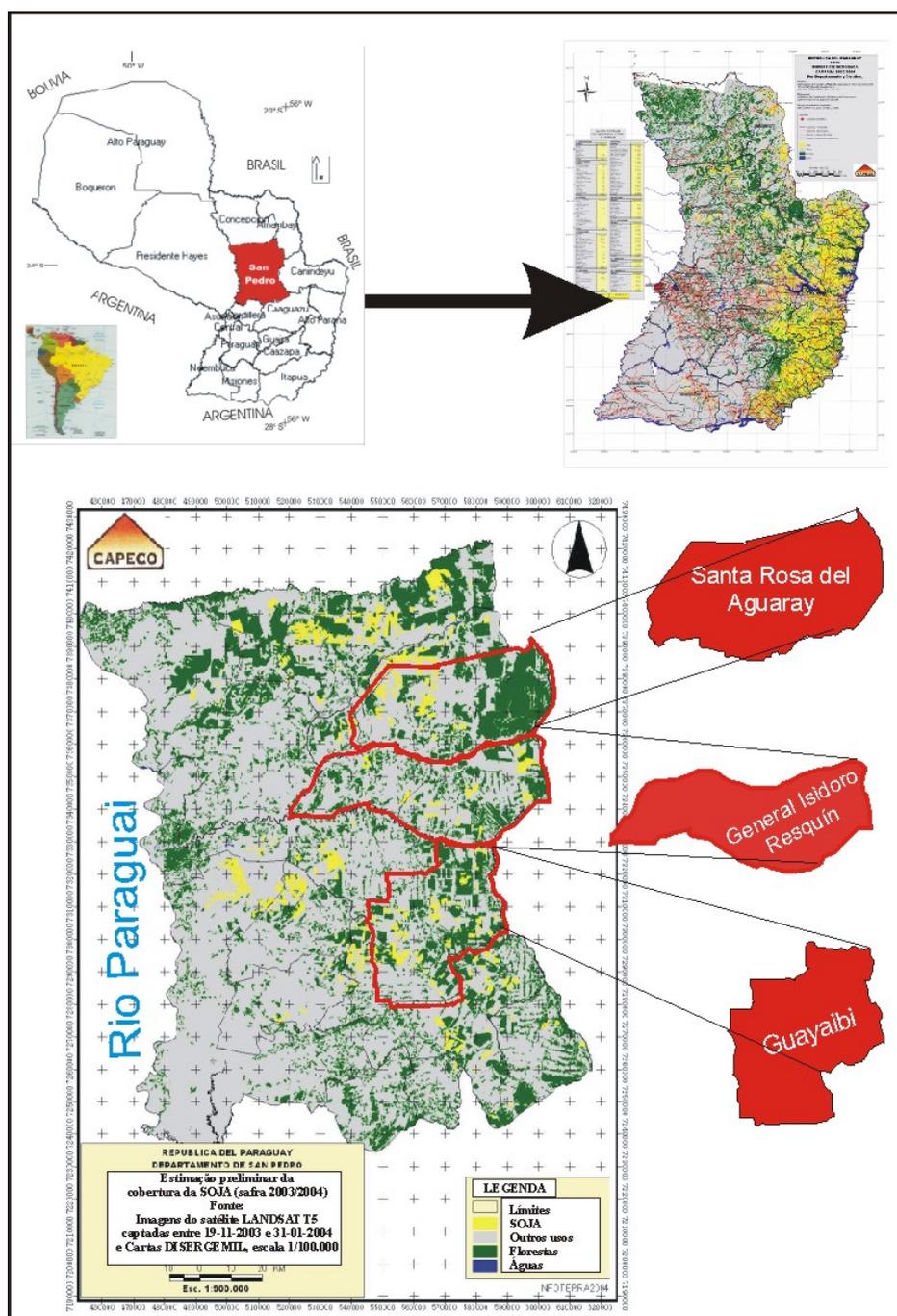


FIGURA 29 – Plantio de soja (safra 2003/2004) no Departamento de San Pedro.
Fonte: elaboração própria a partir de CAPECO (2007)

Segundo a FIG 29, a área plantada de soja em San Pedro, na safra 2003-2004, ainda era reduzida com relação a outras atividades agropecuárias. O plantio da citada oleaginosa localizava-se principalmente no norte (Tacuati) e no oeste (Itacurubi del Rosario). Contudo, na safra 2006/2007, registrada na FIG 28, San Pedro demonstrou um aumento substancial na área plantada paralelamente com outras localidades da porção oriental do Paraguai.

Na TAB. 16 apresentam-se os dados de área cultivada com soja correspondente às safras agrícolas de 2001/02 até 2006/2007 nos distritos de San Pedro. Esclarece-se, novamente, que os valores correspondentes à safra 2004/2005 não foram fornecidos pela CAPECO devido a problemas na contabilização das áreas cultivadas.

TABELA 16
Área (em ha) ocupada pelo plantio da soja nos distritos do Departamento de San Pedro, safras agrícolas de 2001 até 2006.

Distritos	Safra 2001/2002	Safra 2002/2003	Safra 2003/2004	Safra 2005/2006	Safra 2006/2007
Tacuati	9.968,00	10.092,32	19.128,69	28.934,50	31.966,75
Guayaibi		5.546,78	9.915,84	18.552,00	25.686,25
San Estanislao	2.054,00	2.871,08	8.064,27	12.753,00	21.005,50
Nueva Germania	17.192,00	9.942,24	6.741,36	12.769,00	18.748,75
General I. Resquín	298,00	3.080,81	5.643,09	13.073,00	14.679,25
Santa Rosa del Aguaray		43,43	5.679,45	7.098,00	10.303,50
Chorê		1.890,73	3.489,03	5.565,00	8.049,00
General E. Aquino	2.220,00	5.668,00	4.360,50	5.783,00	7.519,75
Villa del Rosario	4.540,00	3.291,77	5.799,69	7.361,00	6.840,75
San Pedro de Ycuamandyyú			761,13	1.015,00	3.821,50
Lima			1.077,93	2.697,00	3.219,25
Capi'ibary		624,29	1.156,86	1.464,00	2.488,50
Itacurubi del Rosario	214,00	573,87	1.168,74	983,00	1.233,75
San Pablo		231,51	524,61	284,00	557
Yataity del Norte			148,86		
Puerto Antequera			28,35		
25 de Diciembre			1,44		
TOTAL	36.486,00	43.856,83	73.689,84	118.331,50	156.119,50

Fonte: CAPECO (2004 e 2007)

Conforme a Tabela, houve um crescimento substancial na área plantada de soja na maioria dos distritos de San Pedro. Alguns deles experimentaram um crescimento geométrico, entretanto, outros, como 25 de Diciembre, Puerto Antequera e Yataity del Norte, registraram o cultivo da soja apenas uma vez, possivelmente em decorrência da baixa aptidão agrônômica dos solos. Quanto aos distritos em estudo, pode-se observar que houve um elevado crescimento na área plantada com a citada oleaginosa, destacando-se entre os primeiros lugares com área plantada.

No GRAF. 01 apresenta-se a evolução do plantio de soja de 2001 até 2006 nos três distritos em estudo.

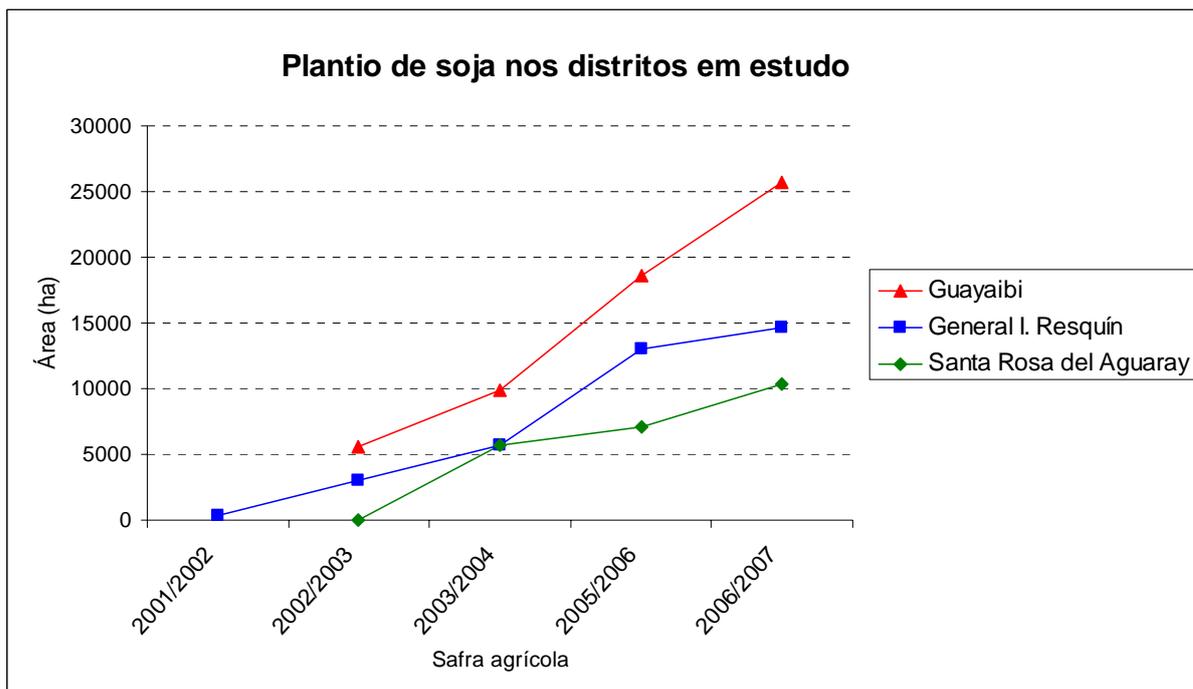


GRAFICO 01 – Crescimento da área plantada (em ha) da soja nos distritos em estudo, leste do Departamento de San Pedro, safras agrícolas de 2001 até 2006.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de CAPECO (2004 e 2007).

Conforme o GRAF. 01, o distrito de Guayaibi tem sido uma das localidades onde a soja expandiu-se de forma mais acelerada nos últimos cinco anos. Na safra 2001/02, Guayaibi não registrou área plantada de soja; a partir de 2002, o crescimento do plantio passou para uma área superior a 5.000 ha para quase 10.000 ha até atingir área de 25.686,25 ha na safra 2006/2007. Quanto ao distrito de General Resquín, no ano 2001, havia menos de 300 ha plantados com soja; na safra seguinte aumentou 3.080,81 ha, passando, posteriormente, a plantar-se 14.697,25 ha na safra 2006/2007. Santa Rosa del Aguaray iniciou o ano 2002 com menos de 100 ha de soja plantada; logo aumentou para 5.679,45 ha, atingindo, na safra 2006/2007, uma área de 10.303,50 ha. Com isso, demonstra-se que a plantação de soja apresentou, no primeiro quinquênio de 2000, um elevado crescimento em área de produção.

Justamente nesses distritos, onde predominam em um mesmo espaço grandes propriedades entremeadas entre colônias de agricultores familiares, ressurgiu o acirramento dos conflitos fundiários, envolvendo camponeses, grandes proprietários locais e produtores de soja. Como a sojicultura, em maior medida, é explorada por agricultores de origem brasileira, colocam-se, as organizações camponesas colocam em pauta da discussão nacional e departamental a questão da soberania, a pobreza rural e, mais recentemente, a problemática ambiental.

Cabe salientar que a agricultura familiar da parte leste de San Pedro, assim como de grande parte do Paraguai está caracterizada pela desorganização, com diferentes graus de descapitalização, subequipamento assim como pela pouca assistência por parte das políticas públicas. Assim, o leste de San Pedro coloca-se como palco de confronto entre uma agricultura familiar descapitalizada e uma agricultura patronal/empresarial moderna, superequipada e intensiva em processo de expansão. Esta nova forma de agricultura não apenas estaria transformando paisagens como também acarretando mudanças nas relações sociais e produtivas entre as categorias sociais presentes no meio rural desta parte de Paraguai.

Desse modo, a sojicultura passou a constituir-se em uma atividade cada vez mais importante dentro da produção agrícola, paralelamente às atividades de pecuária bovina, agricultura de subsistência e exploração florestal. A instalação dos silos da multinacional CARGILL, no Bairro San Pedro (Guayaibi) e da VETRA, empresa formada por empresários brasileiros em Santa Rosa del Aguaray, nos anos 2002 e 2004, respectivamente, estimularam a expansão da sojicultura em San Pedro. Essas empresas forneceram uma parte do capital operativo para iniciar a produção, insumos e assistência técnica para os sojicultores. A parceria dos sojicultores com essas empresas acarretou a transformação de pastagem de baixa produtividade para o cultivo da soja, o que foi possível através de altos investimentos em genética vegetal, em maquinarias e em equipamentos.

Como características ressaltantes desse processo, podem-se mencionar o estímulo à produção de milho em rotação com a soja. A garantia de compra da totalidade da produção, tanto de soja como de milho, incide no aumento e na expansão da área plantada. Além disso, o trabalho contratado e maquinaria dos sojicultores derivaram, em grande parte, da zona do Alto Paraná e da região fronteira do Paraguai com Mato Grosso do Sul (Brasil). Os sojicultores, em sua maioria, são filhos de brasileiros da parte leste do país, e alguns casos, pecuaristas paraguaios em parceria com as empresas anteriormente mencionadas.

A VETRA planejou a produção da soja nas comunidades que estavam no entorno de seus silos em Santa Rosa del Aguaray, principalmente onde as organizações camponesas rejeitavam o cultivo da oleaginosa, como a colônia de Kororo'i. A possibilidade de inserir-se na sojicultura também foi estendida para os agricultores familiares de outras localidades, como Nueva Germania e General Resquín. Em Guayaibi, os agricultores familiares não receberam estímulos da VETRA devido a sua localização mais distante com relação a seus silos, e porque nessa localidade instalou-se em 2002 a empresa concorrente CARGIL. Contudo, o desinteresse desta última empresa para trabalhar com os agricultores familiares

estava relacionado com a pouca escala produtiva, baixa oposição das organizações camponesas e a existência de uma quantidade maior de UPAs pecuárias passíveis de transformação à sojicultura.

Algumas famílias da colônia Kororo'í (Santa Rosa del Aguaray) foram convidadas a produzir soja em parceria com a VETRA. Essa parceria facilitaria o destocamento das parcelas, forneceria adubos, pesticidas, sementes e realizaria a semeadura, pulverização e colheita. Tudo isso visava “modernizar a produção camponesa” e gerar renda agrícola, uma vez que o mercado internacional da soja alcançava altos preços. Porém, poucas famílias puderam aderir à parceria em virtude do tamanho das glebas (menores a 10 ha), dos altos investimentos e da elevada dependência que isso poderia acarretar.

Souchaud (2002, p. 156 *et seq.*) menciona que o avanço da sojicultura brasileira para o oeste da região das “terras roxas” poderia encontrar dois obstáculos: o limite ecológico e a ocupação prévia. O autor aponta que o solo arenoso seria o “limite ecológico” para a sojicultura. Porém, o uso das tecnologias, a oferta de terras relativamente baratas e a ausência de um Estado para ordenar a estrutura fundiária ajudaram a ultrapassar esse limite. Mesmo assim, a expansão da soja enfrentaria problemáticas sociais por causa da ocupação prévia, as quais eram inexistentes nas décadas anteriores no leste do Paraguai.

Nesse contexto, a sojicultura no leste San Pedro tem encontrado obstáculos sociais para sua consolidação. Assim, desde o 2001, o sistema agrário reorganizou-se, tanto do ponto de vista produtivo quanto social. Esse novo arranjo evidencia a forma desigual e contraditória de acumulação de capital entre as unidades produtivas: enquanto as UPAs dedicadas à soja continuam em constante capitalização, a agricultura familiar camponesa demonstra uma acelerada descapitalização (estagnação da acumulação ou desacumulação de capital), num processo de “desenvolvimento-e- crise”. Esse processo também foi observado no Paraguai nos estudos de Barrios *et al.*(1997) e Couturier e Pernin (1999) assim como em várias partes do mundo, evidenciados por Chonchol (1995), Dufumier (1996), Apollin e Eberthat (1999) Mazoyer e Roudart (2001) e Mazoyer (2001).

Considerando a realidade anterior e como forma de estudar a estagnação que enfrenta a agricultura familiar frente ao processo de expansão da sojicultura, no próximo capítulo apresenta-se a tipologia dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares do leste de San Pedro. A partir disso, discute-se a reprodução social levando em consideração os indicadores econômicos, as expectativas e desafios frente à expansão da soja. Finalmente esboçam-se algumas propostas de políticas públicas para a agricultura familiar.

5 A CONJUNTURA AGRÁRIA ATUAL DA ÁREA DE ESTUDO E SUAS PERSPECTIVAS

Para alcançar os objetivos propostos, este capítulo está subdividido em duas seções. A primeira seção consiste na apresentação, análise e comparação dos principais sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares na área de estudo. Também é realizada a descrição quantitativa e qualitativa de cada sistema de produção (indicadores agronômicos e socioeconômicos) no período correspondente ao ano agrícola 2005/2006. Já na segunda parte é realizada uma análise da intervenção institucional no âmbito da problemática de estudo. A partir da referida análise, são realizadas algumas considerações sobre políticas públicas para a agricultura familiar.

5.1 Tipologia dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares

Para a realização das tipologias, em termos gerais, foi considerada a contribuição dos produtos agropecuários destinados tanto para subsistência como para a venda em cada UPA familiar. Praticamente na totalidade das UPAs pesquisadas, constata-se a existência de florestas nativas residuais (entre 0,5 a 4 ha por UPA familiar), um pequeno pomar com frutas cítricas, eventualmente uma pequena horta e a criação de pequenos animais (aves, suínos). Além do consumo familiar desses produtos agropecuários, as famílias comercializam leite, queijo e carne. Também foi observada a prática de trocas de produtos e/ou de tarefas agrícolas (*mingas*). Entretanto, essa gama diversificada de produção agropecuária muitas vezes é considerada, pelos próprios agricultores, como sendo atividades marginais na composição de suas rendas.

A localização da colônia em relação ao mercado e/ou aos centros urbanos, a distância entre as estradas asfaltadas e a área metropolitana de Asunción também afetam a definição do perfil produtivo. A localidade de origem das famílias acarreta diferentes formatos de produção e, conseqüentemente, uma heterogeneidade produtiva e social. A partir dessa constatação, buscou-se apresentar as características sociais e produtivas dos agricultores familiares presentes na área de estudo. Assim, constata-se a existência de famílias que praticam policultivos empregando ferramentas simples, como machados e enxadas; famílias que utilizam a tração animal simples, com um arado tipo charrua e com animais de tração (bois ou cavalo), e mesmo agricultores que implementam sistemas de cultivos com

mecanização terceirizada, com elevada utilização de insumos químicos e importante relação com o mercado.

No **APÊNDICE C** apresentam-se fotografias das características sociais e produtivas das distintas famílias estudadas.

5.1.1 Famílias subequipadas e descapitalizadas (*mboriahú apí*) que implementam Sistema de Produção com cultivos diversificados e venda de força de trabalho – SP 1.

As famílias que implantam o SP 1, consideradas como *mboriahú apí*, constituem mais de 25% dos agricultores familiares (QUADRO 9). Localizam-se indistintamente nas antigas colônias agrícolas implantadas nas décadas de 1970 e 1980 assim como nos novos assentamentos estabelecidos na década de 1990. Mesmo que o Barrio San Pedro tenha surgido na mesma época que Naranjito (década de 1970), tem-se observado com mais frequência famílias deste tipo nesta última localidade. Uma explicação para isso seria a sua localização e o grau de acesso ao mercado: Naranjito está distante 25 km da estrada asfaltada N° 3 (principal via de comunicação da região) e do centro urbano, enquanto o Barrio San Pedro localiza-se nas proximidades da mencionada via terrestre e do centro urbano de Guayaibi.

QUADRO 9
Principais características das famílias *mboriahú apí* no leste do Departamento de San Pedro

Variáveis	Descrição
Exploração do meio natural	Agricultura de queimadas com ferramentas manuais
Ocorrência estimada	Mais de 1/4 das UPAs do Depto. de San Pedro
Superfície total dos lotes agrícolas	7 a 10 há
Cultivos agrícolas de Subsistência	Milho, mandioca, feijão, amendoim (entre 0,02 até 1,5 ha); cana-de-açúcar e batata-doce (<1 ha), erva-mate.
Cultivos agrícolas comerciais	Gergelim e algodão (0,5 até 1,5 ha); erva-cidreira (<1/2 ha) e alguns cultivos de subsistência.
Comércio da produção agrícola	Venda direta na UPA aos <i>acopiadores</i> ; os outros cultivos para autoconsumo familiar e/ou escambo.
Criação animal	Suínos e aves.
Mão-de-obra	Exclusivamente familiar; relações de parcerias (<i>mingas</i>).
Equipamentos	Predomínio de ferramentas manuais; pouca tração animal.
Rendas Agrícolas	Comercialização de gergelim, algodão, erva-cidreira; excedentes dos cultivos de subsistência
Rendas Não-Agrícolas	Venda de força de trabalho (diaristas, empregados/as) fora da UPA, ajuda de familiares.
Financiamento para a agricultura	Créditos de comerciantes locais; ajudas familiares; rendas agrícolas e não-agrícolas.

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

Os lotes agrícolas variam de 7 a 10 ha e pratica-se uma agricultura de policultivos por meio da derrubada-queimada e utilização de ferramentas simples. A produção agrícola, no início da colonização, era realizada com o corte da cobertura florestal, com a conseqüente extração e venda de toras de madeiras, lenha e carvão. Posteriormente, praticavam cultivos de subsistência e para fins comerciais. Com o decorrer dos anos e frente à redução da fertilidade natural dos solos, novas áreas florestais foram transformadas para a agricultura, deixando as áreas cultivadas inicialmente em pousio.

Os principais cultivos de subsistência são: a mandioca, variedades de milho (*avati moroti* e *avati tupi pytá*), o feijão miúdo, o amendoim e, em menor escala, a batata-doce e a cana-de-açúcar. As áreas cultivadas variam de 200 m² até o máximo 1,5 ha por família. Esses agricultores possuem plantas frutíferas (laranja, limão, banana, abacaxi) e uma pequena horta no entorno das residências, onde cultivam, durante o outono e inverno, tomate, cenoura, alface e cebola. Seus cultivos comerciais são: o gergelim e o algodão, em parcelas que variam entre 0,5 e 1,5 ha por família. Eventualmente esses agricultores plantam erva-cidreira (em áreas inferiores a 0,5 ha) e fumo de galpão (em áreas inferiores a 500 m²), produtos que são vendidos no próprio estabelecimento junto a intermediários. A venda dos produtos agrícolas destinados ao mercado é realizada no final da época estival. Já a colheita e comercialização da erva-cidreira, mesmo que seja em quantidades reduzidas, acontecem na entressafra dos cultivos de algodão e de gergelim. Alguns produtos de subsistência são trocados por outros produtos agropecuários.

As famílias criam pequenos animais, como galinhas e suínos, normalmente soltos pelo campo e alimentados com a própria produção agrícola. Os planteis são reduzidos (cerca de 40 galinhas e 3 porcos); algumas famílias possuem um bovino ou um equino. Cabe destacar que muitas famílias venderam seus animais de grande porte no ano agrícola anterior para compensar deficiências na produção agrícola ou por questões familiares (ex. doença de algum membro da família). Essa situação estaria demonstrando dificuldades de capitalização e de acumulação de capital. Contudo, cabe destacar que algumas famílias não possuíam plantel de animais antes da pesquisa de campo.

As principais ferramentas das famílias *mboriahú apí* são manuais, como o machado, o facão, *yvyku* (uma espécie de facão com cabo comprido), enxadas, algumas pás, *yvyrá hakuá* (pau pontiagudo para semear) e, eventualmente, plantadeiras manuais. Alguns agricultores utilizam pulverizador costal, principalmente no controle de pragas do algodão. No entanto, aqueles agricultores que não possuem esse equipamento recorrem ao aluguel,

fazendo o pagamento com trabalhos ou produtos agrícolas. As moradias familiares têm energia elétrica e água encanada, porém geralmente são casebres de madeiras ou de adobe. Além disso, as instalações e benfeitorias para o armazenamento/estoque da produção agrícola são precárias.

Os agricultores praticam o intercâmbio de tarefas ou *mingas* onde intervêm os laços familiares (parentesco) e do compadrio. Essas *mingas* podem determinar o êxito ou fracasso da produção. Eventualmente, algumas famílias contratam diaristas, moradores da própria colônia, principalmente para a colheita dos cultivos de renda. Com relação à reprodução da fertilidade nos sistemas de cultivos, os agricultores utilizam o *barbecho* como forma de recuperar a fertilidade dos solos. Unicamente a produção de algodão emprega agroquímicos, muitos deles de alta toxicidade e aplicados com pouco ou nenhum equipamento de proteção individual (EPI).

Para financiar a atividade agropecuária, as famílias que implementam o SP 1 recorrem normalmente a empréstimos junto a comerciantes locais, a rendas decorrentes da venda de produtos agropecuários (gergelim, algodão, milho, mandioca ou até de animais menores) e/ou a ajuda financeira de familiares. O acesso ao crédito público é restrito em decorrência das importantes exigências burocráticas a que esses agricultores são submetidos. Cabe ressaltar que as famílias normalmente estão impossibilitadas de penhorar seus bens de produção. Assim, a inexistência do título definitivo de propriedade da UPA ou de equipamentos próprios (carretas ou arados) impede a obtenção de créditos junto às instituições financeiras como o *Crédito Agrícola de Habitación* -CAH. No ano 2006, a totalidade das famílias entrevistadas obteve um subsídio do governo por perdas decorrentes da estiagem, que afetou a produção do algodão. Este ingresso, no entanto, pode ser considerado como excepcional.

Uma característica própria com relação às famílias *mborihú apí* está no fato de a maior parte da renda familiar ser proporcionada por rendas não-agrícolas (em mais de 50% em alguns casos). A venda da força de trabalho nas próprias colônias como diaristas; nas estâncias de produção bovina do entorno ou como assalariados nos centros urbanos (p.e. empregadas domésticas) representam as principais atividades não-agrícolas. Além disso, algumas famílias entrevistadas recebem ajudas pecuniárias de parentes ou familiares que moram ou trabalham fora da UPA. Assim, as atividades agrícolas no âmbito da UPA não seriam exclusivas e primordiais na composição da renda familiar.

Quanto à mão-de-obra, os agricultores utilizam a força de trabalho de crianças e mulheres de diferentes idades quase na mesma proporção a dos homens. Com relação à

composição das famílias, observa-se a ocorrência significativa de idosos (com idade superior a 65 anos). Muitas famílias com mais de 5 membros, vendem a maior parte da mão-de-obra disponível. Esse fato pode estar relacionado ao subequipamento ou à situação de elevada descapitalização desses agricultores.

5.1.2 Famílias subequipadas e estagnadas (*mboriahú*) que implementam Sistema de Produção com cultivos diversificados, com gergelim e algodão como cultivos de renda – SP 2.

De acordo com a pesquisa de campo, mais da metade dos agricultores familiares da região de estudo se enquadram dentro deste tipo. Este tipo de agricultor familiar ocorre na totalidade das colônias agrícolas, com maior presença em Naranjito, possivelmente em decorrência de sua localização mais distante com relação ao centro urbano e da estrada asfaltada (QUADRO 10).

QUADRO 10
Principais características das famílias *mboriahú* no leste do Departamento de San Pedro

Variáveis	Descrição
Exploração do meio natural	Agricultura de queimadas com ferramentas manuais e baixo nível de equipamentos
Ocorrência estimada	Mais de 50% das UPAs do Depto. de San Pedro
Superfície total dos lotes agrícolas	Em média 10 há
Cultivos agrícolas de Subsistência	Milho, mandioca, feijão, amendoim (entre 1/4 a 2 ha); cana-de-açúcar e batata-doce (<1 ha).
Cultivos agrícolas comerciais	Gergelim e algodão (1 até 2,5 ha); erva-cidreira (<1/2 ha) e alguns cultivos de subsistência.
Comércio da produção agrícola	Venda direta dos cultivos de renda na UPA aos <i>acopiadores</i> ; os outros cultivos para autoconsumo; escambo.
Criação animal	Bovinos, suínos e aves
Mão-de-obra	Familiar; relações de parcerias (<i>mingas</i>) e diaristas.
Equipamentos	Ferramentas manuais; tração animal (arado e carretas)
Rendas Agrícolas	Comercialização de gergelim, algodão, erva-cidreira; excedentes dos cultivos de subsistência
Rendas Não-Agrícolas	Venda de força de trabalho, ajuda de familiares.
Financiamento para a agricultura	Créditos de comerciantes locais; ajudas familiares; rendas agrícolas e não-agrícolas.

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

Os lotes agrícolas normalmente são de 10 ha, em grande parte mantêm o tamanho original do início das colônias (p.e. Kororo'i). Contatou-se que, no Barrio San Pedro e em Naranjito, os lotes agrícolas de 20 ha do início da colonização sofreram divisões entre os membros da família. Ainda, verifica-se que várias famílias venderam seus lotes agrícolas

(*derecheras* e títulos definitivos) para outros agricultores em decorrência da descapitalização produtiva. Dessa forma, conservam apenas a metade do tamanho (10 ha) ou até menos. Ao igual que as famílias que praticam o SP 1, os agricultores *mboriahú* o início da produção agrícola deu-se através da agricultura de derrubada-queimada e posterior pousio florestal. Nessa etapa, a renda agrícola era, em grande parte, decorrente do comércio de produtos florestais.

Os cultivos de subsistência são similares aos das famílias do tipo anterior (*mboriahú api*), ocupando áreas que variam entre 0,25 a 2 ha por família. As UPAs também possuem frutíferas e uma pequena horta. A produção agrícola de subsistência é realizada a partir da associação de diferentes cultivos: milho, mandioca e abóbora. Já o feijão miúdo pode ser cultivado de forma isolada ou combinado com o milho. Os cultivos que permitem a apuração de renda, normalmente são realizados após do período de pousio e não são associados com outros cultivos. O pousio frequentemente é de curta duração (menos de dois anos), em decorrência da reduzida disponibilidade de terra.

As rendas agrícolas das famílias *mboriahú* decorrem da venda do algodão, do gergelim, da erva-cidreira e dos excedentes de alguns cultivos de subsistência. Todavia, o gergelim é o cultivo agrícola comercial mais importante, seguido do algodão e, em menor medida, a erva-cidreira. A área plantada dos referidos cultivos pode variar de 1 a 2,5 ha por família. Os produtos agrícolas são comercializados para intermediários locais, e os excedentes dos cultivos de subsistência, principalmente mandioca, amendoim, milho e algumas hortaliças são transportados em carretas e vendidos nos centros urbanos. Uma parte desses produtos também pode ser direcionada para o mercado da área metropolitana de Asunción.

A atividade pecuária desse tipo de agricultor familiar distingue-se do das famílias *mboriahú api*, uma vez que se constata um aumento substancial do número de aves e de suínos (até 60 galinhas e 6 porcos), de animais bovinos e de eqüinos (1 a 2 cabeças). Os agricultores manifestaram que, em decorrência da queda na produção agrícola, também foram obrigados a vender alguns bovinos e bens de produção durante o ano 2005. A venda de animais e de instrumentos de trabalho evidencia o grau de decadência dessas famílias, corroborando a situação de fragilidade e precariedade produtiva.

A mão-de-obra utilizada na produção agrícola, do mesmo modo que as famílias que implementam o SP 1, é do tipo familiar. Os agricultores também recorrem aos trabalhos em *mingas* e, eventualmente, contratam diaristas em decorrência de uma maior área plantada com cultivos destinados ao mercado. Uma parte da mão-de-obra familiar também é direcionada para venda da força de trabalho em atividades agrícolas dentro da colônia ou

migração provisória para outras localidades do país ou ainda para a Argentina. As famílias entrevistadas e que cultivaram algodão no ano agrícola 2004/2005 também foram beneficiadas com o subsídio do Governo Central.

Com relação ao instrumental de produção, as famílias que implementam o SP 2 também possuem ferramentas manuais idênticas às descritas no tipo SP 1. Porém algumas famílias possuem uma carreta de tração animal, pulverizador costal e até motosserra. Eventualmente, esses agricultores podem contratar serviços terceirizados para o preparo de solos. Contudo, as instalações e benfeitorias das famílias *mboriahú* seguem sendo precárias, com casas de madeiras e banheiros rústicos, mas contando com eletrificação e água encanada.

A manutenção da fertilidade do solo também é baseada no pousio florestal e, em menor grau, pela transferência de forma indireta de esterco animal. Com relação à utilização de insumos modernos, esses agricultores também utilizam altas quantidades de agroquímicos no cultivo de algodão, com as mesmas deficiências e dificuldades encontradas entre as famílias *mboriahú apí*. Algumas famílias recorrem ao uso de herbicidas para o controle de ervas daninhas naqueles cultivos destinados ao mercado.

A composição da renda desses agricultores assemelha-se à das famílias que implementam o SP 1. Para o financiamento da produção agrícola, as famílias *mboriahú* utilizam as rendas agrícolas geradas pela produção do algodão, do gergelim assim como recorrem a empréstimos pecuniários obtidos junto a comerciantes locais. Mesmo tendo alguns equipamentos e animais, as famílias *mboriahú* não conseguem ter acesso ao crédito público. Em muitos casos, essa situação pode ser imputada à falta de títulos de propriedade (*derecheras* ou definitivos).

As atividades fora da UPA, como diaristas, migração temporal (interna e ao exterior) e a ajuda de familiares compõem as rendas não-agrícolas desses agricultores. Esses recursos financeiros normalmente são utilizados para a agricultura e para a compra de mobiliário. Os agricultores manifestaram que a venda de animais, da força de trabalho de algum membro da família e mesmo de instrumentos de produção são formas que eles dispõem para enfrentar a estagnação produtiva.

Um aspecto importante observado entre as famílias *mboriahú* está na idade média dos membros das famílias. Enquanto a maioria das famílias do tipo *mboriahú apí* é formada por agricultores idosos e com poucos membros jovens trabalhando na UPA, a idade média dos componentes das famílias *mboriahú* raramente ultrapassa os 60 anos. Constata-se a existência de jovens com idade inferior a 40 anos, que continuam morando e trabalhando na UPA. Por um lado, isso poderia explicar uma maior possibilidade de capitalização devido a uma maior

produtividade do trabalho, para a renovação de instrumental e até alguns investimentos na produção. Por outro lado, como são famílias numerosas e que dispõem de uma limitada área de terra, necessariamente um ou mais membros da família tendem a buscar novas áreas de colonização ou alternativas de trabalho fora da agricultura.

5.1.3 Famílias equipadas e capitalizadas (*mboriahú ryguatá*) que implementam Sistema de Produção com cultivos diversificados, com gergelim e algodão como cultivos comerciais – SP 3.

As famílias que se enquadram como *mboriahú ryguatá* e praticam o SP 3 ocorrem em menor quantidade na região de estudo. Em Barrio San Pedro e Kororo'i, esses agricultores estão assentados em locais próximos a centros urbanos ou da estrada asfaltada. Em Naranjito não se observou a ocorrência deste tipo de agricultor familiar (QUADRO 11).

QUADRO 11
Principais características das famílias *mboriahú ryguatá* no leste do Departamento de San Pedro.

Variáveis	Descrição
Constituição	Famílias minifundiárias que realizam agricultura de policultivos, equipadas e com poucas atividades não-agrícolas.
Exploração do meio natural	Agricultura de queimadas com ferramentas manuais e com maiores equipamentos.
Ocorrência estimada	Entre 10 a 15% das UPAs do Depto. de San Pedro.
Superfície total dos lotes agrícolas	De 10 a 16 há
Cultivos agrícolas de Subsistência	Milho, mandioca, feijão, amendoim (de 1/5 até 3 ha); cana-de-açúcar (1/4 ha) e batata-doce (<1/4 ha).
Cultivos agrícolas comerciais	Gergelim e algodão (1 até 3 ha); hortaliças (até 1/2 ha) e alguns cultivos de subsistência.
Comércio da produção agrícola	Venda direta na UPA para intermediários ou em grupos para as agroindústrias; outros cultivos para consumo familiar; escambo.
Criação animal	Bovinos, eqüinos; suínos e aves
Mão-de-obra	Familiar e contratada; relações de parcerias (<i>mingas</i>)
Equipamentos	Ferramentas manuais, tração animal com arados, carretas e capinadoras.
Rendas Agrícolas	Venda de gergelim, algodão, hortaliças; excedentes dos cultivos de subsistência.
Rendas Não-Agrícolas	Venda de polvilho, leite e queijo; ajuda de familiares.
Financiamento para a agricultura	Rendas agrícolas, créditos de comerciantes locais e crédito público; rendas não-agrícolas.

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

Ainda que as famílias *mboriahú ryguatá* representem menos do 15% do total das UPAs do leste do Depto. de San Pedro, elas apresentam algumas similaridades com relação aos tipos de agricultores familiares anteriormente descritos. Em geral, as famílias exploram lotes agrícolas entre 10 a 16 ha, ou mesmo áreas de até 30 ha, sejam próprias ou arrendadas. Em muitos casos, o aumento da área dos lotes decorre da compra, de modo informal, de *derecheras* de outros agricultores familiares.

Com relação à produção agrícola de subsistência, os agricultores *mboriahú ryguatá* realizam cultivos similares aos encontrados no SP 1 e no SP 2, diferenciando-se unicamente pelo maior tamanho das parcelas cultivadas (1/5 até 3 ha). Uma maior área plantada com milho ou mandioca está estreitamente relacionada com a alimentação do plantel de animais. Em alguns casos, esses agricultores produzem polvilho para ser comercializado na entressafra agrícola (outono e inverno). Uma parte das UPAs é destinada ao cultivo de pastagens ou cana-de-açúcar (0,2 até 1 ha) para alimentação da criação bovina ou eqüina.

Já em relação aos sistemas de cultivos implementados por essas famílias, observa-se que os principais cultivos para comercialização são o gergelim e o algodão, que ocupam áreas de 1 até 3 ha. Além disso, cultivam hortaliças como cebola, pimentão, melancia, abóbora, melão, abacaxi e banana em áreas que vão de 500 a 2.500 m² por família. Esses cultivos participam na geração da receita agrícola e são utilizados para consumo familiar ou para trocas. Parte dos excedentes dos cultivos de subsistência é comercializada com agentes locais ou de fora da colônia. Outras fontes de rendas são a produção de polvilho, aluguel de ferramentas, trabalhos terceirizados ou mesmo advindas da ajuda de familiares que não moram na UPA. As famílias que plantaram o algodão no ano agrícola 2004/2005 também foram beneficiadas pelo subsídio do Governo Central.

Para financiar a produção agrícola, essas famílias recorrem principalmente a recursos próprios, oriundos de receitas agrícolas. Tendo em vista que esses agricultores possuem títulos de propriedade e/ou dos bens de produção, essas famílias têm fácil acesso ao crédito público via CAH. Com isso, observa-se que as famílias apresentam uma menor dependência dos intermediários ou comerciantes locais. No entanto, parte dos agricultores também obtém créditos junto aos *acopiadores*. Alguns agricultores também recorrem circunstancialmente à ajuda de familiares que moram fora da UPA ou mesmo à migração provisória na busca de empregos não-agrícolas, dentro ou fora da região, com o intuito de aumentar a renda familiar. Essa estratégia normalmente permite que as famílias obtivessem recursos para investir na produção agrícola ou para comprar mobília e eletrodomésticos.

Um diferencial observado nas famílias *mboriahú ryguatá* relaciona-se com a comercialização de sua produção. Muitas famílias organizam-se em grupos e assinaram um contrato em 2005 com empresas agroindustriais para a venda da totalidade da produção de gergelim. A venda conjunta permitiu a essas famílias obter uma renda superior à obtida com a comercialização individual. Frente a essa situação, alguns *acopiadores* das localidades onde se realiza esse tipo de comercialização ofereceram preços mais elevados com o intuito de debilitar essas organizações. Assim, a pesquisa de campo revela que unicamente na safra 2005/06 foi realizada a operação de venda conjunta.

As famílias que implementam o SP 3 possuem uma maior quantidade de bens de produção, o que certamente configura uma relativa diferença de capitalização em relação aos tipos anteriores. Os agricultores possuem até dois pulverizadores costais, três semeadoras manuais, uma a duas carretas, dois arados e capinadoras de tração animal e um a dois silos metálicos para estocar a produção de grãos. Eventualmente contratam serviços terceirizados para o preparo do solo, como tratores com implementos. Os agricultores manifestam que o uso do arado tipo charrua e/ou arado modificado (*karancho*) permite que a preparação do solo e o controle de ervas daninhas sejam executados com maior rapidez e menor custo.

Além de uma maior disponibilidade de equipamentos, as famílias *mboriahú ryguatá* também possuem um maior número de animais: aves (80 a 100 cabeças), suínos (6 a 10 cabeças), esses últimos criados em confinamento. O plantel de animais de tração é formado normalmente de um a dois pares de bois, um a dois cavalos, além de uma a duas vacas leiteiras. Além de os animais contribuem nas tarefas produtivas, fornecem complemento protéico (carne, leite e queijo) para a alimentação familiar e, eventualmente, produtos para comercialização ou troca. Os agricultores possuem benfeitorias e instalações de baixo valor, mas os espaços destinados aos meios de produção e as habitações estão mais bem distribuídos. Apesar de as moradias contarem com eletrificação e água encanada, as instalações sanitárias ainda são rústicas.

Considerando a força de trabalho utilizada pelas famílias *mboriahú ryguatá*, não se observou diferença significativa, quando se compara essas famílias com aqueles que implementam o SP 1 e SP 2. A totalidade dos componentes da família participa nos trabalhos agrícolas, podendo eventualmente contratar diaristas, principalmente para a colheita do algodão e do gergelim. Contudo, a mão-de-obra familiar continua sendo superior à mão-de-obra contratada. A remuneração dos diaristas pode ser em dinheiro, *minga* ou em produtos agropecuários. A venda da força de trabalho não é comum, quando se compara com as outras famílias descritas anteriormente.

No que se refere à exploração do meio natural e práticas agronômicas, as famílias que praticam o SP 3 continuam utilizando o sistema de derrubada-queimada. Porém, recorrem com maior intensidade ao uso do arado em áreas com poucas árvores ou com tocos. A utilização de herbicidas e de inseticidas, principalmente nos cultivos destinados à apuração de renda, também representa práticas agronômicas comuns. A maior disponibilidade de animais constitui uma forma de transferência de fertilidade dentro do sistema produtivo: os animais alimentam-se dos excedentes da produção, da vegetação do pousio e da pastagem para produzir esterco, que é aproveitado nos sistemas de cultivo. A utilização de abonos verde, como *Mucuna ceniza*, *Cajanus cajan*, e *Crotalaria* sp., e posterior plantio direto, também é uma alternativa para a recuperação da fertilidade dos solos.

No passado, a quantidade de agricultores do tipo *mboriahú ryguatá* foi mais expressiva. Os entrevistados revelaram que muitas famílias ficaram estagnadas em termos socioeconômicos nos últimos anos, principalmente em decorrência da queda nos preços do algodão e do fumo de galpão. Todavia, os rendimentos decrescentes dos cultivos destinados à geração de renda, os baixos preços pagos pelos intermediários, a elevação dos preços de insumos produtivos e dos produtos da cesta básica, assim como a falta de crédito agrícola são fatores que, em maior ou menor grau, incidiram na estagnação social e produtiva de grande parte das famílias camponesas. Diante disso, muitos agricultores foram obrigados a vender o rebanho bovino, algumas ferramentas (arado, carretas, capinadoras, etc.) e, paulatinamente, a força de trabalho. As famílias que estavam em situação de maior fragilidade socioeconômica também venderam seus lotes de terras e migraram para outras localidades. De acordo com depoimentos dos agricultores, esse processo é conhecido vulgarmente como *mboriahú omunã chupe* (“a pobreza fez correr à família”).

Dessa forma, o grau de capitalização das famílias que praticam o SP 3 fundamenta-se na maior quantidade de animais, equipamentos e em estratégias diversificadas de produção e comercialização. Assim, esses agricultores podem renovar os equipamentos e ferramentas, adquirir mais animais para aumentar o plantel e inclusive aumentar o tamanho do lote familiar. A idade média familiar normalmente não ultrapassa os 40 anos.

5.1.4 Famílias equipadas e capitalizadas (*pety ñoty há*) que implementam Sistema de Produção com cultivos diversificados e tendo o fumo como principal cultivo de renda – SP 4.

Os agricultores *pety ñoty há*, que praticam o sistema de produção SP 4 apresentam características similares com as famílias anteriormente descritas. Encontram-se localizados unicamente na colônia Kororo'i, com um total de 14 famílias, o que representa menos do 1% do total das UPAs familiares (QUADRO 12).

QUADRO 12
Principais características das famílias *pety ñoty há* no leste do Departamento de San Pedro.

Variáveis	Descrição
Exploração do meio natural	Sistemas de produção agrícola intensiva combinada com agricultura de queimadas.
Ocorrência estimada	< 1% do total das UPAs
Superfície total dos lotes agrícolas	7 a 10 há
Cultivos agrícolas de Subsistência	Milho, mandioca, feijão, amendoim (de ¼ até 2 ha); cana-de-açúcar, batata-doce (até 1 ha)
Cultivos agrícolas de renda	Principalmente fumo de estufa (entre 1,5 a 2 ha); ocasionalmente gergelim (0,5 a 1 ha)
Comércio da produção agrícola	Venda direta à fumageira local; o gergelim vendidos para <i>acopiadores</i> ; os outros cultivos para autoconsumo familiar e/ou escambo.
Criação animal	Bovinos, eqüinos; suínos e aves.
Mão-de-obra	Familiar e contratada; alta relação de parcerias intrafamiliares (<i>mingas</i>).
Equipamentos	Ferramentas manuais, tração animal com arado, carreta, e capinadoras; estufa e secador para fumo.
Rendas Agrícolas	Comercialização de fumo, gergelim; alguns excedentes de cultivos de subsistência.
Rendas Não-Agrícolas	Venda de polvilho, leite e queijo; empréstimos de equipamentos, trabalhos terceirizados.
Financiamento para a agricultura	Rendas agrícolas e não-agrícolas.

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

As atividades agrícolas também se fundamentam na derrubada-queimada, em áreas que variam de 7 a 10 ha. Apresentam semelhança com as famílias que implementam o SP 3 na utilização de ferramentas manuais (enxada, facão) e equipamentos de tração animal (arados, carretas e capinadora) assim como nos cultivos de subsistência para alimentação familiar e dos animais domésticos. Os agricultores *pety ñoty há* possuem um plantel de animais de tração, constituído normalmente por dois bois, um cavalo e criam também em média dez suínos, até três vacas e mais de setenta frangos. Esses animais ajudam na produção, servem como poupança, ou seja, representam uma reserva de valor em caso de necessidades imediatas, e de alimentos para as famílias. No entorno das habitações cultivam plantas frutíferas e uma horta.

Os cultivos de subsistência dessas famílias normalmente se fundamentam no sistema de cultivo de derrubada-queimada ciclo reduzido (menos de dois anos), via de regra, com práticas agronômicas simples. Porém, como são agricultores especializados no cultivo de fumo de estufa, algumas práticas agronômicas são diferentes em relação aos cultivos de subsistência. Neste caso, a recuperação da fertilidade do sistema de cultivo é feita com a aplicação de adubos químicos. Entretanto, os agricultores plantam alguns cultivos nas áreas ocupadas anteriormente pelo fumo com o intuito de aproveitar o efeito residual da adubação química.

O fumo de estufa é da variedade Virginia comercializado junto à empresa *Tabacalera del Este Sociedad Anônima* –TABESA localizada no município de Chorê, centro do Depto. de San Pedro. A inserção inicial dessas famílias na atividade fumageira ocorreu em 2003 por convite da referida indústria para os agricultores da parte nordeste do Depto. de San Pedro. O critério de seleção das UPAs restringiu-se a alguns aspectos, tais como contar com um pequeno rebanho de animais, equipamentos e ferramentas de produção, mão-de-obra familiar relativamente abundante e manutenção dos cultivos de subsistência. Desse modo, poucas famílias do tipo *mboorahú ryguatá* puderam dedicar-se à fumicultura, as quais assinaram contratos com a empresa.

Um dos aspectos desse contrato de produção entre as famílias e a empresa fumageira prevê que os agricultores não deveriam negligenciar os cultivos destinados ao autoconsumo. Cada família deveria plantar no mínimo 1 a 2 ha de cultivos de subsistência e os agricultores não seriam obrigados a plantar mais de duas safras de fumo por ano. O contrato também desobrigava ao agricultor das despesas por perdas provocadas pela estiagem ou pelo granizo, mas não indenizava os custos do agricultor por danos causados por pragas.

O fumo é cultivado em uma área que varia entre 1,5 a 2 ha por família, com duas até três safras por ano, dependendo da força de trabalho familiar. Participam da lavoura desde crianças menores de 12 anos a jovens e adultos, sem distinção de sexo ou idade. Como são poucos agricultores que implementam esse sistema de cultivo, as relações de parentesco e compadrio assim como uma elevada quantidade da mão-de-obra familiar facilitam as atividades de produção. O trabalho em *mingas* é fortemente estimulado para diminuir o contrato de mão-de-obra fora da UPA, o que acarreta um menor custo de produção. A produção do fumo, de certa forma, impede que alguns componentes da família realizem *changanas*. Contudo, existem algumas famílias em que pelo menos um membro realiza atividades fora da UPA. Para determinadas tarefas, como a plantação e a colheita, os

agricultores contratam diaristas da própria colônia. A intensificação do trabalho familiar no ciclo produtivo é uma característica marcante das famílias *pety ñoty há*.

No que se refere às práticas agrônômicas da produção de fumo, cabe destacar que esses agricultores utilizam com maior intensidade os diferentes tipos de herbicidas, de inseticidas e de hormônios. Esses agroquímicos são fornecidos por técnicos da própria TABESA. Constata-se a existência de famílias que preparam suas parcelas agrícolas utilizando a tração animal (com bois e arados próprios), mas também há alguns agricultores que contratam o serviço de um trator e equipamentos.

A produção do fumo requer instalações e benfeitorias, como uma estufa a lenha e um depósito para o tabaco seco. Essas benfeitorias são implantadas pela empresa TABESA e disponibilizadas às famílias na forma de comodato. O reembolso das benfeitorias é distribuído em parcelas anuais no decorrer dos cinco anos de duração do contrato. Em caso de inadimplência, a empresa recupera apenas as benfeitorias e os agricultores preservam os equipamentos, os animais ou títulos da propriedade. As moradias possuem água encanada, eletricidade e banheiros modernos.

Além das ferramentas manuais utilizadas nos cultivos de subsistência, as famílias possuem equipamentos, como motosserras, capinadoras e carreta. Esses instrumentos de produção foram fornecidos pela TABESA e deveriam ser reembolsados no primeiro ano de produção. Igualmente, a TABESA financiou o capital para a construção e organização das instalações pós-colheita, equipamentos e uma parte dos custos de produção no início de produção do fumo.

Como o ciclo de cultivo do fumo é relativamente curto (3 meses) e as famílias podem realizar, no mínimo duas safras anuais. As folhas do fumo secas são totalmente comercializadas para a TABESA. A própria empresa recolhe a produção na UPA, utilizando seus próprios funcionários e veículos. Posteriormente, o agricultor dirige-se à sede da empresa para receber o pagamento, onde se realiza antecipadamente o desconto dos custos relativos aos insumos químicos e das benfeitorias.

Como uma alternativa de aumentar a renda familiar, as famílias *pety ñotyhá* também cultivam gergelim, em áreas que variam entre 0,5 a 1 ha e comercializam a produção com *acopiadores* da própria colônia. As famílias também trocam produtos, remunerando os diaristas com animais menores (aves ou suínos) ou com produtos de subsistência. Eventualmente comercializam polvilho, leite e queijo, mas em quantidades reduzidas.

As famílias também conseguem rendas com atividades não-agrícolas, contudo em menor quantidade percentual se se compara com os demais agricultores familiares. As rendas

não-agrícolas são obtidas através de atividades realizadas por algum membro da família fora da UPA. O aluguel de ferramentas ou equipamentos (p.e. motosserras, pulverizador costal), o preparo do solo com arados e bois para outras famílias da colônia também são formas de obtenção de rendas não-agrícolas. Os agricultores revelaram que a renda total das famílias é suficiente para financiar as atividades de produção. Portanto, não utilizam o crédito público fornecido pelo CAH.

Um aspecto importante observado nas UPAs desses agricultores se relaciona com o reflorestamento com eucaliptos. Devido ao elevado consumo de lenha que as estufas demandam para a secagem do fumo, e ainda em função da diminuição da área de floresta nativa na região, a TABESA tem fornecido mudas de eucaliptos para aumentar a disponibilidade de lenha em nível local. As famílias plantaram uma área mínima de 2.000 m² em massas puras ou ainda em sistema consorciado com alguns cultivos de subsistência.

Em geral, as famílias *pety ñotyhá* possuem uma idade média que não ultrapassa os 40 anos. Normalmente os agricultores que desenvolvem atividades voltadas à fumicultura usam a força de trabalho proveniente de duas ou três famílias que moram e trabalham em uma única UPA.

5.1.5 Famílias equipadas e capitalizadas (*chokokué pyahú*) que praticam Sistema de Produção com cultivos diversificados, tendo a soja e milho como principais cultivos de renda – SP 5.

O agricultor familiar deste tipo está localizado unicamente em Kororo'i e em Naranjito. Cabe ressaltar que as famílias que se dedicam à produção mecanizada da soja e do milho representam menos do 1% de todas as UPAs presentes na região de estudo. O sistema de produção implementado pelas famílias *chokokué pyahú* apresenta algumas similitudes com os sistemas de produção descritos anteriormente. No entanto, os lotes agrícolas das famílias *chokokué pyahú* são maiores, atingindo áreas de até 30 ha, por propriedade, arrendamentos e/ou parcerias (QUADRO 13).

A agricultura de queimadas com policultivos para subsistência realiza-se em áreas que variam entre 0,25 e 2 ha, empregando a mão-de-obra familiar e ferramentas simples, como enxada, facão e semeadoras manuais. O cultivo de hortaliças e de plantas frutíferas no entorno dos lares também compõe parte da produção destinada à subsistência. A produção pecuária é composta por um par de bois e/ou um equino, até seis suínos e mais de sessenta aves. O início da produção agropecuária também foi através da derrubada-queimada.

Contudo, os agricultores têm práticas agrônômicas diferenciadas nos cultivos de subsistência e de renda. Enquanto a produção de subsistência emprega ferramentas manuais simples, tração animal simples e mão-de-obra familiar, os cultivos de renda fundamentam-se na produção mecanizada da soja e do milho. Essa produção mecanizada normalmente emprega maquinário e um elevado uso de inseticidas, fungicidas e herbicidas.

QUADRO 13
Principais características das famílias *chokokué pyahú* no leste do Departamento de San Pedro

Variáveis	Descrição
Exploração do meio natural	Agricultura de queimadas combinada com sistemas de produção mecanizada.
Ocorrência estimada	< 1% do total das UPAs
Superfície total dos lotes agrícolas	de 7 a 30 há
Cultivos agrícolas de Subsistência	Milho, mandioca, feijão, amendoim (de 1/4 até 2 ha)
Cultivos agrícolas de renda	Soja e milho (entre 2 até 16 ha); eventualmente gergelim (0,5 até 1 ha)
Comércio da produção agrícola	A soja e o milho, venda direta à agroindústria local ou aos Menonitas; gergelim e algodão para os <i>acopiadores</i> .
Criação animal	Bovinos, eqüinos; suínos e aves
Mão-de-obra	Familiar e contratada; relação de parcerias (<i>mingas</i>); trabalhos terceirizados
Equipamentos	Ferramentas manuais, tração animal com arado e capinadora, mecanização terceirizada.
Rendas Agrícolas	Comercialização de soja, milho, gergelim, excedentes de cultivos de subsistência
Rendas Não-Agrícolas	Venda de polvilho, leite e queijo; ocupações fora da UPA.
Financiamento para a agricultura	Agroindústria local; rendas agrícolas e não-agrícolas.

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

A soja, por tratar-se de um cultivo que normalmente é realizado em grandes propriedades e que utiliza elevada quantidade de insumos químicos, poderia indicar a prática de uma “moderna agricultura” quando se compara esse tipo com os demais agricultores familiares. A produção da soja e do milho decorreu de um convite realizado pela empresa VETRA (Agro silo Santa Catalina) para os agricultores familiares dos municípios da parte nordeste do Depto. de San Pedro. A introdução de sojicultura junto a esses agricultores ocorreu durante a *vague deferlânte* desta oleaginosa no Paraguai, no ano agrícola 2001/2002.

Os silos de recepção de grãos e fornecimento de insumos químicos da VETRA funcionam desde 2004 em Santa Rosa del Aguaray, a 5 km do centro desse distrito e próxima à colônia Kororo’i. A partir desse mesmo ano, a VETRA ofereceu aos agricultores da referida colônia a possibilidade de destocar e preparar as parcelas das UPAs, assumindo a empresa os custos dessas atividades. Posteriormente, o preparo do solo, a semeadura, o controle de pragas

e ervas daninhas, a colheita e a assistência técnica foram de responsabilidade financeira da VETRA, restando para os agricultores unicamente o fornecimento da alimentação para os operadores do maquinário. Contudo, o agricultor deveria restituir à empresa o custo das sementes, dos herbicidas e dos pesticidas após da colheita da soja.

Assim, o cultivo da soja e, posteriormente, o do milho, teve orientação e respaldo da VETRA, que possibilitou aos agricultores a prática de uma agricultura diferenciada com relação à produção campesina. Deste modo, foi colocado em prática um novo sistema de cultivo de alto risco, exigente no manejo agrônômico, mas com venda segura frente a sua demanda internacional. Contudo, segundo os responsáveis da VETRA, as condições de efetivo animal, de equipamentos ou tamanho das propriedades não foram consideradas como pré-requisito ao cultivo da soja.

Os itinerários técnicos para a produção da soja e do milho são realizados por tratores e colheitadeiras fornecidos pela VETRA. Em alguns casos, essas operações são através de serviços terceirizados realizados pelos agricultores menonitas de Santa Rosa del Aguaray ou de Nueva Germania. Os agricultores de Naranjito realizam a motomecanização por intermédio de parcerias com produtores do entorno que possuem as respectivas máquinas e equipamentos. Nesse caso, os membros das famílias realizam mutirões com sojicultores mais capitalizados em troca do plantio e da colheita da soja e do milho. Essa parceria traz como resultado uma relativa redução dos custos de produção.

Além da soja e do milho, os agricultores *chocokué pyahú* também cultivam gergelim, algodão e erva-cidreira, em áreas reduzidas (de 0,5 a 1 ha). Nesse caso, utilizam ferramentas manuais, tração animal, mão-de-obra familiar e inclusive as *mingas*, principalmente na sementeira e colheita. Mesmo que a soja e o milho sejam os principais cultivos de renda, os agricultores não abandonam os cultivos de subsistência ou a criação animal, o que contribui para uma relativa segurança alimentar e econômica. Alguns agricultores que implementam o SP 5 recorrem a atividades remuneradas fora da UPA, principalmente na época de entressafra (outono e inverno).

Segundo os diretores da VETRA, o apoio concedido inicialmente para os agricultores *chokokué pyahú* não acarretou lucros significativos para a empresa. As quedas de produção e produtividade da soja, decorrente da forte estiagem nos anos agrícolas 2003/04 e 2004/2005, assim como a utilização de sementes transgênicas não adaptadas à região provocaram o afastamento de muitos agricultores. Os parceiros da VETRA que detinham menos de 20 ha, em sua grande maioria, deixaram de plantar a oleaginosa. Mesmo com esses problemas, algumas famílias se mantiveram na atividade devido à facilidade do

refinanciamento das dívidas oferecida pela empresa. Além disso, o cultivo de milho em rotação com a soja possibilitou que alguns agricultores permanecessem na produção.

Cabe destacar que as famílias do tipo *chokokué pyahú* apresentam jovens em sua composição familiar e uma relativa capitalização (ferramentas, equipamentos e animais). As famílias registram uma melhora substancial na organização da moradia e de benfeitorias: possuem casas de alvenaria, cozinha separada dos outros aposentos da casa, energia elétrica, banheiros modernos e depósitos para guardar os equipamentos, insumos e estocar a produção de subsistência.

5.2 Outros sistemas de produção praticados pelos agricultores do leste de San Pedro

Além dos sistemas de produção apresentados anteriormente, constata-se a existência de agricultores, no interior das colônias estudadas, que praticam outros sistemas produtivos. Porém, não são considerados de forma específica e explicitados minuciosamente uma vez que sua ocorrência é pouco significativa e apresentam particularidades que escapam aos objetivos deste estudo.

A pesquisa de campo revela a existência de famílias que se dedicam apenas à agricultura de subsistência e sua renda deriva unicamente da venda de força de trabalho, em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. Nesse caso, acredita-se que o tamanho dos lotes, o elevado número de pessoas por família e as poucas ferramentas disponíveis não estariam estimulando a prática da agricultura. Possivelmente essas famílias se situam no último estado de descapitalização e utilizam os lotes agrícolas unicamente para moradia. As UPAs de minifundiários em situação de extrema descapitalização são pontuais, abrangem menos do 1% do total das UPAs da região e possivelmente perderam a sua funcionalidade agrícola.

Também, foram encontradas famílias que plantam soja em áreas sem destocar, empregando ferramentas simples, utilizando integralmente a força de trabalho familiar ou até empreitando algumas tarefas agrícolas como as de semeadura e de colheita. Após o cultivo de soja, alguns agricultores plantam milho. O itinerário técnico, tanto da soja como do milho, são totalmente via ferramentas manuais. Como são casos muito pontuais, esses agricultores não foram incluídos entre as famílias que implementam o SP 5.

Nas localidades onde se realizou a pesquisa de campo, teve-se a oportunidade de observar algumas UPAs que se dedicam apenas à pecuária bovina de corte, sem raça definida e em lotes de 20 a 50 ha. O nível de equipamento é baixo, composto basicamente de ferramentas como facão, machado e enxada, para o controle de ervas daninhas nas pastagens e

empregando, para isso, mão-de-obra contratada (diaristas) do entorno. A origem desses produtores tem conotações particulares. A informalidade fundiária predominante na região tem permitido que comerciantes, políticos e autoridades, que moram nos centros urbanos, a compra de lotes ou de *derecheras* em áreas afetadas pela reforma agrária. Essas áreas pertenciam originalmente a agricultores pauperizados ou ainda especuladores fundiários que se instalaram na colônia e posteriormente venderam seus lotes desmatados. Os pecuaristas implantaram pastagem e algumas benfeitorias (piquetes, aguadas, etc.) para os animais, contratando algum agricultor do entorno para a condução da UPA. Como esses proprietários não foram localizados, não se conseguiu realizar as entrevistas.

Quanto aos *acopiadores* ou atravessadores das colônias pesquisadas, pode-se mencionar que suas rendas familiares decorrem do comércio de produtos, tais como ferramentas, vestimenta e alimentos de uso cotidiano (sal, farinha de trigo, macarrão, ervamate, açúcar, etc.). Normalmente esses produtos são vendidos às famílias com a condição de que as mesmas entreguem (total ou parcialmente) a produção do gergelim e/ou do algodão. A concessão de créditos com juros exorbitantes também é uma forma de obtenção das rendas entre os *acopiadores*. O pagamento desses empréstimos fundamenta-se na entrega total ou parcial da produção dos supracitados cultivos comerciais. O algodão e/ou gergelim são transportados em caminhões próprios ou das empresas com as quais o *acopiador* possui vínculo mercantil. Cabe destacar que esses comerciantes plantam cultivos de subsistência, criam algumas cabeças de gado bovino, aves e suínos, empregando a mão-de-obra familiar e de diaristas.

Além desses *acopiadores*, observou-se que algumas famílias dedicam-se à compra informal de toras de madeiras que são revendidas aos arrendatários florestais. Desse modo, essa madeira explorada, que escapa da fiscalização florestal, alimenta diretamente a informalidade mercantil que prevalece no setor florestal.

5.3 Indicadores de desempenho econômico dos Sistemas de Produção praticados pelos agricultores familiares

Na TAB. 17 são apresentados resumidamente os principais resultados de desempenho agroeconômico dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares do leste do Depto. de San Pedro, Paraguai. O ano agrícola em estudo compreende setembro de 2005 a agosto de 2006.

TABELA 17

Desempenho agroeconômico dos Sistemas de Produção implementados pelos agricultores familiares no leste do Departamento de San Pedro, ano agrícola 2005/2006

Indicadores	SP 1	SP 2	SP 3	SP 4	SP 5
Superfície Total - ST (ha)	10	10	10 – 16	7 – 10	7 – 20
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	4,5 – 6,5	5,5 – 8,25	6,5 – 8,0	6,5 – 9,45	6,1 – 15,85
Mão-de-Obra TOTAL (UTH)	2,65 – 3,92	3,93 – 4,8	2,33 – 2,72	4,03 – 6,83	2,29 – 4,32
Mão-de-Obra Contratada (UTH)	0 – 0,02	0 – 0,33	0,026 – 0,42	0,53 – 0,6	0,29 – 1,17
Mão-de-Obra Familiar (UTH f)	2,65 – 3,91	3,83 – 4,8	2,3 – 2,67	3,5 – 6,23	1,99 – 3,16
Produto Bruto TOTAL (milhões de G\$/ano)	6,8 – 9,6	9,1 – 18,8	10,0 – 19,2	43,7 – 50,1	40,3 – 53,7
Valor Agregado Bruto – VAB (milhões de G\$/ano)	6,6 – 9,0	8,6 – 17,3	9,2 – 18,1	36,6 – 44,0	26,0 – 37,9
Valor Agregado Líquido – VAL (milhões de G\$/ano)	6,3 – 8,5	7,7 – 16,4	7,9 – 16,9	32,4 – 42,8	25,3 – 36,4
Rendas Agrícolas – RA (milhões de G\$/ano)	6,2 – 8,5	7,7 – 16,3	7,7 – 15,4	27,0 – 40,4	22,7 – 37,1
Rendas Não-Agrícolas – RNA (milhões de G\$/ano)	1,2 – 8,1	1,0 – 8,5	0 – 2,0	0,3 – 11,7	0,4 – 2,3
Renda Total – RT (milhões de G\$/ano)	9,7 – 19,1	8,7 – 21,4	9,7 – 15,8	28,1 – 48,2	25,0 – 37,5
Rendas agrícolas/ RT (%)	32,6 – 87,7	60,4 – 89,7	79,4 – 100	69,8 – 98,9	90,8 – 98,9
Rendas Não-agrícolas/ RT (%)	12,3 – 67,4	8,4 – 39,9	0 – 20,6	1,1 – 30,2	1,1 – 9,2
Capital Imobilizado TOTAL (milhões de G\$)	23,4 – 24,6	29,4 – 41,1	34,4 – 63,1	46,4 – 92,4	39,0 – 75,9
Nível de equipamento	MA; TaT aves, suínos	MA; Ta Aves, suínos;	MA; TA, MeT; C aves, suínos,	MA; TA; C; E; S aves, suínos,	MA; TA; MeT aves, suínos,
Produção animal		bovinos	bovinos, eqüinos	bovinos, eqüinos	bovinos
Principais cultivos	Subsistência, gergelim, algodão	Subsistência, gergelim, algodão	Subsistência, gergelim, algodão, hortaliças	Subsistência, fumo, gergelim	Subsistência, soja, milho
SAU/UTH f (ha/ UTH f) Intensidade da mão-de-obra	1,15 – 2,45	1,15 – 2,16	2,43 – 3,48	1,04 – 2,70	3,05 – 5,01
VAL/SAU (milhões de G\$/ha) Produtividade da terra	0,9 – 1,4	1,4 – 2,0	1,0 – 2,1	4,5 – 5,1	1,5 – 5,9
RA/SAU (milhões de G\$/ha) Remuneração agrícola do trabalho	0,9 – 1,3	1,4 – 1,9	0,9 – 1,6	3,7 – 4,2	1,4 – 6,0
VAL/UTH f (milhões de G\$/UTH f) Remuneração agrícola da terra	1,6 – 3,2	1,6 – 4,3	3,4 – 7,3	5,3 – 12,2	8,0 – 18,2
RA/UTH f (milhões de G\$/UTH f) Remuneração total do trabalho	1,5 – 3,2	1,6 – 4,2	3,3 – 6,7	3,8 – 9,6	7,1 – 18,6
RT/SAU (milhões de G\$/ha) Remuneração total da terra	1,5 – 4,4	1,5 – 3,3	1,2 – 1,9	4,3 – 5,3	1,5 – 6,1
RT/UTHf (milhões de G\$/UTH f) Remuneração total do trabalho	3,6 – 4,8	1,8 – 5,5	4,2 – 6,8	4,5 – 13,7	7,9 – 18,8

Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa de campo (2006).

Convenções: MA: Manual - TaT: tração animal MeT: Motomecanização terceirizada - Subsistência (mandioca, milho, feijão, amendoim, batata-doce)
terceirizada - TA: tração animal. C: carreta - E: estufa - S: secador Hortaliças (cebola, melancia, abacaxi, moranga).

Conforme a TAB. 17, constata-se que os resultados agroeconômicos decorrentes de cada sistema de produção implementado pelos agricultores familiares, apresentam algumas semelhanças e diferenças significativas. Um importante elemento comum entre eles é a matriz fundiária devido ao processo de colonização outrora executado pelo IBR.

Constata que a Superfície Agrícola Útil (SAU) de cada família depende do grau de utilização da terra. Os agricultores que implementam o SP 1 e o SP 2 registram valores baixos de SAU, enquanto os agricultores com sistemas de produção mais intensivos (SP 3, SP 4 e SP 5), apresentam uma área útil próxima à superfície total (utilização máxima do recurso terra). Uma explicação desse fenômeno estaria no baixo nível de equipamentos, sem tração animal e uma baixa capacidade econômica para uma maior utilização dos lotes agrícolas. Além disso, a baixa aptidão dos solos onde estão localizados essas UPAs também poderia explicar uma baixa SAU.

Quanto à força de trabalho, a totalidade das UPAs baseia o trabalho agropecuário na mão-de-obra familiar, sem muita diferenciação entre tarefas executadas entre adultos e crianças¹ de ambos sexos. Entre as famílias que implementam o SP 1 e SP 2, a ausência de animais e equipamentos para as atividades de produção obriga a utilização mais elevada da força de trabalho familiar. Nesses casos, observa-se que as *mingas* e as trocas de produtos entre as famílias contribuem para diminuir o nível de mão-de-obra contratada. Entretanto, as famílias que implementam o SP 3 utilizam tanto mão-de-obra familiar como contratada. Os agricultores que realizam o cultivo do fumo (SP 4), devido à alta demanda de mão-de-obra recorrem ao uso total da força de trabalho familiar e às parcerias (*mingas*). Os agricultores que cultivam soja e milho (SP 5), mesmo que esses cultivos sejam mecanizados, também recorreram à mão-de-obra familiar e contratada para as atividades de produção.

O Produto Bruto (PB) obtido pelas famílias estudadas demonstrou diferenças significativas entre e dentro de cada sistema de produção. As famílias que implantam o SP 1 e o SP 2 obtiveram um PB baixo quando comparado com as outras famílias estudadas. Os agricultores que cultivam soja, milho (SP 5) e fumo (SP 4) atingiram valores relativamente altos de PB. A diferença na geração do PB estaria relacionada com uma utilização maior da SAU e os preços dos principais cultivos de renda desses agricultores.

¹ Uma grande parte do não comparecimento ou ainda deserção escolar observada no meio rural deve-se ao envolvimento das crianças nas atividades da produção agropecuária familiar. Muitas delas realizam trabalhos de tempo integral nas lavouras, dificultando assistir efetivamente à escola, provocando uma alfabetização deficiente e precária. No caso das mulheres, uma grande parte das tarefas realizadas no interior da UPA familiar não é considerada economicamente, tornando o trabalho feminino invisível desde o ponto de vista da geração de rendas.

Cabe destacar que um Produto Bruto baixo incide diretamente na geração do Valor Agregado, tanto bruto (VAB) como líquido (VAL²). Dessa forma, os sistemas de produção SP 4 e SP 5 registram Valores Agregados superiores quando comparados com os agricultores que implantam o SP 1, o SP 2 e o SP 3. Essa diferença na geração de Valor Agregado entre os distintos sistemas de produção relaciona-se com uma maior ou menor utilização de insumos, depreciação dos equipamentos e as benfeitorias que registram os agricultores supracitados.

Com relação à renda familiar, consegue-se estabelecer as formas de obtenção das mesmas e sua participação na economia familiar. Assim, constata-se que existem famílias cujas rendas totais dependem em maior grau de atividades não-agrícolas. Entanto, para os agricultores que implementam o SP 3, o SP 4 e o SP 5, a renda agrícola é muito importante, com valores superiores a 3/4 e, inclusive, constitui a totalidade da renda familiar. A participação das rendas agrícolas e não-agrícolas estaria demonstrando diferenças na utilização do fator terra, no instrumental de produção e na inserção mercantil.

As principais receitas agrícolas decorrem da venda de algodão, com rendimentos de 500 a 600 kg/ha comercializados ao preço de 1.300 até 1.700 G\$/kg. O gergelim, com rendimentos entre 700 a 1.000 kg/ha, foi vendido entre 3.000 a 4.000 G\$/kg. A plantação desses dois cultivos é realizada uma vez por ano e comercializada para agroindústrias localizadas fora de San Pedro. O fumo registrou um rendimento entre 3,2 a 4,7 toneladas/ha/safra, a preço de 2.000 e 6.000 G\$/kg diretamente comercializado com a TABESA. A produção do milho registrou rendimentos de 2.000 a 4.000 kg/ha, comercializados a um preço de 200 a 310 G\$/kg para a VETRA ou para os menonitas de Santa Rosa del Aguaray ou Nueva Germania. A soja atingiu rendimentos de 500 a 1.500 kg/ha e foi comercializada a 1.100 G\$/kg em uma safra única por ano.

Cabe destacar que a produção do fumo e do milho foi realizada em duas safras no ano em estudo, contribuindo para o aumento das rendas agrícolas. As famílias que cultivaram soja, ante a queda da produção por causa da estiagem, recorreram à produção do milho em rotação. Com isso, aumentaram suas rendas agrícolas e não apresentaram quedas significativas quando se compara esse resultado com os das famílias que dependiam exclusivamente do cultivo do algodão ou do gergelim. Os cultivos de subsistência, como a mandioca e feijão, hortaliças, como melancia, melão, abacaxi, e produtos de origem animal, como leite, queijo ou carne suína

² O Valor Agregado Líquido (VAL) corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o VAB descontado do valor correspondente à Depreciação (D) dos equipamentos e benfeitorias [VAL = VAB - D].

também foram comercializados. Contudo, o volume foi pouco significativo comparado com os principais produtos de renda.

As *changas* constituem a forma mais comum de obtenção das Rendas Não-Agrícolas (RNAs) entre as famílias estudadas. Nesse caso, algum membro da família realiza trabalhos agropecuários na colônia (capinas, corte de árvores, colheita) e/ou nas estâncias do entorno (aramado, limpeza de pastagem). O salário recebido é de 20.000 a 30.000 G\$/dia de trabalho e durante um período que pode variar entre 40 e 100 dias no ano. Igualmente, as RNAs decorrem de empregos como os de funcionário público, da construção civil, de serrarias, silos ou como empregada doméstica. O salário pode variar entre 600.000 e 1.200.000 de G\$/mês. As migrações temporárias, no interior do país ou para o exterior, como a Argentina, as ajudas de familiares que moram fora da UPA também são formas de obtenção das RNAs aportando valores entre 200.000 e 500.000 G\$/mês. Como se havia comentado anteriormente, as famílias com menor disponibilidade de terra e instrumental de produção recorrem em maior grau às rendas não-agrícolas na composição da renda familiar.

O capital imobilizado³ está estreitamente relacionado com o nível de equipamento, benfeitorias e a presença ou ausência de animais bovinos dentro da UPA. As famílias com menor capital imobilizado são aquelas que praticam o SP 1 e o SP 2. Entanto, as famílias que implementam o SP 3, SP 4 e SP 5 apresentam um nível de capitalização superior em decorrência da maior quantidade de animais bovinos (reserva de capital) e instrumental de produção. Cabe destacar que as famílias que cultivam fumo (SP4) e as cultivam soja e milho mecanizado (SP 5) são os agricultores que apresentam os maiores valores de capital imobilizado. Um capital imobilizado maior entre os agricultores poderia explicar uma agricultura mais intensiva.

Com relação aos equipamentos disponíveis pelas famílias, constata-se que a totalidade dos agricultores possui ferramentas manuais (enxadas, machados, facão, etc.). Os agricultores que implementam sistemas de produção SP 3 e SP 4 realizam o preparo de solos e o controle de ervas daninhas, utilizando arados tipo charrua e *karanchos* a tração animal. Ante a situação de subequipamento, algumas famílias que praticam o SP 1 e o SP 2 recorrem à terceirização do preparo de solos. Cabe salientar que a situação de subequipamento é uma das características principais das famílias camponesas do Paraguai, segundo Barrios *et al.*(1997), o que certamente poderia ser um dos fatores responsáveis pela descapitalização e estagnação produtiva desses agricultores.

³ Composto do capital imobiliário na UPA no decorrer do ano agrícola em estudo. Além disso, integram os gastos em Consumo Intermediário, Despesas financeiras, gastos em arrendamentos, gastos em salários e encargos sociais, impostos e taxas, o valor dos animais e reprodutores e o valor estimado atual das instalações e equipamentos.

O preparo de solos da maioria dos cultivos agrícolas, tanto de subsistência como os de renda, pode-se realizar empregando arado tipo charrua. O custo de uma aração pode variar entre 60.000 e 80.000 G\$/ha. O controle de ervas daninhas com o *karancho* normalmente custa 40.000 G\$/ha e capinado manual com enxada pode custar entre 20.000 a 25.000 G\$/dia. As referidas atividades se podem pagar em forma pecuniária ou através de trocas de produtos e/ou *mingas*.

No caso dos agricultores que implementaram o SP 5, o itinerário técnico da soja e do milho é realizado utilizando a motomecanização terceirizada. O preparo dos solos com motomecanização terceirizada também foi constatado em algumas UPAs das famílias que implementam o SP 3 e o SP 2. Nesse caso, o custo da aração e gradagem pode variar entre 120.000 e 180.000 G\$/ha. A semeadura e a pulverização (controle de pragas, doenças e ervas daninhas) da soja e do milho apresentam um custo de 40.000 G\$/ha, enquanto a colheita mecanizada custa normalmente 250.000 G\$/ha.

A análise de alguns indicadores econômicos de forma combinada demonstra aspectos dos diferentes sistemas de produção familiar em estudo.

A superfície agrícola útil disponível em função da unidade de trabalho familiar (SAU/UTHf) dos agricultores que implantaram o SP 1, o SP 2 e o SP 4 demonstra uma maior intensidade na utilização da força de trabalho familiar na produção agrícola. Entretanto, as famílias que implementam o SP 3 e o SP 5, em decorrência de uma superfície útil maior por unidade de trabalho familiar, demonstra uma menor intensidade da força de trabalho familiar.

Quando se compara a produtividade da terra (VAL/SAU) obtida pelos distintos sistemas de produção, os agricultores que implantaram o SP 1 e SP 2 apresentaram os menores valores. Por outro lado, as famílias que implantaram o SP 3, SP 4 e SP 5 atingiram uma maior produtividade da terra, demonstrando uma maior capacidade de gerar novos valores por unidade de área. Normalmente, uma maior produtividade da terra acarreta uma maior remuneração agrícola ao fator terra (RA/SAU). Sendo assim, os sistemas de produção SP 3, SP 4 e SP 5 apresentaram os maiores valores de remuneração agrícola ao fator terra. A situação de baixa produtividade do trabalho e remuneração agrícola da terra poderia decorrer do uso maior de área destinada às atividades de cultivo com um menor retorno econômico.

A produtividade do trabalho (VAL/UTHf) apresenta uma tendência similar à produtividade da terra (VAL/SAU). A maior disponibilidade em capital e os investimentos através das parcerias com as agroindústrias permitem aos agricultores que implementaram o SP3, o SP 4 e o SP 5 realizar investimentos em tecnologia. Assim, eleva-se a produtividade do trabalho, o rendimento dos cultivos, melhorando a qualidade do produto e, conseqüentemente,

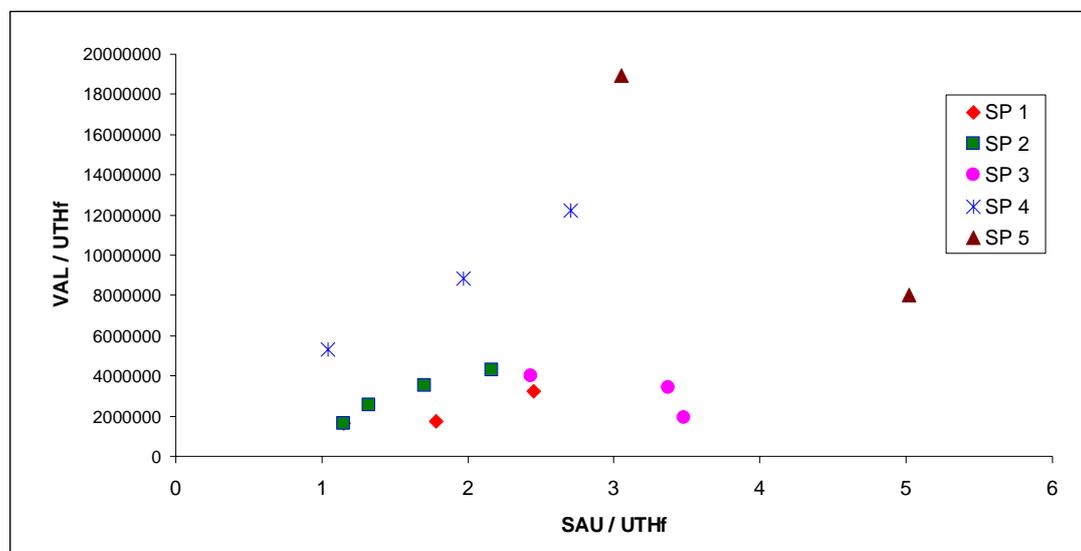
proporcionando uma maior remuneração familiar. Em geral, a maior produtividade da terra e do trabalho está relacionada com uma maior inserção dos produtos de renda na cadeia mercantil e uma maior utilização de insumos químicos. Todavia, uma maior produtividade do trabalho familiar contribui para uma maior remuneração do trabalho (RA/UTHf) entre os distintos tipos de agricultores.

Quando se comparam a Renda Total por Unidade de Trabalho familiar (RT/UTHf), consegue-se distinguir com bastante clareza os sistemas de produção que mais remuneram a força de trabalho familiar. Assim, somente os agricultores que implementam o SP 5 e alguns agricultores que cultivam fumo (SP 4) conseguem remunerar a mão-de-obra familiar acima do custo de oportunidade definida em 7,2 milhões de G\$/ano por membro da família envolvida na produção da UPA.

Mesmo que os indicadores econômicos anteriormente apresentados foram obtidos a partir da análise do ano agrícola 2005/2006, os resultados permitem avaliar o desempenho e o grau de consolidação das UPAs campesinas. Porém, é preciso ressaltar que os resultados econômicos obtidos não podem ser considerados como absolutos em decorrência dos efeitos da estiagem sobre a região durante o ano agrícola em estudo e que ocasionou fortes impactos na totalidade dos sistemas de produção familiar. Cabe salientar que as diferenças estruturais identificadas nas diferentes unidades familiares decorrem principalmente do nível de capitalização e da capacidade de gestão proporcionados pelos agricultores. Contudo, algumas diferenças podem estar relacionadas às especificidades da produção regional como as desigualdades de acesso ao fundiário, ao crédito e o grau de intensidade na utilização de fatores de produção proporcionados pelos diferentes sistemas de produção.

No GRAF. 02 apresenta-se o desempenho econômico dos sistemas de produção colocados em prática nos estabelecimentos familiares estudados no leste do Depto. de San Pedro.

GRÁFICO 02
Produtividade do trabalho dos estabelecimentos familiares segundo o sistema de produção colocado em prática no leste do Departamento de San Pedro



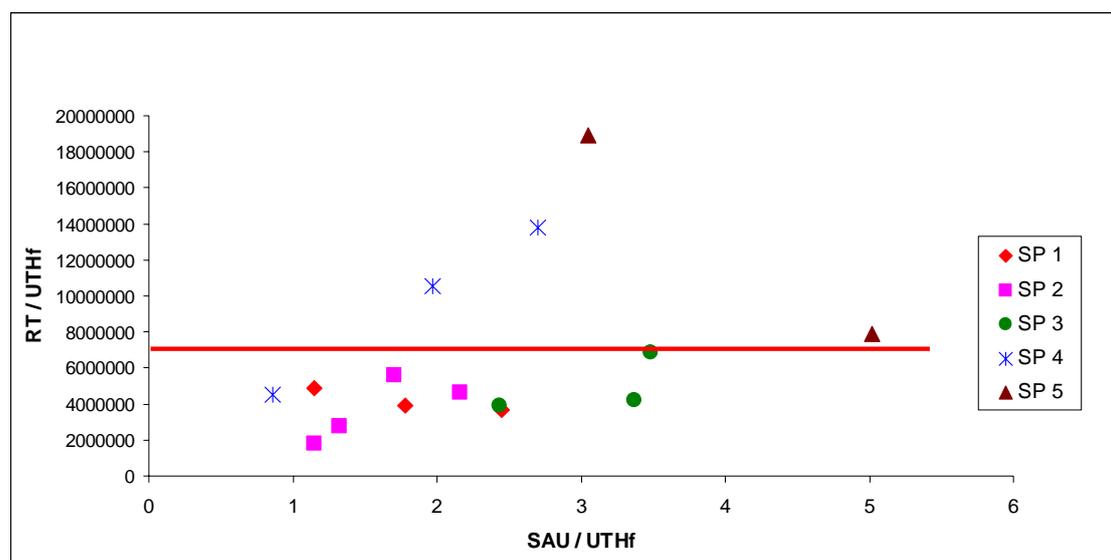
Fonte: Dados da pesquisa (2006).

A partir desse Gráfico, pode-se constatar que as UPAs que apresentam uma maior capacidade de geração de valor agregado por unidade de trabalho e área útil são aquelas que implementam a produção de fumo (SP 4), da soja e do milho (SP 5). A análise do potencial de geração de valor agregado pela agricultura é fundamental para a compreensão da repartição da riqueza nova gerada pela atividade agropecuária. Essa divisão acontece entre os agentes sociais que fornecem capital (bancos), trabalho (assalariados), serviços e infra-estrutura (Estado, prefeituras, sindicatos, etc.) e terra (arrendamento) para sua utilização no processo produtivo (DUFUMIER, 1996). Pode-se, assim, considerar que quanto maior a geração de valor agregado em um sistema de produção, melhor sua utilização e constitui um sinal de que estão sendo aproveitados os recursos disponíveis.

A comparação entre o desempenho econômico obtido pelos diferentes sistemas de produção colocados em prática pelos agricultores e sua relação com o Nível de Reprodução Social (NRS) são apresentados no GRAF. 03.

GRÁFICO 03

Renda Total por Unidade de trabalho e Nível de Reprodução Social (NRS) obtidos pelos estabelecimentos familiares segundo o sistema de produção colocado em prática no leste do Departamento de San Pedro



— NRS: Nível de Reprodução Social equivalente a 7.200.000 G\$/ano (600.000 G\$/mês).
Fonte: Dados da pesquisa (2006).

A partir da análise do Gráfico acima, pode-se observar que um número bastante reduzido de UPAs estudadas consegue alcançar o Nível de Reprodução Social (NRS): somente quatro famílias (de um total de quinze famílias entrevistadas) conseguiram obter uma renda total superior ou equivalente ao NRS. Novamente, pode-se constatar que apenas os estabelecimentos rurais que cultivam o fumo, a soja e o milho proporcionaram uma renda total suficientemente elevada para alcançar uma reprodução social simples. Dessa forma, somente essas UPAs conseguem remunerar a sua mão-de-obra familiar com uma renda superior à metade de um salário mínimo legal de Paraguai por UTHf. Conseqüentemente, esses mesmos agricultores têm a possibilidade de reproduzir os meios de produção e realizar novos investimentos.

A reduzida renda total obtida pela maioria dos agricultores familiares não permitiria com que os mesmos consigam obter uma renda mínima suficiente para os membros ativos da família. As UPAs estudadas, em grande parte, encontram-se em situação de estagnação social e produtiva e se mostram incapazes de proporcionar uma renda total suficiente para assegurar reprodução social e realizar investimentos na atividade produtiva. O baixo nível de renda permite estimar que esses agricultores podem encontrar dificuldades em permanecer na atividade. Igualmente, no médio ou longo prazos, podem apresentar uma propensão em buscar uma maior remuneração da mão-de-obra familiar em atividades não-agrícolas.

Dessa forma, pode-se considerar que as rendas geradas pela agricultura no leste do Depto. de San Pedro são inferiores ao custo de oportunidade que a mão-de-obra familiar poderia obter fora da UPA. Contudo, como são poucas as alternativas de ocupação fora da agricultura, os agricultores minifundiários implementam diferentes estratégias de sobrevivência. A migração de um componente da família (temporário ou definitivo), conceder a guarda de crianças para algum familiar que mora nos centros urbanos e as eventuais *changas* na colônia ou nas estâncias do entorno constituem as principais alternativas para a sobrevivência familiar. Assim, essa dinâmica de desenvolvimento regional baseada na sub-remuneração da mão-de-obra agrícola familiar, tem acirrado as contradições e desigualdades na região de estudo.

Segundo as entrevistas realizadas referentes aos últimos dois anos (2006-2007), as ajudas de familiares que moram em outras localidades do país ou do exterior (*remesas*) passaram a constituir-se uma das estratégias utilizadas pelos agricultores para permanecer no meio rural. A dependência exclusiva da agricultura, que fornece rendas limitadas, possivelmente estaria fomentando o êxodo rural para os centros urbanos e acarretando uma maior instabilidade social. Contudo, os resultados desta tese não podem confirmar as referidas hipóteses.

A partir da avaliação da renda agrícola apresentadas neste trabalho corroboram os resultados da Amostragem Agropecuária realizada pelo MAG no ano 2002 (PARAGUAY, 2003; CRISTALDO, 2007). Segundo essa amostragem, de um total de 268.334 UPAs com área inferior a 20 ha (84,2% dos estabelecimentos agropecuários da região oriental do Paraguai), obteve-se as seguintes informações:

- 163.030 UPAs (52,15% do total das UPAs) não registraram receita agrícola ou não alcançaram 250 US\$/ano (1.026.250 G\$ ao câmbio de 4.105 G\$/US\$ vigente naquela época). Em decorrência da baixa receita agrícola, esses estabelecimentos foram considerados como “UPAs em estado crítico”;

- 102.167 UPAs (32,68% do total das UPAs) obtiveram uma receita agrícola que variava entre 250 e 2.500 US\$/ano (de 1.026.250 a 10.026.250 G\$/ano) e foram consideradas “UPAs familiares em decadência”;

- Unicamente 3.137 UPAs do total de 268.334 (1% do total das UPAs) atingiram ingressos agrícolas superiores a 2.500 US\$/ano (mais de 10.026.250 G\$, ou seja, superior a 800.000 G\$/mês). Assim, as referidas unidades foram consideradas como “UPAs capitalizadas e intensivas”. Cabe salientar que, nos três casos anteriores, a receita agrícola foi inferior ao salário mínimo legal vigente no momento da amostragem (972.413 G\$/mês).

Assim, pode-se afirmar que as receitas agrícolas para a maioria dos agricultores são inferiores ao salário mínimo legal. Frente a essa constatação, pode-se questionar em que medida

está assegurada a continuidade desses agricultores e suas famílias no meio rural, sobretudo dependendo exclusivamente da receita oriundas das atividades agrícolas. Tanto na amostragem do MAG como nos dados obtidos na presente tese, constata-se uma relação direta entre baixa receita agrícola e o tamanho reduzido dos lotes agrícolas. Além disso, a falta de financiamento público destinado à produção agropecuária, o subequipamento e baixa diversificação produtiva comercial estariam contribuindo para a estagnação econômica das famílias camponesas e acentuando o atual estado de crise.

O problema da baixa receita agrícola da agricultura camponesa pode estar relacionado a localização geográfica, à existência de solos com baixa aptidão agrônômica, à uma frágil relação mercantil e ao uso insuficiente da assistência técnica. A degradação dos recursos naturais em decorrência da agricultura de derrubada-queimada, o monocultivo do algodão e os baixos investimentos nos meios de produção para as atividades agropecuárias também são fatores que incidem no baixo nível de renda das famílias camponesas, segundo Barrios *et al.*(1997) e Cristaldo (2007).

A baixa capacidade das famílias camponesas em gerar receita agrícola poderia ser considerada como uma das causas da exacerbada pobreza no meio rural. Tendo em vista que a agricultura familiar não obedece necessariamente à lógica econômica, esta forma de agricultura persiste e se mantém dentro do espaço agrário paraguaio, por causa das variadas estratégias ou *livelihoods* para reproduzir-se socialmente (ELLIS, 2000; PLOEG, 2006).

5.4 Análise das expectativas e desafios da produção familiar

Com relação à expansão do cultivo da soja nesta parte do Paraguai, a maioria dos agricultores entrevistados manifestaram que “*umi soja ñoty há ou ape, nomei ore tembiaporã ha ujukapa la ore rymba ha koga mimi*”⁴. Como uma parte considerável das famílias camponesas depende de rendas não-agrícolas, proveniente de atividades realizadas nas estâncias ao redor, acreditava-se que o cultivo da soja poderia proporcionar novas oportunidades de emprego. Porém isso não ocorreu em função de que a produção da soja é mecanizada e com mínimo uso da força de trabalho. Ainda, os agricultores empresariais normalmente utilizam mão-de-obra especializada, seja de paraguaios ou brasileiros, localizados na parte leste do país.

Quanto à afirmação de que o cultivo da soja expulsava populações camponesas, constatou-se que a realidade das famílias em estudo era um pouco diferente. Pelo menos nos

⁴ “...os plantadores de soja vieram aqui em San Pedro, mas não ofereceram trabalho, ainda estão ‘matando’ nossos animais e cultivos de subsistência” (tradução livre).

locais pesquisados, não se observou que os sojicultores estejam comprando lotes ou *derecheras* das famílias camponesas. O reduzido tamanho dos lotes não permitiria uma escala produtiva rentável da soja. Além disso, a resistência que as organizações camponesas apresentam contra o cultivo da soja não estaria favorecendo às perspectivas de sua expansão nas colônias. Os agricultores entrevistados manifestaram que venderiam seus lotes ou *derecheras* unicamente em caso de extrema pobreza, ou seja, somente quando a família não pudesse mais sobreviver das rendas agrícolas nem das rendas não-agrícolas. Mesmo nessas condições, os agricultores manifestaram a intenção de não vender seus lotes para os sojicultores brasileiros.

Em relação à problemática ambiental que a sojicultura tem provocado, os agricultores entrevistados manifestaram pontos de vistas divergentes. A maioria comentou o alto uso de pesticidas nas plantações de soja por parte dos agricultores empresariais. As pulverizações das parcelas de soja normalmente ocasionavam a deriva dos produtos químicos, afetando animais domésticos e cultivos de subsistência. Não obstante, quando os agricultores foram consultados sobre o uso de agroquímicos, principalmente aqueles utilizados nas plantações do algodão e do fumo, eles manifestaram que “*oreko michiminde roipuru la 'veneno': há'e kuera ningo oipuru hetaiterei ndema la iñemiymê*”⁵.

Entretanto, os agricultores familiares do tipo *chokokué pyahú*, que praticam o SP 5, afirmaram que a produção da soja e do milho exige um elevado uso de herbicidas, pesticidas e adubos químicos. Contudo, o grau de toxicidade desses defensivos agrícolas é inferior quando comparado com os inseticidas utilizados nos cultivos do fumo e do algodão. Ainda, o custo de produção e o tempo de trabalho empregado na agricultura diminuem significativamente quando se utilizam os herbicidas, como pode-se observar no QUADRO 14.

QUADRO 14

Métodos de controle de ervas daninhas em um hectare de milho (Assentamento Kororo'i, Departamento de San Pedro)

Método	Mão-de-obra (homens)	Custo unitário (G\$)	Tempo empregado	Subtotal (G\$/ha)
A- Manual, capinado com enxada	8	25.000	8 horas	200.000
B- Químico, com 2 litros de herbicida	-	30.000	2 a 3 horas	60.000
Diferença entre A e B	-	-	5 horas/ha	140.000

Fonte: elaboração própria conforme pesquisa de campo (2006).

⁵ “... nós, camponeses, utilizamos muito pouco de ‘veneno’ se comparado com os que plantam soja: eles (os sojicultores) utilizam em excesso em suas plantações” (tradução livre).

Segundo o QUADRO 14, o controle químico de ervas daninhas em um hectare de milho utiliza 2 litros de herbicida, empregando um pulverizador costal ou tração animal. Considerando o custo do herbicida de 30.000 G\$/litro e descontando o trabalho do agricultor, o método químico pode custar apenas 60.000 G\$/ha. O método de controle manual precisa normalmente 8 pessoas para realizar o capinado de um hectare cultivado. Ainda, deve-se pagar 25.000 G\$/diarista, fornecer almoço e *tereré* que juntos representam um custo superior a 200.000 G\$/ha. Além de representar um custo superior a 50% se comparado com o método químico, o método manual também envolve a dificuldade de contratar trabalhadores para o capinado. Os agricultores também revelaram que a diminuição de custo e de tempo de trabalho torna possível que eles trabalhem nos cultivos de subsistência e/ou de renda, ou ainda na criação de aves e de suínos, atividades em que não se empregam agroquímicos.

Quanto às expectativas dos agricultores estudados, constataram-se manifestações bem distintas. As famílias que implementam o SP 5 almejam a possibilidade de aumentar sua área de cultivo para sair da condição de *'campesino mi'* e virar um “produtor rural”. Igualmente, desejam dispor de maquinário e equipamentos próprios, apesar de que os custos sejam elevados. Dessa forma, os agricultores argumentam que se dedicariam completamente à agricultura mecanizada. Contudo, a situação em que se encontram dentro de suas comunidades parece contraditório. Enquanto seus sistemas de cultivos ajudam a diminuir o tempo de trabalho e aumentar a renda familiar, as famílias são marginalizadas e até estigmatizadas pelos próprios agricultores conterrâneos. Os filhos são menosprezados nas escolas, e até nas igrejas, unicamente porque seus pais plantam soja, considerada pelos camponeses como um cultivo “demoníaco”.

As famílias que implementam os sistemas de produção SP 1, SP 2, SP 3 e SP 4 se consideram *“campesino añeteté”* (autêntico camponês). Segundo Barrios *et al.* (1997), as características consideradas típicas de um camponês paraguaio são o uso total da força de trabalho familiar, as *mingas*, as trocas de produtos, a agricultura de derrubada-queimada com ferramentas manuais e a insignificante relação mercantil. Não obstante, a utilização de agroquímicos, principalmente pesticidas nos sistemas produtivos, não permite que se considerem esses agricultores como do tipo “camponês tradicional”.

A pesquisa de campo também revelou alguns elementos que podem ajudar a compreender o grau de descapitalização das famílias camponeses. Os agricultores entrevistados manifestaram que os preços recebidos pelos seus produtos agrícolas, algodão e gergelim principalmente, eram muito baixos. Uma vez que a renda agrícola era insuficiente, os agricultores não podiam renovar os instrumentos de produção, no caso ferramentas e/ou animais de trabalho. Com isso, as famílias vêm comprometida a sua reprodução social e, portanto, a sua

continuidade na agricultura. A situação de descapitalização é minimizada pela produção diversificada de cultivos para autoconsumo e pelas rendas não-agrícolas.

Segundo os agricultores entrevistados, a continuidade na atividade agrícola guarda relação com os preços obtidos pelos seus produtos e o custo de vida. O exemplo trazido por um agricultor parece ilustrar melhor esse contexto: quinze anos atrás (ano 1991-1992), o preço de um quilo de algodão dava para adquirir uma nova enxada ou comprar um quilo de carne bovina para o consumo familiar. Com o aumento de preços dos artigos que os agricultores não produzem (roupas, alguns alimentos e ferramentas) ficou muito mais difícil trabalhar e viver unicamente da agricultura. Além disso, os custos da educação escolar básica e da saúde têm acarretado uma redução na qualidade de vida das famílias camponesas. Os agricultores também manifestaram desejo de manter os filhos estudando para “poder sair da colônia e deixarem de ser agricultores”. Ainda, a totalidade dos entrevistados declarou que “ser agricultor é a atividade mais precária e pior remunerada que existe”.

Os desafios enfrentados por cada tipo de agricultor familiar são bastante diferentes. Os agricultores mais descapitalizados, do tipo SP 1 e SP 2, mencionaram que a insegurança nos direitos fundiários (falta de títulos de propriedade) e a falta de equipamentos e de animais de tração são fatores que poderiam comprometer a continuidade deles na agricultura. A obrigatoriedade da venda da força de trabalho durante grande parte do ano, a incidência de pragas, a localização das UPAs, o acesso e vínculos com o mercado parecem contribuir, em diferentes graus, na possibilidade de acumulação/capitalização das referidas famílias. Cabe destacar que essa realidade não é uma situação exclusiva dos camponeses paraguaios, tal como mencionam Mazoyer (2001) e Mazoyer e Roudart (2001), considerando as desigualdades agrárias persistentes no mundo atual globalizado.

Para os agricultores *mboriahú ryguatá* (SP 3), a sua relativa capitalização em ferramentas, equipamentos e animais bovinos, a utilização de insumos modernos e as estratégias de produção e comercialização indicariam uma situação mais favorável para continuar na agricultura. Mesmo tendo constatado uma maior dependência desses agricultores em relação ao mercado, a manutenção de algumas características próprias do campesinato e algumas atividades não-agrícolas permitiriam a essas famílias uma relativa autonomia (PLOEG, 2006).

Não obstante, como a renda agrícola ainda depende fortemente do cultivo do algodão e do gergelim, os desafios dos agricultores *mboriahú ryguatá* também são parecidos aos dos tipos anteriores de agricultores. O algodão é uma *commodity* que apresenta um elevado grau de instabilidade no mercado internacional, principalmente pela alta produção e pelos subsídios nos

EUA. Além disso, é considerado um produto de fácil substituição. Portanto, a produção do citado têxtil encontraria sérias dificuldades para alcançar competitividade no mercado global.

Quanto ao gergelim, os agricultores de San Pedro adequaram seus sistemas produtivos e demonstram uma relativa competitividade no seu cultivo. Porém, ainda é difícil que sua produção possa substituir totalmente a cultivo do algodão. O gergelim constitui apenas um nicho de mercado e a totalidade da produção é exportada *in natura*. No **ANEXO C** apresenta-se a evolução do cultivo de gergelim no Paraguai durante os últimos anos, com destaque para o Depto. de San Pedro como uma das localidades com maior área de produção.

As famílias *pety ñotyhá* que praticam o SP 4, mesmo sendo o fumo um cultivo que absorve fortemente a mão-de-obra familiar e possa gerar elevadas receitas agrícolas, também apresentam desafios importantes. Em primeiro lugar, deve-se destacar a questão ambiental uma vez que a secagem de uma safra de fumo consome entre 40 a 50 m³ estéreo de lenha, fonte energética ainda dependente da floresta nativa. Mesmo que os agricultores plantassem eucaliptos para compensar esse consumo de biomassa vegetal da mata nativa, o crescimento relativamente lento das plantações florestais e sua reduzida extensão (menos de 1 ha por UPA) poderia comprometer a produção de fumo em médio prazo. Além disso, o Paraguai é signatário da Convenção de Quadros⁶, um protocolo internacional que estipula a redução gradual do cultivo e consumo do fumo nos países participantes. Todavia, o Paraguai responde por uma elevada participação no contrabando de cigarros para o Brasil, problema que está sendo combatido fortemente no país lusófono e que, de alguma forma, pode repercutir na produção de fumo paraguaio.

Quanto aos *chokokué pyahú* (SP 5), a viabilidade deste sistema de produção em parceria com a empresa VETRA apresenta desafios ainda maiores. Os responsáveis pela referida empresa estão incentivando os agricultores familiares a retornarem ao cultivo do algodão e do gergelim para utilizar na íntegra a mão-de-obra familiar, o espaço físico da UPA e gerar rendas agrícolas. A reduzida escala na produção de soja e os problemas de estiagem têm acarretado rotundos fracassos financeiros para a empresa. Segundo os dirigentes da VETRA, continuar produzindo soja em pequenas glebas seria um subsídio indireto para os agricultores. Dessa forma, a impossibilidade de produzir soja e milho em áreas maiores e a extrema dependência da agroindústria não estariam permitindo a capitalização e investimento dessas UPAs. Ainda, a introdução recente (ano 2006) de alguns equipamentos a tração animal para certas tarefas, em

⁶ Uma importante discussão sobre a temática que envolve a produção de fumo e sua relação com a Convenção de Quadros pode-se encontrar em Scheibler (2006).

especial para o plantio e pulverização, não parece proporcionar uma estabilidade produtiva para essas famílias.

Contudo, o sistema de produção da soja e do milho através das parcerias entre as famílias *chokokué pyhahú* e a VETRA apresenta outras conotações. A quantidade de famílias que trabalham com a empresa é inferior a 1% do total de sojicultores da região. Cabe salientar que a referida empresa normalmente produz soja através de arrendamentos de propriedades que podem variar entre 200 e 2.000 ha. Mesmo que a produção de soja por parte dos agricultores familiares não esteja acarretando lucros significativos à VETRA, a parceria estaria servindo para dissimular o motivo real da expansão da sojicultura na região de San Pedro.

5.5 A intervenção institucional no âmbito da problemática de estudo

5.5.1 O INDERT como instituição pública encarregada de realizar a reforma agrária

Desde a venda massiva de terras fiscais para particulares e empresas de capital internacional no final do século XIX (seção 1.2.1), a população paraguaia assistiu à incapacidade do Estado em implementar uma política fundiária equitativa. Os antecedentes do atual INDERT se remontam à criação *Departamento de Tierras y Colonias* -DTC em 1926, cujas funções eram administrar e organizar as colônias assim como conceder créditos para promoção da pequena propriedade. Em 1935 foi promulgada a lei de *Colonización* que ampliava as funções do DTC, declarando de utilidade pública e colonizável pelo governo todas as terras do domínio privado. Durante o governo do Presidente Rafael Franco (1936-1937) criaram-se o *Consejo de Reforma Agraria* -CRA e o *Banco Agrícola del Paraguay* -BAP, como instituições alicerces da reforma agrária.

Com o objetivo de unificar a legislação existente e solucionar o grave problema de distribuição fundiária que afetava às famílias camponesas, foi promulgado em 1940 o Estatuto Agrário. Não obstante, o maior obstáculo para avançar na reforma agrária ainda era a Constituição de 1870 que consagrava a inviolabilidade da propriedade, permanecendo o país submetido ao controle das companhias estrangeiras e dos *terratenientes*. Como forma de diminuir esse poder oligárquico, em 1940 promulgou-se uma nova Constituição Nacional e organizou-se o *Instituto de Reforma Agrária* -IRA, substituindo ao DTC. Estes dispositivos legais tinham como objetivo disciplinar a questão fundiária, promover a agricultura e a ocupação do território nacional (PASTORE, 1972).

Após a chegada ao poder do General Strossner, em 1954, houve mudanças significativas na questão agrária. Assim, promulgou-se a lei que transformou o IRA em o *Instituto de Bienestar Rural* -IBR e elaborou-se um novo Estatuto Agrário, substituindo ao de 1940. As referidas leis foram as bases da colonização agrária ao longo da segunda metade do século XX. Embora tenha se instaurado a democracia no Paraguai em 1989, promulgada uma nova Constituição Nacional em 1992, e as constantes reivindicações das organizações camponesas a favor de uma solução legal aos problemas agrários, apenas em 2002 promulgou-se um novo Estatuto Agrário.

Esse novo Estatuto contemplava a formação de uma instituição que promoveria o Desenvolvimento Rural fundamentado na legislação e na conjuntura social do país e do mundo. Assim, a lei Nº 2.419 criou o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* -INDERT em substituição do IBR. Para entender essa mudança institucional, é importante salientar que, na concepção do INDERT, o *Desarrollo rural* e o *Desarrollo de la tierra* são aspectos diferentes. Dessa forma:

Desarrollo Rural se instalaría en el léxico jus-agrarista por efectos de la impostergable modulación normativo-institucional, implementada ante el desfase operativo entre a institución reformista (regida por la ley 852/63) y el marco legal aplicable, de fecha ulterior y de concepción moderna contemplada en la Constitución Nacional de 1992 y en el Nuevo Estatuto Agrario de 2002 [...]. Desarrollo de la Tierra pasaría por la adecuación institucional, en base a la formulación de criterios preservacionistas vinculados al factor tierra como soporte ecosistémico, lugar de asiento humano, capital de trabajo, fuente generadora de ingresos y elementos de integración económica (PARAGUAY, 2005, p.5; sem grifos no original).

O INDERT buscava substituir a noção de *Bienestar rural* como fundamento da reforma agrária. De agora em diante, não se buscaria mais a “transformação da estrutura agrária” como outrora objetivava o IBR, senão “a adequação da estrutura agrária” às possibilidades do Estado. Com essa mudança nos paradigmas institucionais, a problemática fundiária dos camponeses ficou relegada a um segundo plano. A promoção de uma reforma agrária com distribuição de terras estaria em descompasso com a realidade nacional e internacional, demandando uma concepção mais moderna, conforme o mundo globalizado.

No Estatuto Agrário de 2002 define-se que a colonização seria apenas um complemento da reforma agrária. Dessa forma, o INDERT

... no priorizará más el poblamiento de tierras incultas para su cultivo insustentable, sino que buscará fortalecer las capacidades internas de los asentamientos coloniales, generando condiciones para su desarrollo dentro de un marco de integración regional y gerenciamiento augestionario sustentable (PARAGUAY, 2005, p. 7, sem grifos no original).

A agricultura de queimada, praticada ancestralmente nas terras florestais (*tierras incultas*) pelas populações camponesas, passou a ser considerada como sendo insustentável. Note-se que a questão ambiental, mesmo que seja importante, parece ignorar as problemáticas sociais e, com isso, deixava-se de debater o modelo de agricultura que necessitava o país. Ainda, considerava-se a questão “*autogestionaria*” das famílias camponesas como sendo a forma infalível de concretizar o Desenvolvimento Rural. Assim, o Estado não buscará mais solucionar o problema da terra, aceitando a intervenção do mercado e estimulando fortemente a participação privada na questão fundiária. Internacionalmente denomina-se isso como a “reforma agrária de mercado”, processo fortemente estimulado pelo Banco Mundial (DIAS, 2004).

Tanto no Estatuto Agrário como na lei de criação do INDERT promove-se a incorporação harmoniosa (e não efetiva) da população camponesa dentro da reforma agrária. Nas referidas leis, a família camponesa é o principal objeto de atuação legal. Segundo PARAGUAY (2005, p. 8) “*el sujeto a quien apunta el INDERT, abandonando la individualización y colectivizando su condición, es la familia agricultora; familia que se espera evolucione de agricultora campesina para agricultora autogestionaria*”. Nesse caso, o INDERT executará programas de infra-estrutura e assistência nos assentamentos e colônias, com o objetivo de integrar as famílias ao desenvolvimento local e nacional. O instituto estimularia a gestão participativa, com um maior compromisso dos governos nacionais e, sobretudo, das organizações camponesas no gerenciamento das atividades produtivas.

Certamente esse viés neoliberal resume-se na noção, por vezes exagerada, de “*agricultura autogestionaria*”. Todavia, coloca-se implicitamente que o acompanhamento do Estado para as famílias camponesas será superficial dentro da (nova) noção de Desenvolvimento Rural. Presume-se que os atores sociais já estariam devidamente preparados para o desempenho de ações locais ou comunitárias. Porém, essa noção é um entrave e falsa premissa sobre a qual se sustenta o Estatuto Agrário de 2002 e a lei do INDERT. Segundo Barrios *et al.* (1997), Paredes (2002) e Molinas (2002), as observações empíricas sobre organizações camponesas, no tocante ao seu funcionamento e aos seus limites operacionais, indicam exatamente o inverso. Os formatos organizacionais são ainda insuficientes em número, quase sempre pouco representativos e especialmente de baixa capacidade de mobilização social. Os supracitados autores também mencionam que a escassa tradição associativista existente no meio rural paraguaio é uma limitante para as iniciativas que tenham como centralidade a *agricultura autogestionaria*.

Deve-se destacar que, em termos globais, a titulação das propriedades no Paraguai segue sendo um ponto central da problemática fundiária. De uma área total superior a 40 milhões

de hectares de terras, dos quais 16 milhões se encontram na região oriental, presume-se que 60% das terras carecem de títulos de propriedade ou possuem direitos de propriedade incompletos (PARAGUAY, 2005). A sobreposição de funções entre o INDERT (entidade autárquica ligada à colonização agrária), o *Servicio Nacional de Catastro* (SNC), dependente do Ministério da Fazenda e a *Dirección General de la Propiedad* (DGP), dependente do Poder Judiciário, estariam dificultando a definição de parâmetros sobre as propriedades rurais. A situação desatualizada do sistema público de registro, combinado com a falta de cobertura do cadastramento, limita a segurança jurídica dos direitos de propriedade com títulos registrados⁷.

Todavia, qualquer tentativa em reordenar a estrutura fundiária encontra sérias dificuldades de gestão. Muitas vezes, a sua realização é impedida porque os imóveis rurais de grandes superfícies pertencem a empresários estrangeiros e/ou políticos vinculados ao partido de governo, a ANR. Segundo Cristaldo (2007), existiria uma quantidade mínima de grandes propriedades acima de 200 ha que participam fortemente na exportação de produtos agropecuários e que realmente são eficientes e produtivas. Não obstante, ocorrem propriedades que não realizam atividades produtivas ou de conservação e que serviriam apenas para especulação fundiária (ANEXO D). Ainda, desde o final da década de 1990 e coincidindo com os paradigmas emergentes sobre conservação/preservação do meio ambiente, muitas propriedades rurais, potencialmente agriculturáveis, foram declaradas como “reservas naturais de domínio privado”, obstaculizando ainda mais o processo da reforma agrária.

O processo de colonização agrária iniciado em 1963 também contribui para acentuar o problema de titulação de terras. O censo de colônias executado pelo IBR durante os anos 2001 e 2002 constatou que 78% os agricultores beneficiários da reforma agrária estavam tramitando a obtenção de seus títulos de propriedade, 17% eram ocupantes precários sem nenhuma documentação, e apenas 5% possuíam títulos definitivos da propriedade. Segundo as estimativas, mais de um milhão de hectares de terras concedidas às famílias camponesas estariam sem títulos de propriedade (MARIÓ, SILVA-LEANDER e CARTER, 2004). A situação anterior fomentaria a informalidade na compra e venda dos direitos de posse (*derecheras*) emitidos pelo IBR entre as próprias famílias camponesas. Nessas circunstâncias, alguns comerciantes urbanos, políticos e

⁷ A atualização da informação e a modernização dos serviços relacionados à titulação de terras iniciaram-se com o *Programa de Racionalización del Uso de la Tierra (PRUT)*, financiado pelo Banco Mundial entre 1999 e o ano 2000. O governo nacional, através do *Ministerio de Hacienda*, completou a cartografia básica da região oriental do país e fortaleceu o SNC como entidade encarregada do cadastro fundiário do país. Mesmo com o referido projeto, que forneceu informação essencial para finalidade fiscal, não resolveu os problemas fundiários. A inexistência de um procedimento administrativo de modo eficiente não conseguiu reconciliar a realidade de campo com a informação do registro. Essa reconciliação é necessária para a formação do cadastro legal, mecanismo que pode dar garantias e segurança jurídica sobre a terra.

agricultores relativamente mais capitalizados conseguem comprar terras para dedicar-se à pecuária bovina em médias propriedades (menos de 50 ha). Ainda, alguns fazendeiros e agricultores empresariais se prevalecem dessa conjuntura para aumentar a extensão de suas propriedades.

Segundo o INDERT, o marco legal e institucional vigente para o registro da propriedade imobiliária diminui a segurança jurídica nos direitos na posse da terra. O deficiente cadastro sobre a localização geográfica das propriedades e dos seus proprietários não permitiriam um registro efetivo sobre as propriedades rurais. O sistema de registro imobiliário, localizado unicamente em Asunción e o manejo presumivelmente pouco transparente dos arquivos desestimulam ainda mais a regularização fundiária.

Dessa forma, a carência de um marco legal em termos de regularização fundiária permitiu que os proprietários de grandes extensões de terras, dedicadas à pecuária bovina e afetadas pelo surto de febre aftosa em 1999, colocassem à venda ou arrendassem suas terras para os sojicultores brasileiros. Os arrendamentos poderiam variar de 5 a 6 anos, sendo que, nos dois primeiros anos do contrato, o arrendatário não pagava nada ao proprietário com a condição de deixar a área cultivada com pastagens. A partir do terceiro ano, o proprietário cobrava de 80 a 120 US\$/ha de arrendamento⁸. Essa circunstância favoreceria os sojicultores apoiados pela VETRA para expandir o cultivo da soja devido ao aumento relativo do lucro anual sem a necessidade de comprar terras. Assim, a empresa poderia investir no aumento do capital imobilizado através da comercialização de sementes, de insumos químicos e de maquinário.

A venda de terras utilizadas para a pecuária bovina deu-se preferentemente naquelas unidades mais distantes e de pouco controle dos proprietários. Além disso, aquelas parcelas localizadas próximas às colônias de camponeses, e que registravam elevadas perdas por abigeato, foram os locais onde os estancieiros arrendaram ou vendaram suas terras. Enquanto o preço das terras na região tradicional de cultivo da soja no Paraguai se situava entre 500 a 1.000 US\$/ha, as terras vendidas em San Pedro, dependendo da sua localização, variava entre 100 e 300 US\$/ha.

Assim, a sojicultura realizada principalmente pelos descendentes brasileiros, ante o elevado preço das terras no leste de Paraguai, encontrou em San Pedro facilidades para o arrendamento ou compra de terras. Com a utilização da tecnologia do plantio direto,

⁸ Eng. Agr. Evandro Klein, técnico da CARGILL, comunicação pessoal, abril de 2006, Guayaibi, Depto de San Pedro.

investimentos em sementes melhoradas e insumos químicos, os agricultores empresariais puderam atingir um rendimento médio superior a 2.000 kg/ha⁹.

A alta procura por áreas agriculturáveis por parte de agricultores empresariais acarretou um aumento do valor das terras de domínio privado. Essa situação teve forte incidência no processo de colonização agrária porque dificultou a compra de terras por parte do Estado. Normalmente a capacidade orçamentária do Estado para a compra de terras é menor quando se compara com a capacidade financeira dos sojicultores. Cabe ressaltar que o INDERT não possui registros sobre a área afetada nos últimos anos na compra de terras por parte dos sojicultores dentro da zona de estudo.

Dentro dessa temática, Graziano (2007) comenta que o latifúndio, embora persistente em algumas regiões da América latina, já não é a referência de poder e de produção graças a uma pressão combinada dos movimentos sociais e da agricultura empresarial. O formato da questão agrária, portanto, modificou-se: novas condições acrescentaram novos dilemas à construção de um desenvolvimento mais equitativo no campo. A alta demanda do mercado chinês permitiu uma valorização das *commodities* agrícolas que tinham seus preços em queda desde a década de 1970. Com isso, deu-se um novo impulso à mecanização nas etapas pré e pós-colheita, acelerando ainda mais a queda na demanda por mão-de-obra agrícola. Como resultado, o preço da terra iniciou um novo ciclo de valorização, agora não mais por conta das incertezas monetárias, mas de uma espiral altista insuflada pela pantagruélica demanda asiática e as especulações sobre o futuro promissor dos biocombustíveis.

Quando questionado sobre a média dos lotes concedidos outrora pelo IBR, que era em torno de 10 ha, e hoje em média é 7 ha, a pesquisa de campo revelou que para o INDERT essa área é adequada¹⁰. Essa limitação de terra estaria relacionada ao tipo de agricultura praticada pelos camponeses, normalmente com baixo nível de equipamentos e com cultivos na maior parte das vezes destinados ao autoconsumo. Normalmente a repartição de lotes na reforma agrária realiza-se através de uma divisão simples entre área disponível e quantidade de famílias possíveis de assentar (p.e. 1.000 ha para 100 famílias, com uma média de 10 ha por família). Na referida divisão, poucas vezes interessa a origem e o número de componentes da família nem a aptidão agrônômica dos solos. Essa situação estaria prejudgando que a agricultura de derrubada-

⁹ Os rendimentos médios de produção de soja, segundo a CARGILL, no ano de 2001 e 2002 foi de 2.430 kg/ha; para o ano 2003 e 2004, por causa da estiagem, baixou para 1.970 kg/ha. Nos anos subseqüentes (2005 e 2006), mesmo com problemas de estiagem, o rendimento médio da soja atingiu valores próximos a 2.500 kg/ha. Certamente os referidos valores estão ainda um pouco distante do rendimento médio da soja no leste do país situado entre 3.000 a 3.500 kg/ha (Eng. Agr. Evandro Klein, técnico da CARGILL, comunicação pessoal, abril de 2006, Guayaibi, Depto de San Pedro).

¹⁰ A. P., funcionário do INDERT, entrevistado em Santa Rosa del Aguaray, Depto. de San Pedro, 21-09-2006.

queimada praticada pelos camponeses não exige grandes áreas, contribuindo a estigmatizar a produção familiar como protagonista potencial do desenvolvimento rural.

Sobre a titulação de terras que o INDERT deveria realizar a favor dos beneficiários da reforma agrária, constatou-se que a falta de pagamento pelos lotes concedidos é o maior entrave para a regularização fundiária (Pesquisa de campo, 2006). Conseqüentemente, a instituição não pode expedir os títulos definitivos dos lotes agrícolas em favor dos agricultores. Indagando sobre a informalidade de compra e venda da *derecheras*, a pesquisa de campo também revelou que o INDERT não possui a capacidade de controle e de fiscalização para dar conta da alta mobilidade das famílias no meio rural. Ainda, as pressões políticas, tanto dos *caudillos* locais como dos próprios dirigentes das organizações camponesas, estaria fomentando o descontrole administrativo na posse e regularização dos lotes agrícolas nos assentamentos e colônias nacionais.

5.5.2 A questão agrária e o MAG

O *Ministerio de Agricultura y Ganadería* -MAG, criado em 1950, é uma instituição do Estado que registrou poucas mudanças institucionais no decorrer do período contemporâneo. Anteriormente, as funções relacionadas à organização das colônias, assistência técnica e financeira eram realizadas pelo DTC e logo pelo IRA, confundindo-se as questões fundiárias com aquelas estritamente produtivas. Com a emergência em nível global da revolução verde, na segunda metade do século XX, o MAG encarregou-se da promoção e difusão de novas tecnologias com o intuito de aumentar os rendimentos dos cultivos agrícolas e da criação animal. A sua área de cobertura para a assistência técnica abrangia a totalidade do território nacional através das agências do *Servicio de Extensión Agrícola* -SEAg.

A partir da década de 1960, o MAG implementou campos experimentais com cultivos comerciais. Na região oriental do Paraguai, esses campos experimentais foram principalmente com algodão, soja, trigo e fumo. A instalação de *Escuelas Agropecuarias* para a formação de técnicos agropecuários, a promoção e assessoramento de agricultores em comitês ou cooperativas foram aspectos relevantes da sua atuação institucional. O apoio internacional através de empréstimos financeiros, construção de instalações, formação de recursos humanos para a pesquisa em nível de pós-graduação e uma cobertura de extensão relativamente ampla prestigiaram a instituição.

Infelizmente, a pesquisa agronômica realizada nos campos experimentais encontrava pouco apoio na extensão rural. Segundo Sánchez (1997), a extensão rural era muito deficiente

nas novas áreas de colonização por causa de sobreposição de funções institucionais. O processo de transformação de um assentamento para a categoria de “colônia” poderia demorar anos. Durante esse período, estava sob jurisdição do IBR ou ainda de unidades militares. Poucas vezes o MAG realizou trabalhos conjuntos com o IBR, mesmo que ambas as instituições estivessem diretamente encarregadas de implementar a reforma agrária e a política agrícola para o desenvolvimento rural. Ante a limitada quantidade de profissionais capacitados, muitos cargos técnicos em diferentes níveis foram ocupados por pessoas vinculadas ao governo Stroessner e/ou seus parentes. Cabe salientar que durante mais da metade do governo Stroessner, o MAG foi gerenciado por um único ministro que continuou, inclusive, após da abertura democrática de 1989.

A partir de 1989, paralelamente à emergência dos problemas agrários que afetavam à agricultura camponesa do Paraguai, o MAG sofreu uma alteração na sua estrutura e funções. Assim, em 1991, o MAG participou do CONCODER e, no ano de 1992, o poder executivo promulgou a lei 82 que estabelecia a estrutura orgânica e funcional desse ministério. A lei encarregava ao MAG a definição e gestão de uma política de desenvolvimento sustentável do meio rural, conforme os planos de uma política global de desenvolvimento.

Entre os aspectos negativos da reorganização ministerial de 1992 podem-se mencionar o desmantelamento sistêmico das seções encarregadas das pesquisas agrônômicas e da extensão rural submetidas a orçamentos cada vez mais reduzidos. Grande parte das pesquisas agrônômicas foram delegadas para o setor privado, gerando pouca ou nenhuma tecnologia nacionais para subsidiar a produção agropecuária¹¹. A concentração e aumento de funcionários administrativos, em detrimento dos profissionais técnicos das ciências agrárias (Engenheiros agrônomos, florestais e veterinários), colocaram, nos últimos anos, em risco o funcionamento do MAG como instituição executora da política agrária do país.

Quanto à extensão rural executada pelo MAG, pode-se apontar a incapacidade de assistir à totalidade das famílias assentadas na região. O principal problema decorre do reduzido orçamento designado para o funcionamento da *Dirección de Extensión Agrária*- DEAg (dependência do MAG). Todavia, os extensionistas mencionam que as famílias camponesas são

¹¹ Um exemplo disto foram as pesquisas realizadas com o algodão e a cana-de-açúcar, as quais diminuíram sistematicamente. Após de décadas de alta produção do algodão com sementes nacionais derivadas das pesquisas do MAG, para os governos democráticos pós 1989 foi mais fácil importar sementes para as safras agrícolas que investir na pesquisa agrônômica. A iniciativa privada, com a inserção de grandes empresas transnacionais, encarregou-se das pesquisas relacionadas com a soja, o trigo, o milho e o girassol. Os altos investimentos dessas empresas estavam acompanhados da venda e utilização de insumos químicos com os quais asseguravam altos retornos econômicos.

apáticas para organizar-se em comitês¹². As limitações anteriores acarretam uma débil cobertura em assistência técnica, abrangendo menos de 50.000 UPAs camponesas na região oriental do Paraguai (CRISTALDO, 2007). Ainda, a área e quantidade de colônias presentes no leste de San Pedro também constituem limitantes para desenvolver uma efetiva extensão rural. Assim, a desatenção do Estado, representado pelo MAG, para realizar uma efetiva assistência técnica parece contribuir na estagnação socioeconômica que atualmente afeta a agricultura familiar.

Com relação às Políticas Públicas¹³ que o MAG deveria implementar para promover o desenvolvimento rural, pode-se mencionar que as mesmas são organizadas através de programas e projetos. Nas referidas ações, normalmente o viés produtivo e econômico é superestimado em detrimento de outros aspectos relacionados à produção agrícola. No QUADRO 15 pode-se observar a intervenção direta e indireta do MAG para a agricultura familiar na área de estudo durante os últimos anos.

¹² J. R. e P. M., funcionários do DEAg/MAG entrevistados em Santa Rosa del Aguaray, Depto. de San Pedro, 22-05-2006.

¹³ Existem muitas definições de Políticas Públicas. Para a presente tese se entende por “Política Pública” aquela definida por Reis (2000) como “Estado em Ação”, ou seja “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Também, política pública significa “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 24).

QUADRO 15

Programas e projetos do MAG para a agricultura familiar na área de estudo nos últimos anos

Denominação	Ano	Objetivos	Financiamento	Valor
PRODESAL (<i>Programa de Apoyo al Desarrollo de Pequeñas Fincas Algodoneras</i>)	De 1998 a 2003	Promover a sustentabilidade das famílias que cultivam o algodão	BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	26,5 milhões de US\$.
Programa <i>Oñondivepá</i>	De 1999 a 2000	Promover o melhoramento da produção campestina mediante a especialização produtiva	Governo de Taiwan, diversas doações internacionais; contrapartida local.	Superior a 25 milhões de US\$.
<i>Programa de tecnificación y diversificación campesina</i>	De 2001 e 2006	Desenvolver a produção de hortaliças e frutíferas entre os pequenos e médios produtores	BID e contrapartida local.	12,5 milhões de US\$.
PMNR (<i>Proyecto de Manejo de los Recursos Naturales</i>)	De 2000 a 2007	Contribuir para a conservação e reabilitação dos recursos naturais, mediante uma produção sustentável e ecológica.	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)</i> - Banco Alemão da Restauração	7,6 milhões de euros.
PARN (<i>Programa de Administración de Recursos Naturales</i>), projeto piloto em Kororo'i, Sta. Rosa del Aguaray	De 2005 a 2006	Promover formas de manejo sustentáveis dos recursos naturais e fortalecer a gestão ambiental para resolver os problemas agrícolas.	Banco Mundial (BIRF),	Superior a 2 milhões de US\$.

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo MAG.

Estas ações dos governos do Paraguai estavam dirigidas para as famílias camponesas que detinham lotes agrícolas com áreas entre 1 e 20 ha e com renda agrícola superior a 80% da renda total familiar. O PRODESAL atuou nas localidades escolhidas como as mais pobres da região oriental. Assim, no Depto. de San Pedro, as localidades de Naranjito e San Vicente de General Resquín foram escolhidas como *Unidad Territorial de Intervención* –UTI. Nas referidas localidades, a assistência técnica foi realizada por grupos de profissionais privados denominados *Unidade Técnica Tercerizada* -UTT sob fiscalização do MAG. Nos programas *Oñondivepá* e de *Tecnificación* participaram profissionais permanentes do MAG e técnicos contratados. Tanto no PMRN como no PARN participaram grupos privados de assistência técnica com a colaboração dos funcionários do MAG e do INDERT. Deve-se destacar que o PMRN inclui o *Programa*

Nacional de Conservación de Suelos que busca soluções para o grave problema da queda na fertilidade dos solos da agricultura camponesa.

Nos programas e projetos anteriormente expostos, a assistência técnica dos agricultores familiares concentrou-se no gado de leite, criação suína e de aves, horticultura, fruticultura. O intuito da assistência técnica era estimular a diversificação agrícola e, dessa forma, aumentar a renda familiar. Também promoveu-se a doação de ferramentas de trabalho agrícola (facão, foices, enxadas, etc.) assim como tratores e implementos agrícolas (arado, escarificador, etc.) para as organizações camponesas. Em algumas localidades foram disponibilizados créditos não reembolsáveis. Não obstante, muitas dessas iniciativas foram obstaculizadas pela interferência de políticos demagogos, uma relativa desorganização parte das instituições envolvidas (MAG, INDERT) e das organizações camponesas e empresas privadas de extensão rural.

A busca da diversificação produtiva normalmente não contemplava a participação dos agricultores beneficiários. Ainda, a desorganização administrativa do MAG aliada à carência de uma política nacional de desenvolvimento rural provocou um êxito moderado das políticas públicas, quando não o seu rotundo fracasso. Enquanto as equipes formadas por técnicos internacionais estavam trabalhando na região e recebiam o financiamento internacional, os empreendimentos supracitados encaminharam-se satisfatoriamente. Não obstante, quando os projetos e programas eram entregues ao governo nacional e realizada a retirada dos técnicos e o financiamento internacional, os mesmos se desvirtuavam totalmente.

A partir de 2003, paralelamente à expansão da soja na região da bacia do rio Paraguai, o governo nacional, recorrendo a empréstimos e doações internacionais, implementou algumas ações de caráter emergencial. Assim, no ano 2004, na região leste de San Pedro, implantou-se o “Bansocial Rural” como forma de enfrentar e reduzir a pobreza rural. A referida ação do governo foi gerenciada pelo INDERT com a doação de *kits* de ferramentas (pá, machados, enxadas, foices, semeadoras manuais) para grupos de agricultores organizados em comitês. Infelizmente, o empreendimento foi pouco divulgado entre os funcionários do DEAg-MAG que atuavam em San Pedro, além de não alcançar a totalidade das famílias camponesas¹⁴.

Cabe salientar que as políticas públicas para a agricultura familiar do Paraguai e San Pedro observaram unicamente o lado produtivo das famílias camponesas. Dessa forma, não puderam conjugar soluções efetivas e duradouras para os mesmos. Portanto, a ação do Estado

¹⁴ J. R., funcionário da DEAg/MAG, entrevistado em Guayaibi, Depto. de San Pedro, 20-03-2006.

para a agricultura familiar parece contribuir ainda mais para a situação de fragilidade socioeconômica e produtiva que apresentam os agricultores familiares do leste de San Pedro.

5.5.3 As organizações camponesas e suas reivindicações

As organizações representativas dos agricultores familiares do Paraguai, a *Federación Nacional Campesina* (FNC) e da *Organización Nacional Campesina* (ONAC), enfatizam fortemente o perfil do “*campesino tradicional*”. A luta pelo acesso e posse da terra, no decorrer do século XX, foi e segue sendo o estandarte das organizações camponesas. Além disso, a constante redução das rendas familiares em decorrência da espoliação praticada pelos atravessadores estimulou a formação dessas organizações sociais. Assim, na década de 1970 e com apoio da Igreja Católica, criaram-se as *Ligas Agrarias Cristianas*, cujos princípios seriam regidos pela própria comunidade. Contudo, o governo presumia que as ligas agrárias seria o início de uma “subversão comunista” nos moldes de Cuba e outros países do mundo. Tanto os políticos conservadores como empresários das agroindústrias identificaram nessas organizações uma ameaça a seus interesses e apoiaram não apenas seu controle senão a sua total eliminação do meio rural.

Assim, muitos camponeses foram levados aos presídios do governo Stroessner, torturados, exilados e mortos, extirpando na raiz um modelo social de produção. A operação “*Condor*”, apoiada pelos EUA, amparou o governo Stroessner para que o ideário de cunho socialista não pudesse emergir no país. Dessa forma, o sistema ditatorial *stronista* não encontrou nenhuma forma de contraposição. A maioria das lideranças camponesas mais radicalizadas e com visão comunista foram mortas, exiladas ou continuaram trabalhando na clandestinidade. Um setor mais conservador dessas ligas agrárias, sob proteção da Igreja Católica, seguiu participando de forma moderada na discussão dos problemas agrários do Paraguai.

A queda do governo Stroessner, em 1989, possibilitou a participação cidadã das famílias camponesas, abrindo espaços políticos até então limitados ou inexistentes. Durante o decorrer da década de 1990, as organizações camponesas intentaram unificar as suas demandas e apresentar suas reivindicações às autoridades do governo nacional. Assim, surgiram várias organizações com projetos e orientações políticas distintas. Porém, em nível nacional e no Depto. de San Pedro, destacam-se apenas duas organizações oriundas das ligas agrárias: a FNC, com perspectiva comunista e a ONAC, originárias dos grupos mais moderados e vinculados à Igreja Católica. Posteriormente, constituiu-se a *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* –MCNOC, uma confederação em nível nacional.

No Depto de San Pedro, tanto a FNC como a ONAC constantemente reivindicavam a reforma agrária integral, preços elevados pelos produtos assim como assistência técnica e crédito para a produção agropecuária. Porém, identificam-se algumas discordâncias entre as referidas organizações no que se refere à produção agropecuária. A ONAC reivindica a diversificação dos cultivos comerciais, planos de segurança alimentar e uma integração social mais solidária. A FNC reivindica a implantação de uma política de subsídio por parte do governo para a produção do algodão, uma maior industrialização do citado têxtil, um banco público de fácil acesso aos camponeses e uma tarifa social da energia elétrica para as famílias mais pobres. A FNC, como membro da organização internacional *Via Campesina*, também discute fortemente as políticas do FMI e do Banco Mundial e aspira a saída do Paraguai do MERCOSUL, considerada como nefasta para a produção camponesa.

Com relação à expansão da sojicultura no leste de San Pedro, os dirigentes da FNC e da ONAC consideram que a referida problemática está vinculada com a política fundiária implementada pelo INDERT. O avanço da agricultura mecanizada estaria diretamente incidindo na crise da agricultura familiar. Assim,

... la llegada de estos extranjeros despertó malestar en San Pedro como en otras partes de Paraguay porque significaba la imposibilidad de recuperar las tierras a favor del que las estaba pretendiendo. Mientras haya gente que necesita de tierras para asentarse y realizar la agricultura, nos estamos dando cuenta de que los brasileños están sacándonos la posibilidad de reclamarlo. El trámite promedio para conseguir tierras dura entre 12 y 15 años, esto es, el interesado gestiona durante años y de repente aparecen los brasileños con mucha plata y compra la tierra. ¿Qué puede hacer? La única posibilidad es amedrentar al que viene ocupándole su tierra, quemándole su rancho y su tractor: nuestros campesinos quieren defender lo que para ellos es “su propia tierra”: por eso las ocupaciones masivas. Los brasileños están dispuestos a pagar hasta 1.000 US\$ por hectárea en esta zona, cuando el campesino y el Estado solo podrían pagar 400 US\$/ha. Además de eso, la entrada de los sojicultores brasileños representa pérdida de empleos porque ellos traen todo sus propios personales de trabajo [...] mientras no haya una democracia en el acceso y tenencia de la tierra, el proceso democrático en Paraguay, no servirá para nada”¹⁵ (grifos do trabalho).

Ante essa situação, as organizações camponesas recorrem cada vez mais e com maior força às ocupações de UPAs dedicadas à produção da soja. Cabe salientar que as ocupações seguem sendo o mecanismo de pressão comumente utilizado para acelerar o acesso fundiário. Estima-se que 95% das colônias implementadas nos últimos 10 anos na região oriental foram conseqüência de ocupações por parte dos agricultores familiares e consideradas como ilegais.

¹⁵ Angel Giménez, dirigente da ONAC, entrevistado em Santa Rosa del Aguaray, Depto. de San Pedro, 25-03-2006.

Para FNC, o início e a expansão da soja em San Pedro respondem unicamente aos interesses da oligarquia e das empresas transnacionais, os quais estão levando as famílias camponesas à miséria. “*Nuestras luchas por defender los intereses de la nación se nos responde con represiones, apresamientos y violaciones de los derechos humanos de todo tipo*”¹⁶. A pesquisa de campo também revelou que, ao longo dos governos democráticos pós-Stroessner, a repressão por parte do Estado continua contra as organizações camponesas.

Com relação às instituições que atuam no meio rural e suas relações com a problemática da expansão da soja e a crise da agricultura familiar, tanto para o ONAC como para a FNC, essa situação decorre da carência de modelos produtivos socialmente inclusivos. A FNC afirma que uma parte da crise enfrentada pela agricultura familiar decorre da elevada alienação imposta durante décadas pelos sucessivos governos oligárquicos de base agrária.

Para as organizações camponesas antes mencionadas, o IBR (hoje INDERT) e MAG foram incapazes, nos últimos 50 anos, de responder efetivamente às necessidades da população rural mais pobre. A carência de um plano para a integração socioeconômica dos camponeses é fruto de processos políticos que Martins (1994) apropriadamente denominou de “o poder do atraso”. Assim, o INDERT constitui-se uma instituição burocrática convertida em um grande depósito de documentos, mas que não serve para solucionar o problema fundiário que afeta as famílias camponesas. Igualmente, o MAG tampouco tem auxiliado na consolidação dos sistemas produtivos, preocupando-se unicamente na transferência de algumas tecnologias (basicamente genética e agrotóxicos). Em decorrência dessa situação, deixou de promover com os agricultores a construção de um verdadeiro desenvolvimento rural.

Um tema recorrente entre os dirigentes das organizações camponesas com relação à expansão da soja em San Pedro refere-se ao uso excessivo de agroquímicos. Nas localidades onde se cultiva a soja, próxima das colônias de agricultores familiares, houve vários casos de intoxicações e perdas de lavouras e de animais domésticos. Essas circunstâncias provocaram grandes controvérsias sobre a produção de soja nas proximidades de comunidades camponesas em termos de saúde pública. Ainda, a situação tem sido constantemente explicitada nas manchetes de jornais nacionais e internacionais.

As organizações campesinas reafirmam que o plantio de soja é uma atividade “*contaminadora, degradante, devastador y destructiva de las comunidades campesinas, generando el genocidio campesino*”¹⁷. Dessa forma, a problemática ambiental e social que

¹⁶ Antonio Garay, dirigente da FNC, entrevistado em Guayaibi, Depto. de San Pedro, 20-09-2006

¹⁷ Ibid.

envolve a produção de soja em áreas próximas das colônias camponesas segue constituindo parte do debate cotidiano da questão agrária no Paraguai.

5.6 Algumas considerações sobre Políticas Públicas para a agricultura familiar

Embora, a agricultura familiar represente uma categoria social de grande relevância e importância para a agricultura paraguaia, faltam iniciativas, em nível nacional e local, que enfatizem a sua função social e produtiva. Na TAB. 18 apresentam-se os dados comparativos da distribuição das UPAs na região oriental de Paraguai, onde se localizam 98% das unidades produtivas do país.

TABELA 18

Importância das UPAs consideradas como da Agricultura Familiar, região oriental do Paraguai.

Tamanho da UPA	Ano 1991		Ano 2002		Variação (%)
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Até 10 ha	188.238	74	188.223	70	0,008
De 10 a 20 ha	65.932	26	80.111	30	21,50
Total AF	254.170	100	268.334	100	5,57

Fonte: ALMADA e BARRIL, (2006, p. 16)

Segundo a TAB. 18, no ano de 1991 existiam 254.170 UPAs com menos de 20 ha. Apesar de representarem 84,2% do total de unidades agropecuárias, as UPAs familiares possuíam 1.468.764 ha e ocupavam apenas 14% das terras agriculturáveis do Paraguai oriental. Para o ano 2002 foram identificadas um pouco mais de 260.000 UPAs com menos de 20 ha, demonstrando um pequeno aumento com relação a 1991. Dessa forma, houve um aumento das UPAs entre 10 a 20 ha e uma diminuição de número de UPAs com menos de 10 ha. Todavia, Almada e Barril (2006) relatam que os agricultores sem terra eram 7.278 no ano 1981 (correspondente a 3,1% das UPAs); em 1991 os agricultores sem terra eram estimados em 7.962 (correspondente a 2,8% das UPAs). Segundo dados extra-oficiais da FNC, estima-se que no ano de 2003 existam 11.720 agricultores sem terra própria no Paraguai.

Com relação ao Índice de Gini¹⁸ da concentração fundiária, no ano de 1982, o Paraguai registrou um Índice de 0,928, colocando-se na posição 21 entre 22 países selecionados da América. A título de comparação, cabe salientar que, no ano 2000, o Brasil registrou um

¹⁸ É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

Índice de 0,802 na concentração fundiária, posicionando-se no nono lugar entre os referidos países da América (DIEESE-NEAD/MDA, 2006). Enquanto o Brasil diminui, ainda que timidamente a concentração fundiária, o Paraguai não registrou mudanças significativas na redução no índice de concentração da terra. Conseqüentemente, mesmo após 30 anos da reforma agrária, persiste no país um alto nível de desigualdade fundiária.

Nos últimos anos, a participação da agricultura familiar na produção agrícola global do país reflete o seu estado atual de estagnação socioeconômica. Na TAB. 19 são apresentados alguns dados comparativos sobre a produção agropecuária familiar em 1991 e em 2002.

TABELA 19

Participação da Agricultura Familiar na produção total de alguns produtos agrícolas no período 1991-2001, região oriental do Paraguai

Produtos	CAN 1991		Amostragem 2001		Variação (%)
	Área cultivada (ha)	% do total	Área cultivada (ha)	% do total	
Algodão	358.205	88,7	133.127	82,6	-6,1
Milho	180.637	74,5	174.863	45,8	-28,7
Mandioca	159.105	90,7	183.353	78	-12,7
Cana-de-açúcar	82.274	70,8	411.73	49,5	-21,3
Feijão	42.569	91,2	54.148	83,9	-7,3
Soja	79.637	14,4	48.009	3,7	-10,3
Trigo	6.018	3,9	3.316	1,2	-2,7
Nº de Bovinos	2.670.498	54,6	1.288.499	20	-34,6
Nº de Porcos	824.832	83,8	937.841	7,5	-13,3

Fonte: elaborado por Cristaldo (2007) a partir de dados de PARAGUAY (2003).

Os dados oficiais revelam uma importante redução na participação da agricultura familiar na produção agrícola da região oriental do Paraguai. Cabe salientar a diminuição do plantel de animais bovinos, meio de produção e reserva de capital, reforça a situação de estagnação socioeconômica que ocorre na agricultura familiar paraguaia.

5.6.1 A questão fundiária

Uma das primeiras medidas para favorecer a agricultura familiar seria a regularização fundiária, tanto nas novas como nas antigas colônias implementadas pela reforma agrária. A institucionalização dos direitos fundiários seria uma forma de enfrentar um dos mais graves problemas sociais do Paraguai. A situação de fragilidade no que tange aos direitos fundiários acarreta problemas socioeconômicos e inclusive ambientais. Ao mesmo tempo, impede o acesso ao financiamento agrícola de uma grande parte dos agricultores familiares. No caso das famílias mais pauperizadas, em especial aquelas que implantam o SP 1 e SP 2

(*mboriahú apí* e *mboriahú*), essa situação obriga a busca de empréstimos junto a atravessadores ou comerciantes que aplicam juros elevados, reduzindo a possibilidade de capitalização.

A falta de regularização fundiária repercute igualmente em nível econômico global, pois acarreta um impacto direto sobre a possibilidade de arrecadação de impostos, exacerbando ainda mais a dicotomia social persistente no país. Além disso, as famílias cujos direitos fundiários são inexistentes ou incompletos são, concomitantemente, as mais pobres. Como asseguram BID (2002), Griffin; Khan e Ickowitz (2002) assim como Quijandria, Monares e Peña Montenegro (2003), uma das primeiras medidas para enfrentar a pobreza rural¹⁹ seria a regularização dos direitos de propriedade da terra.

Uma questão pontual e que afeta mais diretamente os agricultores familiares refere-se à regulamentação do conceito denominado *Unidad Básica de Economía Familiar* (UBEF). No Estatuto Agrário de 2002, artigo 8, denomina-se a UBEF como:

...aquella propiedad agraria necesaria, cuyo aprovechamiento eficiente, atendiendo a su característica, ubicación geográfica y aptitud agrológica, permite a una familia campesina obtener niveles de ingresos para su arraigo efectivo y cobertura de sus necesidades básicas, que faciliten su inserción en la economía de mercado (PARAGUAY, 2002).

Segundo essa normativa legal, a superfície de uma UBEF deveria ser proporcional ao uso potencial dos solos e seu tamanho seria definido pelos estudos técnicos do INDERT. A definição de uma UBEF deveria atender a critérios de ordenamento econômico e ambiental do território nacional e estar baseada na geografia departamental e municipal. Contudo, ainda não se estabeleceu até agora a UBEF para nenhuma região ou localidade do país. Ainda, no Estatuto Agrário, estabeleceu-se transitoriamente uma UBEF de no mínimo 10 ha por beneficiário. Porém, o INDERT não considera os critérios econômicos ou ambientais e continua outorgando lotes de 10 ha ou mesmo inferiores a essa área. Além da necessidade de definição do tamanho da UBEF, também se deveria aprofundar o modelo de colonização agrária e sua inserção na Política Nacional de Desenvolvimento Rural.

Enfim, um processo de regularização fundiária para o leste de San Pedro poderia contribuir para o crescimento agropecuário com uma maior segurança legal. Com direitos de propriedade transparentes poderiam fomentar-se investimentos privados na agricultura e, dessa forma, reduzir a pobreza rural. Evidentemente, a promoção do desenvolvimento rural, passando pela reforma agrária, encontrará como principal restrição a questão financeira (compra de terras, regularização, etc.).

¹⁹ Para o ano 1999, dos quase cinco milhões de habitantes do Paraguai, 60,6% da população encontravam-se em situação de pobreza, dos quais 73,9% moravam no meio rural. O nível de extrema pobreza afetava mais de 1/3 da população paraguaia ocorrendo novamente em maior grau na área rural (CEPAL, 2006).

5.6.2 O financiamento da agricultura familiar

Outra medida que pode contribuir para enfrentar a situação de estagnação socioeconômica das famílias camponesas seria o acesso ao crédito para a produção agrícola. Mesmo a questão fundiária não sendo totalmente solucionada, o apoio financeiro na forma de crédito agrícola, é fundamental e deveria ser implementado em um curto prazo. Nesse caso, tanto os programas e projetos em nível nacional como em nível departamental ou distrital deveriam incentivar a diversificação produtiva das famílias camponesas. O Estado deveria centralizar suas ações na promoção da diversificação produtiva para assegurar minimamente a segurança alimentar da população e a geração de renda.

As políticas públicas também poderiam incentivar atividades não-agrícolas, como a agroindústria familiar. Para a implantação dessas agroindústrias, os agricultores organizados individualmente ou em grupos (associações, cooperativas) demandariam financiamentos de médio prazo com juros reduzidos. Essa iniciativa contribuiria para a retenção da mão-de-obra local excedente que, ante a falta de oportunidades de trabalho, é obrigada ao êxodo rural.

O financiamento para a compra de animais (bovinos, suínos e aves) também poderia ser contemplado pelas políticas públicas, uma vez que os animais proporcionam força de trabalho assim como produtos para alimentação familiar. Por fim, constata-se a necessidade de promoção de linhas de créditos para a compra de ferramentas e equipamentos destinados à produção, sem os quais seria impossível incentivar o aumento ou melhoria da produção agrícola.

Um plano de desenvolvimento rural de alcance geral deveria disponibilizar financiamentos de longo prazo ou a fundo perdido para a construção, melhoria ou ampliação das moradias familiares. A pesquisa de campo tem revelado a existência de um grande número de agricultores familiares que moram em casebres rústicos, com mobília e instalações sanitárias precárias. Ações relacionadas para a melhoria das moradias representariam um aporte importante para melhorar a qualidade de vida dessas famílias e, conseqüentemente, a produção agropecuária.

Para as famílias camponesas que se encontram em uma situação de maior estagnação socioeconômica, outra forma de apoio financeiro seria a transferência de renda via aposentadoria rural. Segundo o CNPV do ano 2002, a população total do Depto de San Pedro era de 318.698 habitantes. Desse total, as pessoas com mais de 65 anos representavam 6,5% do total, ou seja, em torno de 21.000 habitantes. Desse total, 77% (quase 16.000 habitantes) moravam no meio rural (GTZ-DGEEC, 2005).

A relativa ocorrência de fenômenos climáticos desfavoráveis à agricultura (como por exemplo a estiagem) poderia incitar o poder público à implantação de uma política de seguro agrícola para a agricultura familiar mais descapitalizada. Mesmo que os benefícios destas políticas públicas fossem relativamente modestos, o impacto dessas ações afetaria fortemente às famílias mais pobres e poderia dinamizar, ao menos parcialmente, a economia local.

As fontes de financiamento para a implementação dessas iniciativas (aposentadoria rural, seguro agrícola, melhoria das moradias, compra de animais, ferramentas e equipamentos, visando à industrialização em pequena e média escala) teriam diversas origens. O próprio orçamento nacional poderia ser discutido com maior transparência assim como os recursos, tanto nacionais como internacionais, alocados para o MAG. Um exemplo da aplicação desmesurada dos recursos financeiros públicos apenas para o cultivo do algodão pode ser observado no QUADRO 16.

QUADRO 16

Apoio do Governo Nacional para o *Programa Algodonero del Paraguay* destinado para a Agricultura Familiar no período 2003-2007.

Safra Agrícola	Monto designado (US\$)	Descrição
Anteriores	Reativação	Entrega direta de insumos (sementes e defensivos agrícolas)
2003-2004	3.793.465	Co-financiamento de sementes entre o Estado e o produtor e financiamento de inseticidas por parte do Estado através do CAH
2004-2005	4.228.794	Financiamento de inseticidas por parte do Estado através do CAH
2005-2006	2.500.000	Co-financiamento de sementes entre o Estado e empresas privadas
2006-2007	7.692.308	Entrega insumos a través del CAH

Fonte: PARAGUAY (2007)

Como pode-se observar no QUADRO 16, a política agrícola do Paraguai fomenta exacerbadamente o monocultivo do algodão na agricultura familiar e não prioriza a diversificação agrícola. Os recursos financeiros destinados para a produção do algodão, de forma direta e indireta assim como os subsídios às famílias afetadas pela estiagem, poderiam ser redirecionados para a diversificação produtiva e para o seguro agrícola. Portanto, constata-se a necessidade de uma discussão mais abrangente entre a sociedade civil, as empresas e o Estado sobre os recursos financeiros destinados ao cultivo de algodão. Cabe salientar que o citado têxtil, nos últimos anos, apresentou uma tendência de diminuição de sua área plantada e rendimentos físicos (TAB. 20).

TABELA 20

Superfície, produção e rendimento do algodão no Paraguai, safra 2000 ao 2005.

Safra	Superfície (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg./ha)
2000-2001	297.865	294.445	767
2001-2002	161.230	123.665	758
2002-2003	186.405	172.690	927
2003-2004	320.000	7330.000	1.031
2004-2005	225.000	198.000	880

Fonte: PARAGUAY (2006c).

5.6.3 A conservação e manejo do solo

Outra área de ação do Estado para enfrentar as dificuldades encontradas pela agricultura familiar refere-se ao manejo e conservação do solo. Partindo do pressuposto de que a agricultura de derrubada-queimada demanda um pousio florestal para recuperar a fertilidade dos solos, e frente ao encurtamento do período desse pousio e à baixa disponibilidade de terras, constata-se a necessidade de ações relacionadas ao manejo do solo nas UPAs camponesas.

A GTZ e o MAG têm contemplando algumas ações nesse sentido, como a introdução e difusão do plantio direto nas UPAs camponesas afetadas pela erosão hídrica e pela redução nos rendimentos agrícolas. Não obstante, os resultados dessas ações ainda são pouco perceptíveis. Entre as causas do insucesso dessas atividades pode-se mencionar a baixa destinação de verbas por parte do governo nacional, a pouca adesão dos técnicos do MAG e uma relativa resistência por parte dos agricultores em adotarem o plantio direto. A dependência quase exclusiva do financiamento da GTZ para a execução dos projetos de incentivo e implementação do plantio direto restringe a área de abrangência dos referidos empreendimentos.

Uma ambigüidade nas políticas públicas direcionadas ao manejo e conservação de solos refere-se às ações da Itaipu Binacional. A citada empresa binacional, mediante orientações do governo central, implementou nos últimos três anos (2005-2007) uma política denominada “responsabilidade social”. Entre os objetivos dessa política contemplavam-se a mecanização das lavouras camponesas. Enquanto a GTZ preconiza a utilização de adubação verde e o plantio direto, a Itaipu Binacional propunha a preparação das parcelas agrícolas com maquinário pesado (alugadas ou mesmo compradas) para as famílias camponesas.

Essa maneira ambígua com que o Estado paraguaio trata o recurso solo no sistema de produção das famílias camponesas demonstra uma faceta perversa de realizar as políticas públicas. Enquanto o recurso solo não seja tratado com seriedade pela política agrícola nacional e regional, muitas famílias permaneceram praticando a agricultura de derrubada-queimada com

encurtamento do pousio e assim enfrentando cada vez mais limitações decorrentes da queda da fertilidade e dos rendimentos agrícolas.

5.6.4 Políticas que afetam a organização e gestão da produção camponesa

A agricultura familiar do leste de San Pedro apresenta potencialidades e limitações diferenciadas, considerando a sua localização, tipos de solos, estrutura fundiária e a força de trabalho familiar. A produção da maior parte dos alimentos do consumo cotidiano das famílias paraguaias como grãos, frutíferas e hortaliças, passando pela pecuária e inclusive a arboricultura constituem o potencial produtivo dos agricultores familiares. Segundo Barrios *et al.* (1997), durante 9 meses ao ano, o país importa (legal e ilegalmente) da Argentina e do Brasil, frutas e hortaliças para o consumo interno. Essa situação decorre da baixa produção em quantidade e qualidade assim como a estacionalidade dos alimentos de origem vegetal produzidos no país.

A produção primária de alimentos, tanto de origem vegetal como animal, para o consumo familiar, local e regional coloca à agricultura familiar como um dos pilares para assegurar a soberania e a segurança alimentar. Uma parte dos excedentes dessa produção poderia ser transformada artesanalmente ou ainda ser industrializada através de pequenas e médias agroindústrias, para a comercialização nos centros urbanos da região, na área metropolitana ou ainda para exportação. No que tange à produção animal, pode-se promover ou melhorar o segmento de criação de aves (galinhas, perus, galinha-d'angola) e suínos como forma de aproveitamento e transformação dos excedentes dos cultivos de subsistência. Dessa forma, os agricultores obteriam uma elevação da suas rendas podendo assim atingir ou mesmo superar o nível de reprodução social.

Em algumas UPAs campesinas poderia ser fomentada a produção bovina, seja para corte ou para produção de leite. Nesse caso, deverão observar-se as condições da propriedade e utilizar preferentemente raças bovinas rústicas, derivadas do cruzamento entre raças de alto padrão genético e adaptadas ao lugar. A pecuária bovina familiar poderia contribuir no abastecimento de carne e de leite para o mercado local. Essa produção incidiria fortemente no custo da cesta básica das famílias paraguaias, considerando o alto preço que registrou a carne bovina nos últimos cinco anos.

Desde o ponto de vista ambiental, reflorestamentos pontuais com o intuito de produção de madeiras nobres ou fins energéticos (lenha e carvão), seja em médio ou em longo prazo, também constitui alternativas produtivas nas propriedades familiares. O manejo da regeneração da floresta nativa, o cultivo de algumas parcelas com espécies florestais de rápido

crescimento como *Eucalyptus*, *Pinnus* e alamos (*Populus* spp.) para uso local e agroindustrial podem ser alternativas viáveis para a agricultura familiar. Contudo, essas iniciativas deverão levar em consideração o contexto cultural das famílias e em consonância com os objetivos maiores: a segurança alimentar e geração de renda.

Contudo, não se pode esperar que a agricultura familiar da parte leste de San Pedro possa emergir como base para proporcionar segurança alimentar e geração de renda enquanto persistam problemas relacionados à infra-estrutura. O fracasso de algumas políticas públicas decorreu principalmente do enfoque estritamente produtivista, privilegiando poucos cultivos agrícolas. Entretanto, não foram suficientes os investimentos realizados em estradas, centros educativos, postos de saúde, fornecimento da energia elétrica e de água das comunidades rurais.

No interior das colônias mais distantes da rodovia asfaltada (*Ruta N° 3*), por exemplo, algumas estradas internas estão intransitáveis, denotam a inexistência de bueiros, pontes e muros de arrimo ou, ainda estão sem manutenção. O escoamento da produção agropecuária inicialmente dependeria da resolução dos problemas das estradas internas dos assentamentos. Neste sentido, a fonte de financiamento poderia ser o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL -FOCEM²⁰, que entrou em vigor recentemente. Para a transformação industrial de alguns produtos agropecuários teriam que ser implantadas ações que permitam o fornecimento de água e energia elétrica em quantidade e qualidade adequadas. Cabe salientar que a aplicação dessas medidas depende de instâncias de decisão em nível nacional e/ou regional, uma vez que existem possibilidades de acesso às fontes de financiamento.

A lei do INDERT determina que 5% dos *royalties* gerados pela Itaipu Binacional devem destinar-se para os fins da respectiva instituição (PARAGUAY, 2005). Segundo estimativas extra-oficiais, o valor dos *royalties* no ano 2005 destinados para o INDERT elevou-se a 32.000 milhões de G\$ (aproximadamente 5,4 milhões de US\$ ao câmbio do respectivo ano). Esse valor deveria ser destinado à compra de terras e à implementação de infra-estrutura básica no interior das novas e antigas colônias da reforma agrária. Um problema constatado na aplicação da referida normativa legal encontra-se na pouca ou nenhuma participação da sociedade civil e dos governos locais nas decisões sobre alocação desses recursos financeiros. Normalmente os empreendimentos do INDERT são impostos pelo Governo Central, acarretando uma relativa desconfiança e falta de participação por parte da população local beneficiada.

²⁰ O FOCEM foi instituído pelos países do MERCOSUL no ano 2005 e é composto pela contribuição dos Estados-Partes que poderão apresentar projetos pilotos visando desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas do bloco. Durante os primeiros quatro anos, os recursos do fundo serão destinados prioritariamente a obras de infra-estrutura para facilitar o processo de integração. Os dados sobre o FOCEM encontram-se em www.mercosur.int.

A partir da pesquisa de campo, constatou-se que as escolas e postos de saúde de caráter público, tanto do meio rural quanto do urbano, apresentaram condições precárias. Desde o ano 2004, inserida na política de “responsabilidade social” da Itaipu Binacional, foram construídas dezenas de estabelecimentos educativos e de saúde, principalmente na região oriental. Contudo, essas ações concentraram-se excessivamente na área metropolitana de Asunción e deixaram de beneficiar zonas rurais extremamente carentes desses serviços.

Ainda, a promoção e o fortalecimento da agricultura familiar necessariamente deveriam passar pela assistência técnica. A extensão rural é imprescindível para o sucesso da produção agropecuária (PINHIERO, 2000). Contudo, o serviço de extensão rural do DEAg/MAG tem privilegiado apenas a simples transferência de tecnologias. Durante décadas, os extensionistas focaram suas ações na produção de poucos cultivos agrícolas, privilegiando excessivamente o cultivo do algodão. Assim, deixou-se de incentivar e assessorar a produção de outros cultivos agrícolas, principalmente aqueles que não atendiam aos interesses comerciais. Normalmente, a produção agrícola de subsistência era realizada de acordo com o conhecimento empírico do agricultor e a tradição familiar, transmitida de geração em geração.

Deste modo, um dos maiores problemas, decorrente dessa visão simplista, tem sido a escassa atenção ao funcionamento conjunto do sistema produtivo da agricultura familiar. Além da gestão da produção, impõe-se como um grande desafio para a instituição pública de extensão compreender o funcionamento e as particularidades que envolvem a agricultura familiar. Entre esses desafios estão a concepção e a difusão de conhecimentos e práticas de produção agropecuária integral, não apenas na escala de cultivos ou da UPA camponesa, mas também em escala local (comunidade) e regional em nível de bacias hidrográficas (FIGURA 30).

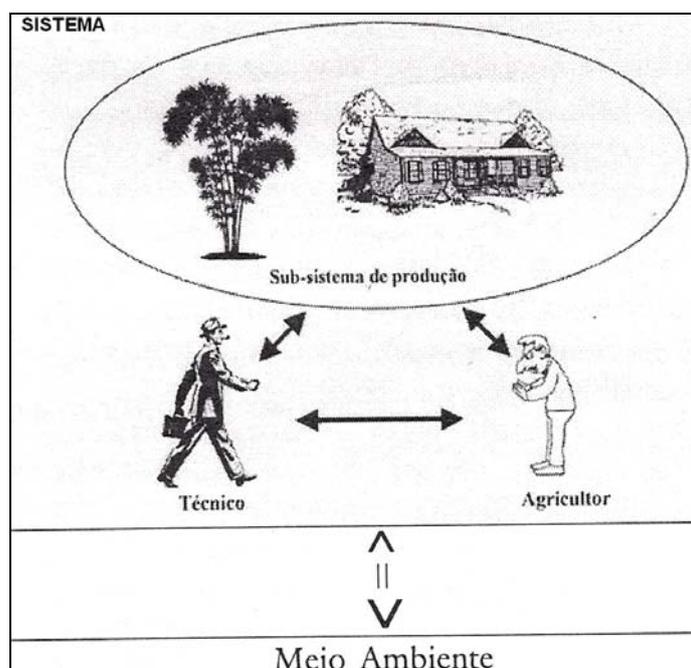


FIGURA 30 – Visão sistêmica como novo paradigma dentro da extensão agrária.
Fonte: PINHEIRO (2000, p. 32).

Assim, autores como Dufumier (1996), Barrios *et al.* (1997) e Pinheiro (2000), entre outros, sugerem que o “novo” enfoque do desenvolvimento rural deveria partir da noção de que uma unidade de produção é composta não apenas pelo agricultor, mas também, em grande medida, pela família. Além disso, existe uma constante interação entre a família e o seu entorno natural e social. Desse modo, a extensão rural voltada para as famílias camponesas deveria passar necessariamente por um novo paradigma que deixaria de priorizar basicamente a produção, ou seja, dever-se-ia trabalhar com a noção de “sistemas”. Neste caso, não somente se ater a priorizar ações que permitam atender às questões de cunho técnico-produtivas, mas também às relações que se estabelecem entre o agricultor, sua família e o entorno (social e natural).

A mudança de paradigma da extensão rural deve considerar também as instituições que trabalham com a educação, desde as escolas primárias, os colégios formadores de técnicos agropecuários até as faculdades das ciências agrárias, que são as responsáveis na formação dos técnicos em nível superior. Ainda, o rural não deveria reduzir-se apenas como espaço da produção agropecuária. Cabe salientar que a agricultura abriga, além da produção de gêneros alimentícios, outros benefícios para a sociedade, como a preservação do meio ambiente e a manutenção do patrimônio cultural. Portanto, seria necessária que a educação rural salientasse a importância das múltiplas funções que os agricultores familiares têm no espaço rural.

Essa nova proposta de extensão rural também passa por um processo de mudança no interior das comunidades camponesas. Um aspecto observado na pesquisa de campo está

relacionado com o grau de associativismo existente nas famílias camponesas. Cabe salientar que quando os agricultores reivindicam direitos fundiários, estes normalmente apresentam um elevado grau de organização e associação. Porém, essa propensão ao associativismo parece desaparecer ou diluir-se a partir do momento em que as famílias estão instaladas em seus lotes agrícolas. Dessa forma, constata-se nas organizações camponesas uma relativa escassez de capital social²¹. Portanto, ampliar o capital social das comunidades rurais, fortemente marcadas pela desunião e por conflitos internos, constitui-se uma tarefa complexa. Mesmo assim, a formação e a consolidação do capital social é um fator imprescindível para o desenvolvimento rural (MOLINAS, 2002).

Estas novas iniciativas que almejam a reestruturação da agricultura familiar podem ser resumidas pelas propostas de Belloncle²² (1987) *apud* Souchaud (2007): inovações sociologicamente aceitáveis, tecnologicamente manejáveis e economicamente rentáveis. Enfim, a promoção das mudanças, no que diz respeito à gestão produtiva da agricultura familiar, deveria ser uma constante preocupação do Estado e da sociedade civil. Essa preocupação tenderia a levar à constituição de espaços participativos e democráticos, e desse modo, possibilitar o desenvolvimento rural da área considerada neste estudo.

5.6.5 A necessidade da adequação institucional para atingir o desenvolvimento rural

A situação socioeconômica do Paraguai deriva da forte instabilidade política, da corrupção e da falta de confiança nas instituições. Desde o retorno da democracia em 1989, o país tem enfrentado várias disputas políticas, entre elas três tentativas de golpe de Estado, o que tem provocado constantes tensões sociais. Desta forma, a desconfiança e a insatisfação com o desempenho das instituições e com a economia nacional contribuem para criar um ambiente de desânimo e pessimismo. Segundo a CEPAL (2006), a corrupção que ocorre no Paraguai é uma das maiores causas da pobreza, ao mesmo tempo, representa um obstáculo para combatê-la. Ambas alimentam-se mutuamente, colocando à população em um círculo vicioso de miséria, que por sua vez, subestima a democracia.

²¹ O Capital Social é um conceito de ampla utilização durante os últimos anos, ele pode ser considerado como um elemento unificador dentro dos estudos multidisciplinares. Como esta tese não busca aprofundar a sua discussão teórica, apenas realiza-se uma breve caracterização sobre esta noção. Assim, o Capital Social é entendido como o grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento cívico que se praticam e o nível de associativismo dos membros da sociedade (GROOTAERT e VAN BASTELAER, 2002).

²² BELLONCLE, G. **Comment associer les producteurs?**: pour une approche “participative” de la recherche et de la vulgarisation. Recherche, vulgarisation et développement rural en África noire. Colóque de Yamoussoukro, focal coop, Ministère de coopération, Paris, p. 189-203, 1987.

A problemática institucional do Paraguai decorre do exacerbado *patrimonialismo*²³ que o partido do governo (ANR, Partido Colorado) tem exercido sobre a sociedade no decorrer dos últimos 60 anos. A ambigüidade com que o referido partido trata a *res publica*, confundindo funções do Governo com ações do Estado, tem afetado gravemente a estrutura e a funcionalidade das instituições públicas. A principal consequência dessa situação foi, e ainda é, um excessivo clientelismo no interior das instituições do Estado. Por exemplo, a contratação de um funcionário ou técnico nas repartições públicas é condicionada às relações de parentesco e de amizade, sem, muitas vezes, levar em consideração a aptidão ou formação técnica para os respectivos cargos.

Desse modo, a concretização efetiva de um Plano de Desenvolvimento Rural demandaria uma profunda reestruturação do Estado paraguaio, principalmente no que se refere à alocação de recursos financeiros e humanos. Uma das principais mudanças institucionais e de caráter legal que permitiria impulsionar a agricultura familiar refere-se à regulamentação e formalização do atual Estatuto Agrário de 2002. Paralelamente, o Estado deveria buscar a estabilidade das políticas públicas e dos respectivos gestores. Por exemplo, nos últimos 18 anos de democracia no Paraguai (1989-2007), foram substituídos 17 ministros do MAG (em média um ministro a cada ano). Cada substituição é acompanhada por uma série de mudanças que restringem ou, ainda, entavam a implementação e continuidade das políticas públicas.

Na reformulação da função do Estado, no que diz respeito à questão agrária, cabe salientar que os recursos humanos constituem um fator muito importante, devendo assim buscar implantar uma gestão de recursos humanos baseada no mérito e não mais no clientelismo político. Portanto, os concursos públicos e uma recategorização do atual quadro de funcionários e técnicos do INDERT e do MAG constituem uma necessidade para qualificar a atuação dos recursos humanos.

Levando-se em consideração a importância do cultivo da soja e seu grau de inserção mercantil (regional e mundial), sugere-se a implantação da tributação direta da produção primária dos agricultores empresariais e de acordo com a área de produção. Esta medida poderia contribuir para contrabalançar o grave problema da dicotomia social existente no país. Portanto, é necessário que a sociedade civil identifique formas de pressão ao Estado, para que os produtores e empresas envolvidas com o cultivo da referida oleaginosa repassem uma parte da

²³ Não é objetivo da presente tese discutir com profundidade o conceito de *patrimonialismo*. Porém, para compreender a problemática institucional no Paraguai colocam-se algumas considerações sobre essa doutrina política. Entende-se por *patrimonialismo* a forma de exercício de dominação por uma autoridade, a qual está legitimada pela roupagem da tradição. Suas principais características repousam no poder individual do governante que, amparado por seu aparato administrativo recrutado com base em critérios unicamente pessoais, exerce o poder político sob um determinado território. Trata-se, portanto, de uma sorte de dominação tradicional, ordenada pelo longo costume atávico (WEBER, 1999).

riqueza gerada na agricultura. Contudo, essa proposta parece de difícil implementação no contexto institucional paraguaio, pois depende mais de uma articulação política antes que os anseios da sociedade civil.

Enfim, após a realização da análise dos sistemas produtivos da agricultura familiar do leste de San Pedro, constata-se, entre outros fatores, que os arranjos institucionais, sobretudo no que refere à questão agrária, dificultam o desenvolvimento da respectiva região. A partir dessa constatação e das perspectivas de desenvolvimento rural que são abordadas neste estudo, propõe-se a constituição de espaços participativos que aproximem os atores sociais presentes na área de estudo e os agentes do Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da utilização da abordagem sistêmica, a presente tese buscou analisar as transformações históricas ocorridas no leste do Depto. de San Pedro, Paraguai. Igualmente, buscou-se avaliar situação atual da agricultura familiar frente ao processo de expansão da sojicultura dos últimos cinco anos (2001-2006).

O leste do Depto. de San Pedro apresentou uma evolução e diferenciação dos sistemas agrários impulsionada por uma série de condicionantes geográficos, sociais e ambientais. A localização com relação à capital do país Asunción, a precária e insuficiente infraestrutura, a implantação de latifúndios extrativistas, a existência de categorias sociais com desigual acesso aos meios de produção, assim como terras florestais com baixa aptidão agrônômica foram as principais condicionantes.

A agricultura camponesa encontrada nesta parte do Paraguai caracteriza-se por utilizar sistemas de produção diversificados e orientados, fundamentalmente, para o autoconsumo. Mas, ao mesmo tempo, registra-se um elevado grau de degradação dos meios de produção em decorrência de um precário acesso e posse da terra, escasso apoio financeiro e baixa inserção mercantil. Contudo, essa situação não é recente, remontando à colonização espanhola ocorrida nos séculos XVI até os inícios do século XIX. As *Encomiendas* de *mitayos* e *yanaconas* constituem o primeiro dispositivo legal que favoreceu a acumulação de capital e de terra a favor dos espanhóis, *criollos* e alguns mestiços assimilados à classe dominante.

A agricultura guaraníca baseada no derrubada-queimada da mata nativa (*rozado*), no pousio florestal (*barbecho*) e com cultivos autóctones como milho, mandioca, feijão e amendoim, beneficiou-se principalmente da introdução de ferramentas de ferro, da carreta e de alguns cultivos e criações durante a colonização hispânica. Além do instrumental produtivo e a miscigenação com os indígenas, os espanhóis deixaram como legado a religião cristã e uma sociedade marcada por uma forte diferenciação de classes, os quais confluíram para definir a identidade da população paraguaia. Dessa forma formou-se uma sociedade na qual os indígenas e mestiços bastardos não conseguiram realizar um processo de acumulação em decorrência da estrutura social predominante e do favorecimento as grandes propriedades.

No decorrer do governo Francia (1816-1840), a agricultura de cunho familiar, realizada em pequenas e médias propriedades concedidas pelo Estado foi beneficiada por condições favoráveis para seu desenvolvimento e expansão. Assim, os camponeses ou *campesinos* (descendentes dos *mitayos* e *yanaconas*) participaram na consolidação do Estado-Nação. Durante o Estado mercantilista (1842-1864), a agricultura camponesa, juntamente com a

exploração e comércio da erva-mate, das madeiras, da carne bovina e da recente industrialização facilitaram um moderado desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, o aparecimento do liberalismo comercial e as indefinições dos limites entre os países da bacia do Rio da Prata convergiram para que uma guerra genocida interrompesse o desenvolvimento socioeconômico do Paraguai. Assim, a *Guerra de la Triple Alianza* (1864-1870) ou “Guerra Grande” constitui um dos fatos mais significativos dentro da história paraguaia e que provocou profundas mudanças na sociedade e nas configurações do território. A venda de terras do Estado, a entrada de imigrantes, assim como a formação e consolidação de uma oligarquia de base agrária foram os aspectos mais significativos do período pós-guerra.

O atual Depto. de San Pedro, ao longo do período da colonização espanhola e no início da etapa republicana, manteve-se pouco inserido na dinâmica socioeconômica paraguaia contribuindo de maneira periférica com a exploração da erva-mate e madeira e, em menor escala, com a pecuária bovina. Os processos sociais e políticos nacionais durante esse período, pouco afetaram o seu território devido a sua localização com relação à capital Asunción. Pode-se afirmar que, unicamente, a “Guerra Grande” teve conseqüências diretas na configuração de seu território.

Para a reconstrução do país, os governos posteriores a grande guerra possibilitaram a entrada de imigrantes europeus. Preconizava-se que os estrangeiros eram os únicos capazes de assegurar o desenvolvimento do território, com o qual estigmatizou-se o potencial produtivo da população local remanescente. As famílias camponesas remanescentes da guerra foram expropriadas pelos *terratienientes*, sendo forçadas ao êxodo rural, a pauperização e a proletarização. Os latifúndios de capital internacional como *La Industrial Paraguaya Sociedad Anônima* –LIPSA usurparam vastas extensões de terras do Estado da região oriental. No leste de San Pedro, que abrangia extensas florestas nativas e campos, a citada empresa e seus parceiros exploraram a erva-mate, as madeiras e a pecuária bovina. A mão-de-obra utilizada era a população camponesa empobrecida e sem terra, que trabalhava em condições subhumanas. Poder-se-ia afirmar que, a implantação dos latifúndios veio contribuir para a desigualdade no acesso e posse da terra às famílias camponesas, culminando na pobreza e atraso que as mesmas vivenciam até os dias atuais.

Durante a metade do século XX houve várias tentativas para resolver a questão fundiária, principalmente após a Guerra do Chaco (1932-1935). Porém, por causa do militarismo, do poder político e econômico dos *terratienientes* e da ausência de organizações representando as classes sociais menos favorecidas, a reforma agrária não foi implantada. Mesmo com normativas e instituições favoráveis à reforma agrária, a estrutura agrária do leste

do Depto. de San Pedro continuou sem alterações significativas. A permanência da LIPSA provocou um engessamento social e territorial devido à carência de investimentos em infraestrutura que pudessem favorecer o desenvolvimento da região.

A chegada ao poder Gral A. Stroessner na metade da década de 1950, constitui o segundo maior fato da história paraguaia. A colonização interna com a implantação de colônias para as famílias camponesas, os empreendimentos binacionais, a inserção do país como exportador de bens primários através da expansão da fronteira agrícola foram os aspectos mais relevantes do seu governo. Além disso, a chegada de agricultores brasileiros, com o intuito de modernizar a agricultura paraguaia, novamente foi utilizada pelo poder público como uma forma de estigmatizar a população camponesa.

A partir de 1960, uma parte das terras fiscais localizadas no Depto. de San Pedro foi alocada para a instalação de colônias oficiais. Nas citadas colônias, as famílias camponesas ainda continuaram praticando o sistema de cultivo de derrubada-queimada com pousio, realizando policultivos de subsistência com mão-de-obra familiar e ferramentas manuais. A inserção mercantil dava-se mediante a produção de algodão e fumo de galpão. Ainda, extensas terras que anteriormente eram da propriedade da LIPSA e localizadas no leste em San Pedro, foram adquiridas por empresas estrangeiras ou por antigos parceiros. Além disso, presume-se que políticos e militares usurparam vastas áreas de terras que deviam ser destinadas à reforma agrária.

O contexto internacional favorável, com elevados preços de alguns produtos agrícolas, possibilitou que uma parte da população rural de San Pedro pudesse se inserir na conjuntura econômica e realizar uma relativa capitalização. O governo incentivou o aumento dos rendimentos do algodão e do fumo nas UPAs campesinas, através da introdução de variedades melhoradas e o uso de inseticidas. Contudo, as famílias camponesas, devido à precariedade da infra-estrutura e dos meios de produção, não puderam consolidar a sua produção agropecuária. Unicamente uma parte dos camponeses, compostos por famílias que tinham vínculo políticos, comerciais ou dispunham dos meios necessários para se adaptar a essa nova conjuntura agrária, conseguiram modificar seus sistemas de produção.

Enquanto os agricultores familiares estabelecidos nas colônias da reforma agrária de San Pedro ainda realizavam suas atividades agrícolas na ancestral agricultura de derrubada-queimada, no leste do Paraguai, os agricultores de origem brasileira iniciaram profundas mudanças nas paisagens agrárias. A exploração da madeira, o tamanho dos lotes e alguns incentivos do governo possibilitaram paulatinamente a implantação de uma agricultura de grãos (soja, trigo), calcada na revolução verde e inserida no contexto mercantil regional e

internacional. Convém lembrar que nessa época, o Brasil e o Paraguai consolidaram suas relações comerciais. O comércio internacional entre ambos os países foi facilitado, em grande parte, pelos *brasiguaios* que asseguram ao Brasil uma extensão de seu mercado. O Estado paraguaio participou diretamente no processo, possivelmente pelo viés economicista que predominava no âmbito institucional.

A conjuntura internacional instável da década de 1980 teve fortes efeitos sobre os setores econômicos do Paraguai. Devido a sua industrialização deficiente e a forte dependência da agricultura, o país mergulhou em uma crise social sem precedentes. Do ponto de vista agrário, a estagnação da colonização oficial, a queda dos preços do algodão e do fumo, aliadas à impossibilidade de recuperar efetivamente a fertilidade dos sistemas produtivos implantadas pelas famílias camponesas, acarretaram um período de estagnação social e produtiva dessa categoria social.

Mesmo com a recuperação da democracia em 1989, com novos dispositivos legais e as constantes reivindicações por parte das famílias camponesas, durante a década de 1990, não houve avanços significativos na questão agrária. A abertura do MERCOSUL, em 1991, possibilitou que as UPAs com maior disponibilidade de meios de produção aproveitassem as oportunidades comerciais. A pecuária bovina beneficiou-se da integração, exportando seus produtos a mercados exigentes e competitivos como a União Européia.

No leste do Depto de San Pedro, constatou-se um aumento da situação de fragilidade socioeconômica dos camponesas, em especial em decorrência da crise agrária ocorrida na década de 1980. Os sistemas de produção baseados na agricultura de derrubada-queimada, com o encurtamento do período de pousio, a redução dos lotes agrícolas outorgadas pelo IBR, os baixos preços dos produtos agrícolas de renda provocaram uma queda substancial na qualidade de vida dos camponeses. O resultado desse processo foi o declínio da produção camponesa, o aumento do êxodo rural e a expansão de atividades ilícitas como cultivo de maconha e o abigeato.

A desigualdade no acesso e na posse da terra colocou o Depto. de San Pedro, no final do século XX, como palco de acirradas disputas entre camponeses organizados, polícias, militares e *terratienientes*. Para atenuar a crise social que estava atravessando a agricultura de cunho familiar, os sucessivos governos paraguaios implantaram vários projetos de desenvolvimento rural. Mas, a dependência de recursos financeiros internacionais e a insuficiente participação dos agricultores familiares nas ações do poder público não provocaram mudanças significativas nos sistemas de produção.

Analisando a situação agrária do leste do Depto. de San Pedro, no primeiro quinquênio do ano 2000, tem-se constatado um avanço significativo da sojicultura na região.

Essa situação decorre principalmente do aumento na demanda internacional da citada oleaginosa. Essa maior demanda pela soja ocasionou uma forte valorização das terras localizadas na bacia do rio Paraná, provocando o movimento do território rural *brasiguayo* em direção à bacia do rio Paraguai. Com isso, a expansão da sojicultura tem acarretado a transformação das paisagens agrárias e uma série de conflitos socioambientais. Nesse contexto, as organizações camponesas e a sociedade local têm imputado ao cultivo da soja um caráter nocivo, causador de pobreza e de desorganização do espaço tipicamente rural.

Por um lado, a política fundiária aplicada nas últimas duas décadas na região demonstra as deficiências na organização do espaço agrário por parte do *Instituto de Bienestar Rural* -IBR, hoje *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* -INDERT. A distribuição dos lotes agrícolas nas colônias oficiais da reforma agrária e a falta de títulos definitivos contribuem na insegurança e instabilidade nos direitos fundiários das famílias camponesas. Igualmente, a possível irregularidade nos direitos fundiários dos grandes proprietários tem permitido que a sojicultura avance na parte leste do Depto. de San Pedro, em detrimento de uma agricultura familiar em constante descapitalização.

Por outro lado, os resultados agro-econômicos obtidos pelos agricultores familiares da área de estudo apresentam-se insuficientes e não permitem dos mesmos alcançar o nível de reprodução social. Dessa forma, constatou-se que o processo de deterioração das condições de vida, que atualmente abrange mais da metade das famílias campesinas, é grave, podendo se acentuar nos próximos anos. Se o Estado não implantar políticas públicas abrangentes, principalmente para aqueles agricultores que se situam abaixo do nível de reprodução social, a pobreza tende a aumentar de forma significativa. Igualmente, nessas condições, poderia vislumbrar-se um aumento do êxodo rural (dentro ou fora do país) e a expansão das atividades ilícitas. Em decorrência disso, mesmo questões urbanas como a formação de favelas, a informalidade mercantil e os índices de criminalidade podem aumentar nos próximos anos.

Como uma forma de relacionar a problemática anterior com a participação institucional e a ação do Estado, o estudo das instituições foi um complemento muito importante à teoria dos Sistemas Agrários. Dessa forma, constatou-se a impossibilidade do Estado em aplicar uma política fundiária mais equitativa assim como de uma política agrícola segundo as necessidades agroalimentares da população. As instituições encarregadas, INDERT e o *Ministerio de Agricultura y Ganadería* -MAG, em decorrência de suas estruturas, mostraram-se incapazes de implantar programas e projetos com benefícios sociais para a população camponesa. A falta de espaços participativos e democráticos para as organizações camponesas na elaboração e discussão das políticas públicas tem provocado a falta de apropriação por parte

dos agricultores das ações do Estado. Dessa forma, as políticas públicas carecem de legitimidade em função da ausência de um consenso entre o Estado e a sociedade civil organizada. Por tanto, as políticas públicas deveriam buscar uma maior integração socioeconômica das famílias camponesas à conjuntura nacional e internacional. Em efeito, enquanto a agricultura familiar mostra-se incapaz de capitalizar-se, pensar ou implantar qualquer iniciativa de Desenvolvimento Rural seria incongruente com a realidade agrária.

Conclui-se que o cultivo da soja não constitui um problema para a agricultura familiar. As verdadeiras causas da crise que enfrenta as famílias camponesas residem na pouca disponibilidade de terra, baixo instrumental produtivo, pouca inserção mercantil aliadas à carência de apoio efetivo por parte do Estado.

Assim, o Estado deveria agir urgentemente com políticas que possam incidir nos sistemas produtivos, gerar maior valor agregado e ocupar a mão-de-obra local. As políticas de distribuição de renda como aposentadoria rural, seguro agrícola, crédito fundiário seriam as medidas mais urgentes. A implantação de alguns programas que incentivem a transformação, local ou comunitária, de produtos agrícolas como a cana-de-açúcar e grãos oleaginosos *vis-à-vis* do emergente mercado dos biocombustíveis, concomitantemente ao manejo e conservação de solos, são medidas potenciais e necessárias para realizar-se na região. Nesses casos, seria importante o apoio e a participação dos governos locais bem como da iniciativa privada.

Igualmente, procurou-se demonstrar que as famílias camponesas da região em estudo apresentam um elevado potencial para contribuir na segurança alimentar em nível local e nacional. Com isso, se poderia obter uma menor dependência da produção externa e reforçar as estratégias de segurança nacional. Contudo, precisa-se projetos e programas que favoreçam a melhoria da infra-estrutura de transporte, educação e de saúde, tanto na área rural como urbana da área de estudo. Como a região não apresenta restrições ambientais severas (problemas com enchentes, secas prolongadas, solos pedregosos, excessiva declividade), existe uma relativa abundância de mão-de-obra jovem e centros urbanos em formação, poderiam fomentar-se os setores das indústrias de transformação agropecuária e dos serviços.

Essas e outras propostas em prol do desenvolvimento rural deveriam necessariamente passar sob responsabilidade das distintas instâncias do poder público. As mudanças na organização e gestão das políticas públicas, principalmente agrícola e fundiária, são indispensáveis para a constituição de espaços de decisões voltadas para a agricultura familiar. Constata-se a necessidade de priorizar a redução da concentração fundiária existente na região. Para isso, a regulamentação do atual Estatuto Agrário com o intuito de ordenar as atividades

produtivas assim como a recuperação de terras do Estado usurpadas durante a ditadura de Stroessner mostram-se necessárias em curto prazo.

Nesse sentido, constata-se a necessidade de alterar a forma de concessão e o tamanho dos lotes concedidos aos agricultores sem-terra. Para atender a demanda de produção agropecuária assim como minimizar os impactos ambientais, o tamanho dos lotes deveriam ser proporcional ao número de membros da família e conforme a aptidão agronômica dos solos. Dessa forma, se permitiria que os agricultores mantivessem áreas florestais (com mata nativa ou espécies implantadas), áreas de pastagem para o gado leiteiro e/ou de corte como também uma área com cultivos para autoconsumo familiar. Não obstante, a distribuição de terras não atingirá os objetivos propostos se não estiver acompanhada de uma política de créditos rurais acessíveis ao conjunto das famílias camponesas incapazes, atualmente, de realizar investimentos produtivos.

A criação de estruturas associativas como a utilização comunitária de equipamentos agrícolas, para o transporte de produtos e insumos, de transformação e comercialização agropecuária também são fundamentais. O fortalecimento das associações existentes poderia permitir uma melhor representação dos interesses das famílias camponesas frente às instancias de decisão do Estado. Até o presente, as organizações campesinas têm demonstrado uma baixa capacidade de mobilização, em grande parte decorrente da alienação imposta pela ditadura *stronista* e pelas subseqüentes repressões por parte do Estado paraguaio. Esse fato aliado à carência de espaços participativos e democráticos restringe a inserção social dos agricultores familiares.

Enfim, deve-se assinalar alguns obstáculos e limitações encontradas no decorrer desta tese. Primeiramente, encontrou-se dificuldade de acesso a algumas comunidades para coletar as informações, os quais impediram, de certa forma, ampliar o presente estudo. Algumas informações sobre atividades ilícitas, mas que contribuem na reprodução social das famílias, tampouco foram levantadas. Cabe salientar que os dados coletados junto com os agricultores apenas decorreram do ano agrícola 2005-2006. Além disso, a carência de registro ou mesmo, o esquecimento de atividades agropecuárias realizadas pelos camponeses durante o ano agrícola estudado puderam incidir nos resultados do desempenho agro-econômico.

Contudo, o período de convivência com as famílias camponesas, contribuiu para o estabelecimento de um ambiente de confiança mútua, acarretando um importante processo de ensino-aprendizagem. As informações obtidas junto as instituições públicas e das organizações camponesas também foram o resultado da confiança com relação à pesquisa. Não obstante, algumas informações obtidas revelaram-se contraditórias com a realidade empírica.

Por fim, a partir da presente tese, colocam-se algumas pistas que poderiam conduzir futuros trabalhos. A primeira seria a ampliação deste tipo de pesquisa, em especial englobando os demais distritos do Departamento de San Pedro. Ainda, a pesquisa realizada no leste do referido departamento, evidenciou uma problemática que, possivelmente, estaria ocorrendo em outras localidades do Paraguai. Assim, o estudo dessas regiões pode constituir uma importante ferramenta de prospecção, essencial para melhorar a apreensão das tendências da agricultura, das categorias sociais e seus sistemas produtivos.

Estudos mais aprofundados sobre os impactos ambientais dos sistemas de produção colocados em prática pelas distintas categorias sociais, a construção da problemática ambiental derivada da expansão da sojicultura e as identidades sócio-profissionais dos agricultores também são necessários e possíveis de realização. Enfim, pesquisas sobre a questão da bioenergia, as mudanças climáticas e sua relação com a agricultura familiar devem ser mais debatidos e estudados nos futuros trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, ANPOCS; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, P. (Org.). **A questão agrária, hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2002. p. 94-104.

ALBUQUERQUE, J.L.C. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 149-181.

ALMADA, F.; BARRIL G. **Caracterización de la agricultura familiar en el Paraguay**. Asunción: Instituto Interamericano de Cooperación Agrícola, 2006.

ALVAREZ, A. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

AMARILLA, J.M. Tierra, poder y prebendas 1870–1970: Génesis del empresariado tradicional del Paraguay. **NovaPolis**, Asunción, n. 8, p. 115-128, 2004. Disponível em: www.novapolis.pyglobal.com/08/novapolis8.pdf. Acesso em: 11 set. 2006.

ANDREATTA, T. **Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000**: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ANJOS, F. S. dos **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

APOLLIN, F.; EBERHART, C. **Análisis y diagnóstico de los sistemas de producción en el medio rural**: guía metodológica. Quito (Equador): CAMAREN, 1999.

ARECES, N. La expansión criolla en la frontera norte del Paraguay: estancieros y chacareros en Concepción, 1773-1840. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n. 62, p. 55-69, 1997.

AZARA, F. **Viajes por la América meridional**. Tradução de Francisco de las Barras de Aragón. Madrid: ESPASA-CALPE, 1969. (Colección Austral).

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Cuentas Nacionales 1992-2002**. Asunción, BCP, jul. 2003. (Cuentas Nacionales, n. 39).

_____. **El sector Externo**. Asunción, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **El acceso a la tierra en la agenda de desarrollo rural**. Washington, DC, 2002.

BARRIOS F. *et al.* **La economía campesina paraguaya**: tipologías y propuestas de políticas diferenciadas. Asunción: FAO, 1997.

- BARTH, S. **Agroecologia aplicada**. Asunción: CEPADES-CERI, 1995.
- BENÍTEZ, J.P. **Formación social del pueblo paraguayo**. Asunción: El Lector, 1996.
- BERNSTEIN, H. Land Reform: Taking a long(er) view. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 2, n. 4, p. 433-463, 2002.
- BERTALANFFY, L. Von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BERTRAND, J.P.; LAURENT, C.; LECLERCQ, V. **Le monde du soja**. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.
- BERTRAND, J.P. Brasil: modernisation agricole et restructuration alimentaire dans la crise internationale. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. 26, n. 104, p. 879-898, 1985.
- BERTRAND, J.P.; HILLCOAT, G. **Brésil et Argentina: la compétitivité agricole et agro-alimentaire en question**. Paris: INRA-L'Harmattan, 1996.
- BIANCHINI, O. da C. **A companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940)**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.
- BOZZANO, B.; WEIK, J. **El avance de la deforestación y el impacto económico**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, 1994.
- BRACK, W.; WEIK, J. **El bosque nativo del Paraguay: una riqueza subestimada**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, Comunidad Europea, 1994. Proyecto ALA 90-24.
- BRANDÃO, A.; REZENDE, G.; MARQUES, R. **Crescimento agrícola no período 1999-2004: explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Brasília: IPEA, 2005 (Texto para Discussão, nº 1.062). Disponível em: www.ipea.br. Acesso em: 20 abr. 2005.
- BRUM, A.J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CÁMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS. Producción de cereales y oleaginosas. Asunción, 2004. Disponível em: www.capeco.org.py. Acesso em: 20 set. 2005.
- _____. Producción de cereales y oleaginosas. Asunción, 2007. Disponível em: www.capeco.org.py. Acesso em: 30 jul. 2005.
- CASTO, R. Frente Nacional de Lucha por la Soberanía y la vida: un proyecto de reorganización del movimiento popular. **NovaPolis**, Asunción, n. 8, p. 129-135, 2004. Disponível em: www.novapolis.pyglobal.com/08/novapolis8..pdf. Acesso em: 18 set. 2006.
- CARVALHO, J.R. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina 2006**. Santiago de Chile, 2006.

CHAVES, J. C. **Compendio de historia paraguaya**. Asunción: Arte, 1998.

CHAVEZ, F. E. A. **A questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CHAYANOV, A.V. **The Theory of Peasant Economy**. The American Economic Association, Homewood-Illinois, 1966.

CHIAVENATO, J.J. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrarios en América latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

COUTURIER J.; PERNIN, C. **Diagnostic agraire de la "Compania de Tobatingua", Village de Quiindy, Paraguay**. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/sd>. Acesso em: 21 mai. 2004.

CRISTALDO H. **Datos agropecuarios**. Asunción: Coordinadora Agrícola del Paraguay, 2007. Trabalho apresentado no II Congreso Paraguayo de Población em Encarnación (Par.) 16-11-2005.

DEERE, C; JANVRY A. Marco conceitual para a análise empírica pelos camponeses. **Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 40-48, 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL/MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estatísticas do meio rural**. São Paulo, 2006. Disponível em: www.mda.gov.br/arquivos/estatisticas_rurais.pdf. Acesso em: 15 mar. 2007.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT GmbH; DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. **San Pedro: características demográficas y socioeconómicas - 2002**. Asunción, 2005.

DIAS M., M. (Comp.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

DIETZE, R. **Vida y obra de Friedrich Christian Mayntzhusen 1873-1949: fundador de Capitán Meza**. Asunción: Tipograf, 2007. Edición especial por motivo del primer centenario de fundación de la ciudad de Capitán Meza 1907-2007.

DORATIOTO, F. **Maldita guerra: nueva historia de la Guerra del Paraguay**. Tradução de Juan Ferguson. Buenos Aires: Emecé Historia, 2004.

DUFUMIER, M. Importancia de la tipología de unidades de producción agrícolas en el análisis de diagnóstico de realidades agrarias. In: ESCOBAR, G.; BERDEGUÉ, J. **Tipificación de sistemas de producción agrícola**. Santiago de Chile: RIMISP, 1995. p. 11-20.

_____. **Les projets de développement agricole**: manuel d'expertise. Paris: CTA-Karthala, 1996.

ELÍAS, E. **Caracterización del sistema de producción y comercialización de hojas de naranjo agrio y de esencia de petit grain en el distrito de Choré, departamento de San Pedro**. Tesis (Grado en Ingeniería Agronómica) – Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Asunción, San Lorenzo, 2004.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAZIO, M.V. **Monitoring Socio-Economic Conditions in Argentina, Chile, Paraguay and Uruguay**: Paraguay. Washington, DC: World Bank, 2005. (Project “Monitoring the Socio-Economic Situation in Argentina, Chile, Paraguay and Uruguay”, CEDLAS-The World Bank.). Disponible em: www.bancomundial.org. Acceso em: 31 jul. 2005.

FERNÁNDEZ, C.G.; MONGE NARANJO, A. **Economic growth in Paraguay**. Washington, DC: Inter-American Development, 2004. (Economic and Social Study Series RE 1-04-009). Disponible em: www.iadb.org. Acceso em: 29 jun. 2005.

FILIPPI, E. **Reforma agrária**: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FOGEL, R. Efectos socioambientales del enclave sojero. In: _____; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 35-112.

_____. **Estructura y la coyuntura en las luchas del movimiento campesino paraguayo**, 1998. Disponible em: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/fogel.pdf>. Acceso em: 15 ago 2005.

_____. Los conflictos agrarios y la intervención del Estado. **Revista Paraguaya de Sociología**, Asunción, v. 29, n. 83, p. 121-142, 1992.

_____. Movimiento campesino y su orientación democrática. **NovaPolis**, Asunción, n. 7, p. 100-109, 2004. Disponible em: <http://novapolis.pyglobal.com/07/novapolis7.pdf>. Acceso em: 24 out. 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS **Guidelines for agrarian systems diagnosis**. Roma: Land Tenure Service, Rural Development Division, Sustainable Development Department, 1999. Disponible em: <http://www.fao.org/sd/LTdirect/LTan0001.htm>. Acceso em: 08 abr 2007.

_____. **Informaciones básicas para zonificación agroecológica**: Información sobre tierras agrícolas y aguas para un desarrollo agrícola sostenible. [Sl. : s.n], 1999.

_____; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. Disponível em: http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3. Acesso em: 02 dez. 2005.

FRANÇA, J.L.; VASCONCELLOS de, A.C. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and wage labour in the American plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978.

GALEANO, L. Modernización agraria, diferenciación campesina y escenarios políticos. In: _____ **Procesos agrarios y democracia en Paraguay y América Latina**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 19-42.

GARCIA, A. El minifundismo en el proceso agrario del Paraguay: hacia un proyecto de desarrollo rural. **Revista Paraguaya de Sociología**, Asunción, v. 18, n. 52, p. 109-143, 1981.

GELMAN, J. **Campesinos y estancieros: región del Río de la Plata a fines de la época colonial**. Buenos Aires: Los Libros del Riel, 1998.

GILLESPIE, F. Comprehending the slow pace of urbanization in Paraguay between 1950 and 1972. **Economic Development and Cultural Change**, v. 31, n. 2, p. 355-375, 1983

GINESTA, J. *et al.* **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999

GRIFFIN, K; KHAN, A. R.; ICKOWITZ, A. Poverty and Distribution of Land. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 2, n.3, p. 279-330, 2002.

GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T.. **Understanding and measuring social capital: a multidisciplinary tool for practitioners**. Washington, DC: Word Bank, 2002.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT; DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. **San Pedro: características demográficas y socio-económicas 2002**. Asunción: GTZ-DGEEC, 2005.

GUARINZOLI C. *et al.*, **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001.

GUYRA PARAGUAY. **Atlas de las aves de Paraguay**. Asunción: Asociación Guyra Paraguay, 2005.

HAUBERT, M. Introduction générale. In: _____ **L'avenir des paysans: les mutations des agricultures familiales dans les pays du sud**. Paris: I.E.D.E.S., 1999. p. 9-26.

HILDEBRANDT, A.D. **O desenvolvimento da agricultura do município de Eugênio de Castro, RS: análise e recomendações de projetos**. 2005. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2005..

HUESPE, H. **Diagnostico del sector forestal paraguayo**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, 1995.

INDART, G. Política económica, distribución del ingreso y pobreza en Paraguay. In: GALEANO, L.; RIVAROLA, D. **Pobreza y cambio social**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 2001. p. 113-158.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Análise diagnóstica de sistemas agrários**: Guia metodológico. Brasília: [S.n.], 1999. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/guia_metodologico.zip. Acesso em: 20 nov. 2004.

INSFRAN PELOZO, J.A. **El Sector Financiero Paraguayo**: Evaluando 10 Años de Transición (Liberalización y crisis). Asunción: Banco Central del Paraguay, 2000. Disponível em: <http://www.bcp.gov.py/gee/investman/iclh.htm>. Acesso em: 22 nov. 2004.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL; UNIÓN EUROPEA. **Las 10 herramientas ambientales**: la familia, la chacra, el árbol y el bosque. Asunción: El lector, 1998.

INSTITUTO DE BIO-TECNOLOGÍA AGRÍCOLA. **Cultivos de la soja y el girasol**: Estimación de superficie campaña agrícola 2.006/2007 utilizando teledetección y Sistemas de Información Geográfica. Asunción: INBIO, 2007.

JARA, F.A. **Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. **Paraguay**: ciclos adversos y cultura política. Asunción: Servilibro, 2004.

JOLLIVET, M. (Coord.) **Pour une agriculture diversifiée**: arguments, questions, recherches. Paris: L'Harmattan, 1988.

LAÍNO, D. **Paraguay**: de la independencia a la dependencia (Historia del saqueo inglés en el Paraguay de la posguerra). 2 ed. Asunción: Intercontinental, 1989.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998 (Coleção Repertórios).

LEFEBVRE, H. Problemas de Sociologia Rural e Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 144-190.

LIMA, A. J. *et. al.* **Administração da Unidade de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

LÓPEZ O. *et al.* **Estudio de reconocimiento de suelos, capacidad de uso de la tierra y propuestas de ordenación territorial preliminar de la región oriental del Paraguay**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, Banco Mundial, 1995. Proyecto de Racionalización del Uso de la Tierra.

MACHADO, P. M. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. (Série Síntese rio-grandense).

MANN, S.; DICKINSON, J. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **Literatura Econômica**, São Paulo, v.9, n.1, p.7-26, 1987.

MALDONADO, L. **La producción de soja en el Paraguay**. [Asunción: s.n], 2004. Informe final dentro del proyecto de Formulación de estrategias y políticas de apoyo a la agricultura familiar campesina.

MARIÓ E.G.; SILVA-LEANDER, A.; CARTER, M. **Paraguay**: Temas de desarrollo social para el alivio de la pobreza – Análisis Social del País. Washington, DC: Word Bank, 2004. (Documento de trabajo N° 4/04). Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em: 31 jul. 2005.

MARSDEN, T. Theoretical issues in the continuity of Petty Commodity Production. In: WATHMORE, S., LOWE, P., MARSDEN, T. **Rural Enterprise**. Shifting Perspectives on Small-Scale Production. London: David Fulton Publishers, 1991. p. 12-29.

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de SOUZA **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O poder do atraso**: Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MASI, F.; PENNER, R.; DIETZE, R. **Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay**. Asunción: Banco Central del Paraguay, 2000. Disponível em: www.bcp.gov.py/gee. Acesso em: 20 out. 2004.

MAYER, E. **Casa, chakra y dinero**: economías domésticas de los Andes. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004. (Serie Estudios de la Sociedad Rural n. 28).

MAZOYER, M. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización**. Roma: FAO, 2001. (Texto para discussão). Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr. Acesso em: 20 ago. 2004.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição de fronteiras. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2004.

MIGUEL, L. de A. **Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (litoral nord de l'Etat du Paraná):** une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement, «Choronique d'une mort annoncées ?». 1997. Thèse (Douteur de L' Institut Nacional Agronomique) - Paris-Grignon, 1997.

MOLINAS, J.R. Innovaciones en la política social: el papel del capital social. In: BONILLA-CASTRO, E.; LICHA, I.; MOLINAS, J.R. (Org.) **Gerencia social en el siglo XXI:** la construcción de sociedades equitativas. Santo Domingo (República Dominicana): Instituto Tecnológico de Santo Domingo, Banco Interamericano de Desarrollo, 2002. p. 99-117.

MORINIGO, J.N. De la protesta social al movimiento campesino. **NovaPolis**, Asunción, n. 2, p. 24-31, 2003. Disponível em: www.novapolis.pyglobal.com/02/novapolis2.pdf. Acesso em: 15 ago. 2005.

_____. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. **NovaPolis**, Asunción, n. 10, p. 65-71, 2005. Disponível em: <http://novapolis.pyglobal.com/10/novapolis10.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2006.

MORLEY S.;VOS, R. Pobreza y crecimiento dual en Paraguay. In: GALEANO, L.; RIVAROLA, D. **Pobreza y cambio social.** Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 2001. p. 45-86.

MOURA, L.G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar:** o caso dos fumicultores de Agudo-RS. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NAGEL, B.Y. “Unleashing the Fury”: The Cultural Discourse of Rural Violence and Land Rights in Paraguay. **Society for Comparative Study of Society and History**, Cambridge, v. 41, n. 1, p. 148-181, 1999.

NEUMANN, P.S. **O Impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção.** 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: www.ufsm.br/desenvolvimentorural/21.pdf. Acesso em: 15 ago. 2005

NETO, A.B. **Brasiguaios:** trajetórias migratórias e luta pela terra. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

NICKSON, R.A. Colonización brasilera en la región oriental del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza.** Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 217-244.

ODDONE, H. **Paraguay:** desafíos demográficos en el siglo XXI. Asunción: ADEPO, UNFPA, 2002. (Serie Investigaciones, Población y Desarrollo, V. 2).

OLIVEIRA, M. de. **Identidade e interculturalidade:** história e arte guarani. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

OZELAME, O.; MACHADO, J.A.D.; HEGEDUS, P. O enfoque sistêmico na extensão: desde sistemas “Hard” a sistemas “Soft”. **Agrociência**, Montevideo, v. 6, n. 2, p. 53-60, 2002.

PALAU, T. Políticas agrarias en el Paraguay: instrumentos de discriminación. **NovaPolis**, Asunción, n. 2, p. 3-23, 2003. Disponível em: www.novapolis.pyglobal.com/02/novapolis2.pdf. Acesso em: 13 set. 2005.

PASTORE, C. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Antequera, 1972.

PAPPALARDO, C. **Estrategias y políticas de desarrollo rural**. Asunción: El Lector, 1995. T. 1.

PARAGUAY. **Atlas de desarrollo humano Paraguay 2005**. Versión 1.0. Fernando de la Mora (Par.): Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Universidad Nacional de Asunción, 2005. Formato digital.

PARAGUAY. Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. **Censo de Población y Viviendas**. Fernando de la Mora (Par.): DGEEC, 2003. Disponível em: www.dgeec.gov.py. Acesso em: 09 out. 2004.

PARAGUAY. Instituto de Desarrollo Rural y de la Tierra. **Colonias habilitadas departamento de San Pedro**. Asunción, 2006a.

_____. **Leyes rectoras de la reforma agraria: tetaygua pytyõhara kerayvoty jehupyty rekávo**. Asunción, 2006b.

PARAGUAY. Ley 1.863, de 31 de enero de 2002. Que establece el Estatuto Agrario. **Gazeta Oficial de la República del Paraguay**, Asunción, n. 22, 2002. Não paginado. Disponível em: <http://www.gacetaoficial.gov.py/2002/31enero2002.pdf>. Acesso em: 30 set. 2005.

_____. Ley 2.419, de 23 de julio de 2004. Que crea el INDERT (Instituto Nacional de Desarrollo y de la Tierra). **Gazeta Oficial de la República del Paraguay**, Asunción, n. 63, p. 2-7, 2004. Disponível em: <http://www.gacetaoficial.gov.py/2004/23julio2004.pdf>. Acesso em: 30 set. 2005.

PARAGUAY. Ministerio de Agricultura y Ganadería. **El sector agropecuario en cifras 2006**. Asunción: MAG, 2006c.

_____. **Encuesta agropecuaria por muestreo 2001-2002**. San Lorenzo (Par.): MAG, 2003.

_____. **Programa para el Fortalecimiento de la Agricultura Familiar: campaña agrícola 2007-2008**. Documento de trabajo. Asunción: MAG, 2007.

PARAGUAY. Secretaria Técnica de Planificación. **Perfil ambiental del Paraguay**. Asunción: STP, 1985.

PAREDES, R. **Lucha de clases en el Paraguay (1989-2002)**. Asunción: Agr, 2002.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PENNER, R. **Gestión del sector exportador frente al desafío de la integración.** Asunción: Banco Central del Paraguay, 2001. Disponível em www.bcp.gov.py/gee. Acesso 20 out. 2004.

PEREIRA, F.C. **A sustentabilidade da agricultura familiar no vale do Gurguéia-PI: construção de novas identidades socioprofissionais.** 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **Diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54. (Série Estudos Rurais).

PIERRI, J.A. **Influencia de la política y del comercio mundial sobre la producción de granos y carne vacuna en Argentina entre 1960 y 1986.** Buenos Aires: Centro Interdisciplinario de Estudios Agrários, Facultad de Ciencias Econômicas, Universidad de Buenos Aires, 2004.

PINHEIRO, S.L.G. O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-system* para experiências com *soft-system*. **Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n 2, p. 27-37, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária.** São Paulo: Basiliense, 1979.

QUIJANDRIA, B.; MONARES, A.; PEÑA MONTENEGRO, R.U. **Hacia una región sin pobres rurales.** Santiago de Chile: Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, División de América Latina y el Caribe, 2003.

REIS, F. **Mercado e Utopia.** São Paulo: Editora da USP, 2000.

RIQUELME, Q. **Los campesinos sin tierras en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino.** Buenos Aires: CLACSO, 2003. (Colección Becas de Investigación).

RIVERA, R. **Teorías del campesinado y políticas de desarrollo rural.** Caracas: [s.n.], 1998.

ROJAS PAÉZ, B.D. **Itaipú y crecimiento económico de Paraguay.** 2001. Dissertação (Magíster en Economía) - Universidad de Tucumán, Tucumán (Argentina), 2001.

RÜCKERT, A.A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SÁNCHEZ, B. **Políticas agrarias y desarrollo: Paraguay 1954-1994.** Asunción: Amambay, 1997.

SANTOS, J.V. T. dos **Matuchos: exclusão e lutas: do sul para a Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHVATZMAN, M. **Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya**. Asunción: Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1990.

SCHMITZ, H. Abordagem sistêmica e a agricultura familiar. In: DA MOTA; D.M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELLOS, H.E.M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 19-52.

SCKELL-MEYER, B. **Die Zerstörung der Selva in Paraguay**. 1998. Disponível em: www.sckeel.ch/papers/selva.htm. Acesso 10 fev. 2005.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. **Agricultura familiar e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2a. ed., 2003.

_____. Nova agenda para a reforma agrária São Paulo: **Valor Econômico**, p. 12-13, 27 jun. 2007.

SILVA NETO, B. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In: Da MOTA; D.M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELLOS, H.E.M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 81-103.

_____. Sistemas agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: FROEHLICH, S.M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2006. p. 65-98.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Aplicação da teoria dos sistemas agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: _____ **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de Políticas**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2005. p. 17-24.

SPRANDEL, M.A. **Brasiguaios: conflito e identidade de fronteiras internacionais**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Brasileiros na fronteira com Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 57, p. 137-156, 2006.

SOUCHAUD, S. **De la migración internacional a la emergencia de la migración interna como factor de construcción de los territorios en el oriente paraguayo**. 2005a. 01 mapa. Apresentado no II Congreso Paraguayo de Población em Encarnación (Par.) 16-11-2005.

_____. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005b. p. 15-35.

_____. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA-GTZ-ADEPO, 2007. (Serie Investigaciones, Población y Desarrollo V. 3).

_____. Nouveaux espaces en Amérique du Sud: la frontière paraguay-brésiliense. **Mappemonde**, Paris, v. 61, n. 1, p. 19-23, 2001.

_____. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002.

SCHEIBLER, J. L. **A Emergência de Fóruns Reguladores Globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STRAUB, S. Evolución macroeconómica del Paraguay 1989-1997: burbuja de consumo y crisis financiera. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 65, p. 119-121, 1998.

SUSNIK, B. **El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay**. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, 1982.

SUSNIK, B.; CHASE-SARDI, M. **Los Indios del Paraguay**. Asunción: Mapfre, 1982. (Colección Indios de América).

TORRES FIGUEREDO, O. A. Dinámica demográfica y agricultura en el Paraguay. **Revista Población y Desarrollo**, San Lorenzo, v. 16, n. 29, p. 43-52, 2005.

_____. **Geoprocésamiento aplicado a la planificación y uso de la tierra del municipio de San Pedro de Ycuamandyyú, Paraguay**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

TORRES FIGUEREDO, O.A.; FILIPPI, E.E. **O Paraguai e sua inserção econômica na globalização: o caso da soja**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 43. 2005. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. CD ROM.

_____. La modernización de la agricultura de soya en Paraguay. In: BENGÓA, J. **Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago de Chile: RIMISP, Catalonia, 2007. p. 146-155.

TORRES FIGUEREDO, O.A.; MIGUEL, L. de A. **El avance de la frontera agrícola mediante la soja en Paraguay: tendencias recientes** In: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE

ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 5., 2005. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. CD ROM.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN. **Atlas ambiental de la región oriental del Paraguay.** Asunción: UNA 1995. V. 2.

_____. **Uso de la tierra y deforestación en la región oriental de Paraguay:** periodo 1984-1991. Asunción: Facultad de Ciencias Agrarias, 1994.

_____. **Vegetación y uso de la tierra de la región occidental o Chaco.** Asunción: Facultad de Ciencias Agrarias, 1991.

VANKRUNKELSVEN, L. **Mensenrechten en soja,** 2004. Disponível em: www.wervel.be/sojaflitsen/soja_mensenrechten.htm. Acesso em: 21 jul. 2005.

_____. **Navios que se cruzam na calada da noite:** soja sobre o oceano. Tradução de Marianne C. Scheffer. Curitiba: Gráfica Popular: CEFURIA, 2006.

VASCONCELLOS, M.J.E. de. **Pensamento Sistêmico:** o novo paradigma da ciência. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y población:** nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asunción: UNFPA, GTZ, ADEPO, 2006. (Serie Investigaciones, Población y Desarrollo, V. 3).

VENIALGO, S. **San Estanislao en la ruta de la historia.** Asunción: Litocolor, 2005.

VERA, S. **El paraguayo:** un hombre fuera de su mundo. 4. ed. Asunción: El Lector, 2006.

VILLARET, A. **El enfoque sistémico aplicado al análisis del medio agrícola.** Sucre (Bolivia): PRADEM/CICDA, 1994.

VIVAN, J. **Agricultura e florestas:** princípios de uma interação vital. Cuiabá: Agropecuária, 1998.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO J.C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPE, 1999, p. 25-56.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. **Ética protestante y el espíritu del capitalismo.** Traduzido por Alicia Varela. Buenos Aires: Gradifco, 2004.

WEISSKOFF, R. The Paraguayan agro-export model of development. **World Development,** Montreal, v. 20, n. 10, p. 1531-1540, 1992.

WOLF, E. **Antropologia e poder.** Brasília: Editora da Unb; Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WOORTMANN, K. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas**: Chayanov e Sahlins. Brasília: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2005. (Série Antropológica, 293).

ZAAR, M.H. A migração rural no Oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova**: Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 94 (88), 2001. Não paginado. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm. Acesso em: 20 mai. 2005.

ZOOMERS, E.B.; KLEINPENNING J.M.P. Colonización interna y desarrollo rural: el caso de Paraguay. **Revista Geográfica I.P.G.H.**, México, n. 112, p. 109-125, 1990.

ZUB K., R. **Tierra, trabajo y religión**: memorias de los inmigrantes eslavos en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2002.

GLOSSÁRIO

Acopiador: comerciante encarregado de vender insumos agrícolas e comprar os produtos decorrentes da agricultura familiar. Normalmente se associa com o atravessador envolvido com a produção de algodão.

Alzaprima: carreta puxada por bois, com grandes rodas, que servia para o desalijar as toras de madeiras próxima aos cursos de água.

Área urbana: Segundo a DGEEC *todas las cabeceras de distritos oficiales, definidas conforme a leyes administrativas, presentan forma amanzanada* [quarteirões], *sin tener en cuenta ninguna otra consideración especial*.

Área rural: Segundo a DGEEC, são as *áreas que no se encuentran amanzanadas sin considerar la cantidad de habitantes*.

Barbecho: denominação utilizada no Paraguai para a interrupção do cultivo da terra para recuperar a fertilidade. Seria o equivalente ao pousio florestal.

Campesino: termo utilizado no Paraguai para designar a pessoa ou famílias que habitam e/ou trabalham no campo. Seria o equivalente o termo de camponês utilizado no Brasil.

Caudillo: denominação comum na bacia do Rio da Prata para designar uma pessoa de alto prestígio político ou poder econômico; normalmente é um *Terrateniente* ou um político demagogo.

Changa: trabalho ocasional como diarista.

Conchavo: denomina-se ao trabalho contratado semipermanente ou ainda temporário, normalmente realizado fora da UPA.

Cosecheros: forma vulgar de denominar as pessoas que trabalham na colheita manual de algodão ou outro produto agrícola.

Cultivos de subsistência: são normalmente aqueles produtos agrícolas destinados exclusivamente à alimentação familiar.

Cultivos de autoconsumo: são aqueles produtos agrícolas que são destinados à alimentação de animais (cerdos, aves, bovinos), cujos produtos (carne, ovos, leite) serão destinados para comercialização ou para consumo familiar.

Estanciero (fazendeiro) dono de uma grande propriedade dedicada à produção pecuária extensiva.

Filière: conjunto de atividades que transformam uma *commodity* num produto final para o consumidor, ou seja, o conceito de cadeia passa a estar atrelado nas relações intersetoriais.

Jangadas: grupo de toras de madeiras atadas mediante um cabo e disposto nos cursos de água para ser transportado pelos *jangaderos*.

Jangadero: operário florestal encarregado do transporte das toras de madeiras pela via fluvial.

Karancho: uma adaptação do arado de ferro sem aiveca.

Latifúndio: grande propriedade rural, especialmente aquela que tem grande proporção de terras não cultivadas e é explorada com técnicas de baixa produtividade.

Latifundização: processo de formação de latifúndios.

Mboroviré: erva-mate semi-processada no terreno e que, após da moenda, comercializara-se no mercado consumidor.

Mensú: Diz-se do operário florestal contratado para a exploração da erva-mate, com salário ordenado mensal, e cuja função é de caráter transitório.

Mina: denominação vulgar antiga para uma determinada área florestal com erva-mate nativa.

Minero: operário florestal encarregado de explorar uma *mina* ou erval natural.

Minga: do quéchua ‘*minca*’, intercâmbio de tarefas agrícolas realizadas entre as famílias camponesas.

Minifúndio: pequena propriedade rural, principalmente aquela voltada à agricultura de subsistência, com uso de técnicas rudimentares e baixa produtividade.

Minifundização: : processo de formação de minifúndios.

Obraje: denominação comumente utilizada no Paraguai para denominar uma grande área dedicada à exploração florestal.

Obrajero: Diz-se do operário florestal contratado para o corte das toras de madeiras dentro da floresta.

Peón (peão): denominação para o trabalhador que lida com as atividades próprias de uma fazenda de criação bovina.

Raido: ramos de erva-mate colhida pelo *minero*.

Rozado: Terreno florestal derrubado e queimado para semear os cultivos agrícolas; lavoura recente.

Tereré: Infusão de erva-mate com água fria amplamente utilizada como bebida no Paraguai.

Tembiguai: forma comum de denominação para um trabalhador; diz-se também de aquele que trabalha ou vive em escravidão.

Terrateniente (latifundiário): dono de um latifúndio.

Yvy jará: do guarani *yvy* (terra) e *jará* (dono); denominação vulgar antiga para os *terratenientes*.

APÊNDICE A

Itinerario de entrevista con los Agricultores/Productores

Nº _____ Local: _____ Data: ____/____/____
 Nombre: _____

1. Origen: trayectoria familiar y personal
 - 1.1 Antepasados (abuelos, padres / actividades)
 - 1.2 Su propia historia / migración (época y motivos)
 - 1.3 Escolaridad

2. Cuestiones relativas a la propiedad / finca
 - 2.1 Tierra: formas de acceso / ocupación y uso: origen y evolución de la propiedad
 - 2.2 Uso de la tierra: Sistemas de producción:
 - 2.2.1 Producción Agrícola: Cultivos (de autoconsumo y de renta);
 - 2.2.2 Destino de la producción (autoconsumo, excedente y sus formas de comercialización)
 - 2.2.3 Producción Animal: hatos ganaderos, tendencias, productos.
 - 2.2.4 Cambios recientes en los sistemas de producción

3. Infraestructura básica
 - 3.1 Mejoras e instalaciones;
 - 3.2 Maquinarias, equipamientos y herramientas de producción

4. Aspecto institucional
 - 4.1 Asistencia técnica
 - 4.2 Participación comunitaria

5. Aspectos financieros
 - 5.1 Formas, acceso y uso de créditos en la agricultura
 - 5.2 Ingreso familiar: fuentes, relación derivada de las actividades agropecuarias, actividades extra prediales.

6. Explotación forestal
 - 6.1 Representación de la problemática forestal;
 - 6.2 Comercio forestal;

7. Modernización de la agricultura de la región: el avance del cultivo de la soja en la zona
 - 7.1 Efectos positivos y negativos en las relaciones sociales;
 - 7.2 Cuestión de compra/venta de tierra en la zona
 - 7.3 Tendencia de la AF hacia la modernización agrícola

Cuestionario (Semi-estructurado)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)
Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)

Doctorando: OSCAR AGUSTIN TORRES FIGUEREDO

Orientador: Prof. Dr. LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL

<p><i>Aplicar solamente al (la) jefe (a) seleccionado (a). Explicar que fue seleccionado para este estudio y que su colaboración sincera es importante y sigilosa.</i></p> <p><i>Las cuestiones deben ser leídas o formuladas en sentido exacto.</i></p> <p><i>Colocar un X en los lugares correspondientes a no ser que haya otra indicación.</i></p> <p><i>NR para No Respondió;</i></p> <p><i>NA para cuando la pregunta No se Aplica;</i></p> <p><i>Nunca leer la alternativa No Sabe (NS);</i></p>

1-ORIGEN: TRAYECTORIA FAMILIAR Y PERSONAL

1. Identidad

- a) Distrito: _____ b) Localidad: _____
- c) Nombre: _____ e) Edad: _____ años f) Sexo: () M () F
- g) Reside en el lugar hace _____ años
- h) Su padre nació en (Distrito) _____ Dpto. _____
- i) Su padre vive (o vivía si es fallecido) en _____ Dpto. _____
- j) Su abuelo nació en (Distrito) _____ Dpto. _____
- k) Se volvió agricultor/ productor en: _____

2. Breve historia de las principales etapas de conformación de la UPA

2.1 Desde cuándo está en la agricultura?

2.2 Como comenzó en esta actividad?

Respuesta:

12. Cuánta del total del área (pregunta 5) de sus tierras es mecanizable?

_____ ha

13. Cuál es el valor medio de la hectárea (una) en esta región, donde está localizada su propiedad y con las mismas características? G\$ / ha

3-USO DE LA TIERRA

14. Podría describir el uso de su tierra

<input type="checkbox"/> Cultivos permanentes _____ ha	<input type="checkbox"/> Bosques _____ ha
<input type="checkbox"/> Cultivos temporales _____ ha	<input type="checkbox"/> Reforestación _____ ha
<input type="checkbox"/> Pastura _____ ha	<input type="checkbox"/> Inaprovechable * _____ ha
<input type="checkbox"/> Barbecho _____ ha	<input type="checkbox"/> Uso doméstico ** _____ ha

* Incluye esteros, bañados y lagunas;

** Incluye pomar, construcciones, huerta etc.

15. Cómo prepara su suelo para cultivar?

	ha	%
1 Rozado y quema para agricultura de quemadas		
2 Rozado y quema para implantar pasturas		
3 Arada con quema anterior		
4 Arada sin quema anterior		
5. Arada y rastreada		
6 Labranza mínima		
7 Siembra directa		

16. Cómo siembra sus cultivos?

	ha	%
1 Palo puntiagudo		
2 Azada		
3 Sembradora manual (matraca)		
4 Sembradora mecánica		

17. Cómo mantiene / recupera la fertilidad de sus suelos?

	ha	%
1 Haciendo más rozado y quema		
2 Descanso temporal (barbecho)		
3 Con abonos químicos		
4 Con abonos verdes (mucuna, crotalaria etc.)		
5 Rastrojos de cultivos anteriores		
6 Con estiércol		
7. Siembra directa		
7 No realiza ningún trabajo		

18. Utiliza insumos químicos en la producción

Tipo	Nunca	Algunas veces	Siempre	Ha	%
1 Abonos químicos					
2 Insecticidas					
3 Fungicidas					
4 Herbicidas					
5 Otros (especificar)					

4-PRODUCCIÓN AGRÍCOLA

19. Resultados de la última zafra agrícola (2004/2005)

Especificación	Área plantada (ha)	Destino de la producción		
		Consumo familiar	Venta (usar leyenda)	Consumo animal
Algodón				
Tabaco				
Sésamo				
Mandioca				
Poroto				
Maíz				
Batata				
Maní				
Caña de azúcar				
FRUTALES				
Legumbres/verduras				

Leyenda:

1 venta directa para consumidores – en la casa o en ferias libres

2 para cooperativa

3 directo para agroindustria y/o empresa privada

4 para el acopiador

5 Otro _____

Obs:

5-PRODUCCIÓN ANIMAL

20. Composición del hato ganadero

Bovinos	
Toros	
Bueyes	
Vacas	
Terberos	
Caprinos - Ovinos	
Cabras/ovejas	
Equinos	
Caballos/yevas	
Porcinos	
Cerdo/a	
Aves	
Gallinas/pollos/gallos	
Patos/gansos	
Otros	

Obs:

21. Hubo aumento o reducción del hato ganadero?. Colocar los motivos.

22. Los alimentos consumidos por la familia (*solo una respuesta*)

- 1 () Proviene casi todos de la propia producción
 2 () La mayor parte son comprados de otros agricultores
 3 () La mayor parte son comprados de un almacén o supermercado
 4 () Mitad producida en la finca y mitad se compra

23. Qué es lo que UD. cultiva o cría exclusivamente para subsistencia?

24. Hubo cambios recientes en el sistema de producción?

(...) 1 NO

(...) 2 SI

(...) hubo un aumento de los cultivos para comercialización

(...) hubo un aumento de los cultivos para renta con disminución del efectivo animal;

(...) hubo un cambio parcial de actividades (especificar: _____)

(...) hubo un cambio total de actividades (especificar: _____)

(...) Otro (especificar)

25. Cuáles son (o fueron) las razones para los cambios en los sistemas de producción?

6-INFRAESTRUCTURA BÁSICA

26. Mejoras e instalaciones (año 2004/2005)

Especificaciones	Cantidad	Área construída (m ² ;m ³ ;ha;km)	(1) Material	Tiempo de la mejora o año de construcción
			(2) madera	
			(3) mezclada	
Laguna				
Pozos de agua				
Establos				
Corrales				
Galpones				
Cercas/alambradas				
Vivienda familiar				
Gallinero				
Pocilgas - chiquero				
Otros (especificar)				

Obs:

27. Máquinas, herramientas y equipamientos (año 2004/2005).

Especificaciones	Cantidad	Edad (años)
Tracción animal: Juntas de Bueyes		
Caballos de Servicio		
Micro tractor (< 20 HP)		
Tractor		
Equipamientos e Implementos		
Arado de tracción animal		
Arado de tracción mecánica		
Carpidora de tracción animal		
Carpidora de tracción mecánica		
Rastra de tracción animal		
Rastra de tracción mecánica		
Sembradora de tracción animal		
Sembradora de tracción mecánica		
Sembradora manual (matraca)		
Rotativa		
Carreta agrícola		
Pulverizador (manual/mochilla)		
Pulverizador mecánico		
Motor eléctrico		
Bomba de agua		
Trapiche de caña dulce		
Triturador de cereales/desgranadora		
Picador de pastos (forrajeras)		
Arreos (jugos y otros)		
Herramientas menores (*)		

* Incluye rastrillos, cajones para colecta, azadas, azadones, hoces, hachas, palas, picos entre otros.

Obs:

7-INSTITUCIONAL

28. UD. recibe asistencia técnica?

Institución	Sistemáticamente	De vez en cuando	Solamente cuando solicita	Nunca
MAG-DEAG				
IBR-INDERT				
Cooperativa				
Agroindustrias				
Municipalidad				
ONGs				
Consultoras privadas				

36. Cuáles son las principales fuentes de ingreso derivados de la actividad agropecuaria?

37. En relación a los trabajos extra prediales a la finca que UD. o alguien de la familia realiza. Describir donde y el tiempo dedicado

a () en la región, temporalmente

b () en la región, permanentemente

c () fuera del país, temporalmente

d () fuera del país, permanentemente

Obs:

10-PRODUCCIÓN FORESTAL

38. Qué opina UD. sobre los bosques remanentes de San Pedro?

- 1 () Están amenazados por la expansión agropecuaria
 2 () Están amenazados por la gente que busca leña y maderas
 3 () Están protegidos por la gente
 4 () Hay mucho todavía y no hay porque preocuparse
 5 () Otros _____
-

39. Forestación y reforestación. UD. posee áreas con bosques nativos o implantados?

1. Si (....)

Tipo de bosque	Plantado (ha)	Conservado (ha)	Cortado (ha)	Edad (media)
Nativo				
Implantada (especies)				

1. NO (....)

40. Que productos forestales vende (o vendió) en los últimos años:

()	1 Leña
()	2 Carbón
()	3 Rollos
()	4 Postes
()	5 Otros (especificar)

11-MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA: PRODUCCIÓN Y EXPANSIÓN DE LA SOJA EN LA REGIÓN

41. Qué opinión le merece la agricultura moderna con la reciente expansión de la soja en el este de San Pedro?

Respuesta:

42. En los últimos años UD. esa modernización de la agricultura interfirió en la cuestión de compra/venta de tierras?

Respuesta:

43. Dígame, si esa modernización de la agricultura interfirió en la cuestión de conseguir trabajos (changas) en la agricultura?

Respuesta:

44. También, será que la agricultura moderna se relaciona (o no) con el éxodo hacia las ciudades? (*expulsión poblacional*). Existen otros agravantes o no?

Respuesta:

LOCAL DE LA ENTREVISTA: _____

Duración: _____ minutos.

APÊNDICE B

Itinerario de entrevista con Informantes Calificados

Nº _____ Local: _____ Data: ____/____/____

Nombre: _____

INFORMANTES CALIFICADOS (Entrevistas abiertas)

Cuál es su formación /área / especialización?

Que trabajo realiza actualmente en la institución?

Por qué vino a trabajar en esta parte del país / institución?

Cuánto tiempo hace que trabaja en la institución?

2. Tecnología y trabajo (Opiniones)

Modelo de producción agrícola

Categorías sociales y sus sistemas de producción (con énfasis en la Agricultura familiar-AF): tecnologías: técnicas y equipamientos (evolución del uso y del conocimiento).

3. Representaciones de la sociedad (que piensa de la...)

Política / gobierno actual y pasados

De la Reforma Agraria: formas de implantación de las colonias y asentamientos, tamaño de los lotes, Infraestructura mínima.

Sobre las luchas por la tierra, quien o quienes, para qué?

Es posible todavía seguir con este sistema de reforma agraria implantada por el IBR y ahora con el INDERT?

Del desarrollo rural (aspectos productivos, económicos, sociales y ambientales)

De los cambios que se precisan (o no) para un Desarrollo Rural efectivo (de qué tipo, cuándo, cómo y por qué)

De la política agrícola / agraria actual, créditos (quienes son beneficiarios)

De las reivindicaciones de los campesinos (Productores familiares) por la tierra, precios, créditos, etc..

4. Representaciones conceptuales

Breve historia de los grupos sociales y la zona en estudio

Estado de la producción agropecuaria en esta parte de Paraguay

Opinión sobre el papel de las instituciones que intervienen en la asistencia técnica y organización de los agricultores (por ejemplo MAG, INDERT, CAH, BNF etc.)

Motivos de los agricultores familiares estar en contra del proceso de modernización de la agricultura (a través del cultivo de la soja);

Ventajas y desventajas de la modernización agrícola para los AF;

Los AF de la zona de estudio, están (o no) preparados para entrar en el proceso de modernización de la agricultura: motivos, formas de inserción, obstáculos, posibilidades.

Cree que el campesino paraguayo pueda ser realmente importante en el desarrollo rural del Paraguay o está inexorablemente “condenado” a desaparecer?.

Como su institución podría mejorar la condición de vida de los AF y realizar un verdadero desarrollo rural?

APÊNDICE C

Imagens dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares no leste do Depto. de San Pedro.



Lâmina C1 - Características da agricultura praticada pelas famílias *mboriahú apí* no SP 1.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).



Lâmina C2 - Aspectos produtivos mais ressaltantes das famílias *mboriahú* no SP 2.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).



Lâmina C3 - As famílias *mboriahú ryguatá* e as características mais importantes de seu sistema de produção.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).



Lâmina C4 - Benfeitorias, equipamentos e aspectos produtivos da fumicultura no SP 4.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).



Lâmina C5 - A produção da soja e do milho em unidades familiares que implementaram o SP 5

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

ANEXO A

Colônias oficiais implantadas pelo IBR (*Instituto de Bienestar Rural*), período de 1960 a 1989

Ano	Nº de colônias	Quantidade de lotes	Superfície (ha)
1960	22	1.588	57.326
1961	11	368	73.954
1962	11	559	50.374
1963	75	2.560	551.243
1964	67	4.583	1.147.179
1965	11	406	45.317
1966	18	997	580.673
1967	26	4.235	133.384
1968	28	1.643	405.464
1969	48	4.340	1.003.705
1970	27	1.487	92.752
Sub total	344	22.766	4.141.371
1971	18	1.347	75.932
1972	30	2.861	54.215
1973	10	176	150.800
1974	13	950	125.881
1975	12	1.521	144.213
1976	22	2.232	175.823
1977	20	3.253	91.679
1978	20	4.535	366.984
1979	21	5.759	345.916
1980	24	10.543	165.325
Sub total	190	33.177	1.696.768
1981	16	3.091	624.706
1982	16	4.182	1.013.729
1983	24	2.977	412.527
1984	13	1.788	378.280
1985	23	3.341	29.524
1986	20	2.365	374.839
1987	13	2.044	20.238
1988	22	1.431	755.204
1989 (*)			

(*) *Queda do governo Stroessner (02-1989).*

Fonte: PARAGUAY (2006a).

ANEXO B

Participação do algodão e da soja na economia paraguaia

B1 - Evolução da participação do algodão e da soja nas exportações agropecuárias

Ano	Algodão (%)	Soja (%)
1996	18	31
1997	6,3	43,1
1998	7,4	43,4
1999	8,3	41,4
2000	9,0	32,8
2001	8,4	35,9
2002	3,8	35,8
2003	4,7	41,6
2004	6,7	35,4
2005	2,4	33,5

Fonte: Elaborado pelo MAG segundo Estatísticas do Comércio Exterior do *Banco Central del Paraguay* (BCP), série 1996-2005.

B2 - Evolução da participação do algodão e da soja nas exportações agropecuárias
(em milhares de US\$ FOB)

Ano	Algodão	Soja
1996	188.146	324.157
1997	72.857	493.598
1998	75.419	440.315
1999	61.546	307.294
2000	78.493	285.924
2001	83.469	356.315
2002	35.961	340.684
2003	58.098	516.959
2004	110.079	578.705
2005	40.289	566.188
Taxa a.a.	-15,7	6,4
Varição 2003-2004	-63,4	-2,2
Taxa a.a.	-15,7	6,4

Fonte: Elaborado pelo MAG segundo Estatísticas do Comércio Exterior do BCP, série 1996-2005.

B3 - Preços internacionais de soja e algodão (em milhares de US\$ por Tonelada)

Ano	Algodão *	Soja **
1995	1.723,1	277,3
1997	1.597,8	281,8
1998	1.513,8	224,6
1999	1.204,4	176
2000	1.336,4	183,7
2001	934	169,3
2002	900,3	185,2
2003	1.323,4	231,9
2004	1.233,1	274,1
2005	1.108,9	223,5

* Os preços do algodão são fixados segundo o Mercado de New York (EUA) e Liverpool (UK)

** Os preços da soja são fixados segundo o Mercado de Chicago (EUA);

Fonte: Elaborado pelo MAG segundo o Informe Econômico do BCP, março 2004.

ANEXO C

Evolução da área cultivada (ha) do Gergelim no Paraguai (por região e departamento).
Período 2000-2005.

Deptos. / Anos agrícolas	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005
Concepción	5.640	13.076	5.274	19.100	31.895
San Pedro	8.460	19.616	7.912	26.373	47.842
Cordillera	0	30	5	120	150
Guairá	0	15	10	100	200
Caaguazú	0	200	50	500	650
Caazapá	0	200	50	500	650
Itapúa	0	3	3	300	300
Misiones	0	10	30	50	80
Paraguarí	0	50	10	50	70
Alto Paraná	150	80	12	50	70
Central	0	0	20	80	100
Ñeembucú	0	20	100	50	80
Amambay	200	400	200	600	600
Canindeyú	150	200	70	1.100	1.800
SubTotal Região oriental	14.600	33.800	13.746	48.733	83.937
Presidente Hayes	0	0	0	0	0
Alto Paraguay	0	0	0	0	200
Boquerón	800	3.000	800	3.500	4.000
Sub Total Região ocidental	800	3.000	800	3.500	4.200
TOTAL PARAGUAI	15.400	36.800	14.546	52.233	88.137

Fonte: Depto. Agropecuário Shirosawa Comp. S.A.I.C. (2006).

ANEXO D

Estrutura produtiva da região oriental do Paraguai segundo tamanho das UPAs e receita agrícola anual durante a safra 2001/2002.

Tipologia	Quantidade	% do total	Características
I. Agricultura Familiar	312.617	98,1	
A. UPAs com menos de 20 ha	268.334	84,2	
1. Sem vendas	59.377		Áreas de minifúndios com solos deteriorados, assentamentos sem serviços de apoio, glebas em decadência e comunidades indígenas
2. Inferior a 250 US\$	103.653		
a) Subtotal de UPAs familiares e situação crítica	163.030	51,1	
3. De 250 a 600 US\$	75.013		Unidades produtivas com tendência ao monocultivo de renda
4. De 600 a 2500 US\$	27.154		
b) Subtotal fincas familiares degradadas	102.167	32,0	
5. De 2.500 a 12.000US\$	2.937		Unidades produtivas diversificadas com cultivos de renda (hortaliças e frutas). Pequenas agroindústrias, sericultura, apicultura, etc.
6. De 12.000 a 25.000 US\$	111		
7. De 25.000 a 60.000 US\$	44		
8. Superior a 60.000 US\$	45		
c) Subtotal de UPAs fincas familiares capitalizadas e intensivas	3.137	1,0	
B. UPAs entre 20 a 200 ha	44.285	13,9	
1. Sem vendas	3.686		Unidades produtivas extensivas
2. Menos de 250 US\$	6.068		
3. De 250 a 600 US\$	12.489		
4. De 600 a 2500 US\$	9.560		
d) Subtotal de UPAs familiares que são subexploradas e ineficientes	31.803	10,0	
5. De 2.500 a 12.000 US\$	6.622		Unidades produtivas diversificadas com cultivos de renda (pecuária de carne e leite, cultivos mecanizados de grãos).
6. De 12.000 a 25.000 US\$	2.661		
7. De 25.000 a 60.000 US\$	2.441		
8. Superior a 60.000 US\$	756		
e) Subtotal de UPAs familiares capitalizadas e intensivas.	12.480	3,9	
II. UPAs com mais de 200 ha			
1. Sem vendas	309		Unidades produtivas normalmente especulativas
2. Inferior a 2500 US\$	1.082		
f) Subtotal de UPAs ineficientes e/ou especulativas	1.391	0,4	
3. De 2.500 a 12.000 US\$	1.490		Unidades produtivas dedicadas ao cultivo mecanizado de grãos. Forte tendência atual de reconversão de áreas pecuárias para áreas agrícolas (cultivos de soja, de milho e de arroz).
4. De 12.000 a 25.000 US\$	924		
5. De 25.000 a 60.000 US\$	793		
6. Superior a 60.000 US\$	1.578		
g) Subtotal UPAs empresariais capitalizadas	4.785	1,5	
TOTAL de UPAs	318.793	100,0	

Fonte: adaptado de Cristaldo (2007) conforme PARAGUAY (2003).
Câmbio utilizado 1 US\$ = 4.105 G\$.